

Dossier Habitação 2014

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.Org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. JANEIRO

1.1	Sobas e técnicos têm casas sociais	1
1.2	Kilamba duplica população estudantil	1
1.3	Mais habitações em construção no Cuanza Norte	2
1.4	Luanda regista crescimento urbano	2
1.5	Andulo com novas casas	3
1.6	Menongue e Uíge ganham infra-estruturas integradas	3
1.7	Propostas para a governação	5
1.8	Casas para jovens entregues no primeiro semestre	5
1.9	Concluída construção das primeiras casas	6
1.10	Moradores do Cacuaco preocupados com fissuras	7
1.11	Obras de Santa Ebgrecia em Luanda	7
1.12	Construção de casas decorre a bom ritmo	9
1.13	Casas concluídas em Julho	9
1.14	Rua 12 de Julho de mal a pior	9
1.15	Casas no Zango desagradam moradores dos bairros Chicala 2 e Kilombo	10
1.16	Luanda sem memória, nem património	11
1.17	MINJUD acusado de despejar centenas de famílias no Zango IV	15
1.18	Os nossos problemas residem nos municípios	16
1.19	Plano Director Municipal	19
1.20	Jornalistas e Polícias invadem casas da juventude na Sapú II	20

2. FEVEREIRO

22

2.1	Realojados vendem moradias no Zango	22
2.2	Sonip acelera para a conclusão das centralidades habitacionais	Error! Bookmark not defined.
2.3	Centralidade de Cacuaco vive sérios problemas	22
2.4	Ex-moradores da Chicala-3 abandonados no Zango	23
2.5	Mais habitações são entregues ao Tando Zinze	24
2.6	Moradores da centralidade de Cacuaco clamam por apoio urgente	24
2.7	Moradores da Centralidade de Cacuaco estão agastados com o triste Situação que assola aquela cidade	25
2.8	O imobiliário é um sector em amadurecimento	26
2.9	Comissão Administrativa de Luanda 'Cada família vai receber apenas uma casa'	27
2.10	Moradores dos prédios "Sul-Africanos" dizem-se coagidos pelo GPL	28
2.11	Oito das 40 famílias recusam abandonar os prédios Sul-Africanos	29
2.12	Delta retoma entrega das Casas no Zango	29
2.13	Obras de revitalização incluem a construção de um passeio público à beira-mar	30
2.14	A qualidade paga-se	30
2.15	Efectivos da Polícia agraciados com novas moradias	32

3. MARÇO

34

3.1	Governo entrega habitações a famílias mais necessitadas	34
3.2	Ordens de despejo contra moradores do Kilamba	34
3.3	Casas económicas no Nzeto	35
3.4	Sonip acelera para a conclusão das centralidades habitacionais	36
3.5	Petrolíferas provocam boom imobiliário	37
3.6	Centralidade do zango apartamentos invadidos	38

3.7	Delta vai ter concorrência nas novas centralidades	39
3.8	SONIP quer corrigir erros do passado	40
3.9	Nem tudo é mar de rosas	42
3.10	Números de Projectos Habitacionais Cresce Exponencialmente	44
3.11	Km 44 fica mais longe	46
3.12	Sonip deu mão a palmatória	46
3.13	Vêm aí mais centralidades	47
3.14	Bairros desordenados ofuscam as cidades	48
3.15	BESA quer ser o primeiro a lançar fundos mobiliários no país	48
3.16	Centenas de novas casas erguidas no Soyo	50
3.17	Mais empresas entrarão no negócio das casas nas centralidades	51
3.18	Sonip sem data prevista para iniciar vendas nas novas centralidades	52
3.19	Chuvas revelam em mau Estado	53
3.20	Inquilinos do Kilombo recebem ordem de despejo	55
3.21	Kilamba: invasores serão expulsos da cidade	55
3.22	Os serventes angolanos na 'pedreira chinesa'	56
3.23	Perguntas sem resposta	56
3.24	SONIP coloca à disposição 40 mil casas no mercado	56
3.25	Habitacionais começam nos próximos dias	58
3.26	Parlamentares elogiam Kilamba	58
3.27	Sonip procura Guerra	59
3.28	Casas Sociais á disposição da população	59
3.29	'Não sei qual será o destino das famílias do Morro'	60
3.30	Por dentro do morro da Samba	60
3.31	Construção dirigida em debate	61
3.32	O que deve ser modelo wall Up?	62
3.33	Uma dor de cabeça pala os governadores	62
3.34	Maior celeridade na elaboração das leis Conselho Consultivo recomenda a valorização do crescimento demográfico	63
3.35	Luanda Sul tem bons exemplos na construção e casas	63

4. ABRIL 65

4.1	Sector imobiliario tem crescimento mundial	65
4.2	Fomento Habitacional na Luanda Sul	66
4.3	Casas para ex-militares	66
4.4	Mau estado dos acessos “entope” o trânsito de Luanda	67
4.5	Projecto habitacional no Cunene Casas para ex-militares	68
4.6	“Makas” nas cinco centralidades do país	68
4.7	Administração trava abandono de obras sociais	71
4.8	Preços das casas carecem de revisão	71
4.9	Sonip “atrapalha” pagamentos nas novas centralidades	72
4.10	Jovens recebem casas evolutivas	73
4.11	Azul e branco ciumentos	73
4.12	Candogueiros	74
4.13	Há táxi para todos os bolsos	74
4.14	Prédios estão a ser erguidos no Luena	75

5. MAIO 77

5.1	Mais moradias sociais construídas no Cunene	77
5.2	Endiama Financia construção de casas na Lunda-Sul	77
5.3	Mau estado das vias diminui lucros	77
5.4	Horarios Afugentam passageiros	79
5.5	Taxas com custos inoportáveis	81
5.6	OBRAS NO LOBITO: Nova centralidade fica pronta dentro de um ano	81

6. JUNHO

83

6.1	Primeiros habitantes já no próximo ano	Ministro da Construção manifestou satisfação pela qualidade dos trabalhos	83
6.2	Casas entregues a quadros da Educação		83
6.3	Detidos supostos funcionários da Sonip		84
6.4	Funcionários da Sonip foram detidos		84
6.5	Casas entregues à juventude		85
6.6	Ministro fiscaliza obras das centralidades		85
6.7	Primeiras casas começam a ser entregues		86
6.8	Planeamento urbanístico é grande desafio		87
6.9	Casa Fácil fomenta a habitação em Cacula		88
6.10	O fecho para balanço das centralidades		88
6.11	Presidente da República retira à Sonip gestão das centralidades		89
6.12	SONIP deixa comercialização de habitações		90
6.13	SONIP fora de cena		90
6.14	Famílias realojadas recebem casas no Lubango		91
6.15	Habitação social quase concluída		92
6.16	Apartamentos vendidos a duas pessoas		92
6.17	Luanda tem plano de desenvolvimento		93
6.18	Viver no Kilamba está a custar caro		94
6.19	Imobiliário em novo período de expansão		95
6.20	Habitação e escritórios são segmentos activos e com investimentos transversais		96
6.21	Estudos apontam para carência habitacional na renda média		97
6.22	200 novas habitações são construídas		97
6.23	Alugar escritório em Luanda custa quatro vezes mais que em Maputo		98
6.24	Auto-construção dirigida		100
6.25	Avaliação da execução das casas sociais		101
6.26	Desvios de fundos causam afastamento da SONIP na centralidades		101
6.27	Luanda no top do ranking		102
6.28	Mais habitações		102
6.29	Novos investimentos elevam oferta de casas		102
6.30	Preços na cidade capital já registam ligeira redução		104
6.31	Sociedade do ramo imobiliário reportam à comissão do mercado para ativar fraude e burla no sector	105	
6.32	A rede desapareceu do mapa		105
6.33	Fundo imobiliário pode tornar crédito barato		106
6.34	Luanda com rendas mais caras de África		108
6.35	Metro quadrado capital bate recorde de preços		109
6.36	Plano Director fica pronto em meados do próximo ano		110
6.37	Bairro Operário aguarda pela requalificação		110
6.38	Luanda, a Mega cidade		112
6.39	Um bálsamo chamado centralidades		112

7. JULHO

115

7.1	Habitação. Atraso na entrega de casas 'irrita' jovens do Cuanza-Sul		115
7.2	Imobiliário na ordem dos 19%		115
7.3	Milhares de casas na Centralidade da Quilemba		116
7.4	Centralidade do Dundo sem data para inauguração		117
7.5	Seguro habitação é preciso		118
7.6	Funcionários públicos recebem moradia		119
7.7	Desenvolvimento de Luanda passa por dez eixos centrais		119
7.8	General "Dinguaza" nega usurpação de terreno dos camponeses no Benfica		121
7.9	Habitação. Casas precárias são destino de famílias pobres		122
7.10	Falta de garantias trava créditos bancários		123

7.11	Kilamba: cidade ou centralidade?	123
7.12	Município de Luanda	125
7.13	Nova Vida, velhos problemas	125
7.14	Mulheres pedem redução	126

8. AGOSTO 127

8.1	Centralidade do Cacuo sem serviços sociais	127
8.2	Habitação. Falta de lei 'acelera' especulação no arrendamento e na venda	127
8.3	Mais casas para os munícipes da capital	129
8.4	Plano de desenvolvimento provincial promove sustentabilidade de Luanda	129
8.5	Novo modelo de transportes para Luanda	130
8.6	Debate. Centros urbanos à "caça" de uma melhor qualidade de vida	131
8.7	Novo sistema concluído no Kilamba	133
8.8	Obras cumprem os prazos	134
8.9	Centralidades. Urbanismo junta parceiros para criar infra-estruturas	134
8.10	Falta de infra-estruturas atrasa venda de casas sociais	135
8.11	Kora Angola ergue 15 mil casas	136
8.12	Depois das fissuras, os tremores	136
8.13	Gabinete coordena construção de cidades	137
8.14	Requalificação geral inquietada	139
8.15	Angola faz progressos no acesso à habitação	140
8.16	Executivo prova plano sobre extensão do Kilamba	141
8.17	Moradores preparam manifestação contra mau estado das ruas	142
8.18	Obras de requalificação urbana com indicadores animadores	143
8.19	Administração de Cacuo promete casa ainda este ano	144
8.20	Património	146
8.21	Entre a preservação e o modernismo	146
8.22	Mais moradias na centralidade	147
8.23	Casas para pessoas sem-tecto	148
8.24	Centralidade do Kilamba está sem infra-estruturas	148
8.25	Centralidade do Kilamba sem infra-estruturas	149
8.26	Centralidade do Kilamba. Começou a degradação, por culpa de vários moradores	149
8.27	Inquilinos aguardam pelo sol da Aldeia	151
8.28	Administradora explica	153

9. SETEMBRO 154

9.1	Plano metropolitano de Luanda incompatível com estratégia de desenvolvimento da província	154
9.2	Uma nova Luanda se anuncia	154
9.3	Crédito bancário para a construção dirigida no Bocoio	155
9.4	PR visita primeiro prédio construído no quadro da requalificação do sambizanga	155
9.5	Milhares de casas prontas	156
9.6	O descalabro da política Habitacional	156
9.7	Milhares de habitações em construção	157
9.8	Moradores do Kilamba estão a desperdiçar água	157
9.9	Ex-combatentes receberam casas	158
9.10	Metro vai começar a circular em Luanda	159
9.11	Transportes. Metro poderá desafogar trânsito complicado	160
9.12	Exclusão de gastos sobre infra-estruturas habitacionais foi passo á retaguarda	161
9.13	O primeiro prédio erguido no 'Sambila' no âmbito da requalificação urbana	162

10. OUTUBRO 163

10.1	Arranque dos trabalhos continua sem data	163
------	--	-----

10.2	Centralidade do Cuito (Bie) disponibiliza 3000 apartamentos	163
10.3	Centralidade do Andulo em conclusão	164
10.4	Processo de venda de casas retoma em Novembro	165
10.5	Transferência concluída em mês e meio	165
10.6	Localidade de Ochimolo com sinais de progresso	166
10.7	Milhares de casa no Zango	166
10.8	Moradores ilegais são despejados	166
10.9	Silencio nas centralidades	167
10.10	Sonip recupera vários apartamentos	168
10.11	Lotes entregues na Canjala	168
10.12	Governo prepara venda de novas residencias	169
10.13	Chicombo Juventude tem novas casas sociais	169
10.14	Menongue tem mais casas	170
10.15	Concluidas dezenas de casas	171
10.16	Obras arrancam no próximo ano	171

II. NOVEMBRO

172

11.1	Plano director aberto a contribuentes	172
11.2	Mercado imobiliário regista período de expansão	172
11.3	Cidades Modernas	174
11.4	Novas urbanizações diminuem défice habitacional em Angola	174
11.5	Milhares de casas sao postas a venda	175
11.6	Residencias Do Condominio Vila Vitoria De 60 A 150 Mil Usd Sem Agua E Luz Electrica	175
11.7	Aldeia rural de Canaulo recebe primeiras casas	176
11.8	Realcadas conquistas da Independencia Nacional	177
11.9	Existem projectos sem estudos ambientais	177
11.10	2014 É o pior ano	178
11.11	Funcionários da sonip burlam mais de 2 milhões de dólares na venda de casas	179
11.12	Mau estado das vias provoca transtornos á população	181
11.13	Grupo empresarial investe nos móveis	182
11.14	Casas sociais em construção	182
11.15	Requalificação dos arruamentos no Bairro Popular	183
11.16	A espinhosa missão de urbanizar Luanda	183
11.17	Compradores continuam à espera das suas habitações ma centralidade do Kilamba	185
11.18	Banco concede crédito para imobiliária	186
11.19	Mercado ganha mais residências	186
11.20	Futura cidade Praia de Santiago	186

12. DEZEMBRO

189

12.1	Cabinda tem nova urbanização	189
12.2	Clientes continuam sem casas dois anos depois	189
12.3	Casas no Cuando Cubango	190
12.4	Edifício ANAGOLA é habitado a partir deste mes	190
12.5	Antigos militares receberam lotes	191
12.6	Comissão coordena projectos habitacionais	192
12.7	Imogestín indica em Janeiro os locais de atendimento	192
12.8	Centralidade do Kilamba constitui preocupação da polícia nacional	193
12.9	Criminalidade em alta na centralidade do Kilamba e no bairro Kifica	194
12.10	Casas sociais são vendidas em breve	195
12.11	Distribuídos milhares de lotes na Lunda Sul	195
12.12	Engarrafamento com dias contados	195
12.13	Centenas de habitações estão construídas no Uíge	197

I. JANEIRO

I.1 Sobas e técnicos têm casas sociais

Jornal de Angola
02 De Janeiro de 2014

O governador da Província do Cuanza Sul, Henrique Júnior, entregou as chaves de casas sociais aos sobas e técnicos da Administração Comunal da Canhoca, no Município de Cazengo, a 25 quilómetros da cidade de Ndalatando, após a conclusão do projecto habitacional das 50 casas evolutivas.

De acordo com o Administrador Municipal da Canhoca, Joaquim Domingos, as obras duraram oito meses e foram financiadas pela Administração Municipal do Cazengo. Os moradores do novo bairro, segundo o administrador Joaquim Domingos, podem ao mesmo tempo desfrutar do consumo de água potável e da energia eléctrica fornecida por geradores. José Gaspar, de 54 anos, um dos cidadãos contemplados com as chaves, contou ao Jornal de Angola que lutava há mais de 30 anos para ter casa própria, sonho agora consumado.

I.2 Kilamba duplica população estudantil

Jornal de Angola
04 De Janeiro de 2014

A centralidade do Kilamba vai contar no próximo ano lectivo com 24.000 alunos, mais do dobro da população estudantil de 2013, revelou ontem o presidente da cidade, Joaquim Israel Marques.

Ao intervir numa cerimónia de apresentação de cumprimentos de ano novo, o presidente da Cidade do Kilamba considerou a educação como "a chave" do desenvolvimento sustentável. "É com base neste pensamento estratégico e em função do aumento da nossa população, estimada em cerca de 40.000 habitantes, que este ano vamos colocar em funcionamento mais escolas, permitindo o aumento da população estudantil de 10.072 alunos nos três níveis em 2013 para 24.000 alunos".

Segundo Joaquim Marques, a abertura de mais centros infantis vai permitir o aumento de vagas disponíveis e a assistência às famílias mais carenciadas com vagas subsidiadas. O presidente da Cidade do Kilamba realçou o facto de terem sido entregues três infra-estruturas escolares ao ensino superior, nas

quais vão ser administrados cursos do Instituto Superior de "Ciências de Educação (ISCED), do Instituto Superior de Educação Física e Desportos, do Instituto Superior de Artes e da Escola Superior de Hotelaria e Turismo, da Universidade Agostinho Neto.

Quanto ao fornecimento de água potável, Joaquim Israel Marques sublinhou que "está renovada a convicção de que vai haver maior abastecimento deste bem à cidade, com a conclusão das obras da estação de captação de água bruta a partir do rio Kwanza, prevista para primeiro trimestre deste ano".

O presidente da Cidade do Kilamba referiu-se ao saneamento básico, considerando como principal desafio "concluir a instalação dos contentores subterrâneos, o que vai permitir a implementação do modelo de recolha selectiva dos resíduos sólidos". Joaquim Israel Marques defendeu uma maior sensibilização dos moradores: "Quanto menos sujarmos mais limpa fica a nossa cidade. Que cada adulto, no Kilamba, seja um modelo para os mais novos".

O responsável deixou uma recomendação especial aos coordenadores das comissões de moradores:

"Têm um papel muito importante na organização dos edifícios, desdobrando mais esforços e colaboração entre os moradores".

Prioridades

Em 2014, disse, uma das prioridades é a abertura do centro de saúde, para que os moradores possam ter acesso aos cuidados médicos sem percorrerem longas distâncias.

"Estamos também a trabalhar na construção da casa de eventos e da casa de velório", acrescentou Joaquim Marques, para quem os espaços verdes são de vital importância.

"Vamos continuar a apostar numa administração marcada por uma relação harmoniosa no trato com os moradores. Vamos continuar a promover o bem-estar dos habitantes, campanhas de educação cívica e levar o conhecimento da lei das transgressões administrativas aos moradores", enfatizou o presidente da Cidade do Kilamba.

Outra prioridade na agenda de Joaquim Marques é a segurança e ordem públicas, razão pela qual tem prevista a construção, ainda este ano, de duas esquadras policiais. "São questões cruciais para se viver bem numa cidade. A administração e a Polícia Nacional estão cientes desta condição e tudo estão a fazer para continuar a garantir esse bem inestimável aos habitantes do Kilamba. Para dar resposta aos

desafios crescentes da nossa cidade, teve início no último trimestre de 2013 a construção de duas esquadras de polícia, das cinco previstas para a primeira fase deste centro urbano."

Os transportes públicos, outra questão que tem preocupado os habitantes do Kilamba, também foram focados por Joaquim Israel Marques. "O dossier dos transportes públicos na cidade também está avançado. Fruto da nossa solicitação, as empresas operadoras podem aumentar as frotas que circulam no Kilamba".

I.3 Mais habitações em construção no Cuanza Norte

Jornal de Angola

04 De Janeiro de 2013

Um projecto imobiliário com quatro mil apartamentos começa a ser construído em Março próximo nos arredores da cidade de Ndalatando, capital da província angolana do Cuanza Norte, informou o vice-governador provincial Erlindo Ernesto Lidador.

O vice-governador, que tem pelouro do sector técnico e infra-estruturas, disse estar já a decorrer os trabalhos preliminares, sobretudo topográficos, visando o começo das obras dentro dos prazos previstos.

A empreitada, a cargo da Sonangol Imobiliária (Sonip), abrange uma área de 400 hectares, onde vão ser construídos edifícios de três a cinco pisos com apartamentos do modelo T-3.

Erlindo Lidador adiantou que os edifícios vão garantir habitação a mais de 30 mil pessoas, situação que vai ajudar a reduzir o défice habitacional na região e contribuir para a melhoria da imagem da cidade de Ndalatando.

O vice-governador salientou que os primeiros apartamentos vão ser concluídos no final de 2014, enquanto a execução geral da empreitada deve demorar três anos.

O Cuanza Norte é uma província com uma área de 20.252 quilómetros quadrados e uma população estimada em 500 mil habitantes, distribuídos por dez municípios.

I.4 Luanda regista crescimento urbano

Jornal de Angola

06 De Janeiro de 2014

O governador provincial de Luanda, Bento Sebastião Bento, disse que a capital do país tem registado, nos últimos tempos, um crescimento urbano e económico digno de realce, com forte peso para o mercado Imobiliário.

De acordo com o governante que falava sábado no acto de inauguração do Centro Comercial denominado "O Mundo da Casa", em Viana, o município tem demonstrado uma dinâmica de desenvolvimento notável, quer através da intervenção do Executivo, quer através de iniciativas privadas louváveis como esta.

Outra notoriedade do município prende-se com a particularidade de nele terem surgido novos assentamentos populacionais, entre condomínios e as centralidades do Zango e do Kilamba, nos quais inúmeros munícipes realizam o sonho de casa própria.

Quanto ao funcionamento do Centro Comercial, o governador considera que a centralização e a variedade de ofertas num único espaço proporciona ao consumidor maior rapidez e economia de tempo nas suas compras, justificando o factor como de extrema importância para as famílias que vivem em grandes centros urbanos.

"Constatamos com satisfação que neste local ainda há espaços por arrendar para a restauração, farmácias e actividade bancária, entre outros", frisou.

De acordo com Bento Bento, a criação de um grande estabelecimento, com capital angolano e chinês, permitiu criar o primeiro emprego a muitos jovens, contribuindo deste modo para o programa de combate ao desemprego e pobreza.

Com um investimento global de três mil milhões de kwanzas, a obra foi edificada, nesta primeira fase, num período de nove meses e cobre uma área de seis hectares, com dois pisos distribuídos por escritórios, lojas, centro de serviços, armazém, área de lazer, parque de estacionamento e sanitários. A segunda fase do projecto tem início nos primeiros meses de 2014, com a intenção de aumentar espaços para serviços de restaurantes, bancos comerciais e mais lojas.

No sábado, o governador inaugurou ainda a estação emissora denominada Rádio Cacucaco, no Marco

Histórico de Kifangondo, sede comunal de Cacuaco, cerca de 25 quilómetros a norte de Luanda.

A estação emissora emite em FM na sintonia de 105.0 24/24h e tem como objectivos formar, informar e recrear os munícipes, assim como a transmissão das actividades das autoridades públicas e privadas da circunscrição. O governante destacou, ao dirigir-se aos presentes, a importância do local onde está instalada a Rádio Cacuaco, o Marco Histórico de Kifangondo, onde se travou uma batalha decisiva para a proclamação da independência de Angola em 1975, e o dia 4 de Janeiro, data dos massacres dos plantadores de algodão da Baixa de Cassanje, perpetrados pelos colonialistas portugueses há 53 anos.

Bento Bento reconheceu ainda que Luanda e Cacuaco ganham um novo veículo de informação e de entretenimento das comunidades adjacentes em cumprimento das orientações do Executivo liderado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel da Conceição, disse que a inauguração do centro de produção da Rádio Nacional de Angola (RNA) em Cacuaco, no dia 4 de Janeiro, é uma homenagem aos mártires da repressão da Baixa de Cassanje. A nova estação radiofónica constitui um benefício para os munícipes de Cacuaco, na aplicação do Programa Nacional do Desenvolvimento em todo o território nacional, disse.

"Este acto representa a aplicação do Plano do Desenvolvimento 2013/2017 que prevê a melhoria de prestação de um serviço plural, atribuindo-se mais uma oportunidade de emprego para os jovens, cujas preocupações representam uma das prioridades do Executivo angolano", precisou o secretário de Estado.

1.5 Andulo com novas casas

Jornal de Angola

08 De Janeiro de 2014

A Administração Municipal do Andulo vai construir 50 casas nas comunas, povoações e ombalas do interior do município para instalar quadros comunais, professores e enfermeiros.

Enquadrada no programa de combate à pobreza, a construção contempla as comunas de Calussinga, com 15, Chivaulo e Cassumbi, com dez cada. As restantes vão ser erguidas nas localidades de Cangalo, Buanga e Chicumbi, cinco em cada uma.

O administrador do Andulo, Moisés Chipaco, disse que as localidades seleccionadas enfrentam sérias

dificuldades em acolher técnicos ou até mesmo receber visitas.

A vila do Andulo não foi contemplada porque já existe um plano para a construção de mil fogos habitacionais, no âmbito do Programa Nacional de Habitação, que está a ser desenvolvido pelo Executivo em todo o todo país. A administração municipal tem em carteira, para este ano, vários projectos destinados a melhorar a vida da população local, em especial a juventude, para os quais dispõe de 425 milhões de kwanzas.

Num encontro com os membros do Conselho de Municipal de Auscultação e Concertação Social, o administrador adiantou que a maior parte deste dinheiro vai ser canalizado para os sectores da educação, saúde, energia e águas, recuperação das vias de acesso e melhoramento dos espaços verdes e a restante para os programas ligados à juventude.

Destacou, para este ano, a construção de oito escolas com quatro salas e cinco postos de saúde, nas localidades de Ulimba, Ndulo Epalanga e Cacuva, e pediu responsabilidade aos empreiteiros que ganharam os concursos públicos, sobretudo no cumprimento dos prazos contratuais.

1.6 Menongue e Uíge ganham infra-estruturas integradas

Jornal de Angola

08 De Janeiro de 2014

O Ministério do Urbanismo e Habitação, durante o ano findo, fez o arranque formal de duas empreitadas de Infra-estruturas Integradas nas cidades de Menongue, Cuando Cubango, e no Uíge.

Para este ano, como afirmou José Silva, vão ser feitos estudos referentes a requalificação urbana de Malanje, do Dondo, província do Cuanza Norte, e do Huambo.

Dentro do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação está incluso o sub-programa de auto-construção dirigida, que contempla o programa de urbanização de reservas fundiárias, com lançamento de 15 estudos e projectos em diferentes localidades do país.

À luz do Plano Nacional de Desenvolvimento, realçou o ministro José Silva, vai se disponibilizar terrenos infra-estruturados para os cidadãos que pretendam construir casa própria. "Há condições de, no primeiro trimestre de 2014, dar início aos trabalhos nas reservas fundiárias de Missombo, no Cuando Cubango, no Chitato, Lunda Norte, Catapa,

Uíge, Mungo, Huambo, Graça, Benguela, Mabubas, Bengo e Quissama, em Luanda", referiu.

Centralidades

As 18 centralidades em curso em 10 províncias, que constituem o sub-programa dos 120 mil fogos em curso pela SONIP em número de 80 mil e pela Kora Angola em 40 mil unidades, bem como o programa de 200 fogos que incide em 130 dos 161 municípios do país, continuam a decorrer e já estão concluídas 65 mil unidades.

José Silva garantiu que 15 mil casas estão concluídas no programa Kora Angola e perspectiva-se para breve a sua comercialização. Estão a ser analisadas por parte do promotor as propostas para a contratação das infra-estruturas externas que vão garantir o abastecimento de água, energia, e as acessibilidades rodoviárias a estas urbanizações.

Está igualmente em fase de conclusão, adiantou, o estudo de mercado que vai permitir fornecer os indicadores necessários ao estabelecimento dos preços das habitações construídas no âmbito do programa de 200 fogos por município, bem como dos preços dos terrenos infra-estruturados para auto-construção dirigida. O ministro fez, também, uma referência a um instrumento fundamental de execução da política habitacional do Estado criado ao abrigo da Lei de Bases do Fomento Habitacional, que é o Fundo de Fomento Habitacional.

Este órgão, inserido no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, cuja comissão executiva foi recentemente nomeada, frisou José Silva, vai jogar um papel decisivo no acesso do cidadão à habitação, quer a conceder bonificações de juros e prestação de garantias, sempre que necessário às instituições de crédito que financiem a habitação social, quer na concessão de empréstimos destinados ao financiamento de programas habitacionais de interesse social.

Cidade de Menongue

Os moradores do bairro Tucuve, Menongue, receberam um grande presente no ano passado, pelo facto dos mesmos assistirem a empreitada que vai requalificar a primeira fase da cidade, que vai propiciar condições para espaços organizados e abrir portas ao investimento o programa de duzentos fogos por muni privado. José Silva, que fez o lançamento do projecto, precisou na ocasião que "é necessária a infra-estruturação das reservas fundiárias. O Estado assume a infra-estruturação destas reservas, atraindo o investimento privado para a construção de habitações".

José Silva referiu que há necessidade de se encontrar as melhores parcerias, o que vem proporcionar condições para que os investidores privados também apareçam de forma agregada.

No acto de lançamento da empreitada da requalificação do bairro Tucuve, o governador do Cuando Cubango, Higinio Carneiro, disse que o projecto vai contemplar este ano 15 projectos com mais de mil residências para realojar, numa primeira fase, os que vivem em zonas ribeirinhas.

A reconversão implica alteração de um estado degradado, para um renovado. Todas as pessoas, como disse Bento Soyto, existentes na área definitiva para intervenção vão ser abrangidas, quer por via do benefício de infra-estruturas, quer de equipamentos sociais a serem implementados. O ministro José Silva referiu que se deve dar uma maior atenção às infra-estruturas. "Para a construção dirigida temos que ter em atenção as infra-estruturas e os equipamentos sociais, é assim que temos mantido diálogo permanente com os governos provinciais", precisou.

As autoridades tradicionais do Cuando Cubango e do Uíge, ouvidas depois do lançamento do programa de requalificação das referidas cidades, afirmaram à reportagem do Jornal de Angola que o Executivo tudo está a fazer, como sua obrigação, para dar melhores condições de habitabilidade às populações de Cabinda ao Cunene, em particular aos jovens.

"Vamos ter urna cidade bonita, com boas ruas e estradas. É assim que queremos e o povo acredita que dentro de meses muitos turistas vão nos visitar", disse emocionado soba do Uíge, André Saudi.

Fórum Nacional Urbano

o Ministério do Urbanismo e Habitação realizou, no município do Icolo Bengo, o primeiro Fórum Nacional de Urbanismo, sob o lema "O Homem, o Território, as Cidades e a Habitação".

José Silva referiu na ocasião que o crescimento exponencial das áreas urbanas tem levado a uma acentuada queda da qualidade de vida e a um crescimento dos problemas sociais e dos equilíbrios ambientais.

Durante o Fórum foram discutidos temas como o sub-programa de loteamento e auto-construção dirigida, a participação dos arquitectos e urbanistas na melhoria dos projectos habitacionais, a requalificação urbana e o desenvolvimento sustentável das cidades, bem como a implementação do programa nacional do urbanismo e habitação das províncias.

Na abertura do Fórum, o ministro José Silva disse que "a Declaração do Milénio, assinada por 189 países por ocasião da Cimeira realizada em Setembro de 2000, estabeleceu como prioridade eliminar a pobreza e a fome no planeta no período que vai de 2015 a 2020".

Por isso sublinhou: "devemos trabalhar no sentido de assumirmos os compromissos de apreciar e implementar de forma gradual, o que foi produzido no encontro para melhorar cada vez mais os nossos assentamentos".

1.7 Propostas para a governação

Jornal de Angola
08 De Janeiro de 2014

Administradores comunais, representantes das comissões de moradores, chefes de repartições, representantes de partidos políticos e organizações não-governamentais afectas ao Rangel apresentaram ontem, em Luanda, as suas opiniões, propostas, preocupações, necessidades e problemas, durante um encontro de auscultação e concertação social do distrito urbano do Rangel.

Ouvir opiniões e propostas para programa de governação e gestão de 2014 e achar soluções para os problemas do distrito do Rangel foram os objectivos principais do encontro, realizado na administração do Rangel, sob orientação de Maria da Silva.

A administradora do Rangel, Maria da Silva, disse ser importante a participação e a colaboração de todos, principalmente dos munícipes para melhorar o quadro que o distrito vive hoje. Ruas esburacadas, a venda ambulante, o lixo, falta de energia e água, a delinquência, saúde pública, iluminação pública, problemas de esgotos, rupturas de água, a falta de centros de formação profissional, escolas e a ausência de zonas verdes foram entre outros, os problemas apresentados pelos munícipes dos bairros da Terra Nova e do Marçal.

Nelson Pascoal é morador do Bairro a Terra Nova. O jovem falou das ruas que há muitos anos precisam de asfalto, um problema que cria grandes transtornos aos moradores que encontram dificuldades em circular e até mesmo de sair e entrar em casa.

Diomedes Policarpo falou da chamada Rua das Pedrinhas que se tornou num verdadeiro centro comercial. São as praças e armazéns que originam grandes quantidades de lixo e deixam as ruas intransitáveis.

A administradora do Rangel garantiu que dos problemas apresentados muitos já estão em agenda da administração para solução.

Mais de 20 participantes apresentaram as suas preocupações e necessidades durante o conselho de auscultação e concertação.

1.8 Casas para jovens entregues no primeiro semestre

Jornal de Angola
10 De Janeiro de 2013

O Governo do Moxico começa este semestre a entregar as habitações destinadas aos jovens nos nove municípios da província, garantindo o director provincial das Obras Públicas e Construção.

O processo de entrega de casas vem concretizar uma das recomendações da auscultação feita à juventude no ano passado. Num encontro com os jovens realizado em Novembro, no Luena, o ministro José Luís de Matos garantiu que a resolução das preocupações dos jovens, principalmente o emprego e a habitação, era prioritária para o Executivo.

José Luís de Matos, que é o coordenador do grupo de acompanhamento à província do Moxico, respondia a perguntas dos jovens sobre a falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

O ministro afirmou, na altura, que o aumento da empregabilidade dos jovens, a melhoria das condições de saúde, o acesso a uma habitação condigna e a promoção da participação dos jovens no exercício da democracia participativa e no desenvolvimento social do país fazem parte do Plano Nacional e são uma preocupação constante do Chefe do Executivo.

"Os problemas da juventude aqui apresentados vão ser resolvidos pelo Governo do Moxico, porque há vontade de melhorar substancialmente as condições de vida da população, sobretudo dos jovens", concluiu José Luís de Matos. Em Dezembro, 300 jovens receberam as suas habitações na Centralidade de Cacucaco, no âmbito da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude 2014/2017, aprovado em Conselho de Ministros.

Vitorino João foi um dos beneficiários que recebeu das mãos do ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, as chaves de um apartamento do tipo T4, a ser pago por um período de 30 anos, através do Fundo de Fomento Habitacional.

Professor do ensino primário, Vitorino João louvou os esforços do Executivo no sentido de tornar possível para os jovens angolanos a realização do sonho da casa própria. "Só nos resta cuidar da preservação do imóvel e transformar a Central idade de Cacucaco num exemplo de bem viver", disse. O ministro Gonçalves Muandumba frisou que a entrega das 300 habitações, para além de ser a implementação prática do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude, constitui também a execução formal das conclusões saídas do Fórum Nacional da Juventude.

"Começamos a cumprir com as conclusões do fórum, onde foram aprovadas 65 recomendações, que decidimos transformar num plano nacional sistematizado, respondendo às aspirações dos jovens no domínio do emprego, formação profissional, educação, habitação, entre outras", disse o ministro.

Novo aeroporto do Luena

O novo Aeroporto do Luena é inaugurado no primeiro semestre deste ano e vai oferecer maior comodidade e serviços mais personalizados aos passageiros.

As obras começaram em 2007, com a ampliação e reabilitação da pista. O novo aeroporto integra a lista de mais de cem projectos em execução na região e que vão permitir maior aproximação dos serviços básicos às comunidades.

Nos primeiros três meses são inauguradas nove escolas, com 14 salas cada, a Casa da Cultura, o Centro de Menores, com capacidade para 80 crianças, um condomínio para professores universitários, dois campos multiusos e uma creche para albergar 200 crianças. Até ao fim do primeiro semestre, ficam concluídas 60 escolas, dois hospitais (provincial e outro municipal), sistema de fornecimento de água e energia eléctrica, Centro de Artes e Ofícios, além de dois edifícios onde vão funcionar as direcções provinciais.

Consta ainda da lista uma maternidade municipal do Luena, a Escola Diocesana da Igreja Católica, a ponte sobre o Rio Zambeze e dois institutos médios agrários nos municípios do Alto Zambeze e Luau.

1.9 Concluída construção das primeiras casas

Jornal de Angola

10 De Janeiro de 2014

As primeiras 60 residências, de um lote de 200, construídas no município da Humpata, na província da Huíla, são distribuídas no decurso do primeiro

semestre deste ano, informou o administrador municipal, Januário Lombe.

Concluída que está a construção das moradias de três quartos cada, as autoridades governamentais começam a tratar das redes técnicas de água e do fornecimento de energia eléctrica.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, visitou, na segunda-feira, o local e recomendou celeridade na instalação dos serviços em falta, para que as casas sejam distribuídas aos quadros e a jovens do município.

O director provincial de Energia e Água da Huíla, Abel João da Costa, informou que para as moradias construídas na nova urbanização da Humpata, foi criada uma Estação de Tratamento de Água (ETA), com capacidade de fornecer 40 metros cúbicos por hora, para, atender não só a parte velha da Humpata mas também as novas urbanizações. A estação foi construída no ano passado, no âmbito do programa "Água para todos". Abel João da Costa informou que o Ministério da Energia e Água está empenhado em fornecer água potável às populações que vivem no meio urbano e rural, na sua totalidade, até 2017.

O administrador municipal da Humpata, Januário Lombe, disse que as moradias estão concluídas e vão ser distribuídas assim que tiverem água e energia, o que vai incentivar e motivar os quadros a trabalharem na localidade, sem necessitarem de percorrer 20 quilómetros até ao Lubango, onde muitos deles vivem.

No quadro do Programa de Combate à Pobreza, a administração municipal adquiriu um Posto de Transformação de energia eléctrica para as novas urbanizações.

A administração tem em carteira, para este ano, a construção de mais escolas, postos de saúde, reabilitação de estradas secundária e terciárias, tanques banheiros, entre outros.

Januário Lombe explicou que com fundos do programa de Combate à Pobreza, foram construídos e equipados, em 2013, novos postos de saúde, escolas e furos de água.

Fundo para a juventude

O secretário executivo do Conselho Provincial da Juventude na Huíla defendeu na quarta-feira, no Lubango, a criação de um fundo de apoio às actividades das associações juvenis sem fins lucrativos, filiadas na instituição.

Joaquim Tyova sublinhou que as associações juvenis e estudantis na província enfrentam, nos últimos tempos, muitas dificuldades para a execução das acções que visam a mobilização social, educação cívica e moral, assim como a promoção da cidadania entre a população.

A falta de recursos materiais e financeiros, considerou, inibe as ideias de algumas e a intervenção de muitas associações existentes na província, o que condiciona também a sustentabilidade organizacional. "Os jovens associados têm ideias, mas muitas vezes vêm-se de mãos atadas para realizar as suas acções por falta de dinheiro. Não existe um fundo para o efeito", explicou, sublinhando que o conselho está a tentar influenciar a política no sentido de apoiar as agremiações.

O Conselho Provincial da Juventude na Huíla vai este ano desenvolver programas de formação em matéria de gestão associativa, liderança juvenil e outras, para tornar os jovens mais capacitados e poder procurar financiamentos.

Durante o ano passado, o Conselho Provincial da Juventude promoveu, no quadro do apoio técnico e meto do lógico ao movimento associativo, acções de formação que permitiram a criação de quatro novas associações e o surgimento de 19 centros voluntários nos bairros periféricos do Lubango.

Foram ainda realizados trabalhos de sensibilização sobre o VIH/Sida, alfabetização de cidadãos com atrasos escolares, combate à violência doméstica, alcoolismo e drogas, além da prevenção da sinistralidade rodoviária.

O Conselho Provincial da Juventude conta com 90 associações, abrangendo um universo de 900 mil jovens associados.

I.10 Moradores do Cacuaco preocupados com fissuras

Jornal de Angola

10 De Janeiro de 2014

Alguns edifícios da centralidade de Cacuaco, construídos há cerca de três anos, apresentam fissuras no exterior e interior. A situação deixa os moradores preocupados, tendo em conta que os prédios são novos e a maioria ainda está desabitada.

A empresa construtora da Centralidade de Cacuaco tem conhecimento da situação e já colocou equipas com elevadores de construção no local para corrigir as falhas, que são visíveis na parte exterior. Depois de identificadas as fissuras, os técnicos sobem em

andaimas, demarcam as zonas afectadas e fazem as correcções necessárias.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola esteve no local e constatou que as reparações estavam a ser feitas em pelo menos dois prédios localizados no Bloco 6.

Os moradores dos demais prédios com fissuras esperam que o trabalho de reparação seja abrangente e beneficie todos os edifícios que se encontram nessa situação.

Questiona-se a qualidade das obras e os preços dos apartamentos praticados pela SONIP (Sonangol Imobiliária e Propriedades), que ainda não indicou o órgão para gerir a centralidade.

Falta de água

Além das reclamações das fissuras nos edifícios, os moradores queixam-se da falta de água há mais de dois meses, por motivos que ninguém esclarece. Os moradores dizem que não foram informados das razões do corte no fornecimento, nem pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) nem pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP). Como alternativa, alguns moradores carregam bidões para enchê-los fora da centralidade, em casa de familiares ou amigos. Outros pagam a alguém para acarretar água, que custa entre 300 e 400 kwanzas cada bidão retirada de uma conduta que foi vandalizada na cidade, face à carência do líquido na Centralidade de Cacuaco. A distância entre a conduta e o prédio do cliente determina o preço de quem acarreta a água. Antes o fornecimento era feito no período da manhã das seis às dez horas e à tarde das 16 às 18 horas.

Esta situação está a criar grandes constrangimentos e inibe muitas pessoas que adquiriram apartamentos na Centralidade de Cacuaco a fazerem a mudança.

I.11 Obras de Santa Ebgrecia em Luanda

Jornal Acapital

11 De Janeiro de 2014

Entre as sobras do ano passado figura o projecto de tratamento da lagoa de São Pedro, ao Cazenga, contemplado na requalificação urbana da área, que incluirá a construção de habitações, armamentos, zona florestal e áreas de lazer, tornando-a em zona turística.

As águas já começaram a ser escoadas para a vala do Suroca, e já está construído o canal que vai ligar os dois outros pontos de drenagem na rua do Patrício.

Contudo, o tão desejado projecto de transformar aquele local em área turística, pelos vistos, parece ainda uma miragem. No momento em que fechávamos esta edição, o Cazenga estava em festa por completar mais um ano desde a sua ascensão à categoria de município.

Mesmo assim, aos olhos dos seus habitantes, o que mais aparecia eram obras inacabadas, projectos anunciados mas nunca concluídos, enfim. Um dos já velhos casos é o da 5ª Avenida e outras, cuja melhoria retarda e retarda, ano após ano sem que se vislumbrem dias melhores.

No centro da cidade o cenário não é muito agradável, também. Apesar de estarem a despontar uma série de edificações, até da mais moderna arquitectura, há prédios, uns inacabados, já lá vão longos anos, outros precariamente envelhecidos no tempo, promovendo um grande contraste com o novo visual que se pretende dar à capital do país.

Na rua Marien Nguabi, propriamente no largo da Maianga, encontramos um edifício inacabado que lá está, segundo fontes históricas, desde 1974. Há quem diga que não é demolido nem acabado por falta de entendimento entre as autoridades e o dono do mesmo que, alegadamente, pede uma soma avultada de valores monetários para ceder a estrutura.

E por se tratar de algo abandonado, já serviu como moradia para supostos delinquentes, e como casa de prostituição.

Actualmente está vedado, por ordem do Governo Provincial, e é guarnecido por um segurança privado.

Já na rua Alexandre Pires, antes do supermercado Maxi, existe uma residência que está vedada há mais de dois anos. Não tem sequer um indicador de qualquer data para o início de obras. Como não tem dono aparentemente, serve de arrecadação para alguns jovens ambulantes.

O pouco que se pôde apurar é que a casa pertence a um antigo governante de Malange, actualmente deputado à Assembleia Nacional pelo MPLA. Não é tudo quanto a manchas no soalho da cidade. Entre elas está ainda, e no mesmo lugar, o antigo edifício da primeira estação dos Caminhos-de-ferro de Luanda, património histórico-cultural. O mesmo está arrendado a três cidadãos oeste-africanos que, para piorar o quadro, abriram cantinas.

O largo Mutu Ya Kevela, frente à escola do Magistério Primário, antigo liceu Salvador Correia, está vedado a quase um ano, tanto quanto se sabe, para dar lugar ao que se presume virem a ser as

futuras instalações do parque de estacionamento e revitalização do largo com o mesmo nome. Por enquanto só está a vedação sem sequer um sinal de empreitada pautado.

Na rua Comandante Che Guevara no entroncamento com a Avenida Comandante Kwenha, existe um quintal vedado já lá vão dois anos. Os seguranças que controlam a vedação transformaram-no em parque de estacionamento. Como nos demais lugares, não existe previsão de início de obras.

Em frente ao cine Luanda, na rua Rey KatiavaIa, encontra-se um edifício vedado há mais de 12 anos. Diz-se ser pertença da Universidade Agostinho Neto e terá sido vedado para a reabilitação geral do lar do estudante nº 4 Só que, de lá para cá, nem água vem nem água vai.

No Kinaxixi damo-nos logo com o triste aspecto do famoso prédio da Lagoa, cujos habitantes foram evacuados há pouco menos de dois anos. Disse-se na altura que haveria de ser demolido. Lixo, ruína, é tudo o que resta.

Já noutro extremo da cidade, o local onde estava a antiga Feira Ngoma, desde a sua demolição está cercado e transformado em estaleiro de uma empresa de construção. O que se vai projectar naquele local parece estar no segredo dos deuses. O mesmo pode-se dizer do estaleiro adjacente à Rádio Nacional de Angola, um verdadeiro produtor de britas e serve como residências para alguns expatriados.

O mesmo pode-se dizer da vedação da escola Ngola Kanini, justamente, em frente ao Quartel-General das Forças Armadas Angolanas, que, para além das chapas que cobrem o local, só restam as paredes envelhecidas daquele monumento

Os edifícios conhecidos como "Prédio do livro" na rua Soba Mandume, bem como os que o circundam, estão em degradação, sem esquecer outro "Prédio do livro", da Maiaga.

Lembre-se que depois do desabamento do antigo edifício de sete andares onde funcionou a Direcção Nacional de Investigação Criminal, DNIC, uma comissão tinha sido criada com a finalidade de proceder ao cadastramento dos demais prédios em situação de risco na cidade de Luanda, na altura, coordenada pelos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

I.12 Construção de casas decorre a bom ritmo

Jornal Economia e Finanças
17 De Janeiro de 2014

Perto de 90 moradias de média renda serão construídas este ano, na província do Kwanza-Norte, anunciou recentemente o governador local, Henrique André Júnior. Na ocasião, o governante destacou a conclusão das 500 casas sociais, tendo avançado igualmente que as obras serão executadas no quadro dos programas integrados de desenvolvimento rural e combate à fome e à pobreza.

Projectos

No capítulo das infra-estruturas de saúde, Henrique Júnior disse que a província tem projectada reabilitação e ampliação do hospital municipal de Cambambe, a construção do hospital municipal de Samba Caju, a edificação de cinco postos de saúde e a construção de 10 novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável. O governante disse estar ainda prevista para 2014 a reabilitação de 170 quilómetros de estradas terciárias da província, visando o reforço da actividade dos camponeses no escoamento da produção agrícola dos campos para as cidades. A melhoria do sistema de fornecimento e distribuição de energia eléctrica às cidades de Ndalatando e do Dondo, a construção da nova linha de abastecimento de energia ao município de Kiculungo, referiu, afiguram-se igualmente como empreitadas a serem executadas pelo governo da província durante o ano.

Henrique Júnior pediu o envolvimento e empenho de toda sociedade na realização das tarefas que visam o combate à fome e à pobreza nas famílias, tendo sublinhado o contributo das igrejas e organizações não-governamentais que concorrem para a materializações das acções do Governo.

Potencialidades

Com urna extensão territorial de 24 mil e 110 quilómetros quadrados a província do Kwanza-Norte dista a cerca de 190 quilómetros de Luanda, capital de Angola, e conta com urna população estimada em cerca de 500 mil habitantes. A província é ligada por várias estradas nacionais que a ligam para a capital angolana e o interior do país. Essencialmente agrícola, a província tem inúmeras potencialidades principalmente no ramo alimentar. Actualmente, estão a ser reabilitados os campos agrícolas, para o relançamento do cultivo do ananás, mandioca e hortícolas.

I.13 Casas concluídas em Julho

Jornal de Angola
18 De Janeiro de 2014

As 600 casas da nova aldeia de Caxicane, que podem estar concluídas até Julho, destinam-se a 480 famílias que vivem nos arredores, muitas em zonas de risco, afirmou ontem a ministra da Família e Promoção da Mulher.

Filomena Delgado, que visitou a nova aldeia de Caxicane onde já vivem 300 famílias camponesas, verificou a conclusão do Centro Integrado de Serviços Públicos e o Centro de Formação de Empreendedores "Saber Fazer", que tem salas para ensino de informática, culinária, corte e costura e manutenção das casas. A ministra deslocou-se também ao campo agrícola, com sete hectares, no qual cerca de 50 mulheres dispõem de 100 metros de cumprimentos e dez de largura para plantação de vários produtos.

Filomena Delgado, após plantar uma bananeira, visitou o jango comunitário, o mercado rural e o centro de captação, tratamento e distribuição de água potável.

As 600 casas, disse, vão igualmente beneficiar as pessoas destacadas para trabalhar na localidade, como professores, técnicos de saúde e efectivos da Polícia Nacional. A aldeia de Caxicane pertence à comuna de Catete e "sua população é constituída maioritariamente por camponeses e pescadores.

I.14 Rua 12 de Julho de mal a pior

Semanário Angolense
18 De Janeiro de 2013

Os moradores da rua 12 de Julho no distrito urbano do Sambizanga acusam a administração local de não interessar-se pelo bem-estar da população, principalmente dos que habitam naquele bairro, mas também de todos quantos, diariamente utilizam aquela via, bastante concorrida, devido à sua localização.

A 12 de Julho encontra-se em péssimas condições, cheia de enormes buracos que rebentam as viaturas dos que circulam por ela e também causa sérios dissabores aos transeuntes.

Dona Maria de Lourdes, moradora do bairro há mais de 20 anos, afirma que a rua 12 de Julho já teve bons tempos, mas a situação agravou-se desde que os esgotos deixaram de ser funcionais por falta de

manutenção, que devia ser feita por técnicos da própria administração.

A senhora disse ainda que os moradores da rua realizaram diversas campanhas de limpeza, para ajudar a manter o bom estado e limpeza da via, mas os esforços dos populares fracassaram por falta de apoio das autoridades locais.

A moradora afirma que já pediram ajuda à administração do Sambizanga, mas todas tentativas foram frustradas. Por falta de esgotos para o escoamento das águas, quer das chuvas, como as residuais, estas foram-se acumulando sobre o tapete asfáltico que, com a constante circulação de viaturas, se foi degradando até atingir o estado actual.

A população lamenta a falta de vontade da administração local em reabilitar aquela rua, uma vez que se trata de uma das principais artérias dá acesso ao Sambizanga e outros bairros.

Como já se fez referência, a situação preocupa sobremaneira os automobilistas, principalmente os que têm aquela rua como a principal via para os seus locais de 'residência. Este é o caso de Eduardo Manuel que circula por ela há mais de 10 anos. O cidadão afirma que a sua viatura ficou várias vezes danificada devido as péssimas condições em que se encontra a estrada e apela para que as autoridades locais sejam coerentes e encontrem uma solução rápida para que a rua 12 de Julho, que até não é tão extensa, volte a ser o que já foi. «É para isso que nós pagamos a taxa de circulação rodoviária todos anos», sublinhou.

Administração nega responsabilidade

Em resposta à preocupação dos moradores e automobilistas da rua 12 de Julho, a administradora do distrito urbano do Sambizanga, Mara Baptista Quiosa, disse que a reabilitação daquela rua não depende da administração local, mas sim do Ministério do Urbanismo e Construção.

«Recentemente, a administração local, fez um trabalho paliativo para minimizar a situação crítica em que se encontra a via passando uma camada asfáltica, e endireitou os passeios para que os munícipes e os automobilistas da circunscricção circulem sem qualquer obstáculo», adiantou.

Mara Baptista concorda que deve ser feito um trabalho completo no 12 de Julho, começando pelos esgotos que estão obstruídos. Nas actuais condições a população não tem onde deitar as águas residuais e a falta deste bem indispensável «esgotos», permite a degradação acentuada da estrada e dos passeios, «o que prejudica o trabalho realizado».

A administradora daquele distrito disse ainda que o problema da referida rua já se arrasta por muitos anos. Por isso, todas as tentativas foram feitas junto do Ministério de tutela para que faça parte do orçamento de 2014. «Mas a resposta obtida refere-se a reabilitação da avenida Lueji ya Nkonda.

O número um do distrito urbano do Sambizanga pede maior paciência aos munícipes e automobilistas afirmando que haverá dias melhores.

I.15 Casas no Zango desagradam moradores dos bairros Chicala 2 e Kilombo

Jornal O PAÍS

24 De Janeiro de 2014

Cerca de mil famílias, que habitavam nos bairros Kilomibo e Chicala 2, no distrito da Ingombota, começaram a ser realojadas esta semana na comuna do Zango, em Viana, no âmbito de um programa do Governo Provincial de Luanda que visa a requalificação da capital do país.

A entrega das casas sociais é resultado de um processo de cadastramento que ocorreu nos meses de Novembro e Dezembro de 2012, onde terão sido abrangidas as famílias envolvidas no processo, apesar de ainda existirem algumas queixas.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) publicou no último Sábado, 18, no Jornal de Angola, a lista dos beneficiários, uma informação que apanhou de surpresa centenas de moradores que até então não tinham o conhecimento exacto do início das demolições das residências que habitavam e da consequente transferência para o Zango.

"Fomos cadastrados em Novembro de 2012 e nunca nos informaram sobre o dia exacto das demolições, a Segunda-feira de madrugada surpreenderam-nos com um poderio militar e que não permitiu a entrada de mais ninguém no interior dos bairros", disse contou a moradora Miquelina António.

Isabel Simão, que já teve uma primeira casa demolida no bairro do Iraque, mudou-se para a Chicala, onde também foi 'convidada' a abandonar o local e transferir-se para o Zango.

Por seu lado, Albertina João diz que antes das demolições foi advertida que não fizesse alterações na residência que possuía no barro do Kilombo. Não levou a sério os avisos, efectuou algumas mexidas e arrendou o anexo que possuía. Por ironia do destino, a senhora terá de partilhar a nova residência no

Zango com o seu inquilino, por sinal um homem muito mais novo que ela.

O morador Manuel Garcia, que também passou para as casas sociais em Viana, garante que estas residências não oferecem minimais condições de habitualidade. Além de serem pequenas, conta o jovem, as casas não têm os quintais cobertos para a protecção das crianças.

A mesma preocupação apresenta Luzia António Manuel, que viveu mais de 13 anos na Chicala. Segundo ela, a grande preocupação é a falta de escolas no Zango e a distância que separa esta comuna da Urbanização Nova Vida, onde trabalha.

Os nossos filhos correm o risco de não estudarem neste ano lectivo 2014, atendendo que as escolas já encerraram as confirmações', reclamou a senhora.

Mas, William Kiala, que viveu 12 anos no bairro Kilombo, deixou a sua nova área de jurisdição para reclamar junto da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, órgão responsável pela distribuição das moradias.

O jovem contou que as condições da casa que lhe foi entregue na Terça-feira²¹, não são as que esperava. 'Mal começamos a utilizar, as fossas já têm vestígios de fissuras', explicou, acrescentando que 'era bom que o Governo preparasse já uma área residencial para os moradores daqui, porque nós não queremos repetir a história dos ilhéus do Benfica ou dos vizinhos da ex-favela'.

As desconfianças fazem com que muitos dos agora transferidos se mostrem reticentes em relação ao final do processo. Há quem diga mesmo que dificilmente os moradores terão condições condignas, a julgar pela qualidade das casas a que tiveram direito o primeiro grupo de beneficiários.

'Quem não tem viatura perderá o emprego, porque não será fácil sair de Viana para o centro da cidade, onde a maioria de nós trabalha", disse Isabel João.

I.16 Luanda sem memória, nem património

Novo Jornal

24 De Janeiro de 2014

TAL COMO OS INDICADORES apontam para um crescimento robusto da economia angolana, Luanda parece seguir o traçado destas previsões estatísticas, estando no centro das operações económicas e do grande crescimento infra-estrutural que se regista no país. Contudo, o facto de os

indicadores apontarem para um crescimento assinalável da cidade, sobretudo na zona baixa e arredores com o surgimento de centralidades e condomínios, a questão da memória patrimonial e da identidade histórica da própria cidade parece ser a principal vítima do rosto que Luanda ganhou na última década.

Altos e modernos edifícios, erguidos precisamente numa zona onde pouco ou nada resta da sua memória patrimonial, Luanda apressa-se, na opinião de alguns especialistas, a ficar sem uma identidade histórica que já foi referência internacional, numa altura em que ainda se ouvem clamores na sequência da destruição do Mercado do Kinaxixi, da remodelação do antigo Palácio D. Ana Joaquina, e do abandono de alguns edifícios já classificados pelo Ministério da Cultura como património nacional, como, por exemplo, os situados na Rua dos Mercadores, entre outros subaproveitados.

COMO MANTA DE RETALHOS

O engenheiro Victor Fontes entende que Luanda está a sofrer o fenómeno de todas as grandes urbes que crescem demasiadamente rápido em período de grande crescimento económico. Só que no caso angolano, refere o especialista, algo agravado por uma situação conjuntural que levou a um fluxo migratório para a capital, onde, aparentemente, todas as oportunidades existiam. Como resultado, acrescenta, houve ainda uma afluência demasiado grande e repentina de pessoas, aliado' ao facto de até ao momento não se ter mostrado capacidade de planear o desenvolvimento da cidade.

"A cidade surge como uma manta de retalhos onde coexistem as pérolas que se vão construindo para pôr algum brilho na nossa capital. Um brilho sempre milionário, mas junto com os sinais de pobreza e de insuficiência do Estado que procura gerir quer a questão social o que não é fácil como a própria gestão espacial da acomodação das pessoas", afirma Victor Fontes, para quem os factores enumerados têm tido um impacto extremamente negativo nas infra-estruturas. "Hoje em dia o grande problema de Luanda é de infra-estruturas que não existem para a densidade populacional, a par de uma enorme descaracterização da cidade", considera o especialista.

O ambientalista Vladimir Russo reconhece, por seu turno, que temos hoje uma Luanda a caminhar para uma metrópole com resquícios de musseque desorganizado. Para o ambientalista, existe uma Luanda que se está a modernizar do ponto de vista arquitectónico, embora com estilos diferentes e ousados, mas longe ainda de se tornar numa cidade harmoniosa. Tudo isso, refere, foi provocado pelo

fluxo migratório de pessoas para capital, que contribuiu para a degradação da cidade, uma vez que as infra-estruturas básicas, incluindo redes técnicas, viárias e zoneamentos, não cresceram ao mesmo ritmo que o crescimento populacional e concentração de pessoas no casco urbano e na periferia.

DESTRUIÇÃO DO PATRIMÓNIO

Não obstante as acções que têm sido levadas a cabo pelo Ministério da Cultura, classificando edifícios da zona baixa da cidade, ainda assim observa-se um avanço desenfreado de obras com edifícios modernos em lugar do degradar da situação de velhos edifícios, alguns dos quais com as respectivas placas expostas, a indicar ser património nacional. Mas, parece que a questão não se esgota em pequenos números de edifícios velhos, O problema promete atingir um todo da velha cidade:

"O Largo do Pelourinho, a rua das Alfândegas está num, estado que dá dó. Nas transversais que dão à marginal, desde a própria Rainha Ginga, particularmente até ao Petro Atlético, está tudo absolutamente num estado degradante. E isso não é mais do que um reflexo deste desenvolvimento que se faz procurando um efeito de curto prazo, sem ter respeito pela cidade", o desabafo é de Victor Fontes.

O bastonário da Ordem dos Arquitectos, Victor Leonel, identifica o problema como resultado de uma situação que ocorreu de modo repentino, logo após o culminar do conflito armado, que não deu muita margem de manobra para uma análise mais circunstancial da situação do património. O responsável dos arquitectos pensa que se tivesse havido alguma calma, provavelmente Luanda tivesse um desfecho como teve, exemplo, a Havana Velha ou a Ribeiro do Porto, cidades que a Unesco considerou património da humanidade.

Apesar do modelo de arquitectura da zona baixa da cidade mostrar como era o traçado dos edifícios construídos em épocas anteriores, várias outras questões levantam-se. Uma das quais é a que é trazida à mesa da análise pelo bastonário da Ordem dos Arquitectos: "A grande questão que existe, e que é um facto consumado, é que se o património não tiver utilidade não tem valor. O património deve ser conservado e utilizado. Não deve ser só conservado. Porque manter um edifício com valor patrimonial é caro, e ele precisa gerar um valor adicional".

Uma resposta objectiva a esta questão levantada seria, como por exemplo, a Rua dos Mercadores, que, segundo o bastonário dos arquitectos, carece de uma certa utilidade. Para o responsável, as fachadas dos edifícios ali existentes deviam ser trabalhadas, de

modo a que se viesse a dar utilidade àquela rua, para que tivesse vida e fosse valorizada por quem a visitasse. "Podem ser mantidas as fachadas, com o traçado antigo, mas no interior mudar completamente", afirma.

Por outro lado, Victor Leonel entende também que o Ministério a Cultura deve valorizar o património, além do trabalho que já tem sido feito. Pelo que esta valorização não devia ficar apenas pela classificação, como até agora tem ocorrido. Para o arquitecto, é preciso valorizar dando utilidade ao edifício classificado. Victor Leonel alertou para um aspecto técnico que deve

ser compreendido como uma situação real, a de que manter um edifício com valor patrimonial representar elevados custos.

"Passamos pela Rua dos Mercadores e olhamos tudo em volta e existem coisas velhas. Não precisa ser velho, precisa ter imagem antiga, mas edifícios aparentemente novos.

É uma questão que o Ministério da Cultura deve pegar e lançar mãos à obra. No meu ponto de vista, a Cultura devia adquirir estes edifícios todos e ela mesma fazer a intervenção e dar uma nova roupagem. Estes edifícios deviam pertencer à cultura e não aos privados", considerou.

PLANO DIRECIOR

Desde a independência, Luanda já terá tido pelo menos três planos directores. Até à data, em que se fala num plano director a ser aprovado proximamente, nada levou a que este importante documento viesse à luz como dispositivo legal. O que tem resultado desde então em decisões que são tomadas isoladamente, por inexistência de um diploma legal que zen ajude a acompanhar o crescimento das infra-estruturas urbanísticas.

Para o engenheiro Victor Fontes, os planos directores só são úteis se depois as pessoas submeterem aos mesmos e se eles passarem a ser lei. "O edifício defronte ao Karl Marx, erguido num antigo parque de estacionamento, por exemplo, que plano director permitiu acomodar um edifício daqueles naquela avenida que tinha um certo ordenamento?", questiona-se Victor Fontes.

Diante da ausência de um plano director para a cidade, Victor Fontes considera não existir uma linha condutora no desenvolvimento da cidade. "A decisão que se tem vindo a tomar e que se tem vindo agravar, de escolher a baixa de Luanda para o viveiro de grandes edifícios, procurando fazer desta zona mais uma cidade à imagem das baixas das cidades

americanas ou do médio oriente, mostra que de facto não existe reflexão. Não existe um respeito pela cidade. Existe a necessidade de mostrar uma nova riqueza o a qualquer preço e sem enquadrar esse esforço num plano que valoriza a cidade", alega.

Já o ambientalista Vladimir Russo afirma que sem a aprovação rápida e implementação coerente e cuidada do Plano Director de Luanda, a cidade poderá continuar a caminhar para uma "selva urbana", onde o ambiente caótico e as intenções de cidade harmoniosa irão colidir com uma frequência abismal. Vladimir Russo constata que Luanda, enquanto província, continua com esperanças de se tornar num ponto turístico com muitas áreas de interesse ambiental e cultural que devem ser preservadas e divulgadas. "É uma Luanda extremamente agitada e poluidora de dia e mais calma e reservada de madrugada", alerta.

ANTI-MODERNISMO

Um outro problema identificado pelo engenheiro Victor Fontes, como sendo um factor que tem empenado o diálogo entre especialista e o Estado, tem que ver com uma alegada acusação contra as vozes que se dizem discordantes. "Quando alguém faz uma afirmação contra os novos grandes desenvolvimentos, novos edificios, há uma tendência de procurar colar a uma pretensa falta de perspectiva dessa entidade. Quase como se ela fosse contra a modernização e contra o desenvolvimento", atira o engenheiro.

Contrariamente ao entendimento que se faz, o especialista diz que uma cidade tem muito valor quando tem alma, quando tem algo que a distingue das outras. "Se nós vamos pelo caminho que estamos a seguir, e eu não sei até que ponto ainda é possível salvar alguma coisa, o que nós vamos é ser mais uma cidade com prédios altos, que se vai confundir com uma centena de outras", admite.

A SOCIEDADE CIVIL E LELUANDA

A sociedade civil e a sua intervenção também nessa questão da cidade foi também citada por Victor Fontes.

Para quem uma sociedade tem de desenvolver-se num ambiente em que haja elementos de pressão e que faça com que quem decide tenha contribuições que lhe permitam outras visões sobre determinado problema antes de tomar uma decisão.

O engenheiro identifica dois problemas na actuação da sociedade civil em Luanda. A saber: um que é o facto de haver ainda pouco espaço para os elementos de pressão, tais como associações, organizações da

sociedade civil, de uma forma geral. Outro: o facto de existir uma concepção errada do poder de decisão, que, segundo disse, confunde a crítica com o ataque ao seu poder. "Tivemos aqui situações que são muito claras a esse respeito. Alguns casos onde houve alguma tentativa da sociedade civil fazer lembrar a importância de determinados elementos arquitectónicos ou lugares, estou agora a lembrar-me do Palácio Dona Ana Joaquina e do mercado do Kinaxixi, remata.

O AMBIENTE EM LUANDA

Um outro item da abordagem deste dossier sobre a capital é o ambiente existente em Luanda. O seu estado e como este, durante os últimos anos, tem sido afectado pela forma como a cidade vai-se desenvolvendo.

De acordo com Vladimir Russo, existem neste momento várias intervenções macro que têm contribuído para a melhoria da imagem da capital, mas os principais desafios continuam associados ao trânsito infernal, particularmente nos dias de chuva, a gestão dos resíduos sólidos, onde ainda é possível identificar autênticos atentados à saúde pública e ausência de vegetação.

"O Plano Director de Luanda, que está actualmente a ser elaborado e que pretende ser desenvolvido com o contributo de todos, é sem dúvida a medida mais acertada. Não é possível desenvolver e requalificar uma cidade sem que os princípios básicos de para onde caminhamos sejam definidos", afirma como nota positiva ambientalista.

Ainda segundo o ambientalista, tem havido um esforço do Governo da Província de Luanda, mas este esbarra por vezes na falta de recursos, na dificuldade de manter e gerir obras recentemente executadas e no incumprimento das normas de vivência numa cidade de muitos cidadãos.

AS NOVAS CENTRALIDADES

A solução, de acordo com Vladimir Russo, tem sido as novas centralidades que são, na sua opinião, importantes para desafogar Luanda, dado o espaço na província e a expansão para fora da cidade que deve sempre respeitar os princípios de funcionamento da cidade e cidades satélites. Contudo, existe a questão do ambiente que nunca é posta de parte. Para melhor se preservar as condições ambientais nas áreas das novas centralidades, referiu, há que primar não apenas pelos espaços verdes, mas também pela optimização dos recursos e implementação de tecnologias ambientais. Por outro lado, acrescentou, tem de haver um investimento maior e continuo na

educação ambiental e cívica de forma que as pessoas que venham a habitar tais centralidades possam preservar a coisa pública e as infra-estruturas que lhe servem diariamente. O processo de descentralização de serviços deve ser, ainda segundo ambientalista, continuado para restringir a movimentação de pessoas para o centro da cidade.

SAÚDE PÚBLICA

Factores como a poluição têm resultado sempre na degradação da qualidade de vida das pessoas que, por sua vez, tendem a contribuir igualmente para uma degradação ambiental potencializando este ciclo vicioso. Vladimir Russo refere que estes aspectos têm também uma implicação na saúde pública e na economia da província e do país.

"Se tivermos os funcionários constantemente doentes ou "aprisionados eternamente" no engarrafamento das nossas vias haverá uma quebra no ciclo de produção. Por outro lado, o stress gerado pelo trânsito engarrafado e poluição visual causada pelo amontoado de lixo, gera atitudes e comportamentos negativos no cidadão", asseverou.

GESTÃO AMBIENTAL

Vladimir Russo salienta que a elaboração, aprovação e implementação de Plano Director para Luanda que contenha as directrizes ambientais de cidades harmoniosas é o primeiro passo para a gestão do ambiente em Luanda, pois depois existem acções que dependem do sector privado que podem melhorar os seus processos de gestão ambiental e contribuir para a melhoria das condições ambientais da cidade de Luanda.

Por outro lado, o ambientalista recomenda a redução do consumo para diminuir a quantidade de resíduos produzidos. Nesse sentido, disse, o importante seria a implementação de programas de reciclagem e reutilização dos resíduos, permitindo criar empregos e gerar riqueza. "A aposta na qualidade dos recursos humanos para a gestão ambiental deve ser igualmente uma aposta para produção de quadros capazes de lidar com uma cidade em crescimento exponencial rápido. É também necessário implementar a legislação ambiental em vigor e aplicar correctamente o princípio do poluidor-pagador", apontou como principais soluções para gestão ambiental da capital.

Como nota positiva, o ambientalista aponta para a melhoria que tem havido relativamente à produção legislativa, criação de instituições de protecção ambiental, tanto a nível do Executivo como da sociedade civil, adicionado a isso o aumento de recursos humanos e financeiros que têm servido para

a execução de programas ambientais. Apesar disso, Vladimir Russo constata que há cada vez mais pessoas e menos acções de educação ambiental, o que tem resultado numa degradação ambiental visível diariamente.

"O surgimento e a consolidação de uma classe média que não existia há 20 anos está a criar hábitos consumistas nocivos ao ambiente. Há 20 anos não havia muita informação, faltava empenho político e os problemas ambientais eram localizados. Actualmente Luanda está globalizado, com maior vontade política mas menos vontade de mudança para melhor devido à velocidade de crescimento. Os problemas são agora difusos e estão em todo o lado", concluiu.

O DRAMA DO TRÂNSITO

"Qualquer metrópole do tamanho de Luanda, com cerca de seis milhões de habitantes tem problemas de trânsito. O nosso caso é mais grave porque o caos no trânsito deve-se a todo um conjunto de situações anómalas que se foram acumulando ao longo dos anos e cuja solução é difícil, custa caro e requer medidas drásticas e incisivas", reconhece o presidente da Autoridade de Transportes de Luanda, Helder Preza.

Embora admita que a questão do trânsito ou do caos no trânsito não é um problema exclusivamente de Luanda, sendo que várias cidades do mundo enfrentam o fenómeno, Helder Preza refere que estudos indicam que as causas e soluções são semelhantes. "Uma aposta forte em melhorar o sistema de transporte público urbano é fundamental. Sem esta medida, qualquer outra constituirá um paliativo e não terá efeito duradouro. Em paralelo, é necessário que se ponha termo à anarquia instalada no desenvolvimento urbano de Luanda", recomenda o responsável.

CRESCIMENTO ANÁRQUICO

De acordo com Helder Preza, o problema principal da cidade de Luanda, com impacto directo no trânsito, é o crescimento anárquico. Mesmo nas situações onde o desenvolvimento é feito com alguma orientação, salienta, a preocupação principal das autoridades tem sido a habitação. "Ora sabemos todos que muito mais do que habitar, as pessoas precisam de viver. A vida das pessoas vai para além da habitação. Elas precisam de estudar, trabalhar, divertir-se, orar, nascer e morrer. Têm todo um conjunto de necessidades que não podem ser satisfeitas se não houver um planeamento de desenvolvimento urbano sério e feito por

profissionais na matéria", admitiu a autoridade de transporte em Luanda.

Por outro lado, Hélder Preza alerta que a proliferação de condomínios habitacionais, alguns deles promovidos pelo próprio Estado, sem a devida atenção a outras necessidades humanas, 'além da habitação, entre as quais a mobilidade das pessoas, têm levado a que a cidade esteja descaracterizada, tendo como resultado o caos no trânsito que temos verificado.

5ª CIDADE MAIS FEIA DO MUNDO

O responsável pela Autoridade de Transportes de Luanda apelou a uma revolução, se quiser transformar Luanda numa cidade boa para viver. Numa avaliação recentemente feita por uma organização internacional, Luanda foi considerada, em 2013, como a quinta cidade mais feia do mundo. "Alguns de nós podem até não concordar com esta avaliação. Mas a mesma representa uma indicação da percepção dos avaliadores sobre a nossa cidade e, portanto, deve constituir um elemento de reflexão para os gestores da cidade", disse, adivinhando um outro quadro pior que o presente:

"Se não formos capazes de alterar drasticamente alguns dos nossos procedimentos, não tenho dúvidas que a Luanda do futuro vai ser pior que a do presente".

O FIM DO CAOS?

Tal como em outras cidades do mundo, Hélder Preza acredita que o caos no trânsito de Luanda tem solução. Não que isso signifique que os engarrafamentos possam ser integralmente eliminados. Mas esta autoridade acredita que é possível reduzi-los a situações pontuais, temporárias e previsíveis. "Se me perguntar se a solução é fácil, eu direi que não. Se me perguntar se a solução é trivial, também direi que não. Diz um ditado que os problemas só são problemas porque as soluções são difíceis", atirou.

Contudo, esta autoridade acredita estar ciente de uma só coisa: "O problema do trânsito não pode ser visto como um problema isolado dos demais da cidade. Eis porque a sua solução passa pela solução de outros problemas contribuintes. Questões como transporte público, manutenção das infra-estruturas da cidade (águas, esgotos, vias rodoviárias), venda ambulante, cumprimento das normas por parte dos cidadãos, estacionamento anárquico, são algumas que precisam de ser equacionadas para que possamos ter um trânsito ordenado".

1.17 MINJUD acusado de despejar centenas de famílias no Zango IV

Jornal Manchete

24 De Janeiro de 2014

Centenas de famílias residentes no Zango IV, acusam supostos funcionários do Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) de as ter despejado, alegadamente, por terem adquirido as residências a pessoas que se fizeram passar por proprietárias das mesmas.

De acordo com as fontes estes supostos funcionários sublinharam que as residências em causa pertencem ao MINJUD e as chaves que possuem foram forjadas por pessoas que se faziam passar por donas.

Joana Domingos, funcionária pública, diz que adquiriu a casa em 2012, por intermédio de funcionários do Governo Provincial de Luanda e, hoje, passado mais de um ano e meio aparecem pessoas a reclamar que a mesma foi ocupada ilegalmente.

"Isso é brincadeira!", exclamou.

A interlocutora afirmou possuir todos os documentos que atestam a compra do referido imóvel.

"Esses senhores brincam connosco, aquando da compra das casas fomos informados pelos senhorios que as mesmas eram residências de algumas famílias carenciadas, contudo, aquelas que decidiram as vender, agora dizem outra coisa", desabafou Lazarino Miguel, outro comprador. Segundo a versão de Lazarino, ele adquiriu a sua residência a uma família que já se encontrava de malas feitas para a sua terra natal. "Daí chegamos a um acordo sobre a aquisição do referido imóvel, foi assim que comprei, mas hoje surgem pessoas a nos tirar das casas, alegando que as mesmas pertencem ao MINJUD". Quem tem a mesma versão de Lazarino Miguel é um intendente da Polícia Nacional, que diz não concordar pelo comportamento dos indivíduos que hoje se fazem passar de proprietários das casas.

"Os homens aparecem com alguns agentes da polícia, invadem as residências, tiram os haveres para fora sem o consentimento dos donos, deixem papéis com os números a pedirem que devemos nos dirigir ao Gabinete Jurídico do MINJUD, quando vamos para lá nos recusam receber", disse o policial, que não quis ser identificado.

De acordo com o jovem Manuel Luís, os protagonistas dos despejos são os senhores

identificados com os nomes de Gonçalves, Emília e João.

Assis que se apresentam como sendo talhadores do Gabinete Jurídico MINJUD.

"Queremos saber do ministro Gonçalves Muandumba ou de um dos responsáveis o que é que se passa na verdade?", disse, esperançoso na resolução do problema.

MINJUD fala em sabotagem

Contactado sobre o assunto, João Assis, funcionário do Gabinete Jurídico do MINJUD disse que os moradores em causa adquiriram as residências por caminhos ínvios, uma vez que as mesmas estavam desocupadas, tendo os vendedores, forjado às respectivas chaves.

João Assis referiu, também, que as casas foram construídas para as instituições ligadas ao associativismo juvenil, e que passado algum tempo indivíduos aproveitadores entenderam que deveriam sabotá-las e se esqueceram de que o MINJUD ainda tinha em conta do seu património.

O responsável esclareceu, igualmente, que centenas de famílias que viviam ali abandonaram voluntariamente a zona e que somente apenas três famílias é que estão rebeldes.

1.18 Os nossos problemas residem nos municípios

Jornal Economia e Finanças
24 De Janeiro de 2014

Os arquitectos angolanos, mesmo que em número reduzido, têm capacidades técnicas para assegurarem a implementação de projectos exequíveis e harmonizados com os hábitos e costumes das populações. António Gameiro, que é também assessor do ministro do Urbanismo e Construção, aborda nesta entrevista sobre os grandes desafios do ordenamento territorial, deixando o desafio de as encomendas de projectos feitas por nacionais aos parceiros externos terem de ser melhor avaliadas. Para ele, há que se clarificar também as competências do poder público e operadores privados.

Que cidades temos neste momento? Temos, neste momento, cidades com os problemas que elas carregam, isto é, cidades com o casco urbano consolidado e as periferias que foram nascendo tanto antes e na pós-independência. Tudo isso, é fruto do êxodo que as populações tiveram face ao ambiente de guerra. Este processo deixou um vazio nas zonas

rurais e provocou um adensamento de populações nas grandes cidades, sobretudo as do litoral. Tudo isso ocorreu por razões naturais, porque as pessoas procuram melhores condições e protecção contra as vicissitudes. Isso levou também a que existisse uma procura muito grande por solo urbano e as administrações não tiveram capacidade de orientar a sua ocupação. Este processo ocorreu, na maior parte das vezes, de forma irregular, o que criou os assentamentos precários que conhecemos.

O que temos de fazer a partir desse momento?

Precisamos de assegurar que aí onde já existe ocupação de solo se melhore as condições de habitabilidade, aquilo a que chamamos de requalificação ou renovação, sempre com o objectivo de garantir melhores condições de habitabilidade. Todavia, é certo que tanto a requalificação como a renovação devem envolver vários processos como a análise aos estudos e aqui realçar a importância de participação daqueles que serão alvo das mudanças como beneficiários das iniciativas. Outrossim, é que vamos ter de construir novos bairros, novas urbanizações e quer um quer outro terão de passar por um processo de requalificação. Aqui, somos todos obrigados a fazer recurso aos instrumentos que existem para o ordenamento do território e urbanismo, isto é, a elaboração dos planos directores municipais, de urbanização e de pormenor, uma vez serem estes produtos daquilo a que chamamos a lei do ordenamento do território e do urbanismo.

Estaremos diante de uma falta de plano director nos mais variados projectos implementados pelo país? Estamos em presença da ausência desses instrumentos, pois que nem todos os municípios e cidades possuem planos directores, sendo estes os responsáveis pelo ordenamento do crescimento das cidades. Daí a necessidade de começarmos a conceber os planos orientadores e, como temos situações prementes, pois a realidade insta-nos à melhoria da qualidade de vida das populações, significa que não poderemos passar pela aplicação dos planos superiores previstos na lei. Legalmente, existem os planos principais de ordenamento do território. Há também os planos intermunicipais e os provinciais. Há ainda os municipais e por aí em diante.

Onde estará então a residir o nosso problema sobre o ordenamento territorial?

Claramente, os nossos problemas residem nos municípios. Só começando por pôr alguma ordem nos municípios é que saberemos como vão ser os planos provinciais e destes para o nível nacional.

Quais seriam as melhores soluções para desafogar os centros urbanos? As soluções passam pela observância dos princípios da requalificação e quando não podermos requalificar o que existe, no sentido de o melhorar, vamos então renovar e introduzir novos elementos de acordo com a realidade cultural e os desafios sociais das pessoas que vão beneficiar desses espaços.

Parece-nos também que os assentamentos que surgiram resolveram a problemática da habitação e aumentaram também a pressão de chegar-se ao centro da cidade?

Esta é uma verdade, mas de qualquer das formas não constitui menos verdade que em Luanda reside mais de um terço da população de Angola. Significa que o que está a ser feito em termos de oferta por residências ainda não cobre a demanda. É como dizer que tudo isso representa três ou quatro gotas num mar de necessidades. Portanto, temos de fazer muito mais, mas devemos ter em conta as áreas do interior, que devem ser potenciadas com o surgimento de novos e melhores empregos para que as pessoas possam aí fixar-se e evitarmos esta corrida para os centros urbanos. Não há dúvidas de que temos de evoluir para essa direcção e garantirmos que o interior disponha de emprego, habitações condignas e outros equipamentos sociais que contribuam para o melhoramento da qualidade de vida. E quem diz no interior, refere-se tanto para os municípios, comunas e bairros como zonas rurais.

Não estará a faltar participação de muitos outros sectores nessa estratégia de atrair as pessoas para as zonas do interior?

Sem dúvidas. E temos todos de, no médio prazo, participar na apresentação das melhores soluções para que se trave essa tendência, até porque as necessidades não esperam e a falta de acção, sobretudo das autoridades, poderá resultar num crescente surgimento dos chamados assentamentos informais. Portanto, precisamos de conceber planos que não tenham de ter muita profundidade do ponto de vista do refinamento do projecto. Isso quer dizer que o fundamental é que as autoridades definam os arruamentos, loteamentos e aplicação de equipamentos sociais e orientem as pessoas em como elas deverão ocupar estes espaços. É importante aqui referir que quem construiu as periferias em todo o país não foi o Governo, mas sim as pessoas em iniciativa privada. Logo, se elas sempre nos mostraram essa capacidade, vamos apenas nós (governo) orientá-las como devem construir as suas casas. Ao Governo caberá a garantia de fixação de infra-estruturas e equipamento de apoio social.

Essa estratégia é aplicável?

É sim aplicável e por sinal a única. Não podemos continuar a fazer os Kilamba, Zango, etc. Estes projectos de iniciativa do Estado devem ser complementados com as estratégias de auto-construção dirigida. À medida que vamos construindo esses novos bairros, vamos também tentar introduzir as chamadas urbanizações, dotadas de loteamentos e zonas de serviço, para que as pessoas construam, pois até este momento demonstraram que têm essa capacidade. Aliás, é melhor deixarmos que elas construam as suas próprias casas, dando o apoio técnico, ao invés de fazermos projectos que as pessoas por altura da sua ocupação partem e adaptam de acordo com os seus gostos e exigências. O Luanda-Sul, o Zango e outros tantos projectos são uma boa amostra de tudo isso que mencionamos aqui.

Quando isso ocorre, estamos diante da falha do projecto ou de quê em concreto?

Penso ser falta de participação das pessoas que as vão utilizar. Demonstra que estamos a fazer projectos que não sabemos quem os vai usar, quais os seus hábitos e o que eles gostam, isto é se passam mais ou menos tempo dentro ou fora de casa, se têm actividades de rendimento que podem desenvolver em casa, pois ao se ter estes dados todos as residências, certamente, devem aportar espaços para acomodar estas iniciativas dos seus ocupantes.

O que é que podemos então compreender disso tudo?

Que os nossos arquitectos que, muito e bem, dominam os nossos hábitos não são chamados na elaboração dos projectos a implementar para apresentarem estas soluções. E para inverter esse quadro, teremos de merecer mais espaços para que os arquitectos angolanos digam o que deve ser feito, em que condições, etc. Agora, como não podemos ficar à espera que venham ter connosco, vamos continuar a promover encontros de discussão e emitir as nossas ideias sobre as coisas que estão ou pretendem ser executadas e esperar que da parte de quem dirige haja a atenção necessária em relação às preocupações que apresentamos.

A sociedade desconhece o papel do arquitecto ou temos ainda muito poucos profissionais nesse ramo de actividade?

O que existe e conforme definido no programa nacional de habitação é a auto-construção dirigida. Isso significa que as pessoas vão construir com meios próprios e utilizar as capacidades técnicas.

Há também falta de informação sobre os níveis de intervenção do arquitecto. Olhe que o mesmo se dá até com pessoas de alguma literacia, que primeiro começam a obra e só depois se lembram que há um arquitecto que ele pode consultar. As pessoas devem lembrar-se antes de executarem os seus projectos que há alguém formado nessa área que deveria aconselhá-las tecnicamente.

Qual deveria ser a intervenção da ordem nesses processos?

A ordem é um parceiro do Governo e procura trabalhar sob essa orientação. É importante dizermos que nestes seis anos de existência da ordem, ela está a dar passos significativos na sua organização como associação profissional. Ainda não tem todos os arquitectos no seu seio e está a arranjar formas e elementos de aprimorar os seus níveis funcionais e de intervenção. Agora, ela tem de ser chamada e ouvida para os parecez técnicos de que necessitam muitas das iniciativas públicas, sobretudo quando o assunto é planeamento.

Podemos dizer que estamos em presença de um problema do nosso próprio sistema urbano?

Neste momento, mais de metade da população é urbana. Os problemas são urbanos e, conseqüentemente, as soluções têm mesmo de ser urbanas. Estamos no século da revolução urbana e não podemos ignorar esse pormenor.

As centralidades respondem a esse problema?

Respondem sim, embora elas tenham de ser centralidades não afastadas dos núcleos existentes, porque elas têm de usufruir dos equipamentos e 'serviços, além de infra-estruturas das outras para serem um complemento do que existe e não uma coisa completamente nova é fora do contexto.

Os fóruns que organizam servem para discutir esses problemas?

Sim. Para discutir problemas e arranjar soluções e esse encontro do Sumbe serviu então para ouvirmos os parceiros dos países de língua portuguesa, mesmo não tendo problemas iguais, podemos partilhar experiências sobre os pontos de vista que têm quanto ao ordenamento do território.

Luanda não está a "matar" o seu património com as constantes demolições que se fazem?

As experiências de outros parceiros mostram-nos ser possível a coabitação entre o novo e o existente. Essa necessidade de substituir-se sempre o património antigo por um outro novo nem sempre é a melhor

solução, até porque às vezes o que implantamos está bastante desenraizado da nossa cultura e só serve mesmo para mostrar que estamos a fazer coisas novas, sem nada mais do que isso. Património é património, logo ele tem de ser preservado.

Temos arquitectura nos nossos projectos?

Temos e de muita qualidade. O problema é que não estamos a saber fazer a encomenda. Tudo o que se faz no nosso país é de nossa responsabilidade e no acto da encomenda de projectos no exterior, há que se saber o que estamos a solicitar, que encomenda estamos a fazer, pois que existem princípios, aquilo a que chamamos de termos de referência. Portanto, quem faz projectos não se pode esquecer dê que Angola está no hemisfério Sul, por exemplo, e que o sol anda do hemisfério Norte oito vezes mais e que existe uma área de localização para as edificações, as incidências das condições climatéricas, etc. O que vem muitas vezes como proposta de muitos projectos serve tanto em Angola, como na Ásia ou mesmo na Europa, o que não deve ocorrer.

Que desafios Angola e África devem vencer no que diz respeito ao urbanismo e à arquitectura?

O maior deles é o desafio da aplicação dos princípios e regras do planeamento, porque se este não for respeitado teremos de forma continuados problemas com os nossos assentamentos humanos. Há-de convir que o planeamento é apenas um princípio lógico que tem de ser orientado pelo Poder Executivo.

Para apoiar os decisores, temos técnicos, instituições, universidades, etc.

Em números que satisfazem? Ainda que não seja satisfatório em quantidade e mesmo em qualidade, temos e devemos aproveitá-los. E os encontros da Ordem dos Arquitectos são demonstrações de que estes seres pensantes e com propostas viáveis abundam pelo nosso mercado. Gostaríamos que tivéssemos técnicos em todos os municípios. Não os temos, mas os esforços devem ser, numa primeira fase, para os concentrar nas sedes provinciais para após isso ocorrer uma disseminação massiva.

Os nossos arquitectos de iniciativa própria elaboram projectos e apresentam-nos às autoridades?

Já começámos a fazê-lo e este é um dos caminhos que deveremos seguir. Os arquitectos, até motivados pelos prémios agora instituídos, vão apresentar propostas de soluções diversificadas, embora o apoio à iniciativa privada deve continuar para que as parcerias funcionem, uma vez que a problemática habitacional não é apenas do Estado. Todos têm de

fazer a sua parte, isto é o sector público e o privado, de igual modo.

O que é afinal responsabilidade do Estado e o que é do privado no planeamento urbano e habitacional?

Ao Estado cabe regular e constituir reservas fundiárias, infra-estruturas e loteamento, entregando-as de seguida à iniciativa privada. O Estado cuida da habitação social. A habitação para a classe média e de alta renda deve ser exclusiva do sector privado para desonerar ao Estado. Em situações muito específicas, como o fez, bem há pouco tempo, o Estado pode intervir nesse segmento, mas não pode ser sua responsabilidade. Assim, ele protege os mais sensíveis, dando-lhes casa, roupa e alimentação para que a iniciativa privada cuide da outra área que detém mais capacidades.

Como vencer a problemática das acessibilidades?

Temos que pensar nas infra-estruturas, nos equipamentos, nos serviços para que as coisas funcionam de acordo com o planeamento. Deve ser este (o planeamento) a dizer que, face ao número de população, o que esta precisará em termos de escolas, creches e outros serviços, assim como a fixação das unidades de comércio e indústria que se deve implantar.

O problema de Luanda, em particular, é mesmo de requalificação ou já necessitamos de renovação? Precisamos das duas coisas. Quando a necessidade passa por melhorar as áreas existentes, em sentido real, pede-se apenas requalificação. Agora, o crescimento demográfico obriga-nos também a fazermos coisas novas dotadas de infra-estruturas e tudo o mais. Lembrar que requalificação é quando melhoramos o existente, mantendo algumas áreas e características. Renovação é um conceito que se traduz na completa mudança do que existe, pois que a realidade física não permite a continuidade destes, como é o caso das construções nas encostas ou zonas de risco iminente.

1.19 Plano Director Municipal

Jornal de Angola

25 De Janeiro de 2014

Luanda, das primeiras cidades da África subsaariana, completa hoje 438 anos, numa altura em que se registam avanços na sua expansão e novos desafios. A cidade cresceu muito ao longo dos séculos, mas nas últimas décadas, por causas que se conhecem, de forma desordenada.

A guerra que Angola teve de travar na defesa da soberania nacional originou o retrocesso no reordenamento e no alojamento ordenado, pois foi na capital que grande parte dos que fugiam das rajadas e explosões encontrou refúgio.

Luanda foi a província que mais pressão demográfica sofreu ao longo da guerra. Se juntarmos a esta realidade o seu tamanho territorial facilmente se percebe os constrangimentos que viveu e vive.

A cidade capital tomou-se numa megalópole, atendendo ao elevado número de habitantes. Numa altura em que regista crescimento e progresso, aumentou também a mobilidade das pessoas.

O número de bairros desordenados e construções anárquicas de casas por todo o lado ultrapassava a viabilidade de qualquer projecto urbanístico na altura em que o país se encontrava em guerra.

Na parte urbana e suburbana de Luanda circula mais de um milhão de viaturas e, atendendo às condições deploráveis de muitas vias secundárias e terciárias, quem nela vive e trabalha sujeita-se a um enorme e saturante caos no trânsito.

A requalificação de numerosos locais e vias na parte urbana da cidade fizeram acentuar a problemática ligada à falta de locais para estacionar devidamente. A esses fenómenos junta-se a crescente mobilidade humana no casco urbano e o uso ilegal dos espaços públicos, apenas para citar estas duas transgressões administrativas, que se acentuaram a ponto de colocar em perigo a livre circulação de pessoas, o livre usufruto de lugares públicos para estacionar viaturas, a saúde e a higiene pública.

Cada vez mais um grande número de pessoas realiza o seu trabalho na rua, o que reflecte não apenas a dinâmica económica e social que o país conhece, mas também proporciona novas oportunidades de negócios.

A ocupação dos espaços públicos e particularmente o uso ilegal dos mesmos para «aluguer» a automobilistas que careçam de um lugar para estacionar passou a ser uma prática comum. Trata-se de verdadeiras transgressões administrativas que nos últimos dias assumem contornos preocupantes na medida em que, para além da ilegalidade, numerosos automobilistas sujeitam-se à extorsão e roubo.

Finda a guerra, em 2002, foram visíveis enormes desafios para a cidade de Luanda, sobretudo no que diz respeito à reconstrução do seu tecido urbano, à requalificação das zonas periféricas, ao fornecimento de energia e água, recuperação das vias principais e

terciárias, bem como a melhoria de outros serviços sociais básicos.

Luanda é uma cidade em acção, tendo a dinâmica própria de uma urbe que possui, hoje, cerca de cinco milhões de habitantes.

Os problemas e desafios que se verificam na cidade têm merecido devido acompanhamento das instituições do Governo Provincial e do Executivo. Haja algum tempo está na forja o Plano Director Municipal de Luanda destinado a dotar a Luanda de mecanismos de crescimento e sustentabilidade das suas infra-estruturas que garantam vida digna aos habitantes. O Plano Director Municipal de Luanda, apresentado em Dezembro de 2013, vai permitir um rápido crescimento da sua economia e novas oportunidades de emprego, lazer e bem-estar, principalmente para os jovens.

O Plano Director Municipal prevê que até 2030 sejam criados novos parâmetros em termos de condições de habitabilidade, infra-estruturas, saneamento e saúde, para as novas comunidades e para as já existentes.

Também prevê a abertura de novas vias urbanas e suburbanas que vão permitir maior fluidez no trânsito automóvel.

O arquitecto responsável pelo Plano Director Metropolitano sublinhou que ele aponta para uma cidade avançada, proporcionando orientação e segurança às organizações e entidades interessadas em investir e que todos os parceiros do Executivo podem contribuir para o seu êxito.

O Plano Director Municipal de Luanda possibilita a solução da esmagadora maioria dos problemas que afectam a cidade e a alteração gradual da sua imagem e organização.

Luanda, como cantou um bem conhecido compositor angolano, "vai voltar a ser linda e temos esperança ainda".

Neste momento de comemorar mais um aniversário da capital é esta esperança que temos de manter para que o sonho de todos os luandenses, se concretize.

I.20 Jornalistas e Polícias invadem casas da juventude na Sapú II

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2014

Ibraiman Kiese, um dos membros da coordenação do Bairro da Juventude, disse que há seis

meses que as casas estão ser invadidas por desconhecidos, na sua maioria mulheres. A população denunciou os actos de vandalismo ao Ministério da Juventude e Desportos para obter um esclarecimento, mas a direcção do ministério foi-se limitando a ir dizendo que iria resolver a situação. Enquanto o tempo passava o número de invasores aumentava.

Mesmo com o surgimento dos proprietários, os ocupantes resistiram em abandonar as residências. "Só com a intervenção do pessoal do ministério" alguns elementos da polícia da esquadra 49 do município da Belas e os proprietários conseguiram expulsar os invasores", contou.

Os invasores continuam a tentar instalar-se nas vivendas e, de forma resistente, ameaçam e agridem alguns proprietários. O nosso interlocutor disse que fez a inscrição em 2010 na cidadela desportiva e foi chamado para dar sequência ao processo, tendo apresentado os documentos requeridos em 2012. O valor básico foi de 1.700.000 Kz que corresponde 10 % do valor da compra que está orçada em 8.200.000 Kz.

Os jovens inscritos pagam mensalmente as prestações previstas. Ibraiman vai pagar a sua casa em dez anos e, mensalmente, deposita no Banco Poupança e Crédito 70 mil kwanzas.

Segundo Ibraiman, todas já estão ocupadas, o bairro tem energia e água, "apesar que, já tiveram um tempo de sofrimento em que não havia água. Mas, por agora, estão organizado' só que infelizmente as casas já estão rachadas. As lâmpadas nos postes das ruas, algumas funcionam e outras não", acresceu.

"No princípio tivemos muitos problemas de vandalismo, todas as casas já foram saqueadas, portas, janelas tectos falsos, loiças sanitárias eram os materiais mais roubados", referiu.

Invasores munidos de ferramentas para arrombar as casas Bela Castelo informou que uma das casas invadidas pertence ao jogador de Basquetebol, Joaquim Gomes "Kikas". A residência foi invadida por uma senhora, a mesma fez-se acompanhar de um serralheiro que arrombou as portas e as janelas. E, para sua segurança, a invasora colocou gradeamentos.

Bela contou que vive com a sua irmã, proprietária da residência, que está defronte da casa do jogador. A jovem disse que a presença constante de marginais no bairro levou os moradores a colocarem gradeamento nas suas residências. "Os usurpadores levavam plasmas, computadores, telefones mas, graças a Deus, nunca mataram ninguém, referiu".

Por outro lado, Nicolau Cordeiro que se está a reabilitar e, ao mesmo tempo, a habitar temporariamente urna das casas que também já foi invadida' disse que o proprietário conseguiu recuperar o domicílio com a intervenção da polícia. Segundo Nicolau, as paredes do quintal e a porta foram colocadas pelo invasor.

2. FEVEREIRO

2.1 Realojados vendem moradias no Zango

Jornal de Angola

06 De Fevereiro de 2014

Alguns ex-moradores do KI-lombo, na Chicala 2, que foram realojados no Zango 4, venderam ou arrendaram as casas que lhes foram entregues pelo Estado, no âmbito do Programa de Realojamento de Famílias em Condições de Risco.

A situação foi denunciada pelo vice-governador para a Área Política e Social, Adriano Mendes de Carvalho, que confessou a desilusão sentida pelo Governo Provincial de Luanda.

Em conferência de imprensa realizada para dar a conhecer o número de famílias realojadas no Zango 4 e na Cabala foi divulgada uma lista com o nome de 17 indivíduos desalojados do Kilombo, que venderam ou arrendaram as moradias que lhes foram dadas no Zango 4.

"O Governo Provincial de Luanda constatou com tristeza que das mais de 1.700 moradias distribuídas, 32,5 por cento já foram vendidas e outras arrendadas", afirmou Adriano Mendes de Carvalho, que garantiu depois que as autoridades da província de Luanda não vão permitir que estas ações de má-fé prossigam, pelo que vai punir as pessoas que assim procederem.

Muitas famílias, perante as medidas anunciadas de realojamento, mandam vir pessoas de outras províncias para, de forma oportunista, beneficiarem destas moradias, acrescentou o vice-governador, que pediu a todas as famílias que estão a ser realojadas para denunciarem aqueles que tenham este tipo de comportamento.

Entrega de terrenos loteados

Para desencorajar as ocupações ilegais e desordenadas, o Governo Provincial de Luanda decidiu entregar terrenos loteados e chapas de zinco a todos os que forem desalojados de casas de chapa.

Esta medida já foi adoptada com famílias que estavam no Kilombo e foram realojadas na Cabala, na sequência de um estudo sobre o modo de vida delas, que reside na pesca e agricultura.

"Transferimos essas famílias para a Cabala, no município do Icolo e Bengo, por se tratar de uma

área onde podem desenvolver actividades como a agricultura, pesca, artes e ofícios, e beneficiar de vários serviços sociais", explicou o vice-governador de Luanda para a Área Política e Social.

2.2 Centralidade de Cacuo vive sérios problemas

Semanário Angolense

08 De Fevereiro de 2014

Depois de uma enxurrada que se abateu sobre Luanda, a equipa de reportagem do *Semanário Angolense*, viajou até à Centralidade de Cacuo, com vista a

constatar os rumores, segundo os quais, a Centralidade de Cacuo debatia-se com a falta de água e energia eléctrica.

À nossa chegada ao novo conglomerado habitacional, deparámo-nos com jovens, mulheres sentadas com criança ao colo, com recipientes para água e materiais de limpeza. Abordámo-las e disseram: «somos trabalhadores

de limpeza, trabalhadora de limpeza.»

O ambiente estava calmo, vendo-se aqui e ali algumas pessoas circularem; edifícios há que ainda se encontram fechados, a maior parte dos detentores de apartamentos, ou por falta de meios para lá chegarem ou por o sítio carecer de outras necessidades indispensáveis, vão adiando a sua mudança para o novo bairro, sendo, porém, já visível a aflição dos poucos moradores.

Prosseguindo a nossa caminhada exploratória, encontrámos uma instituição encerrada, que, ao que soubemos, é uma instalação da tristemente célebre EDEL; por detrás, jovens com bidões, de 25 litros, sobre a cabeça, acarretando água para suas respectivas casas.

Aliás, nunca se sentiu a presença do precioso líquido nas torneiras das casas da Centralidade de Cacuo. Outros cidadãos transportavam recipientes idênticos aos últimos, amarrados às costas, como se de bebés de tratasse, tudo para pelo menos encontrar alguém que os contratasse para qualquer trabalho doméstico.

Negócio da água é rentável

No decurso da ronda ao local, a equipa do SA cruzou-se com um jovem, de nome Marcos, que, conduzindo um motorizada de três rodas, carregava 20 bidões de água para os edifícios, custando cada recipiente 150 mil Kwanzas, Marcos, morador da vila

de Cacuaco, explicou que fazia os seus biscates nalguns mercados, como do Kikolo e do Panguila, mas, desde que se apercebeu do problema da falta de água na Centralidade, decidiu transportar água com o seu motociclo para os referidos edifícios.

Outras duas mulheres batalhadoras, com bebés ao colo, carregavam igualmente bidões de água em direcção ao bloco I, II, III e IV. Questionadas sobre onde carretam a água, uma delas respondeu que saía do bloco X, de onde a tiram gratuitamente, mas que, devido à distância e à subida e descida das escadas para a cada casa, cobram entre 300 e 250 Kwanzas por cada recipiente.

Com isso quer dizer que os preços de cada bidão de água varia em função dos andares, se for do quarto para baixo 250 do quarto em diante 300 kwanzas. Donas de casa que abandonam as suas residência de manhã cedo em direcção à Centralidade à procura de algum trabalho para o sustento de casa.

Rosa Sebastião, moradora da Centralidade, disse a este jornal que estão sem água desde que foram lá viver, porque, segundo os construtores da obra, esses edifícios estão numa inclinação e lá o líquido tem pouca pressão.

Também falta hospital

Para além da água, a Centralidade está desprovida de um hospital, administração local, os semáforos não funcionam, causando grandes transtornos aos automobilistas, principalmente no período da noite.

«Acarreto água para a minha casa, não tenho dinheiro para pagar as senhoras todos os dias, vivo com uma filha, uma neta e o meu marido, quantos bidões de água tenho de comprar para uma semana, é muito dinheiro gasto», reclamou Rosa.

Por seu lado, Manuel Tavares, igualmente morador, há dois meses, explicou que os mestres da obra alegaram que é necessário comprar alguns tubos colossais para inverter a situação da água, uma das principais necessidades carências, senão a principal.

Há algum tempo, também já se registava dificuldade em termos de energia eléctrica. Esse «centralista» revelou que outro problema que apoquentas os habitantes diz respeito à fragilidade das chaves dos apartamentos, que facilmente se destroem.

«As chaves são muito frágeis, já houve casos de moradores que, ao abrirem a porta, a chave partiu-se e ficou presa na fechadura, situação essa que forçou a que alguns a passassem a noite fora de sua casa e outros arrombassem a porta» informou Manuel.

Mosquitos, ratos, baratas...

Acrescentando que, nesses casos, muitos recorrem aos chineses para que estes ajudem a retirar a chave sem causar dano à porta. Caso contrário, a situação complica-se.

Segundo o nosso interlocutor, as dificuldades que enfrentam são piores que na periferia. Por uma questão de prevenção, ele mandou fazer cópia da sua chave, mas com um material mais resistente.

Outro incómodo é o jardim de capim à volta dos edifícios, que tem causado muitos mosquitos durante a noite. O mínimo movimento de pessoas é suficiente para agitar os mosquitos, a que se juntam baratas, ratos, formigas, perturbando o sossego dos moradores.

«Pelo menos que resolvessem mínimo das dificuldades antes da venda ou da distribuição das casas, eu, para ter água, tenho de movimentar a carrinha com bidões até à cidade», expressou.

Disse sentir receio de ali viver, pois os problemas a cada dia que passa vão-se multiplicando uns após outros», lamentou o morador, acrescentando que até o tipo de blocos com os quais foram construídos os edifícios são frágeis, temendo que um dia as edificações venham a desabar, pelo facto de ouvir que algumas delas já apresentam fissuras.

«Para mim, estes prédios não têm resistência, pelo tipo de blocos com foram edificadas, prova disso, ao tentar esburacar a parede, ela desfaz-se como se fosse um bloco feito com massa fraca», desabafou.

Pensa que devia haver um controlo de nivelamento dos prédios a cada cinco meses para que houvesse melhor verificação da estrutura. «Mas, por fora, a estrutura arquitectónica é uma beleza», admitiu o residente. Entretanto, alguns prédios da Centralidade do Kilamba, propriamente no bloco X, também estão com alguns problemas de energia eléctrica.

2.3 Ex-moradores da Chicala-3 abandonados no Zango

Semanário Angolense

08 De Fevereiro de 2014

As suas residências eram maiores em relação as que estão a ser distribuídas, lamentam os cidadãos e, como se não bastasse, as mesmas são de muito pouca qualidade, têm o tecto muito baixo, o que constitui um sério perigo para as pessoas altas. As casas são compostas por dois pequenos quartos de um metro e meio de lado e um minúsculo quarto de banho.

O Semanário Angolense (SA) esteve no terreno e constatou que as casas, não estão realmente bem acabadas e falta construir a sala, a cozinha e mais um quarto, tudo de dimensões bastante diminutas. Para além das casas não terem sido acabadas, os espaços são muito pequenos e nem cabe a mobília e haveres dos cidadãos. Pela marcação das partes não construídas, nota-se que as construções estão assentes apenas em blocos de areia e cimento, sem qualquer tipo de cabouco, o que periga a vida dos moradores sobretudo em épocas de chuva.

Desgastados com toda esta situação e sem meios financeiros, ainda foi dada à população a responsabilidade do acabamento das suas «mini-residências». Pessoas há que desde o dia 22 de Janeiro até a presente data, têm os seus haveres ao relento porque simplesmente não cabem nas diminutas dimensões das ditas casas. Algumas famílias também dormem ao relento porque pelo número dos seus membros também não cabem no interior das mesmas.

Alguns populares aproveitaram para denunciar que algumas das casas que eram destinadas para eles já estavam ocupadas, fruto de um esquema dos próprios distribuidores. «Há quem recebeu as chaves de residências que já foram ocupadas por -outras pessoas alheias ao nosso processo.

Quando abriram a porta já as encontraram com haveres de outros.

Depois disso foi-lhes entregue outras casas mas com problemas nas portas, janelas a até mesmo no tecto», afirmam.

O SA contactou o órgão responsável, no terreno, pela distribuição das residências e, o senhor Santana, tentou explicar a situação de algumas pessoas a quem, foram entregues residências diferentes das que constam nas guias.

Santana alegou que a situação deveu-se ao facto de algumas casas estarem já com problemas de degradação, enquanto que outras estão sem as respectivas chaves.

Entretanto, os cidadãos trasladados da Chicala 3 afirmam que estão a ser vítimas de «cambalacho» e tudo não passa de manobras aproveitacionistas de indivíduos sem escrúpulos que sempre tiram benefício das desgraças dos outros. «Por isso há antigos vizinhos nossos que, por terem dinheiro, ou 'padrinhos na cozinha', estão a ir para outros locais do Zango, como no Zango 2, onde as condições e as casas são muito melhores», acusam.

2.4 Mais habitações são entregues ao Tando Zinze

Jornal de Angola

11 De Fevereiro de 2014

A Administração Municipal de Cabinda procedeu à entrega, na comuna de Tando Zinze, de 50 casas evolutivas às famílias carenciadas e recém regressadas ao país.

O acto de entrega das residências foi presidido pela governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba. As casas foram construídas pela Administração Municipal de Cabinda no âmbito do Programa de Combate à Pobreza.

Berenice Vusúca, de 58 anos, mãe de um filho, é uma das beneficiárias. Agradeceu ao Governo Província por lhe ter disponibilizado a casa, um bem que, segunda afirmou, não tinha capacidade de conseguir, visto ser deficiente e não ter capacidades financeiras.

"Sinto-me bastante regozijada pelo facto de ter recebido este bem, pois não existe uma melhor oferta do que uma casa", disse.

A beneficiária espera que outras famílias carenciadas sejam também contempladas, de modo a se diminuir o sofrimento da população e disse acreditar nas acções do Governo Provincial que tudo tem feito para melhorar a condição da vida dos habitantes.

O regedor da aldeia de Cacata, Lourenço Chimpolo, considerou louvável a iniciativa do Governo em ter construído as casas, uma vez que vai contribuir para a minimização dos problemas de algumas famílias.

2.5 Moradores da centralidade de Cacuo clamam por apoio urgente

Jornal Manchete

14 De Fevereiro de 2014

Os moradores da Centralidade de Cacuo, continuam a enfrentar uma série de carências como à falta de água potável canalizada, assistência sanitária e transportes públicos. Os mesmos pediram a intervenção imediata da administração municipal, no sentido de resolver a situação o mais urgente possível.

O representante da comissão de moradores da mesma centralidade, Nelson dos Santos, começou por referir a situação da escola que ali foi construída, para albergar os alunos aí residentes. Segundo o mesmo, efectuaram-se mais de seis mil matrículas em

diversas classes, mas até ao momento os estabelecimentos ainda mantêm as portas fechadas e nem sequer foram apetrechados.

Quanto ao abastecimento de água potável, Nelson dos Santos, disse que os moradores têm que percorrer longas distâncias a busca do preciso líquido.

Os mesmos já pediram várias vezes a EPAL no sentido de resolver o problema, tendo esta empresa, por sua vez, se comprometido em dar respostas ao assunto, o que não aconteceu até agora.

A falta de serviços de saúde é também outra preocupação daqueles moradores. Até ao momento nem sequer foi construído um posto de saúde na zona, o que obriga os residentes a recorrer ao hospital municipal de Cacuaco.

Por sua vez, a administradora municipal considerou que o problema que os moradores da Centralidade de Cacuaco apresentaram devem merecer maior atenção.

A responsável não deixou de mostrar a sua preocupação com a situação da escola, uma vez que o ano lectivo já teve o seu início e a mesma ainda mantém as portas fechadas.

"É responsabilidade do Governo, não só a nível local, mas também da província de Luanda. Nas escolas da Centralidade de Cacuaco foram inscritos cerca de cinco mil alunos e esta é a altura que a Direcção Provincial de Educação deve encontrar solução urgente para resolver a situação dos moradores", disse.

A administradora Rosa Janota Dias dos Santos anunciou, por outro lado, que está para breve a colocação de posto de saúde móvel para atender a população, até que seja construído um hospital de referência naquela zona.

2.6 Moradores da Centralidade de Cacuaco estão agastados com o triste Situação que assola aquela cidade

Jornal Continente

14 De Fevereiro de 2014

A administradora do Cacuaco, Rosa João Dias dos Santos, esteve na Centralidade do Cacuaco, a convite dos moradores, preocupados com os serviços e bens locais, assim como o atraso do arranque das aulas, a falta de água potável, transportes públicos e unidade hospitalares, na esperança de encontrar as devidas soluções.

Os moradores da Centralidade do Cacuaco, preocupados com os serviços e bens locais, assim como o atraso do arranque das aulas, a falta de água potável, transportes públicos, unidade hospitalares, em função disso convidaram administradora Rosa João Dias dos Santos, na esperança de encontrar as devidas soluções.

Pink Floyd

A administradora Rosa João Dias dos Santos, respondeu o convite formulado pelos moradores da Centralidade do Cacuaco, e foi para aquela cidade para auscultar os grandes problemas que os munícipes atravessam e encontrar soluções para o bem-estar do povo. Entres todos os incómodos está à indefinição do arranque das aulas, neste ao lectivo de 2014, para os cerca de cinco mil alunos matriculados no ensino primário I e 11 ciclos, a falta de água potável nas residências, assim como a inactividade dos elevadores nos edifícios de oito an-

dares, recolha de resíduos sólidos.

O Continente esteve no local e constatou "in loco" o que os moradores passam e manifestaram as suas inquietações à administradora municipal de Cacuaco, Rosa Janota Dias dos Santos, que durante uma visita que a mesma efectuou aquela vila.

O coordenador da comissão de moradores da Centralidade, Nelson dos Santos, disse que até agora já se efectuaram mais de 6 mil matrículas em diversas classes, e até ao momento, as escolas ainda não foram apetrechadas.

No que refere ao abastecimento de água potável, o coordenador avançou que é um grande sacrifício que os moradores fazem todos os dias.

"Os moradores têm que percorrer varias distâncias para encontrar oi liquido precioso, e o que mais nos preocupa é a questão da educação, porque como sabemos as aulas já tiveram o seu início, mas, aqui na centralidade ainda não, as escolas continuam fechadas, porque não estão apetrechadas, temos também problemas quanto ao abastecimento de água potável "informou.

A abertura de unidades sanitárias, mercado, ronda policial para evitar assaltos às viaturas estacionadas fora das inquietações apresentadas à administradora de Cacuaco.

A administradora garantiu que, estas preocupações serão resolvidas o mais rápido possível, devido ao número de habitantes já na centralidade.

"São preocupações pertinentes e neste momento a nossa maior atenção estará virada para a educação, porque o ano lectivo já começou e as escolas ainda não estão equipadas", sublinhou. A governante disse ainda que a centralidade neste momento já tem 6 mil habitantes e onde existe este número de habitantes não pode deixar de existir, pelo menos um posto médico. "Nós vamos montar um posto móvel com todas as condições", assegurou Rosa Janota Dias dos Santos.

Em declarações à imprensa, no fim da reunião, Rosa Janota dos Santos, disse que o encontro foi útil e das dificuldades expostas pelos moradores, como educação, saneamento básico e saúde, devem ser estudadas as prioridades para a solução dos problemas.

"Nesta altura a centralidade tem seis mil habitantes, sem posto de saúde, e dista 27 quilómetros da sede municipal, por isso é urgente a colocação de um posto móvel no local, para os primeiros socorros" sublinhou.

No concerne ao arranque do ano lectivo, esta condicionado a falta de apetrechamento, mas estando já no local os professores e todos os recursos humanos. Fez saber ainda que a Igreja Católica recebeu da Sonip, empresa gestora da centralidade, as chaves das instituições de ensino no local e o problema vai ser levado a Direcção provincial da educação bem como do Governo de Luanda para que sejam informados sobre a gestão da escola. Administradora lamentou o facto de que ainda não ter sido nomeada uma administração por parte da entidade do projecto, facto que, "nos obriga a assumirmos como tal, nós Administração municipal, a responsabilidade junto dos moradores e tentar resolver os problemas que lhes afligem", sustentou.

2.7 O imobiliário é um sector em amadurecimento

Novo Jornal

14 De Fevereiro de 2014

A Gestimóvel inaugurou no ano passado duas torres na zona do Talatona. Em que pé está a venda desse património?

Inauguramos apenas o edifício comercial. Das unidades disponíveis, falta apenas colocar uma loja.

Quanto é que essa operação rendeu para os cofres da empresa?

Este é um projecto global. As vendas desse edifício ascenderam a cerca de 900 milhões de kwanzas, mas

nesta altura, o investimento total é largamente superior, pois estão já executadas parte das infra-estruturas que servirão o projecto final.

Ainda existe no país uma grande adesão aos produtos imobiliários?

Em particular em Luanda, eu diria que sim, desde que com qualidade e em estado pronto ou quase pronto.

Mas o mercado não está a sofrer agora uma grande retracção?

Em Luanda não sentimos essa retracção acentuada. Sentimos um mercado em maturação onde as pessoas querem perceber a qualidade antes de comprar, o que não havia antes. O consumidor está mais exigente, o que é bom para quem trabalha com qualidade.

Para este ano estão previstas outras inaugurações?

Sim, do edifício do Lubango (Lubango Center) e no final do ano (ou logo no início de 2015), da primeira torre de escritórios das Zenith Towers. Para já, esta torre está "em dia" para conclusão em Novembro de 2014 e temos já algumas fracções comercializadas.

E qual é o segmento de maior procura? Escritórios, comércio ou habitação?

O comércio tem muita procura, por não existirem ainda muitos projectos com grande concentração de lojas ou outros com lojas de rua. Os escritórios estão com elevada procura em Talatona. A habitação tem excelente procura de produto novo' na cidade capital.

A relação qualidade/conforto/custo/imagem associada às normas de arquitectura estão salvaguardadas pela Gestimóvel?

Além de trabalharmos com gabinetes de arquitectura com muita experiência e qualidade comprovada, temos uma excelente equipa de assessoria técnica que nos permite encontrar as melhores soluções, aos melhores preços.

Com os arquitectos conseguimos o conforto, a qualidade e a imagem. Com essa equipa, aliada a uma presença constante da fiscalização e de "project-managers" exclusivos a cada projecto por parte da Gestimóvel, conseguimos garantir a qualidade e o preço.

Diz-se que a Gestimóvel vai construir edifícios para alguns ministérios. Quais?

Neste momento não estamos a construir especificamente para nenhuma instituição governamental ou pública, embora tenhamos produtos que seguramente se adequam às

necessidades e exigências de qualidade dessas instituições.

E como avalia a concorrência no sector imobiliário em Angola?

É um sector em amadurecimento. Há alguns bons promotores a trabalharem neste sector, como há outros que prejudicam a confiança no imobiliário. Temos alguns exemplos em Angola de projectos que não aconteceram, ou aconteceram em qualidade muito inferior ao preconizado e comercializado.

Isso não ajuda ao desenvolvimento sustentado do sector.

Então, o que representa para a Gestimóvel o "boom" imobiliário surgido com a construção das novas centra nomeadamente o Kilamba, entre outras?

As centralidades do Kilamba visam um público-alvo diferente do que tem sido o foco da Gestimóvel.

Estamos a desenvolver espaços em centros urbanos, escritórios e residenciais de áreas muito citadinas.

Nenhum desses requisitos é preenchido nas ditas novas centralidades.

Mas os preços das habitações têm vindo a baixar, e consequentemente os negócios. E como contornar a situação?

Também não sentimos uma baixa significativa nos preços das casas novas e de qualidade, pelo menos na franja em que trabalhamos.

O futuro imobiliário é todavia promissor?

Sim continuamos a acreditar que o amadurecimento do mercado trará boas perspectivas a quem trabalha na promoção imobiliária de forma profissional e consistente.

E como está a Gestimóvel em termos de consultoria?

Muito bem servida, seja consultoria técnica externa, como a proveniente dos largos anos de experiência do Grupo accionista nesta área.

Certamente existirão também constrangimentos?

Muitos: desde a ainda muito recente legislação para registo das propriedades horizontais, à quase inexistência de crédito bancário acessível à classe média em ascensão, passando pela inexistência de uma indústria nacional que impeça

a importação de grande parte dos materiais. Tudo contras, entre alguns outros.

E como está a expansão da Gestimóvel pelo país?

Temos já um edifício pronto a habitar na cidade do Lubango, província da Huila e, em função do desenvolvimento dessa ou de outras províncias, não descartamos o nosso investimento nessas áreas fora da capital. De qualquer forma e sendo a promoção imobiliária fortemente penalizada por taxas de juro elevadas, associada ao facto de serem projectos sempre a médio e longo prazo, esses investimentos têm de ser muito bem equacionados e suportados por desenvolvimentos reais da economia nessa ou nessas províncias.

2.8 Comissão Administrativa de Luanda 'Cada família vai receber apenas uma casa'

O País

14 De Fevereiro de 2014

Quando a nossa equipa de reportagem chegou ao local, encontrou uma senhora que contestava junto do representante da Comissão Administrativa de Luanda, Tadeu Fortes. A cidadã que parecia ser uma moradora antiga daqueles prédios, reclamava o seu direito, reclamando que devia ter recebido uma casa melhor.

Com os nervos à flor da pele, a senhora nem sequer quis dar entrevista ao nosso jornal e mostrou-se persistente diante do assessor Tadeu Fortes, que deixou claro que cada família apenas irá receber uma casa.

Segundo aquele responsável, enquanto mantinha uma conversa 'não autorizada' com o nosso repórter, o Estado está a cumprir com a obrigação que tem para com aquelas famílias, que consiste em "atribuir, a cada uma delas, uma residência do tipo T3, no Zango Iv, para deixarem o edifício, já que está degradado e pode desabar, a qualquer altura, e colocar em risco a vida dos residentes".

O representante da comissão administrativa disse ainda que alguns cidadãos querem se aproveitar da situação, exigindo a recepção de três casas quando só merecem uma.

2.9 Moradores dos prédios “Sul-Africanos” dizem-se coagidos pelo GPL

O País

14 De Fevereiro 2014

Corpo Os moradores dos conhecidos prédios "sul-africanos", localizados no distrito do Rangel, estão a ser desalojados por alegadas condições degradantes em que se encontram os edifícios. Quarenta famílias já foram encaminhadas ao Zango IV; onde receberam, cada, um apartamento T3, mas mesmo assim sentem -se prejudicados.

Ao contrário daquelas que já estão no Zango, apesar do descontentamento, outras dez famílias ainda habitam nos edifícios porque defendem que a Comissão Administrativa de Luanda (CAL) deve negociar justamente com eles e não optar em "acordar uma coisa e fazer outra", afirmaram os moradores.

O cidadão Pedro Vasconcelos, de 38 anos, proprietário de um apartamento T4, no bloco 4, é um dos que ainda se encontram no local à espera de melhores negociações. A primeira negociação, como nos conta, "fizemos com o governo, acompanhados do nosso advogado, mas infelizmente, não foi tida nem achada. Temos documentos pedindo audiência ao presidente da CAL e nunca nos foi concedida".

Aquele cidadão aponta que as famílias deviam ser, pelo menos, ouvidas antes da ordem de despejo. Na esperança de serem atendidos, foi feita, segundo o Pedro, uma negociação com Tadeu Fortes, assessor do presidente da CAL para o sector administrativo/ político e social.

Para o seu espanto, aqueles moradores foram ameaçados, quando esperavam ter uma conversa amena, segundo o que reportam. "Ameaçaram demolir os edifícios com as famílias aqui dentro. E mais: cortaram nos a água a energia, hoje (12/02)", disse, desesperadamente, o nosso entrevistado.

Por outro lado, de acordo o interlocutor, aqueles prédios existem há mais de 40 anos, as famílias cresceram e "o governo não quer se importar com isto. Eu vivo com 4 irmãos, cada um tem sua família constituída, estão a nos dar apenas um T3, com os compartimentos reduzidos. Agora, eu pergunto: como vamos viver? Não estão a dar as casas em função do agregado familiar, é triste", acrescentou.

"São casas inacabadas"

Pedra Vasconcelos e os seus vizinhos não paravam de frisar que não queriam ficar nos prédios para sempre' apenas precisam negociar com o GPL, porque as casas que estão a ser entregues carecem de melhorias. Para que sejam consideradas condignas, segundo ele, os cidadãos terão de gastar, no mínimo, 2 milhões de kwanzas.

"Estão a nos dizer que as casas têm os pavimentos ladrilhados, mas fomos ver, não é nada disso. As fossas são pequenas, temos de fazer tanque de água e construir o morro do quintal. Constatamos também que, por falta de espaço, as pessoas estão a deixar as mobílias fora de casa e, conseqüentemente, estão a ser roubadas", contaram.

Nós estamos a negociar, acrescentaram' para sermos ressarcidos em mais de uma casa, pois há oradores com agregado familiar menor que o nosso que receberam mais de uma residência. "A CAL disse que conversou com o nosso advogado e este disse que não merecemos, mas aquilo que o advogado escreveu vem contradizer esta alegação", sentenciou Pedro, que em seguida mostrou, documento.

Recorda que em 2006, quando fizeram o cadastro, a Comissão Administrativa de Luanda disse que iria indemnizá-los em função do número de famílias que vive numa casa. Hoje, o discurso mudou e o advogado nunca mais foi visto - suspeitam que tenha sido corrompido.

"Somos 10 famílias que estamos nesta situação e assim vamos continuar até serem justos connosco. Estamos a ser coagidos a assinar o contrato de entrega das chaves para abandonar o edifício e nem sequer nos querem ver a reclamar. Estão a dizer para assinarmos e depois reclamar - nós já conhecemos este jogo", disse, sob anonimato, uma senhora que vive há 30 anos num daqueles edifícios.

A senhora é moradora do Bloco 2, tem 4 filhos (todos eles têm família constituída e vivem no apartamento da mãe). Alega também que uma casa no Zango, "de 3 quartos pequeninitos, não é suficiente para a extensa família que tem", acrescentou ela que já explicou a sua situação ao assessor Tadeu e este dissera que nada podia fazer.

2.10 Oito das 40 famílias recusam abandonar os prédios Sul-Africanos

Jornal Manchete

14 De Fevereiro 2014

Mais de 30 famílias que viviam em situação de risco, nos prédios conhecidos como dos Sul-Africanos, no distrito urbano do Rangel, em Luanda, começaram já a abandonar os edifícios, estando a ser realojadas no Zango IV, em Viana. Mas, oito famílias não manifestaram a intenção de abandonar o local, alegadamente, porque as casas oferecidas pela Comissão Administrativa de Luanda não reúnem as condições adequadas.

São no total 5 edifícios projectados para um tempo de vida útil não superior a 20 anos. Entretanto, hoje os conhecidos prédios dos Sul-Africanos no Rangel têm mais de 40 anos de existência e encontram-se já em avançado estado de degradação.

A situação de risco e de vulnerabilidade a que muitos cidadãos viviam neste local motivou as autoridades governamentais a efectuar um processo de desalojamento que durou pelo menos 10 anos para que as partes chegassem ao acordo.

Em declarações ao *Manchete*, a propósito de desalojamento destas famílias, a administradora do distrito urbano do Rangel, Maria Clemente da Silva, afirmou que "realmente, esse é um processo muito antigo e que se pretende tirar as pessoas de lá há muitos anos. No entanto, o estado em que os prédios se apresentam é que motivou o Governo a determinar a retirada dos moradores para se evitar situações que pudessem ser piores". Oito das 48 famílias que viviam nos prédios disseram "não" a proposta da Comissão Administrativa de Luanda, eles explicaram o porque. Fernanda Eduardo, residente, salientou que "nós não gostamos da proposta, visto que nós estamos numa área bem localizada e as casas que nós temos são casas ladrilhadas".

Manuel Constantino, outro morador, frisou que "eu não digo que não saio, eu estou disposto a sair desde que a administração de Luanda faça um acordo razoável em virtude do espaço que tenho para melhor acomodar a minha família".

Anabela dos Santos, por seu lado, disse que "desde que a Comissão Administrativa venha com boa negociação não vamos complicar a situação, para o nosso bem e também para a administração de Luanda".

A administradora do Rangel diz não compreender as razões de apenas 8 famílias de um grupo enorme de cidadãos que sabem perfeitamente os riscos a que são sujeitos em insistirem em permanecer nos prédios. "Realmente são 48 famílias, a maior parte delas já saiu e 8 é que estão renitentes. Eu até não estou a perceber porque qualquer um de nós não aceitaria viver naquele estado, até não há necessidade de estar a argumentar assim tanto porque o cenário dos prédios fala por si, olhando para aquilo é lamentável e tudo que possa vir é bem-vindo", frisou, acrescentando que já arrancou o projecto de vedação do perímetro que vai terminar com a demolição dos edifícios em causa, embora não se saiba ao certo o que será feito nesse espaço.

2.11 Delta retoma entrega das Casas no Zango

Jornal Folha 08

15 De Fevereiro de 2014

A Sonip por intermédio do Delta Imobiliária deu início há cerca de quinze dias a entrega de apartamentos na centralidade do Zango às pessoas que tinham pago as respectivas rendas há cerca de um ano. O processo, no entanto, está a ser conduzido de forma pouco transparente visto que grande parte das pessoas desconhece a situação, levantando algumas suspeitas e motivando ruídos. O *Folha8* apurou junto de funcionários da Delta que os "sortudos" estão a ser contactados por telefone para irem assinar os respectivos contractos e algumas pessoas garantiram que foi, de facto, da referida forma que aperceberam-se do processo.

"Recebi a minha chave há quase duas semanas. Telefonaram para mim; fui pra lá assinei o contrato e deram-me as chaves", recordou um dos beneficiários. Facto é que a forma como o processo está a ser conduzido está a motivar algum descontentamento no seio dos que aguardam há cerca de um ano. "Mas não dizem por que razão não há uma informação pública sobre isso. Também não esclarecem quais os critérios que estão a ser usados para chamarem o António ou a Domingas primeiro, e por aí. É sempre a mesma falta de transparência, porque facilita o tráfico de influências, a corrupção e tudo o mais que caracteriza as nossas instituições", reclamou um aos populares numa das redes sociais. Segundo dados apresentados pela SONIP e Delta em Setembro de 2013 quase 500 pessoas esperam por receber as respectivas casa na centralidade do Zango, enquanto 6.690 clientes da Cidade do Kilamba não receberam as suas casas e 4.954 na centralidade do Cacucaco, enquanto 120 no Km 44 e 230 no Kapari. «O que significa que temos um total 12.489 clientes

ainda por atender. Todos serão atendidos nas diversas fases.

«Não há falta de imóveis para satisfazer estes clientes», assegurou, na altura, a directora comercial da SONIP Deolinda Sena, acrescentando que esperam não deixar ninguém de fora. «Se alguém se sentir esquecido tem o direito de reclamar e deve reclamar», sublinhou. Na ocasião, os responsáveis da SONIP e da Delta disseram também que já não havia apartamentos de T3 e muitas pessoas se tinham candidatado para os mesmos.

«De momento, os apartamentos disponíveis são da tipologia T5. Por instrução da SONIP, todos os clientes que se tenham candidatado aos T3 ou T3+1 poderão beneficiar da tipologia T5», afirmou o administrador do Delta Imobiliária, Paulo Cascão. No entanto, alguns dos que beneficiaram estes dias dizem que apesar de se terem candidatado para T 4 receberam T3. Dados apresentados em Setembro davam conta que tinham sido disponibilizados para a venda um total de 33.255 unidades habitacionais, sendo 20.002 na Cidade do Kilamba, 9.808 unidades na centralidade do Cacucaco, 2.688 no Zango, 264 no Km 44 e 496 no Kapari. Até ao momento tinham sido vendidas 19.460 unidades, sendo 12.425 na Cidade do Kilamba, 5.656 na centralidade de Cacucaco, 928 no Zango, 221 no Km 44 e 240 no Kapari.

2.12 Obras de revitalização incluem a construção de um passeio público à beira-mar

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2014

A Praia da Nicha, Bairro Benfica, em Luanda, ganha uma nova Imagem com a revitalização da orla marítima e a urbanização das ruas. Está a ser construído um passeio público à beira-mar com pistas de exercícios físicos, ciclo vias, quiosques, áreas de jogos e jardins. As ruas estão a ser asfaltadas depois da instalação da rede de drenagem das águas pluviais, esgotos, iluminação pública, telecomunicações, energia e água.

Grande parte das ruas já está asfaltada. A colocação do tapete de asfalto na Rua 6 também já está na fase final. António Domingos é morador na Rua 6 e disse que "a reparação das ruas é um grande alívio. Antes eram buracos sobre buracos e no tempo de chuva, a água ficava parada e a zona ficava intransitável".

Eduardo Canga, da Fiscalização do Governo Provincial de Luanda, disse à nossa reportagem que

as obras da Praia da Nicha se enquadram no Programa Estratégico de Reabilitação e Manutenção das Vias Secundárias e terciárias de Luanda, da responsabilidade do Ministério da Construção e do Governo Provincial de Luanda. As obras de requalificação das infra-estruturas da Praia da Nicha começaram em Agosto do ano passado e decorrem durante dois anos. Um dos empreiteiros da obra disse que os trabalhos correm a bom ritmo e que estão criadas todas as condições para que os prazos sejam cumpridos.

Os moradores estão satisfeitos com as obras porque apesar de ainda não estarem concluídas, já proporcionam uma vida com mais qualidade. Há muito que reclamam uma área de lazer, com campos polidesportivos principalmente para a juventude do bairro. O grande passeio público à beira-mar vai responder a todos os desejos dos habitantes do bairro. Aquela zona do bairro Benfica é calma, tem restaurantes e hotéis. A Praia da Nicha é mais agitada aos fins-de-semana.

Obras de reabilitação e manutenção das vias secundárias e terciárias, dentro do programa do Ministério da Construção, que melhoram o saneamento básico dos municípios, decorrem em toda a área metropolitana de Luanda.

2.13 A qualidade paga-se

Jornal O Pais

28 De Fevereiro de 2014

A Novinvest é uma empresa do BAI. Procura responder às questões relacionadas com o imobiliário que surjam dentro do grupo financeiro BAI e desenvolve também projectos próprios. Na Projekta 2013 a Novinvest foi nomeada para o Melhor Projecto de Arquitectura, com o edifício vencedor, as Torres Dipanda.

Por outro lado, detém participações, como é o caso do Viana Park, onde tem 20% do projecto. Possui ainda uma terceira vertente, a consultoria, elaborando análises de viabilidade, pareceres técnicos e jurídicos e estudos económicos de projectos para entidades internas e externas ao grupo financeiro BAI.r.

É a Novinvest que gere e coordenar alguns projectos do banco, nomeadamente a Torre A do Empreendimento Gika, que será a nova sede do BAI. Sofia Mourão, a directora de Coordenação e Gestão da empresa diz esperar 'durante este ano conseguir que toda a estrutura BAI ocupe a torre e concentre os serviços, pois neste momento o banco está disperso'. A directora da Novinvest explica porque a empresa imobiliária não está muito preocupada com as

flutuações do mercado, insistindo na qualidade. Esta tem um preço. A Novinvest, garante, não abdica dela.

O BAI irá ocupar só a Torre A do Empreendimento Comandante Gika?

Sim, cerca de 22 mil metros quadrados.

E quanto à sede?

O BAI está a analisar qual o destino a dar à actual sede, depende das oportunidades e necessidades dentro do grupo.

A Novinvest gere todo o activo imobiliário do BAI?

Não gerimos a totalidade dos activos. Mas é para isso que a Novinvest serve, para responder a todas as solicitações na área do imobiliário que existam dentro do Grupo Financeiro BAI, sejam as mais problemáticas, sejam os maiores desafios.

Actualmente a construção é sempre adjudicada à empresa de construção Griner, que também é do grupo?

Consultamos sempre o mercado e lançamos concursos para os nossos projectos angolanos. Nunca adjudicamos qualquer tipo de serviço sem ter pelo menos três propostas.

No final de 2012 o valor dos activos sob gestão da Novinvest era da ordem dos USD 233 milhões. No final de 2013 qual é o valor desses activos?

Se considerarmos tudo o que temos estamos a falar de cerca de USD 250 milhões (cerca de Kz 24,4 mil milhões). Claro que com diferente responsabilidade. Quando promovemos, como é o caso das Torres Dípanda, a responsabilidade é toda nossa, nomeadamente no plano financeiro. Não acontece o mesmo no Empreendimento Comandante Gika, onde desenvolvemos um trabalho de consultoria de gestão e coordenação.

O Masuika Office Plaza, em Talatona, é outro empreendimento da Novinvest. Qual o valor nele envolvido?

A Novinvest é apenas responsável pela gestão e coordenação do projecto e das vendas do Masuika. Este projecto representa cerca de USD 180 milhões de investimento (cerca de Kz 17,57 mil milhões). Será desenvolvido em três fases. A primeira fase representa um investimento de cerca de USD 80 milhões (cerca de Kz 7,8 mil milhões).

O que tem mais a Novinvest sob gestão?

Alguns imóveis sob arrendamento de que fazemos a gestão. Temos 12 moradias num condomínio em Talatona, que estão arrendadas a uma petrolífera. Temos vários apartamentos na cidade que estão arrendados a empresas e alguns ao próprio BAI. No Lobito temos uma GuestHouse que está sob a nossa responsabilidade. E depois temos o desafio de alguns terrenos.

Esses terrenos são centrais?

Em Luanda temos dois terrenos muito centrais, um no Largo Ambiente e outro na Rainha Ginga. Estamos a pensar se faz sentido avançarmos como promotores de empreendimentos a edificar nesses terrenos ou se os vamos vender e investir noutra local. Temos outros terrenos também centrais noutras províncias, como Cabinda e Lubango.

Como têm evoluído os resultados?

Neste momento a nossa preocupação é a estabilização financeira da empresa. Tanto o Empreendimento Dipanda como o Edifício Atrium Independência, que se ergue próximo da praça da Independência, foram investimentos muito grandes que precisam de ser estabilizados. O nosso objectivo é diminuir a nossa exposição bancária. Queremos essencialmente vender o que está acabado e construído para nos lançarmos em novos projectos.

O vosso financiamento é feito junto do BAI em condições favoráveis?

Temos exactamente as mesmas condições de mercado que qualquer outra promotora.

O custo do financiamento é elevado?

Os encargos financeiros são muito elevados. Temos tido resultados positivos antes de considerar os encargos financeiros.

E a margem de vendas é compensadora?

Até agora os nossos projectos não têm beneficiado de grandes margens e é algo que queremos alterar. Acontece também que há cinco anos os valores de construção não eram os de hoje, eram muito altos e ainda hoje estamos com os valores contratuais dessa altura. No caso do Empreendimento Dipanda o valor por metro quadrado foi muito elevado. O valor de construção é invariavelmente superior no início da obra ao valor de construção no final da obra.

Como gerem essa situação em termos do preço de venda?

Os nossos imóveis diferenciam-se pela qualidade. Se visitar um apartamento no Empreendimento Dípanda isso é muito claro. Quem valorize esse aspecto consegue não se agarrar ao facto do valor do metro quadrado ser elevado.

Qual é o valor do metro quadrado no Empreendimento Dipanda?

É de USD 6.500 (cerca de Kz 634,4 mil). Temos apostado na qualidade e muitas vezes fazemos opções que claramente não são financeiras.

No Empreendimento Dipanda enfrentam problemas no plano da comercialização?

O que se passa é que em Luanda todas as lojas foram comercializadas muito rapidamente. Na parte dos escritórios o Ministério das Finanças abarcou quase a totalidade, só ficámos com um piso disponível. Já a comercialização da habitação em Luanda sofreu a consequência de, à semelhança do que aconteceu noutros países, se comprar muito em planta. E houve situações em que o cliente não conseguiu que o projecto acabasse, investiu dinheiro, não conseguiu reavê-lo. Hoje vende-se muito pouco em planta. Na Europa aconteceu a mesma coisa. Temos o edifício a acabar em Maio. Não temos nenhum indício que a comercialização não vá acontecer com alguma facilidade. Só vamos perceber ao fim de seis meses se os preços estão ajustados. E estamos a atingir um segmento de mercado que paga pela qualidade e pela localização.

A comercialização dos projectos é toda feita pela Novinvest?

Não. Existem empresas em Angola muito competentes na parte da mediação imobiliária e estabelecemos parcerias com essas empresas. As mediadoras têm uma carteira de clientes muito boa. Mas trabalhamos sem exclusividade. Seria preciso muita audácia para acharmos que no mundo de hoje e na Angola de hoje dizer que vamos vender tudo sozinhos.

Como escolhem os arquitectos?

Temos uma regra: trabalhamos essencialmente com empresas angolanas. Sejam os projectistas, sejam os fiscalizadores, procuramo-los entre empresas angolanas. Depois, as boas experiências servem-nos para dar continuidade. E vamos mudando: para um novo projecto procuramos entidades que possam trazer mais-valias. Começa haver muita oferta e o que vier tem de ser diferente.

A Novinvest também está em Benguela. Projectam alguma diversificação geográfica?

Para já não. Temos em Benguela o Acácias Place que exemplifica a dificuldade que é vender nas províncias. Nas províncias as pessoas querem casas, não querem apartamentos. Se para lá residir as pessoas procuram moradias. O que requer sempre terrenos maiores.

E quais as perspectivas para Luanda?

Estamos a estudar um projecto inovador. Em Luanda tudo o que seja frente marítima é 'prime'. E é por aí que gostávamos que as coisas acontecessem.

Estamos a falar da Baía de Luanda?

É uma intenção, é uma ideia. Estamos com vontade de desenvolver um projecto residencial. Podemos utilizar um dos nossos dois terrenos mas em qualquer deles faria mais sentido implantar edifícios de escritórios.

Têm trabalhado o segmento médio alto. Não pensam entrar nos outros?

Gostaríamos de entrar mas não descurando a qualidade. Baixar a qualidade não está nos nossos horizontes. Estamos sempre dispostos a gastar um pouco mais para ter melhor. A qualidade paga -se. Trabalhamos para quem procura a qualidade.

O que implica urna compra?

Ou uma parceria.

Têm trabalhado o segmento médio alto. Não pensam entrar nos outros? Gostaríamos de entrar mas não descurando a qualidade. Baixar a qualidade não está nos nossos horizontes. Estamos sempre dispostos a gastar um pouco mais para ter melhor. A qualidade paga-se. Trabalhamos para quem procura a qualidade.

2.14 Efectivos da Polícia agraciados com novas moradias

Novo Jornal

28 De Fevereiro 2014

A POLICIA NACIONAL completa hoje 38 anos desde a sua criação. A construção de novos condomínios e a entrega de moradias aos efectivos marcam as comemorações da data.

O Comandante-geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, entregou ontem, de forma simbólica, as seis primeiras chaves de dois condomínios habitacionais que estão a ser erguidos para os efectivos da corporação na zona do Zango 3 e Luanda - Sul, em Viana.

No Zango, estão a ser construídas um total de 548 residências. O novo projecto habitacional está a ser desenvolvido num lote de 30 hectares e contempla já 172 moradias construídas, do tipo T2, T3 e T4 (dois, três e quatro quartos), segundo deu conhecer, Renaldo Faro, director técnico do Cofre de Previdência da Polícia Nacional, organismo engajado na construção de habitações sociais dos efectivos.

"O loteamento está projectado, nesta primeira fase, para 2805 habitantes num total de 548 fogos, distribuídos em 48 moradias dos tipos T2, 46 moradias (T3) e 180 apartamentos do tipo T3. Fez-se, numa primeira fase, a entrega de 172 habitações", explicou o responsável pelas obras do Cofre de Previdência da Polícia Nacional.

Já no conhecido projecto "Vila Azul", localizado em Luanda Sul, o Cofre de Previdência da PN, apresentou a conclusão de oito edifícios, avaliados em cerca de 18 milhões de dólares, a par das suas infra-estruturas, de acordo com o presidente daquela agremiação mutualista, Luís Alexandre.

Tido como o maior projecto habitacional da Polícia, o condomínio "Vila Azul" está a ser desenvolvido numa área de 100 hectares e nele prevê-se, no total, a construção de 2350 residências, desde edifícios e habitações sociais (vivendas).

Para além das habitações, os dois projectos vão beneficiar de infra-estruturas como redes viárias e de esgotos, para além de escolas, hospitais, esquadras, creches, centros comerciais, áreas de lazer e desportos colectivos, entre outros. Na urbanização "Vila Azul", por exemplo, projecta-se também a construção de um hotel, edifícios para escritórios e um instituto politécnico, para 1500 alunos.

O comissário-geral da corporação, Ambrósio de Lemos, visivelmente satisfeito com a empreitada, disse que as habitações vão de encontro com as necessidades dos seus efectivos. "São projectos sociais fruto da participação de todos os associados do cofre de previdência da PN. São projectos de venda resolúvel. Os polícias entram sem qualquer dinheiro e fazem um contrato com os bancos que financiam as habitações", explicou o comandante, acrescentando que o projecto também está aberto para o público em geral.

3. MARÇO

3.1 Governo entrega habitações a famílias mais necessitadas

Jornal de Angola
02 De Março 2014

Famílias desfavorecidas que vivem na localidade da Tchavola, nos arredores do Lubango, têm estado a receber, durante a semana, novas moradias construídas pelo Governo Provincial da Huíla.

Numa primeira fase, estão concluídas 150 casas, destinadas a igual número de famílias. As primeiras 18 habitações já foram entregues na quinta-feira, pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge.

O vice-governador provincial da Huíla para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Ndjila, garantiu que o Governo vai continuar a apoiar, dentro da urbanização da Tchavola, as populações que ali vivem. "A medida que as casas forem sendo terminadas, as autoridades da província da Huíla vão proceder à entrega aos seus proprietários", garantiu.

Depois da cerimónia de entrega das casas, que prossegue, o governador visitou as obras de construção das 200 casas que estão a ser construídas na centralidade da Eywa, para acolher as famílias que viviam no bairro da Lage.

Ernesto Francisco, 47 anos, que recebeu a primeira moradia, explicou que vivia no bairro Só Frio, no prolongamento do ramal do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, numa casa de adobe, em condições precárias. Agora, a sua família, composta por sete elementos, passa a viver numa casa com sala comum, três quartos, duas casas de banho e cozinha. Neste momento, todas as moradias entregues às populações dispõem de energia e água.

3.2 Ordens de despejo contra moradores do Kilamba

Jornal A Capital
04 De Março de 2014

Há duas semanas, os moradores dos blocos em causa, foram surpreendidos por agentes armados da Polícia Nacional e dos Serviços de Fiscalização que os intimaram a deixarem as casas. Segundo os moradores, a SONIP justifica essa atitude com o facto de os apartamentos dos edifícios 30, 31 e 33 do bloco W e dos restantes blocos notificados serem

reservas de alguns Ministérios, de empresas públicas e do presidente do conselho de administração da Sonangol. "A Polícia e os fiscais estiveram aqui e disseram que devíamos abandonar os apartamentos porque do rés-do-chão ao terceiro andar as casas são reserva pessoal do PCAda Sonangol", disse uma moradora do edifício W31 Que não QUis ser identificada.

- "Desdê que chegámos aqui, ninguém veio reclamar da nossa presença. Não temos para onde ir, por isso vamos ficar e resistir até ao fim porque fizemos os pagamentos", disse uma outra moradora visivelmente indignada com a situação.

Com a filha ao colo, Joana da Silva desconhece qual vai ser o desfecho deste drama, mas tem uma Certeza: para viver na sua casa, na Centralidade do Kilamba, deu todos os passos que a empresa Delta lhe exigiu e pagou o que foi contratado: "agora corro o risco de acabar no meio da rua com a minha filha ao colo. Não tenho para onde ir", explicou Joana, que durante os últimos meses de gravidez teve de dormir ao relento para conseguir a ficha de inscrição na empresa Delta.

Enquanto uns lamentam, outros choram perante o risco de perderem uma casa em que investiram todas as suas economias. "Daqui só saio morta" disse Inês Costa, acrescentando que decidiu aderir às casas do Kilamba por não ter mais condições de continuar a pagar a renda. "Pelo menos aqui, ao fim de 15 anos, este apartamento pode ser meu definitivamente, sem ter necessidade de pagar renda", disse.

Com 45 anos, Inês Costa diz que já não tem idade para "aguentar tanta humilhação" e pediu "mais respeito e dignidade" para com os moradores da Centralidade do Kilamba.

"Ninguém merece ser tratado desta forma. A SONIP e a Delta devem ser mais responsáveis e não estarem a brincar com as pessoas", disse.

Aflitos com a sua situação, os moradores contactaram a SONIP onde foram recebidos por um responsável da direcção de infra-estruturas imobiliárias que os remeteu para a Delta Imobiliária, empresa contratada para proceder à comercialização das habitações e com quem assinara os contratos.

A SONIP manda os moradores tratar do assunto com uma empresa que já nada tem a ver com o assunto. "A Delta disse-nos que está tudo bem e que não há problemas", referiu outro morador identificado apenas por Delfim, residente no bloco W133, que considera a ordem de despejo emitida pela

SONIP "uma atitude maldosa" e "um golpe baixo", cujo fim desconhece.

"Obtida a resposta da Delta Imobiliária, voltamos de novo à SONIHP de quem recebemos a garantia ia de que a situação estava resolvida e que podíamos continuar a residir nas habitações", disse Delfino Mas ninguém se responsabilizou pela ordem de despejo que deixou centenas de moradores em pânico. Porque o documento foi acompanhado de agentes da Polícia Nacional, armados.

Contratos falsos

A situação dos moradores dos blocos A, T, W e Z está longe do fim: pode mesmo acabar em Tribunal em declarações à reportagem do jornal de Angola, o presidente da comissão executiva da SONIP, Orlando Veloso, revelou terem sido detectados contratos falsos na Centralidade do Kilamba.

A empresa apresentou queixa junto da Polícia Nacional, informou o responsável da SONIP. "Fizemos uma auditoria aos contratos e constatamos que existiam algumas fraudes. Apresentamos queixa à Polícia Nacional, e obviamente quem entrou ilegalmente nas casas não tem como continuar a viver nelas", disse Orlando Veloso.

Questionado sobre o número exacto de contratos falsos detectados, o presidente da comissão executiva da SONIP disse apenas que o processo de averiguações vai continuar no sentido de encontrar outros documentos falsos. "Aqueles que a Polícia está actuar são os que já estão identificados", referiu. Mas se há fraudes, o problema não é da Polícia Nacional. Só os Tribunais podem tomar uma decisão. Agentes armados não podem servir de juizes.

Para Orlando Veloso as pessoas notificadas têm que demonstrar que os contratos que possuem são verdadeiros e caso não sejam, são obrigadas a denunciar as pessoas que lhes venderam os falsos contratos.

Há moradores ameaçados cujos nomes saíram nas listas publicadas pela Delta, no Jornal de Angola. Não compraram contratos a ninguém. "A SONIP tem que ver com a Delta o que se passa e não pode andar a empurrar as pessoas sob a ameaça das armas. Quem tem de provar as fraudes e os contratos falsos é a SONIP", disse uma moradora, que exhibe o seu contrato com a Delta e as páginas do Jornal de Angola onde consta o seu nome.

Se eles estão perfeitamente legais não precisam estar preocupados, mas nós temos formas de comprovar se os contratos são legais ou não", explicou Orlando Veloso, sem no entanto revelar se já há pessoas

detidas por estarem envolvidos na falsificação dos documentos.

O presidente da comissão executiva da SONIP confirmou que alguns edifícios da Centralidade do Kilamba constituem reservas de Ministérios e empresas públicas, "que em nenhum momento cederam os apartamentos a quem quer que seja".

Centralidade de Cacucaco

A água potável raramente corre nas torneiras dos apartamentos da Centralidade de Cacucaco, uma cidade com dez mil habitações. Os moradores andam de bidões e bacias à cabeça. Para os moradores, a situação parece não ter fim à vista, mas o presidente da comissão executiva da SONIP, Orlando Veloso, garante que o problema deve ser ultrapassado até ao final do primeiro semestre deste ano: "os problemas da falta da água nas Centralidades de Cacucaco e do Kilamba estão a ser resolvidos junto da Empresa Pública de Água de Luanda".

Informações postas a circular em Luanda dão conta de uma disputa sobre a gestão da estação de tratamento de água da centralidade do Cacucaco entre a SONIP e a EPAL. Uma fonte da EPAL, contactada pela reportagem do Jornal de Angola, confirmou que a fraca capacidade de abastecimento de água às centralidades se deve à construção de condutas de baixa capacidade.

"A EPAL já solicitou a gestão da estação de tratamento de água, quando isso acontecer vamos investir na construção de uma conduta de maior capacidade de bombagem de água às habitações", disse um responsável da EPAL.

Orlando Veloso nega existir uma disputa entre a SONIP e a EPAL, na medida em que "todas infra-estruturas públicas de água e energia construídas nas centralidades estão a ser entregues à EPAL e à EDEL para essas empresas gerirem. Logo que as obras acabem, entramos num processo de transferência dessas infra-estruturas. Este processo tem alguma especificidade, por isso, estamos num processo de treino dos funcionários que vão gerir as instalações", explicou, reafirmando que não há qualquer conflito entre as duas empresas.

3.3 Casas económicas no Nzeto

Jornal de Angola
06 De Março 2014

O secretário de Estado da Construção, Ilídio de Jesus Martins, anunciou, ontem, em Mbanza Congo, a

construção de 300 casas económicas nos municípios do Soyo, Nzeto e na capital provincial.

Ilídio Martins explicou, que o começo da construção das cem primeiras casas económicas tem lugar na comuna de Quiende, a cerca de 30 quilómetros da cidade de Mbanza Congo. O secretário de Estado da Construção inspeccionou os trabalhos das redes técnicas para o abastecimento de água potável, drenagem das águas pluviais, iluminação pública e sistema de telecomunicações.

Ilídio Martins mostrou-se satisfeito com o andamento das obras de ampliação do hospital provincial em Mbanza Congo e com a construção das primeiras cem casas na aldeia de Bela Vista. O governador do Zaire, Joanes André, referiu que a maior preocupação é o estado crítico dos troços rodoviários para a ligação entre a cidade de Mbanza Congo e os municípios de Nóqui, Cuimbae Nzeto-Soyo.

Joanes André garantiu à população que as obras da estrada nacional entre Mbanza Congo e Luanda vão ser concluídas em Maio. Como fim destas obras, o Governo Provincial do Zaire vai transformar o município piscatório de Nzeto numa área de atracção turística, por estar localizado num eixo rodoviário que permite a ligação entre Mbanza e os municípios do Soyo e Tomboco.

O secretário de Estado da Construção trabalha hoje no município de Nzeto.

3.4 Sonip acelera para a conclusão das centralidades habitacionais

Economia e Finanças
07 De Março de 2014

As moradias construídas na urbanização especial de Cabinda, corno está a ser designado o projecto imobiliário desta província, está quase pronto para entrega, faltando apenas a conclusão dos trabalhos de infra-estruturas externas, nomeadamente o abastecimento de água e luz eléctrica a partir de uma subestação que está a ser montada nas proximidades da centralidade.

Segundo o vogal da Sonip, engenheiro Hamilton Jorge Faria, que falava à imprensa durante uma visita de campo às novas centralidades do interior do país, a urbanização de Cabinda foi construída com base em modelos habitacionais de alto padrão diferentes das outras centralidades, daí a designação acima mencionada.

Com urna arquitectura atraente dos, a urbanização especial de Cabinda, localizada no município sede

com o mesmo nome, estará totalmente pronto para comercialização em Março do próximo ano. "Neste momento estão a ser feitos estudos que irão determinar o preço e datas exactas para a comercialização dos fogos construídos. Por isso, em momento oportuno faremos um comunicado para o efeito" afirmou Hamilton Faria.

Mais adiante, o vogal da Sonip referiu que a nova centralidade da província mais a Norte do país possui mil apartamentos com capacidade para albergar mais de seis mil habitantes, sendo que 768 residências são de tipologia T4 com cada moradia a ocupar urna área de 150 metros quadrados. Os restantes 234 apartamentos serão 13 com área de 120 metros quadrados erguidos em 90 edificios de três pisos.

O projecto habitacional contempla ainda equipamentos sociais, tais como uma escola primária com 16 salas de aula com capacidade para 512 alunos, um infantário com quatro salas para 13 camas, uma estação de tratamento de água e urna malha rodoviária de seis quilómetros de estrada.

Construções simultâneas

À semelhança do que ocorre na província de Cabinda, a Sonip desdobra-se em esforços para concluir nos próximos dois anos outras centralidades. Tal é o caso das províncias da Huíla, Namibe e Benguela, além dos projectos que estão a ser concluídos em Luanda, que serão quase todos concluídos em 2016. Na província da Huíla, por exemplo, na localidade de Quilemba, município do Lubango, está a ser construída a maior centralidade em termos de área de implementação, ocupando uma superfície de construção equivalente a 1.100 hectares contra os 900 hectares da centralidade do Kilamba, em Luanda.

O projecto, que está a ser executado pela construtora chinesa CITIC e fiscalizada pela Soapro, teve início em Junho de 2012 e prevê-se que esteja concluído até segundo semestre de 2016. As residências variam entre apartamentos de tipologia 13 em edificio de três pisos e habitações sociais perfazendo um total de 4.000 apartamentos e 6.160 moradias unifamiliares, cinco escolas primárias, quatro escolas secundárias e oito creches.

De acordo com o engenheiro Hamilton Faria, o principal constrangimento enfrentado até agora com a centralidade do Lubango prende-se com as ocupações de terreno nas reservas fundiárias. "Das 11 mil habitações que prevemos construir nesta centralidade, cerca de 3.500 moradias estão impossibilitadas de serem erguidas devido a existência de fazendas e

casas que foram erguidas dentro do perímetro da reserva fundiária" lamentou.

De igual modo, a província do Namibe também está a beneficiar da construção de duas centralidades, localizadas na praia Amélia e no 5 de Abril, numa área de 295 hectares onde serão construídas 1.656 habitações sociais e 344 apartamentos para 12 mil habitantes. Além da província de Benguela que conta também com centralidades na Baía Farta, no Luhongo (Catumbela) e Lobito.

3.5 Petrolíferas provocam boom imobiliário

Jornal Expansão

07 De Março de 2014

A falta de casas perto do complexo residencial da Chevron, na província de Cabinda, está a impulsionar um boom na construção, que após mais de uma década de paz tem necessidade de mais habitações.

O crescimento da indústria de petróleo no País tem ajudado a que se verifique uma essassez imobiliária em Cahinda, onde o projecto Mafumeira Sul, onde está localizada a Chevron, está a fazer com que nasça praticamente uma outra cidade. A Chevron está a investir 5,6 mil milhões USD (546 mil milhões Kz) no mar de Cabinda e, embora a empresa abrigue cerca de seis mil pessoas no Malongo, construído na década de 60, existe agora uma necessidade de a petrolífera americana procurar novos alojamentos para os seus funcionários.

A diminuta oferta imobiliária naquela região fez aumentar exponencialmente os preços das casas e criou, ao mesmo tempo, uma proliferação de instalações básicas. Só em projectos imobiliários, estão previstos investimentos de 200 milhões USD (19,5 mil milhões Kz) para albergar não só cabindenses, mas também estrangeiros de empresas como a Schlumberger, a maior companhia de serviços de campos petrolíferos do mundo, e que vão ajudar o Estado, ao mesmo tempo, a integrar as companhias de petróleo na economia em geral.

"Malongo parece uma colónia, e temos de acabar com isso, porque a guerra acabou", afirmou à Bloomberg Gianni Martins, um engenheiro de petróleo da companhia petrolífera estatal Sonangol. "Os expatriados têm necessidades, os locais têm serviços, e o que temos de fazer é juntá-los."

O projecto Futila Sea Breeze Condominium, um investimento de 100 milhões USD (cerca de 10 mil milhões Kz), vai abrir a primeira de suas 464

unidades de luxo em 2015, disse Pedro Godinho, presidente da Servicab SA.

Ali perto, a vizinha Malernbo Development Center (MDC), um investimento 97 milhões USD (9,5 mil milhões Kz), está a ser construída pela Operatec e OPI Internacional, aijá alojar 280 trabalhadores dos 1.440 previstos de empresas como a Schlumberger, Saipem e Fugro, a maior firma de exploração sísmica em águas profundas.

O complexo Malembo, a ser construído ao longo de quatro fases, inclui piscinas, academia de ginástica, restaurante comum e 600 metros quadrados de lojas ligadas à distribuição destinadas a empresas de Cabinda, está a apenas três quilómetros e meio de Malorigo.

"O centro vai servir as necessidades da Chevron e a comunidade em geral, uma vez que está aberto não só para os trabalhadores do petróleo, mas também para os habitantes locais que prestam serviços", disse Clay Etheridge, director do MDC, acrescentando que este projecto é "uma vitória para a comunidade e para o sector de petróleo".

Os 1.200 hectares do complexo de Malongo tornaram-se numa verdadeira fortaleza para sobreviver à guerra da independência (1961-1975) e, mais tarde, a uma guerra civil de 27 anos. Empresas como a francesa Total, a brasileira Braspetro e a italiana Eni têm campos petrolíferos offshore em frente à província, que contribui com cerca de um quarto da produção de Angola.

A capital da província é repleta de pequenos edifícios inacabados ou abandonados. A governadora, Aldina Matilde da Lomba, iniciou o ano passado um programa para melhorar a área central e as estradas. Além disso, o porto principal foi dr agadoe ampliado, enquanto o porto de águas profundas está a ser reconstruído. A Vila Olímpica, construída inicialmente para os veteranos de guerra civil, está a ser alugada agora aos trabalhadores do petróleo, afirmou Pedro Sia, porta-voz da governadora.

Luís Franque, chefe de gabinete de Macário Lembe Romão, vice-governador para Assuntos Económicos, negou que a vila tenha sido construída para os veteranos da guerra e adiantou que 9 Governo construiu 150 casas no Condomínio Santa Catarina para os soldados.

"As pessoas vêem as multinacionais a arrecadarem milhões em dinheiro com os seus recursos e não recebem nada por isso", afirmou Pedro Godinho, da Servicab, acrescentando que algumas "que estão a

morrer à fome e têm uma AK-47 na mão não têm nada a perder".

A Halliburton, um dos maiores fornecedores mundiais de serviços de fRacturação hidráulica, também está a construir alojamentos em Cabinda para os seus trabalhadores, mas não avançou com mais pormenores.

3.6 Centralidade do zango apartamentos invadidos

Novo Jornal

07 De Março 2014

OS PONTEIROS do relógio rondavam as 03H00 da madrugada do passado dia 22 Fevereiro quando militares da Unidade da Guarda Presidencial (UGP), acompanhados por agentes da Polícia Nacional (PN), irromperam pelos apartamentos do edifício onde residem os antigos moradores do então edifício da Cuca, no Condomínio "Vida Pacífica", localizado no Zango, em Viana.

Os moradores assustados não reagiram, pois sabiam a razão da presença da UGP [que faz habitualmente guarda ao local] e da polícia no local: ocupação de forma ilegal dos apartamentos pertencentes ao governo no edifício Cuca, do 8º ao 15º andar.

"Os apartamentos estavam vazios. De repente notamos que, aos poucos, estavam a ser ocupados por pessoas que não conhecíamos", denunciou um morador do ex-prédio da Cuca.

Dois dias depois, amigos das quarenta e seis pessoas presas na madrugada de sábado esperam ansiosos pelo início do julgamento, em frente ao Tribunal Municipal de Viana.

"Eles viviam no prédio da Cuca, com o nosso irmão. Por não terem sido abrangidos no processo de entrega de novas residências aqui no Zango, a minha irmã e o meu cunhado, acabaram por ocupar um apartamento no 12º andar", contou Rosa Alexandre que, ao aperceber-se da detenção da irmã e do cunhado, acompanhou "o processo de perto.

Segundo contou Rosa, a irmã foi detida porque o cunhado não se encontrava em casa na altura em que os militares da UGP e da PN irromperam pelos apartamentos.

"Como o meu cunhado não se encontrava em casa naquele momento, levaram a minha irmã", disse uma familiar de uma das jovens detidas no apartamento do Zango, que preferiu manter o nome da irmã no anonimato.

"Ela é inocente. Por isso não tenho por que espalhar a sua identidade", justificou a jovem que, na altura, acompanhada pelo namorado e alguns amigos, aguardava ansiosa pelo início do julgamento.

Já Paulo Castro tem a cunhada detida e vai ser julgada por ocupação ilegal de apartamentos pertencentes ao governo angolano.

"Estou estupefacto como as coisas acontecem. A minha irmã vive nesse apartamento há um ano e, inclusive, paga o condómino. A SONIP já esteve reunida com estes moradores. Como é possível a UGP e a polícia surgirem de madrugada e prender assim os moradores, que agora são julgados de forma sumária", questiono Paulo Castro agastado.

Assim como Paulo Castro, outros moradores do condomínio Vila Pacífica, na centralidade do Zango, ocuparam apartamentos vagos no edifício porque, segundo eles, estavam a ser invadidos por delinquentes. Esta teoria é desmentida pelos moradores legais do antigo edifício da Cuca.

"Não é verdade. Não havia nemvenda de drogas. Eles foram chegando aos poucos e ocupando os apartamentos", desabafou outro morador do condomínio Vila Pacífica. Entretanto, o julgamento que decorreu à porta fechada terminou três dias depois, com o tribunal a suspender a pena, por considerar "o caso confuso".

"Mandaram-nos regressar para os apartamentos. Vamos em liberdade para as nossas casas para serem notificados mais tarde. O Tribunal disse que terá, primeiro de ouvir a SONIP e a Casa Civil da Presidência da República para saber a quem pertencem os apartamentos, na realidade, e quem, de facto, fez as denúncias".

O Novo Jornal conseguiu saber através de fontes policiais que, das quarenta e seis pessoas implicadas no processo em causa, foram todas autorizadas a regressar aos apartamentos, até que o tribunal consiga averiguar o que se terá passado na realidade.

"Alguns regressaram mas, outros depois de se aperceberem da presença da polícia e da UGP no local, abandonaram os apartamentos", disse uma fonte afecta a SONIP na centralidade.

O Novo Jornal conseguiu ainda saber que grande parte dos apartamentos no Condomínio do Zango 5 está ainda em construção [oito mil unidades habitacionais T3]. De acordo com dados fornecidos à imprensa pela SONIP, a entrega destas residências começou com 1.297 unidades, já durante este mês, 1.989 em Junho, 2.087 em Setembro e, finalmente, 2.627 unidades em Dezembro.

No Zango 1 estão em fase de conclusão mais 1.456 unidades T3 e 1.008 T4. O programa de entregas está previsto para Dezembro de 2014.

3.7 Delta vai ter concorrência nas novas centralidades

Jornal Expansão
07 De Março de 2014

A Delta Imobiliária pode deixar de ser a única parceira da Sonip na venda dos imóveis das novas centralidades, estando a Sonip a estudar a possibilidade de encontrar outros parceiros, anunciou o presidente do conselho da comissão executiva (PCE) da subsidiária da Sonangol para o imobiliário, Orlando Veloso.

"Estamos a estudar ainda, mas provavelmente vamos ter outros actores", disse o responsável, à margem de uma visita a centralidades de Luanda (K.K Cinco Mil, no Kilamba, e Zango Oito Mil, no Zango 8), domingo passado. Veloso destacou a "grande dimensão" dos projectos, sublinhando que, só em Luanda, estão em causa "mais de 13 mil habitações", e há "outras urbanizações nas províncias". "Provavelmente, uma empresa só não será suficiente para responder eficazmente à demanda", disse.

A decisão de introduzir novos actores neste processo resulta da experiência da primeira fase, que "foi difícil", por ter sido "a primeira" do género. "Acredito que todos os actores que intervieram na primeira fase do processo terão aprendido bastante e, obviamente terão uma melhor resposta no futuro", afirmou.

A concretizar-se a entrada de novos actores no processo, o cenário irá ao encontro do defendido por especialistas do sector imobiliário, que têm apelado à aposta em empresas especializadas, ainda que existam "muito poucas" no País, como sublinhou recentemente ao *Expansão* o director-geral da imobiliária Propriacasa, Miguel Ribeiro.

"Há muito poucas empresas, duas ou três, que se dedicam de forma profissional à mediação imobiliária. Todas as outras que se apresentam como imobiliárias são, na verdade, criadas pelo dono do projecto para o comercializar. O caso Sonip/ Delta Imobiliária não é a excepção, as a regra do mercado angolano", afirmou. A comercialização, defendeu, deve ser "distribuída por empresas de mediação licenciadas, para dar seguimento e apoio aos compradores".

Entretanto, Orlando Veloso anunciou estar em curso o processo para início das operações do Banco de Poupança e Promoção Habitacional, (BPPH), criado pela Sonangol para financiar as casas que serão comercializadas pela Sonip. "Vamos acreditar que nas futuras vendas vamos contar com esta entidade", sublinhou.

Com a entrada em funcionamento do BPPH, "todos os que pretenderem adquirir residências construídas e comercializadas pela Sonip terão de passar pela contratação de crédito" junto daquele banco, explicou o PCE da Sonangol, Francisco de Lemos, em Junho de 2013, no anúncio da intenção de criação do banco, que recebeu autorização de funcionamento do Banco Nacional de Angola em Novembro passado.

Com a entrada do BPPH no processo, o Banco Angolano de Investimento (BAI) deixará de ser o banco parceiro da Sonip no processo, como aconteceu na primeira fase. No que diz respeito ao início das próximas vendas, Orlando Veloso garantiu que acontecerá "quando as condições assim permitirem", deixando a entender que será ainda este ano.

Casas sociais para atender à lista de espera Orlando Veloso anunciou ainda que as casas disponíveis para as pessoas que se encontram na lista de espera da urbanização do K.K Cinco Mil são sociais, contrariamente àquelas pelas quais os concorrentes pagaram a primeira prestação.

"Neste momento, o que vamos ter para satisfazer aquelas pessoas é esta urbanização, e as pessoas serão livres de optar: quem não quiser a casa social tem a possibilidade de requerer a devolução do valor correspondente à primeira prestação", explicou.

Estas casas, acrescentou, sendo sociais, serão mais baratas e ajustar-se-á o valor pago na primeira prestação ao custo da casa. O gestor acrescentou ser de opinião que as casas "têm todo O potencial para serem tão boas quanto as do Kilamba", O gestor reforçou a intenção da Sonip em resolver a lista de espera até ao final do ano.

A urbanização K.K Cinco Mil está enquadrada numa área de 75 hectares. Os apartamentos são de tipologia T3 e ocupam uma área bruta de 106 metros quadrados, em edifícios de cinco andares.

O projecto prevê a construção de 5.000 apartamentos, e a previsão de entrega dos primeiros 2.190 é o próximo mês de Junho, enquanto a conclusão do projecto está agendada para o final deste ano.

Sonip reconhece fraudes

O presidente da Sonip apresentou as razões pelas quais os alguns proprietários de imóveis na cidade do Kilamba estão a ser notificados no sentido de comprovarem a legalidade da referida propriedade. Explicou que a forma como o processo foi conduzido permitiu que houvesse "um número razoável de fraudes", que foram detectadas após a realização de uma auditoria.

"Apresentámos queixas, e a Polícia está a dar o devido tratamento. Acredito que quem tenha entrado de forma ilegal nas casas não tem como permanecer nelas. Ainda estamos no processo de averiguação, e as pessoas só têm é de demonstrar que os contratos são legais", concluiu.

3.8 SONIP quer corrigir erros do passado

Novo Jornal

07 De Março 2014

O PRESIDENTE da Comissão Executiva (PCE) da Sonangolimobiliária e Propriedade Lda (SONIP), Orlando Veloso, reiterou que o pagamento do remanescente dos contratos efectuados junto desta empresa para aquisição de uma moradia nas novas centralidades poderá arrancar a partir já deste mês, ou em Abril, em parcelas mensais.

O responsável, que falava à imprensa no final de uma recente visita às centralidades do Zango 5 e KK, em Luanda, reforçou que os respectivos pagamentos deverão ser efectuados sem qualquer alteração nos actuais preços dos imóveis. Segundo disse, até ao momento vigora a modalidade de compra e venda directas, de renda resolúvel e de arrendamento.

No que respeita ao processo de vendas, Orlando Veloso avançou que a empresa vai alterar as modalidades de comercialização de residências das novas centralidades, em construção no país.

A medida, segundo o responsável, visa acautelar erros e constrangimentos verificados aquando da primeira fase de comercialização das habitações de Luanda, sob responsabilidade da SONIP.

"Acreditamos, que não cometeremos os mesmos erros, que tivemos na primeira fase, que constituiu para nós um desafio etambém uma etapa de aprendizagem. Cremos que desta vez teremos a oportunidade de corrigir muitas das falhas cometidas", salientou, sem entrar em detalhes.

Ainda em relação a comercialização das habitações das novas centralidades, a SONIP deverá introduzir, como fez saber o seu PCE, novos elementos, actores

e outras formas de comercialização, que certamente ajudarão a reduzir significativamente os problemas registados na primeira fase, "particularmente com as centralidades do KiLamba, Cacucaco, Musseque Kapari e Zango (Vida Tranquila)".

Orlando Veloso referiu, porém, que as inscrições para a compra de moradias nas novas centralidades ainda não estão abertas, mas, que a prioridade entre os beneficiários recai nos candidatos que já fizeram o pagamento. Acrescentou, que o processo de venda vai obedecer a outros critérios, que estão a ser afinados para maior facilitação.

Novas centralidades à vista Além do recente périplo efectuado às centralidades do Zango 5 e KK, em Luanda, a SONIP convidou a imprensa para uma digressão às novas centralidades que estão a ser construídas, sob a sua égide, nas províncias de Cabinda, Huíla, Namíbe e Benguela.

Todos os projectos atrás referenciados contemplam, além de moradias, infra-estruturas sociais como escolas, creches, hospitais, entre outros serviços. A estratégia de comercialização está igualmente a ser alvo de um minucioso estudo para prevenir eventuais falhas.

A centralidade de Cabinda possui 36 lotes, por onde estão repartidos 90 edifícios de três pisos. No total, existem nesta cidade 1.002 apartamentos, dos quais 768 do tipo T4 e 234 T3. o total, o projecto deverá absorver cerca de 6 mil pessoas, à razão de seis para cada apartamento.

Situado numa zona a cerca de 15 quilómetros do centro da cidade, a também designada "Urbanização Especial de Cabinda" integra igualmente infra-estruturas sociais, nomeadamente uma escola primária, com 16 salas de aulas para 51 alunos, e um infantário (com quatro salas de aulas para 120 crianças).

Fazem ainda parte do projecto, um posto médico (com 13 camas), um supermercado, esquadra de polícia, edifício administrativo, além de uma estação de tratamento de águas residuais.

De acordo com o engenheiro Hamilton Faria da SONIP, o projecto arrancou em 2008, tem a sua conclusão prevista para este mês de Março.

Na província da Huíla está igualmente a ser edificada outra centralidade, numa área total de 1.100 hectares. Nesta fase, apenas 7500 fogos estão em execução no projecto, por uma considerável parte dos terrenos estar ainda na posse de alguns fazendeiros da região.

Segundo Hamilton Faria, a SONIP tem estado a negociar com o governo a ver se consegue obter a disponibilidade do espaço, que consta do projecto inicial (os 1.100 hectares) para concluir as obras.

O projecto da centralidade da Huíla, tal como os demais, contempla a instalação de infra-estruturas externas para permitir o fornecimento de água potável e de energia eléctrica. Mas, para o êxito deste objectivo, será necessária a intervenção do Estado. "Estamos a trabalhar com entidades públicas, como o ENE (Empresa Nacional de Electricidade), para na altura em que as obras estiverem concluídas, fazerem chegar aqui electricidade. Só depois desta operação é que estaremos em condições de avançar com a comercialização do projecto", salientou Hamilton Faria.

O projecto teve início em Julho de 2012 e a previsão de conclusão é para o segundo semestre de 2016. Estão previstas a construção de 11 mil habitações, repartidas entre moradias e apartamentos.

No total, o projecto vai integrar 160 moradias e 4.840 apartamentos. As moradias têm uma área de 103 metros quadrados e os apartamentos 106 metros quadros.

Em termos de equipamentos sociais, a empreitada vai contar com cinco escolas primárias e 4 secundárias, cada uma com capacidade de 24 salas de aulas. Estão previstas ainda a construção de nove creches, com capacidade de oito salas de aulas.

Na província do Namibe está igualmente a nascer outra das muitas centralidades actualmente em construção no país. A cidade, convencionou-se designar Praia Amélia, está a ser construída numa área de 295 hectares. O projecto integra quatro tipos de moradias de tipologia diferente: Isoladas, gemi nadas, H3 (com 'um piso) e H4 (com três pisos).

O projecto Praia Amélia contempla, no total, 1.656 casas e 344 apartamentos. Integra igualmente vias de comunicação, rede de esgotos, escolas do primeiro e segundo ciclos, drenagem das águas pluviais e duas creches, ainda em fase de edificação.

O fornecimento de água potável e energia eléctrica estão salvaguardadas, estando de momento a decorrer um projecto para viabilizar o processo, coordenado pelo governo da província.

Nesta centralidade estão previstas a construção de 2 mil fogos. Começou a ser edificada em Junho de 2012 e tem a sua conclusão prevista para Março de 2015.

De acordo com a SONIP, em Luanda, três novas centralidades de diferentes modelos e características estão igualmente em construção em distintas localidades da cidade, com previsão de conclusão até 2015. Todas elas contam já com parte do projecto finalizado e deverão começar a servir a população em Junho deste ano.

Os apartamentos estão a ser edificados desde 2012 e devem estar totalmente acabados em 2015 para beneficiar cerca de 108 mil pessoas de todos os estratos sociais, na lógica de seis em cada uma das 18 mil moradias, segundo o PCE da SONIP, Orlando Veloso.

As infra-estruturas estão a ser implantadas nas zonas do Zango 5 (projecto habitacional "Zango oito mil"), no município de Viana, do Kilamba ("KK cinco mil") e um outro também nos arredores da já habitada centralidade do Kilamba ("Cif Cinco mil"), ambos no município de Belas.

A nova centralidade do Zango está já executada a 75 por cento, estando a ser edificada numa área de 416 hectares. A mesma contempla oito mil habitações económicas de modelos combinados, das quais duas mil 780 moradias térreas (incluindo gemi nadas) e cinco mil 220 apartamentos.

Os prédios são de dois e três pisos de quatro apartamentos cada, todos de tipologia T3, tal como as moradias simples. A partir do final deste primeiro semestre do ano, 1.297 casas estarão concluídas e começam a ser imediatamente comercializadas, noticiou a agência Angop.

Diferente deste projecto habitacional, o "KK cinco mil" ocupa uma área de 75 hectares e caracteriza-se como um projecto habitacional composto por 184 edifícios, num total de cinco mil apartamentos T3, distribuídos por dois blocos, sendo o "Rt" com 81 prédios e "R2" com 103.

A planta dos prédios varia entre "estrela" (de cinco pisos de quatro apartamentos cada) e uma única entrada e os "lineares", uns de três entradas e 30 apartamentos por piso e outros com dois acessos e 20 apartamentos em cada andar, que começam a ser distribuídos em Junho deste ano.

Por seu turno, o "Cif - Cinco mil", igualmente situado nas imediações da Centralidade do Kilamba, abarca a construção de cinco mil residências do tipo T3 e, à semelhança do "Zango Oito mil", começou a ser erguido em Junho de 2012 e deve estar finalizado em 2015.

O KK será o primeiro a estar concluído na totalidade (Dezembro do presente ano), para beneficiar parte de

cidadãos que já pagaram ao Estado e aguardam pelas moradias, de acordo com o presidente da Comissão Executiva da Sonangol Imobiliária e Propriedade, Lda, Orlando Veloso.

Os três projectos habitacionais abarcam a construção de escolas primárias e secundárias, creches, estação de tratamento de água, central de captação, redes eléctricas, assim como áreas reservadas para quer para serviços sociais e instituições públicas, quer para investimento privado.

3.9 Nem tudo é mar de rosas

Novo Jornal

07 De Março de 2014

KILAMBA, Vida Pacífica e Cacuaco são as centralidades de referência, em Luanda. Todas foram construídas há cerca de cinco anos. Nos últimos 24 meses, qualquer uma delas absorveu um significativo número de moradores.

De todas, a cidade do Kilamba que segundo dados oficiais alberga cerca de 40 mil pessoas - é a que, de momento, acarreta menos problemas, em termos de infra-estruturas sociais.

Esta opinião, defendida por muitos luandenses, é igualmente partilhada por muitos habitantes do Kilamba. "Temos um grupo de interacção nas redes sociais (facebook) onde discutimos' sobre os problemas que afectam em, particular, a cidade do Kilamba. Na verdade, é bom viver aqui, mas nem tudo ainda é um mar de rosas. Seria melhor se pudéssemos ultrapassar alguns problemas que a cidade ainda vive", desabafou ao Novo Jornal, sem entrar em detalhes, o jovem Manuel Henriques.

Além de ter recorrido ao grupo de debate dos "kilambistas" no Facebook, o Novo Jornal efectuou uma ronda à centralidade em causa e constatou que, tal como avançou o jovem Henriques, nem tudo ali é "um mar de rosas". Alguns dos velhos problemas que enfermam Luanda terão, aparentemente, sido transferidos para aquela nova cidade.

O caso mais problemático tem a ver com o fornecimento de água. Segundo relatos de distintos moradores, o precioso líquido está a ser distribuído com muitas restrições na centralidade. Ou seja; "escorre pela torneira por algumas horas no período da manhã e, depois, somente à noite".

Durante uma breve visita à repartição local da Empresa Pública de Águas (EPAL) uma das funcionárias confirmou ao Novo Jornal a informação avançada por alguns dos moradores. "Neste

momento, garantimos o fornecimento de água apenas das 5 às 7 horas da manhã e, depois das 20 às 22 horas", afirmou a trabalhadora da EPAL, que preferiu falar sob anonimato.

Recentemente, a direcção da EPAL admitiu publicamente haver problemas com o fornecimento de água à cidade do Kilamba, mas prometeu, igualmente, que a situação deverá estar minimizada a partir do mês de Junho ou Julho do corrente ano, altura em que se prevê que possa ser captado (por via de uma estação de tratamento de água) a partir do Rio Kwanza, localizado a 50 quilómetros da centralidade em causa.

Além deste problema, a cidade do Kilamba carece de outras infra-estruturas sociais. A nível do sector da saúde, o que se verifica é que não há, até ao momento, um único hospital e tão-pouco espaço para a realização de velórios.

Em relação à educação, existem denúncias (não confirmadas oficialmente) de falta de professores nalgumas escolas do primeiro ciclo.

A nível da circulação rodoviária parece haver igualmente problemas. Segundo relatos de moradores, registam-se, durante quase todas às manhãs, longos engarrafamentos à saída da centralidade. E, aos fins-de-semanas, os acidentes entre viaturas são cada vez mais comuns.

Mas o Kilamba não vive só problemas. A energia eléctrica que, de acordo com declarações dos moradores, já constituiu problema é agora uma questão que pouco preocupa os "kilambistas".

A Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) , além de ter melhorado o fornecimento de energia, instalou contadores pré-pagos em todos os apartamentos da centralidade, o que estará a permitir um maior controlo sobre o consumo, quer por parte da empresa, quer dos clientes.

Segundo dados oficiais, a cidade do Kilamba tem 710 prédios, num total de 80 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. O projecto contempla ainda 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias, com capacidade para albergar cada 1200 alunos, por turnos.

Este ano, a centralidade ganhou novas infraestruturas escolares do ensino superior: o Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED); o Instituto Superior de Educação Física e Desportos; o Instituto Superior de Artes e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo, da Universidade Agostinho Neto.

O saneamento básico é da inteira responsabilidade da administração local. O Novo Jornal constatou que actualmente a recolha do lixo é feita duas vezes ao dia. Os apartamentos do tipo T5 têm direito a dois parqueamentos e as outras tipologias com um. Já a convivência com animais não é permitida aos moradores.

A centralidade do Kilamba conta também com uma unidade da Policia Nacional que, além dos postos policiais que tem montados na entrada das duas vias de acesso ao interior da cidade, montou uma esquadra móvel na avenida Imperial Santana e um posto policial contentorizado nas imediações do quarteirãoK.

Cacuaco, problemas "mil" Inexistência de transportes públicos, falhas no fornecimento de água, escolas encerradas. Estes são só alguns dos problemas que os moradores da centralidade de Cacuaco estarão a enfrentar, segundo relatos dos mesmos ao Novo Jornal.

"O nome é cidade, mas, a meu ver, estamos no queto", lamentou Kátia Jorge, moradora da centralidade.

"Faltam-nos elementos básicos que constituem um mínimo social. Eu vivia no Rangel e aqui tenho mais dificuldades" r desabafou, aborrecida. Isabel Domingos, outra moradora da centralidade de Cacuaco, disse que para ela tudo começou quando descobriu a possibilidade de ver realizado o sonho de adquirir a casa própria e de viver numa cidade bem organizada.

Mas, considerou tudo não passa de um paradoxo, sendo que a grande cidade com que sonhou "parece estar a transformar-se numa autêntica sanzala" .

"Para muitos dos moradores da centralidade de Cacuaco há uma certa desigualdade urbana em relação às outras. O Kilamba tem problemas, mas não tão graves e básicos quanto os nossos. Lá as crianças têm parques, há escolas e elevadores a funcionar, subestação da EPAL, enfim. E nós?", questionou Isabel Domingos.

Esta interlocutora, tal como muitos outros inquilinos da centralidade de Cacuaco, partilham da opinião de que a empresa responsável pela venda das habitações em causa, a SONIP, não deveria apressar-se com a comercialização, sabendo que ainda não estavam criadas as condições básicas para tal.

"Onde é que já se viu, um bairro sem administração? Nem os bairros novos de lata. Precisamos de uma administração local. porque sempre que pretendemos

fazer uma reclamação, nada conseguimos", reclamou a jovem Isabel.

Segundo Isabel Domingos, existem, na centralidade de Cacuaco, pequenos aproveitadores que se estarão a servir da suposta falta de segurança que impera na cidade para, de madrugada, protagonizar assaltos aos moradores.

"Há ladrões por aqui, mas desconfio que sejam os jovens que trabalham com os chineses. De manhã observam tudo e de noite voltam para fazer das suas", declarou.

De acordo com a interlocutora, a centralidade de Cacuaco conta com uma esquadra policial. mas, que a seu ver, não tem sido suficiente para os moradores.

"Ao contrário das outras centralidades, aqui (em Cacuaco) não temos policias em quase todas as avenidas. Há tempos, assaltaram-me o carro e nem adianta apresentar queixa", disse.

Segundo afirmou, os assaltos a viaturas estão a preocupar os moradores. "Os meliantes sabem que para quem vem viver aqui, a condição primordial é adquirir uma viatura. Só vive aqui quem tem carro, porque transportes públicos, só Deus sabe quando é que teremos", desabafou.

Outro dos dramas vividos pelos moradores da centralidade de Cacuaco está ligado ao fornecimento de água. Segundo declarações de moradores, para se adquirir 20 litros de água chega, por vezes, a pagar 200 kwanzas.

"Temos acarretado água que as kupapatas (moto táxi) vendem e somos obrigados a poupar, porque nunca chega para nada", lamentou um dos moradores.

A direcção da EPAL já se pronunciou também publicamente em relação ao problema da distribuição da água, na centralidade de Cacuaco. Segundo Leonídio Ceita, o PCA da empresa, o problema da água naquela centralidade deverá ser resolvido brevemente.

"Estamos a terminar o centro de distribuição e, brevemente, haverá água para todos", afirmou Leosídio Ceita, em declarações recentes à imprensa.

ESCOLAS FECHADAS

O ano lectivo 2014 não terá começado também da melhor forma para os moradores da centralidade de Cacuaco. Cerca de seis mil alunos, matriculados pelo Ministério da Educação, continuam privados de assistir às aulas porque as escolas, aí construídas, continuam encerradas e sem equipamentos.

Recentemente, alguma imprensa angolana - citando moradores desta centralidade - publicou notícias segundo as quais as chaves das referidas escolas encontravam-se em posse da igreja Católica.

Em reacção a estas informações,

delegado provincial da Educação de Luanda, André Soma, afirmou desconhecer que as escolas em causa tenham sido entregues à igreja Católica.

"Estamos à espera que os órgãos competentes nos notifiquem, que nos entreguem as chaves, porque nós somos apenas os gestores", disse o responsável, em recentes declarações à imprensa.

Face ao imbróglio, a vida complica-se para muitos dos encarregados de educação que escolheram a cidade de Cacuaco para viver. Maria Antônia, mãe de quatro filhos, mudou-se para a centralidade, logo no início do ano lectivo, quando se apercebeu que já estava tudo confirmado sobre o arranque das aulas nas demais escolas da capital.

"Senti-me muito emocionada, ao saber que teria uma escola próximo de casa para os meus filhos. Mas agora só tenho desespero. As aulas nunca arrancam. Alegam que não há carteiras para os alunos se sentarem, mas esquecem-se de que a educação é algo primordial para uma criança", lamentou.

3.10 Números de Projectos Habitacionais Cresce Exponencialmente

Jornal Angolense

08 De Março 2014

O Executivo angolano tem dado mostras, nos últimos anos, que pode fazer mais e melhor pela população angolana e por aqueles que escolhem o país como destino, no que concerne às condições de vida dos cidadãos e, particularmente, no que diz respeito à habitação. Prova disto são os vários projectos habitacionais que estão a ser implementados um pouco por todo o país, de forma particular, nas capitais das respectivas províncias, com alguma prioridade para a província de Luanda por se tratar da capital do país e, por possuir de alguma forma uma população maior em relação às outras.

Pelo menos, em Luanda, os projectos habitacionais do Estado executados por empreiteiras chinesas estão a ser maioritariamente habitados por aqueles que celebram o contrato com a Sonip.

Em 2010 fez-se a apresentação pública do Projecto da Cidade do Kilamba, onde o Executivo e uma empreiteira chinesa haviam celebrado um acordo para a construção da referida cidade com aproximadamente mais de 20 mil apartamentos em edifícios. A notícia foi recebida com um grande nível de satisfação, pois, para um país que viveu décadas de conflito armado, há muitos cidadãos sem casa própria e, a efectivação deste sonho, passou a ser uma das maiores realizações pessoais.

O plano de construção da Cidade do Kilamba esteve simultaneamente acompanhado com a construção de outros projectos, nomeadamente, o projecto habitacional de Cacuaco, o de Capari, o projecto habitacional do Zango e mais tarde, o Executivo foi estendendo os projectos pelo país, beneficiando numa primeira fase as capitais das províncias e, posteriormente, o resto dos municípios. Luanda, a título de exemplo, é como referimos acima a província mais privilegiada, pois, esta possui vários projectos que na sua maioria já estão habitados. A cidade do Kilamba que foi arquitectada para albergar mais de 20 mil famílias, já tem 80 por cento dos apartamentos ocupados, ao contrário do projecto de Cacuaco, onde as inscrições para a aquisição de apartamentos continuam a ser feitas. Mas, a ocupação das residências por clientes que já celebraram contratos com a Sonip ainda é de alguma forma lenta, o que faz com que a cidade permaneça desértica.

Novos projectos

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) convidou a imprensa para participar numa visita de campo que teve início no passado dia 2 de Março para, simultaneamente, aproveitar apresentar à Comunicação Social os mais variados projectos habitacionais que estão a nascer em muitos pontos do país e principalmente na sua capital, Luanda.

A visita de campo teve como ponto de partida Luanda, onde a Sonip começou por apresentar um grande projecto habitacional que está a nascer depois dos Zangos, aliás, é denominada como centralidade do Zango 5 e dista aproximadamente 30 quilómetros do centro da cidade. O prazo previsto para a conclusão das obras de construção da centralidade de oito mil habitações está para o segundo semestre de 2015.

Erguidas numa área de 416 hectares, as moradias unifamiliares, geminadas e apartamentos do tipo T3 estão a ser preparadas para receberem 48 mil pessoas. Orlando Veloso, Presidente da Comissão Executiva da SONIP, disse a imprensa que as primeiras 1.297 habitações serão entregues no primeiro semestre

deste ano e no segundo semestre serão concluídas outras 1989 residências.

Na centralidade do Zango 5 estão envolvidos na construção das 2780 moradias, cerca de seis mil trabalhadores, sendo 1734 chineses e 4754 angolanos, estes, estão igualmente envolvidos na construção de 5220 apartamentos do tipo T3 de 103 metros quadrados.

No que tange aos serviços sociais, a centralidade vai contar com cinco escolas primárias, três secundárias e cinco creches, uma estação de tratamento de água, uma central de captação de água, uma central eléctrica, 101 quilómetros de vias principais, secundárias e terciárias. Orlando Veloso não revelou o valor global que está a ser gasto no projecto, tanto a do Zango assim como outros que surgem por Luanda.

Naquela nova localidade encontram-se as tipologias H1, H2, H3 e H4. H1 é a vivenda isolada, H2 é a vivenda geminada, H3 é o edifício de dois pisos e o H4 é o edifício de três pisos.

No zango 5, «o processo de comercialização vai obedecer a um critério que estamos afinar neste momento e que na altura em que começarmos com a comercialização vai de alguma forma facilitar o processo», explicaram.

Um outro projecto designado K.K cinco mil está a ser erguido ao lado da centralidade do Kilamba, com o objectivo de albergar 30 mil pessoas. As habitações estão numa área de 75 hectares, onde também foram construídas uma escola primária e outra secundária, duas creches, infra-estruturas de fornecimento de energia e abastecimento de água. Relativamente ao número de trabalhadores envolvidos no projecto, há 337 angolanos e 450 chineses.

De acordo com Orlando Veloso, projecto adjacente à centralidade do Kilamba poderá partilhar alguns serviços sociais como: hospitais, algumas escolas com outros níveis até ao superior, serviços de bombeiros, esquadras policiais, entre outros serviços. A princípio, numa primeira fase os maiores beneficiários das habitações são seguramente aqueles clientes que efectuaram os pagamentos e não chegaram a beneficiar de residência.

«Temos menos de mil pessoas registadas e ainda este ano vamos contemplar todos que pagaram e não receberam suas casas, pois, não seria justo abriremos as inscrições para novos interessados enquanto estas pessoas não receberem suas casas», disse.

Já em Cabinda, Hamilton Faria, engenheiro da comissão executiva da SONIP, disse que o projecto é

designado como urbanização especial de Cabinda, está localizado no Chibodo, que dista 15 quilómetros da cidade de Cabinda. O projecto está implantado numa área de 25 hectares e prevê a construção de 1002 fogos, numa perspectiva de 6 pessoas por habitação, que corresponderá a seis mil pessoas.

O projecto começou em 2008, com uma previsão de conclusão para este mês até ao dia 31 de Março. Os fogos estarão distribuídos por 384 apartamentos de tipologia T3, 618 apartamentos de tipologia T4. Os apartamentos T3 têm uma área de 120 metros quadrados e os T4 têm uma área de 150 metros quadrados. Estão também previstos alguns serviços sociais como uma escola, uma creche, um posto médico e uma praça central. «Houve posteriormente a necessidade de se aumentar os serviços sociais, razão pela qual estamos actualmente a construir uma esquadra policial e um edifício administrativo».

Quanto a província da Huíla, o projecto está implantado no Kilamba, numa área de 1100 hectares. O projecto teve início em Julho de 2009 e a previsão de conclusão é o segundo semestre de 2016. No que concerne às habitações, o projecto prevê a construção de 11 mil, distribuídas em moradias e apartamentos, num total de 6160 moradias, 4840 apartamentos; fala-se ao certo de tipologias T3, as moradias têm uma área de 103 metros quadrados e os apartamentos com uma área de 106 metros quadrados.

Quanto aos serviços sociais, o projecto contempla cinco escolas primárias, cada uma delas com uma capacidade para 24 salas de aulas, cinco escolas secundárias, também com uma capacidade de 24 salas de aulas e cinco creches, cada uma delas tem a capacidade para oito salas de aula. No ponto de vista das infra-estruturas, há uma demanda energética de 45. MVAS, existem 132. 25 quilómetros de vias de comunicação e há um consumo de água avaliado em 2526 metros cúbicos dia.

Apesar do projecto estar numa extensão avaliada em 11000 hectares, apenas 7500 foram aproveitados devido a uma resistência que certos moradores daquela localidade fizeram na negociação com o Estado. É maior que a cidade do Kilamba em termos de extensão territorial.

A SONIP apresentou igualmente outros projectos habitacionais na província do Namibe, com duas áreas, nomeadamente o projecto Red Namibe, na praia Amélia, o projecto Red Namibe 5 de Abril, com as mesmas tipologias dos restantes projectos habitacionais. Apresentou ainda os projectos habitacionais da província de Benguela, também com as mesmas características das restantes províncias da zona mais a sul do país.

3.11 Km 44 fica mais longe

Jornal A Capital
08 De Março de 2014

Estamos a viver mal aqui", foi assim que desabafou uma moradora ao repórter A Capital, acrescentando que são obrigados a percorrer longas caminhadas para fora da cidade, para se ter água em casa, líquido que já não jorra nas torneiras há tempos.

De acordo com os moradores, a mesma água que lhes foi cortada, nem sequer servia para o consumo. "Energia eléctrica não temos há um ano. Ou seja, desde que a cidade foi construída não há", disse, por seu turno, Vunge Sebastião Kalau Bunga, agastado com a situação crítica da cidade, marcada com a falta gritante das condições básicas sociais mínimas.

A preocupação dos moradores é tanta, que clamam por uma pronta intervenção da empresa gestora da centralidade. "Aqui estamos a sobreviver. Tudo está difícil. A nossa vida está péssima", desabafou, mencionando ainda a falta de escolas para as crianças bem como de um mercado, sendo que na maioria das vezes, são obrigados a se deslocar ao mercado do Km-30 para compras.

Adelino de Novato, 61 anos, tem motivos de sobra para ficar saturado e inconformado com a situação crítica na sua nova moradia. Mudou-se para a centralidade do Km-44 há quase dois meses. Mas a verdade é que, o velho não esperava encontrar os problemas com que se depara.

"Vivemos de geradores. Penso que eu, e mesmo a minha esposa e as crianças, podemos ter problemas auditivos devido o barulho infernal dos geradores", dramatizou, ao reclamar direitos iguais à semelhança das outras centralidades, designadamente, Kilamba e de Cacucaco.

"Se estamos numa centralidade, onde se adquire uma casa a 25 mil dólares norte-americanos, devemos ter condições básicas, por direito", atirou o interlocutor, que se queixa ainda da falta de saneamento básico na centralidade do Km-44. O temor por picadas de serpentes vive com eles, como consequência daquilo que é o excesso de capim que rodeia os edifícios.

"O pessoal que vive aqui há mais tempo já tem estado a fazer alguma limpeza, sempre que há uma folga", observou o mais velho.

Ao que nos foi permitido ver, alguns edifícios continuam inabitados, por, supostamente os proprietários alegarem a falta de condições na nova cidade.

Em virtude do dilema, ouvimos o coordenador da Comissão dos Moradores, Gaspar Paulo Dala. Descreveu a situação de crítica e preocupante para os cerca de 250 moradores que habitam actualmente aquela centralidade, por sinal, a menos falada, talvez por se considerar ainda em construção. "Muitas situações nos inquietam.

Anteriormente a centralidade Km-44 considerava-se ainda em obras, isso, até Agosto do ano passado", mas, depois das reclamações feitas junto da Sonip, empresa responsável pelas centralidades de Luanda, se aperceberam de que já havia pessoas a residir.

"Foi assim que a Sonip começou a agilizar o processo. Mas mesmo assim, não faz da mesma forma", registou Dala, descontente com a impotência da entidade gestora da centralidade, apontando o caso de

o lixo estar acumulado nos baldes, por exemplo, já estão a caminho de três semanas.

"Os homens da recolha do lixo passam ocasionalmente", constatou, implorando que a sonip lhes preste mais atenção, nem que para isso a empresa indicasse um representante, ainda que não residisse lá, mas que seja, pelo menos alguém que conheça os problemas que a centralidade está a enfrentar.

3.12 Sonip deu mão a palmatória

Jornal A Capital
08 De Março de 2014

A Sonip, na pessoa do presidente da sua Comissão Executiva, reconheceu os erros registados no processo de vendas das habitações disponíveis nas primeiras centralidades sob sua tutela. Entretanto, descarta que tal venha a repetir-se com as centralidades agora apresentadas.

Orlando Veloso considerou que a primeira fase constituiu um desafio e uma etapa de aprendizagem para a empresa, referindo que, desta vez, a Sonip terá a oportunidade de corrigir os erros da fase anterior.

As modalidades de venda, segundo ele, serão entre as melhores possíveis, depois da lição aprendida com o Kilamba, Cacucaco e as demais centralidades iniciais, anunciando a introdução de novidades que vão acautelar a ocorrência de problemas antigos.

Modalidade de pagamento

Os preços das moradias não foram reduzidos com as alterações da modalidade de pagamento. Mas a Sonip, conforme Orlando Veloso, abre, a partir deste mês de

Março a possibilidade do cliente efectuar o pagamento das respectivas rendas numa periodicidade mensal.

Outros serviços

Esquadras policiais e postos de bombeiros estão a ser erguidos nas centralidades do Kilamba e Cacucaco. Apesar de o Estado estar a construir já alguns serviços sociais, Orlando Veloso reiterou que os projectos habitacionais são concebidos, prevendo-se já a possibilidade do surgimento de projectos de iniciativa privada.

A Sonangol Investimentos Industriais (SIIND), por exemplo, iniciou estudos de mercado para dar respostas

às eventuais necessidades que possam existir durante as obras nas centralidades, sob tutela da Sonip.

Num futuro próximo, a Sonip poderá ter à sua disposição toda gama de produtos das unidades fabris que já operam na Zona Económica Especial (ZEE) que possam servir as construções das centralidades.

3.13 Vêm aí mais centralidades

Jornal A Capital
08 De Março de 2014

Até 2015, cerca de 18 mil novas habitações sociais estarão à disposição da população na província de Luanda, onde, a Sonangol Imobiliária e Propriedade (SONIP) promove, para o efeito, a construção de três novas centralidades.

Sem adiantar os valores investidos de qualquer um dos projectos habitacionais, o presidente da Comissão Executiva da SONIP, Orlando Veloso, referiu que os preços das residências ainda estão em estudo.

Destes projectos sociais faz parte a Urbanização KK - cinco mil, que será o único a estar concluído na totalidade até Dezembro de 2014, na sequência de obras iniciadas em Junho de 2012.

Até Junho de 2014, será entregue a primeira fase do projecto, que são cerca de 2 mil e 190 fogos do tipo T3, ao passo que até ao fim do ano, estarão concluídas as outras duas mil 810 residências, que compõem os 188 edifícios. O projecto tem capacidade para albergar cerca de 30 mil pessoas.

O projecto está distribuído em duas partes, uma das quais o "Ri" cujo grau de execução anda à volta dos 90 por cento. Já o R2, a que será entregue no final do ano, caminha nos 40 por cento de execução.

Os fogos estão distribuídos em três tipos de edifícios: Os "Estrela" que têm quatro apartamentos em cada um dos cinco pisos; os edifícios "lineares" que acomoda seis apartamentos por andar, sendo que o terceiro, com apenas duas entradas, dispõe de quatro apartamentos em cada um dos cinco pisos.

Na hora da comercialização, a prioridade, conforme Orlando Veloso, será para os cidadãos que já têm pagamentos efectuados para acesso a uma das moradias na cidade do "Kilamba", O PCE da Sonip disse que, no momento oportuno, os cerca de mil candidatos que aguardam pelas respectivas chaves, serão chamados para obterem as suas casas na nova centralidade, após concertação com o promotor imobiliário.

Em função da sua proximidade com a Cidade do Kilamba, o projecto "KK-cinco mil" vai partilhar algumas infra-estruturas do primeiro, no que diz respeito a água e energia eléctrica. Mas, sob sua tutela, terá, à princípio, uma escola primária, uma secundária e duas creches.

À semelhança do projecto "KK -cinco mil", as obras da Urbanização do Zango 5, cuja denominação do projecto é "Zango 8 mil", também iniciaram em Junho de 2012 e já se encontram em 75 por cento de execução, mas a sua conclusão será em 2015.

O total de residências previstas nesse projecto é de cerca de oito mil, cuja entrega das primeiras mil e 297 casas está aprazada para o primeiro semestre de 2014, ao passo que o segundo lote, composto por mais mil 989 moradias deve estar disponível até o final do ano, mas o prazo limite para o fim das obras desta urbanização vai até 2015, quando em duas fases também se procederá a entrega das restantes residências, conforme avançou Orlando Veloso.

O responsável fez saber que das oito mil habitações que estarão à disposição da população, 5 mil e 220 são apartamentos, enquanto que 2 mil e 780 serão vivendas da tipologia T3.

Segundo Orlando Veloso, a entrega faseada das residências tem a ver com a necessidade de permitir que estas sejam ocupadas, na medida em que forem sendo concluídas. Pelo que garante o compromisso dos prazos estabelecidos serem respeitados.

Outro projecto habitacional em implementação em Luanda é a Urbanização "CIF- cinco mil", localizada na circunscrição da Centralidade do Kilamba. Abarca a construção de cinco mil residências do tipo T3, e, à semelhança do "Zango Oito mil", começou a ser erguido em Junho de 2012 e deve estar finalizado em 2015.

Oitenta mil fora da capital

A Sonangol Imobiliária e Propriedade tem, igualmente, em carteira a construção de centralidades e respectivos serviços sociais em cerca de 13 províncias. Mas, neste momento, as prioridades vão para as províncias de Benguela, Huíla, Cabinda e Namíbe, onde o objectivo é o de erguer cerca de 80 mil fogos.

O ano de 2015 é a altura estimada para a entrega das moradias cujas obras já tiveram início, enquanto que as previstas noutros projectos, tudo está dependente da calendarização e conclusão de alguns estudos em tomo dos mesmos.

3.14 Bairros desordenados ofuscam as cidades

Jornal de Angola
12 De Março de 2014

Em declarações Angop, António Abílio disse que as construções anárquicas dificultam o saneamento básico, sobretudo em zonas onde as empresas de limpeza têm dificuldades de acesso.

As grandes quantidades de resíduos domésticos que são depositadas em lugares impróprios, as águas estagnadas por falta de esgotos e o abate indiscriminado de árvores provocam danos ao ambiente. Por essa razão, defende a necessidade de se regular as construções, com base numa política de gestão e urbanização.

António Abílio lembrou que as construções anárquicas vêm do tempo do conflito armado, durante o qual, por razões de segurança, as pessoas que fugiam do interior construía nas periferias das cidades. Agora, o processo de requalificação urbanística das cidades, em curso no país, deve pôr termo a esse tipo de construções.

O director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, António Abílio referiu que, na província da Huíla, o Governo já deu início ao processo de requalificação do Lubango, no âmbito do qual as moradias construídas à beira de estradas, rios, caminho-de-ferro, em encostas e sobre esgotos são demolidas.

O Lubango está ladeado de construções anárquicas, situação que deve ser corrigida no quadro do processo de requalificação urbana, que tem permitido o realojamento de várias famílias em novas áreas urbanizadas da cidade.

Mulher Rural é prioridade

António Abílio revelou que o Governo Provincial tem 53 reservas fundiárias, a maioria das quais no Lubango, onde a procura de terrenos é maior. A cidade tem uma população estimada em mais de 1,6 milhões de habitantes. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) vai ajudar a melhorar substancialmente a qualidade de vida das mulheres rurais, garantiu na segunda-feira, em Luanda, a chefe da secção da Família e Promoção da Mulher do distrito urbano da Maianga.

Ana Domingos, que falava à Angop, disse que o PND prevê acções específicas dirigidas à mulher rural que vão ajudar a ultrapassar as dificuldades que ainda enfrenta no seu processo de desenvolvimento. A alfabetização da mulher rural, disse, é um dos instrumentos que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento, por o Executivo entender que, dotando as mulheres de conhecimentos académicos, maior é o seu contributo no desenvolvimento do país.

As autoridades do distrito urbano da Maianga desenvolvem regularmente campanhas de alfabetização no Mercado do Catinton.

3.15 BESA quer ser o primeiro a lançar fundos mobiliários no país

Semanário Económico
13 De Março 2014

Tornar-se pioneiro na introdução de fundos mobiliários em Angola é um dos grandes objectivos do Banco Espírito Santo Angola (BESA), logo que a legislação angolana o permitir. Os seus responsáveis aguardam com expectativa o lançamento do mercado de capitais, diz o presidente executivo, Rui Guerra, em entrevista ao "Semanário Económico" (SE).

Que balanço faz das actividades desenvolvidas pelo banco?

2013 foi para o Banco Espírito Santo Angola um ano muito positivo. Os próprios accionistas, no final de 2012, decidiram que estava na altura de dar um novo rumo ao banco, um pouco em sintonia com o crescimento continuado da economia que se perspectiva. Há uma forte expectativa de haver uma classe média emergente e consequentemente muito mais acesso ao crédito e a outros tipos de produtos. Por isso, o BESA criou uma nova equipa de gestão que entrou em funções em 2013, que introduziu algumas modificações com intuito de ser multidisciplinar, com uma experiência local e internacional no sentido de trazer tudo que pode ser

mais positivo na implementação dessa nova estratégia.

Como caracteriza os resultados concretos de 2013?

Fechámos o ano de 2013 com cerca de 54 milhões de dólares. Estes resultados estão, mais ou menos, em sintonia com os do ano anterior. Foi um ano que serviu para se lançarem as bases para o que perspectivamos para o BESA no futuro. Neste momento, o BESA é o banco mais capitalizado de Angola, tem fundos próprios de 1,6 mil milhões de dólares. Esta nova equipa de gestão procurou adoptar medidas de impacto, a curto e a médio prazo, tendo em vista a preparação para esta nova era que Angola vive o que também implica outro tipo de clientes. Estamos a falar da classe média que tudo indica vai continuar a crescer em Angola. Queremos ser o banco dessa classe emergente portanto 2013 foi um ano que em que estabilizamos o banco e recrutamos cerca de 240 novos colaboradores.

E que desafios estão previstos para este ano?

Temos uma grande aposta na realização não so das áreas comerciais mais também de tudo que tem a ver com áreas de back Office de organização e de informática. Lançamos um novo plano de transformação operacional, que foi desenhado em 2013, mas se vai desenvolver nos próximos dois ou três anos. Há a ambição muito grande de nos equiparmos o melhor possível para sermos de facto um banco líder para os clientes que pretendemos conquistar, 2014 será um ano para consolidar o que começamos em 2013.

Relativamente ao plano de expansão do BFSA, confirma a abertura, este ano, de 80 a 90 agências e seis centros de empresa?

Queremos estar mais próximo possível dos clientes, por isso, apostamos no aumento do número de balcões e de centros de empresa. Abrimos cerca de 31 balcões num único ano e três centros de empresa. O plano estratégico que foi fechado no final de 2012 prevê a abertura de 80 a 90 agências. Abrimos 31 balcões em 2013, o que totaliza 71 e programamos para este ano a abertura de mais 14 agências, o que irá completar o número previsto de novas agências. Já temos seis centros de empresa e esperamos abrir mais seis este ano.

Em 2013 houve um reforço no capital do BFSA de 50 mil milhões de kwanzas, cerca de 800 milhões de dólares. A que se deve de facto esse aumento?

Este capital permite-nos ser um banco com uma solvabilidade muito grande, já que a confiança que os clientes têm em nós, é também resultado do capital

que o banco possui. Como lhe disse, passámos a ser o banco mais capitalizado e, por outro lado, esse incremento permitiu - nos ter capital suficiente para desenvolver, de forma permanente, esse forte programa de desenvolvimento. A abertura de 31 balcões num só ano, a que se juntarão mais cerca de 14 este ano, implica um grande investimento. Pensamos também na formação e no recrutamento de novos colaboradores.

Até Abril, prevemos também ter uma nova plataforma de internet vocacionada para empresas e particulares e daí a necessidade de capitais suficientes para que o banco esteja equilibrado financeiramente.

O BESA vai abrir o seu capital para novos accionistas?

Não.

Qual é a política seguida pelo BESA em relação aos depósitos?

Queremos a maior captação de depósitos possível. Para 2014 temos um plano muito ambicioso de captação de recursos. Para isso, pensamos que além daquilo que é a questão da taxa de remuneração que queremos oferecer aos clientes' pretendemos também alargar a nossa base de produtos, para ser mais especializada em termos de segmentos, seja para particulares como para empresas.

O facto de o BES ser um dos accionistas principais do BESA e existir em vários países do mundo irá atrair mais investimentos para Angola?

Gostaríamos muito que isto acontecesse. Temos um posicionamento único relativamente à concorrência para atrair investidores estrangeiros. Por um lado, temos os accionistas angolanos, que são de primeira ordem e, por outro, temos um grupo internacional que é o BESA que está presente em mais de 20 países e tem cerca de 140 anos. Temos vindo a promover encontros com investidores que vêm conhecer o mercado, alguns com projectos no sector da energia, da agricultura e noutros. E estes investidores vêm o BESA como um veículo que os pode ajudar a apostar em Angola.

Que balanço faz do volume de crédito concedido a empresas e a particulares em 2013?

O BESA continua a apostar na diversificação da economia e por isso continuamos a crescer no que respeita ao crédito, essencialmente ao crédito destinado aos sectores não petrolíferos. No final do ano de 2013, fechámos o crédito com cerca de 7,8

mil milhões de dólares. Tem havido também uma aposta grande do BESA na promoção do programa "Angola Investe", mas de facto, o número de projectos fechados não são muitos, por causa do perfil dos nossos clientes.

Que acções tem o BESA, no âmbito do programa de "Educação Financeira" promovido pelo BNA? Temos um projecto muito específico que vai permitir aos nossos clientes disporem de informações privilegiadas com tudo que se relaciona com literacia financeira.

Queremos lançar um protocolo com o Ministério da Educação, no sentido de levar às escolas alguns programas de educação financeira.

O BNA tem como meta aumentar para 30 por cento a taxa de bancarização. Na sua opinião, o que deve ser feito para a concretização deste objectivo?

O maior incentivo, penso já ser uma realidade: diz respeito ao desenvolvimento da economia angolana acelerada, que tem vindo a verificar-se nos últimos anos e isso vai levar a uma maior distribuição da riqueza no país. Com essa distribuição haverá uma tendência de bancarização. Os bancos têm feito o seu papel, basta olharmos para os balcões que têm vindo a abrir em todo o país. Em 2006, Angola tinha cerca de 300 balcões, hoje tem à volta de 1200 espalhados por todas as províncias. Penso que isso é reflexo de uma aposta muito grande da banca' que acompanha o crescimento de Angola.

A seu ver quais os principais desafios que se colocam à banca angolana?

Há um desafio universal para o sector bancário: a existência de uma muito maior regulamentação no sentido de beneficiar o controlo dos bancos e os seus depositantes, porque o banco existe para servir os clientes. O BESA apercebeu-se desses desafios, por isso aprovou e está a implementar o seu plano estratégico 2012-2017.

OBESA destaca-se pela forte política voltada para a banca de investimento. Como funciona exactamente esse segmento? Temos uma equipa dedicada a esta área composta por especialistas em banca de investimento, que permite o melhor aconselhamento no que respeita ao desenvolvimento dos seus "business" planos. Essa equipa tem também a missão de encontrar parceiros para os empreendedores angolanos. Algumas dessas operações são depois financiadas pelo banco.

É um bom exemplo de com o BESA encontra soluções proactivas, com essa equipa de especialistas. Voltando à questão anterior, pelo facto de termos um

grupo internacional (BES) conosco muito activo na banca de investimento em muitos países, podemos encontrar melhores soluções para o mercado angolano.

Foi no âmbito da política de investimento que o banco desenvolveu as sociedades gestoras denominadas Besaleasing e o Besaactif? Evidentemente. Essas associadas gestoras foram criadas na óptica de o nosso banco se centrar na aposta de ter equipas e produtos especializados. São empresas autónomas mas que fazem parte do grupo BESA. São equipas especializadas com o objectivo único de se dedicarem apenas ao cliente.

Ainda no âmbito da banca de investimento, qual a política de gestão que o banco vai implementar no fundo de investimento imobiliário, por exemplo?

Temos neste momento dois fundos imobiliários mas queremos aumentar esse número. Logo que seja possível e que a legislação permitir, queremos ser o primeiro banco a lançar fundos mobiliários. Tudo isso está muito associado ao lançamento do mercado de capitais que pensamos ser fundamental para o desenvolvimento do país. Acreditamos que haverá novos produtos no mercado, quer através dos fundos de investimento quer através das equipas especializadas nessa matéria e associadas ao desenvolvimento do mercado de capitais.

Qual é a sua expectativa em relação à futura bolsa de valores de Luanda?

A expectativa é muito grande. Acreditamos que a bolsa de valores vai, numa primeira fase, abraçar tudo que tem a ver com empréstimos obrigacionistas do Estado e de empresas, para depois, se calhar em 2015 ou 2016, haver alguma maturidade para ter algumas empresas cotadas no que respeita a acções. Pensamos que é uma fonte alternativa de financiamento muito importante para o desenvolvimento da economia angolana, que pode ser utilizada pelos bancos e pelo próprio Estado.

3.16 Centenas de novas casas erguidas no Soyo

Jornal de Angola
09 De Março 2014

Com o objectivo de resolver o défice habitacional na região, cem casas sociais vão ser construídas, nesta fase inicial, no bairro Quitona, e a primeira pedra foi colocada pelo secretário de Estado para a Construção, Ilídio Brás Martins, na presença da vice-

governadora provincial do Zaire para o sector técnico e infra-estruturas, Ângela Diogo.

O projecto, que prevê a construção de 2.000 casas, no Soyo, Mbanza Congo e Nzeto, vai contar com infraestruturas integradas, que contemplam toda a rede de serviços técnicos' como esgotos para as águas pluviais e residuais, instalações eléctricas, linhas telefónicas, tubagem de água potável, vias de circulação, passeios e outros.

O secretário do Estado para Construção, após a consignação da empreitada, disse que a construção de cem casas sociais se destina, igualmente, a combater a pobreza no seio das populações, através da melhoria das condições de habitabilidade para os cidadãos.

Ilídio Brás Martins salientou que o projecto de construção de casas vai ser contínuo até à conclusão das 2.000 habitações para o Soyo e aconselhou a população beneficiária a cuidar bem dos imóveis, quando estes estiverem em sua posse.

A vice-governadora Angela Diogo, em representação do governador do Zaire, Joanes André, disse que as casas a serem construídas vão ajudar a dar mais dignidade à população, pelo que esta deve participar activamente na sua execução.

O governo vai estudar a possibilidade de expandir uma parte das 2.000 casas sociais a outras localidades do município, para abranger outras pessoas que vivem longe do centro da cidade. "Vamos fazer um estudo interno com a Administração Local e as autoridades tradicionais, para ver se vamos construir todas as casas aqui, no centro, ou se vamos distribuí-las por outras localidades, e permitir que abranjam outras populações desta região", explicou a responsável.

Ilídio Brás Martins, antes de se deslocar ao Soyo, esteve nos municípios de Mbanza Congo e Nzeto, onde também colocou as primeiras pedras para a construção de 100 casas sociais em cada urna das regiões, no âmbito do programa de fomento habitacional.

3.17 Mais empresas entrarão no negócio das casas nas centralidades

Jornal O PAÍS

14 De Março de 2014

O cidadão João Pedro, de 29 anos, morador da província do Namibe, no município com o mesmo nome, tal como muitos jovens, almeja realizar o

sonho de ter casa própria numa das duas centralidades erguidas naquela província.

Fez-nos saber que tenciona concorrer no projecto RED Namibe - Praia Amélia, que se encontra quase acabado mas, por estar à beira-mar, "temos ouvido que só os indivíduos que têm renda alta poderão viver naquela centralidade, pois o preço das residências e apartamentos é bastante alto", disse.

O que preocupa aquele cidadão, que conversou com o nosso jornal dias antes de nos deslocarmos às centralidades do Namibe, é o facto de surgirem rumores sobre os preços das casas, pois segundo ele fala-se em USD 70.000 - o que muitos dos futuros domiciliados acham ser um valor exorbitante devido à pequena dimensão da residência.

Outro aspecto que o nosso interlocutor e os seus conterrâneos querem ver esclarecido, e que acham ser esta a altura, é o molde de pagamento. De acordo com João Pedro, muitos dos concidadãos não entendem nada sobre o que é urna venda resolúvel e, entretanto, "enquanto ainda não está aberta a comercialização, devia haver um esforço da empresa responsável em esclarecer aspectos inerentes à mesma, aos cidadãos", reforçou.

A preocupação daquele interlocutor é partilhada por muitos cidadãos residentes nas províncias de Cabinda, Luanda, Huila, Namibe e Benguela, onde a Sonangol Imobiliária e Propriedades construiu um total de cerca de 35.000 fogos habitacionais e realizou um périplo, por forma a dar também respostas a uma série de questões colocadas pelos órgãos de Comunicação Social nos últimos tempos.

A visita às centralidades das províncias supracitadas serviu para aquela imobiliária abordar questões inerentes à comercialização das residências e tantas outras que foram surgindo durante o périplo, como a legalidade ou não de alguns habitantes da centralidade do Kilamba, por exemplo.

Novos agentes na venda das casas

No que concerne à comercialização' Orlando Veloso, presidente da Comissão Executiva da Sonip, enquanto falava ao colectivo de jornalistas, fez saber que serão criados mais pontos de venda, isto é, "existirão mais actores a comercializar, para além da Delta, de modo a minimizar as dificuldades que tivemos na primeira fase de comercialização", referiu, mas não precisou quem são os novos agentes imobiliários.

O PCE simplesmente adiantou que dado o número elevado de casas que serão comercializadas, há

necessidade de diversificar os agentes para reduzir os transtornos.

Os jornalistas ficaram sem saber se esta extensão na comercialização não irá fazer com que voltem a acontecer casos idênticos aos que se registaram em algumas centralidades de Luanda - onde uma casa foi comercializada por duas entidades diferentes.

Para que a comercialização tenha início, segundo esclareceu a Sonip, devem estar asseguradas as condições de habitabilidade de cada um dos projectos, como a energia, água e luz, por exemplo, que estão a ser processadas e, tão logo concluíam a cem por cento, haverá um pronunciamento.

Quanto ao custo, Orlando Veloso reconheceu a existência de construções em solos difíceis e que "muitas dessas construções ainda não têm o custo devidamente avaliado, de modo que não estamos em condições de, neste momento, dar os números formais.

Quando estivermos numa fase mais adiantada do programa estaremos em condições de o fazer", acrescentou.

3.18 Sonip sem data prevista para iniciar vendas nas novas centralidades

Jornal de Angola
14 De Março 2014

A Sonip não avança para já com datas para o arranque da comercialização de novas centralidades, nem se compromete com o valor do preço que vai praticar.

Numa visita realizada com a imprensa nas urbanizações de Luanda, Cabinda, Benguela, Huila e Namibe nos dias 2, 5 e 6 do mês em curso, Orlando Veloso, presidente da comissão executiva da empresa, explicou que a Sonip está a "afinar" os mecanismos de comercialização, para que o processo decorra sem os problemas verificados, por exemplo, na centralidade do Kilamba.

"Estão a ser tratadas todas as questões ligadas à comercialização. Uma vez afinadas, os órgãos de comunicação irão ser informados", garantiu Orlando Veloso.

Na semana passada, recorde-se, como o Expansão revelou, a Sonip afirmou que a Delta deixará de ser o único parceiro na comercialização das novas centralidades. A empresa decidiu também que só vai permitir a ocupação dos edifícios quando estiverem

garantidas as condições de habitabilidade, nomeadamente fornecimento de água e luz.

Nas urbanizações de Cabinda, por exemplo, as 1.002 habitações estão totalmente acabadas, assim como as infra-estruturas técnicas e os equipamentos sociais - excepto algumas que foram projectadas mais tarde e que ainda não estão concluída suma esquadra policial e um edifício administrativo, já em fase avançada.

Fazendo um paralelismo com as centralidades do Kilamba, Zango e Cacucaco, recordar que a indecisão nas modalidades e preços de venda nestas centralidades levaram que as mesmas ficassem muito tempo desocupadas com a centralidade do Kilamba, sequencialmente, a ganhar o apelido de "cidade fantasma".

A venda livre nestas centralidades aconteceu cerca de um ano e meio depois desde as respectivas inaugurações com as modalidades de comercialização e os preços a sofrerem alterações. Juntou-se à venda directa, as modalidades de renda resolúvel e renda simples, enquanto os preços (no Kilamba) reduziram entre 10% e 44%, na sequência de uma visita do Presidente da República, José Eduardo dos Santos à referida centralidade, em Novembro de 2012.

Desta feita, restam dúvidas em relação aos preços dos imóveis e se também haverá demora nas vendas, ao ponto de algumas urbanizações ganharem também o título de "cidades fantasmas", tal como aconteceu com a cidade do Kilamba.

Apesar de estarem praticamente concluídas, a urbanização de Cabinda, a par da K.K 5000 (nos arredores da cidade do Kilamba) e a do Zango 8000, ambas em Luanda, não têm ainda datas previstas para o início da comercialização. A primeira tem conclusão prevista para o final deste mês, a segunda para o final do ano em curso, enquanto a terceira tem o término marcado para 2015, com a entrega das primeiras 1.297 casas programa para o final do 10 semestre deste ano.

31 mil novas habitações

Os projectos visitados correspondem a um total de 31 mil novas habitações, todas construídas pela empresa chinesa CITIC, das 80 mil que a Sonip prevê erguer em 13 províncias, até 2016, "para os casos que já arrancaram, sendo que para as que não arrancaram precisam de ser calendarizadas", como explicou Orlando Veloso, sem no entanto adiantar o custo dos projectos.

"Estamos a assistir a um esforço financeiro extremamente grande e muitos destes custos 'ainda não são conhecidos, de modo que não estamos em

condições de adiantar", argumentou no balanço da visita, onde também aproveitou para apelar aos agora inclinados que ocupam as moradias a honrarem com os compromissos financeiros, no sentido de permitirem a sustentabilidade do projecto. "O programa tem que ser sustentável.

Nós Sonip para podermos continuar a construir precisamos que os cidadãos paguem", argumentou. Além dos projectos visitados estão em curso os da Lunda Norte, Huambo, Kwanza-Sul e Malange.

Populares de Cabinda querem centralidade

A urbanização de Cabinda é a única de classe média/alta visitada na ocasião e, como tal, considerada "a mais bonita" pelos visitantes. As demais são de casas sociais com os modelos a repetirem-se em grande parte dos projectos, excepção feita na urbanização K.K 5000 em Luanda.

Apesar do referido estatuto, a Urbanização Especial de Cabinda está longe de causar unanimidade, em termos de satisfação, entre os populares que defendem a construção de uma centralidade naquela província.

"Mil casas são poucas, precisamos de um projecto maior, uma centralidade como a do Kilamba, por exemplo", reclamou ao Expansão um dos populares. Um argumento que, no entanto, contrasta com o dos que defendem o projecto de construção dirigida em detrimento do de urbanizações. Enquanto se espera pelo anúncio do início das vendas, estão disponíveis para os interessados em terem uma ideia das residências, duas casas- modelo totalmente equipadas e decoradas.

A urbanização de Cabinda é constituída por casas da tipologia T3 e T4, que ocupam, respectivamente, áreas de 120 e 150 metros quadrados.

Sonip finta Jornalistas

Apesar da iniciativa de levar a imprensa a conhecer alguns dos projectos em curso, a Sonip furtou-se a atender as questões que os jornalistas pretendiam colocar e que inquietam a maioria dos interessados. Aquando do balanço do périplo, o PCE da Sonip não deu qualquer oportunidade para que os jornalistas colocassem questões.

Desta feita, muitas questões ficaram por se esclarecer, entre as quais o valor dos investimentos dos projectos visitados, nas diferentes províncias.

Ficou-se ainda sem se saber, por exemplo, qual a modalidade de pagamento mais usada, o valor médio mensal pago pelos proprietários nas diferentes modalidades, bem como se o dólar continuará a ser a

moeda de referência dos contractos e ainda qual é a perspectiva de rentabilidade das centralidades.

Orlando Veloso, no entanto, reconfirmou a possibilidade de deixar de ter a Delta como único parceiro na comercialização, mas não adiantou que passos já foram dados no sentido de encontrar outros. Falou ainda do caso dos contractos ilegais, sublinhando que quem conseguiu o apartamento de forma ilegal deverá deixar, apelando calma aos que respeitaram os procedimentos legais.

Por outro lado, é quase dado adquirido que alguns cidadãos conseguiram as respectivas casas de forma irregular, ou seja, depois de a Sonip ter anunciado o encerramento do processo. Ainda assim, depositaram o valor exigido na conta da imobiliária da Sonangol, além do valor que pagaram a ao suposto funcionário da empresa que facilitou o processo. Deste modo, a provar-se que as pessoas nesta condição estão ilegais, a Sonip devolverá o valor?

Os projectos visitados correspondem a um total de 31 mil habitações, das 80 mil que a Sonip prevê construir

em 13 províncias até 2016. Entretanto, sobre os pendentes de pessoas que por vias legais se candidataram a compra de residências, tendo feito inclusível o pagamento da primeira prestação anual exigida e que ainda não receberam as respectivas residências, a Sonip fez saber que vão ser acomodadas na urbanização K.K 5.000, com um modelo de casas sociais. Adiantou que os que não estiverem de acordo poderão requerer o reembolso do valor depositado.

3.19 Chuvas revelam em mau Estado

Nono Jornal

14 De Março de 2014

O governo provincial de Luanda diz estar preocupado com o mau estado de conservação dos edifícios sobretudo, depois das últimas chuvas que se abateram sobre a capital. ONJ quis saber quantos prédios estão nestas condições, mas não obteve uma resposta precisa.

Há um considerável número de edifícios em Luanda em mau estado de conservação. Para a Direcção Provincial da Habitação de Luanda, este fenómeno deve-se aos anos que já contam. Outros estão degradados por causa do mau uso e da falta de responsabilidade dos moradores e senhorios.

Dário Bamba, director do gabinete jurídico do GPL, disse ao NJ que estão a ser tomadas medidas para

responsabilizar os donos dos edifícios com fissuras. Salientando que o grande problema das fissuras começa nas partes comuns, nas escadas, pátios, terraços, fossas e outros. As chuvas dos últimos dias fazem prever consequências sérias, sobretudo depois da queda dos alpendres do prédio do livro no Sambizanga, esta terça-feira, 11, aconselham medidas urgentes.

O responsável do GPL alerta que a má conservação dos edifícios, além de constituir uma transgressão administrativa, permite, no caso dos edifícios públicos, que o Estado tome medidas para a rescisão dos contratos de aluguer.

Quanto ao facto de poucos edifícios, até ao momento, terem merecido novas pinturas, depois dos apelos lançados pelo GPL, o jurista Dário Bamba frisou que, após análise, a conclusão a que se chegou é que "cada prédio é um prédio e um apresenta um problema, portanto, achamos melhor reunir com as assembleias de moradores e os seus administradores para, paulatinamente, diagnosticarmos quais os problemas que cada prédio tem", explicou.

o director garantiu ainda que a onda de despejos por eventuais proprietários, ausentes por muitos anos, estão acauteladas. Os ocupantes dos edifícios podem ficar sossegados. "Mas, atenção, se na verdade, lhes forem intentadas acções judiciais não guardem esses documentos, devem recorrer logo às instâncias superiores", aconselhou.

Falta de manutenção

Agostinho Silva, vice-governador de Luanda para a área técnica e infra-estruturas, esclareceu ao NJ que os edifícios em mau estado de conservação na cidade de Luanda, a maioria foi construída nas décadas 70 e 80 e não foi alvo de manutenção desde então.

Agostinho Silva disse ainda que Governo Provincial de Luanda não tem o número exacto de edifícios que estão em mau estado ou em risco de desabamento, porque aqueles que apresentavam grande gravidade já foram demolidos, como, por exemplo, o antigo edifício da Angola Telecom, o prédio da Cuca, no Kinaxixi, os prédios de tijolos na cidadela desportiva, entre outros. Resta saber os que, estando em mau estado de conservação, constituem perigo e a qualquer momento podem desabar.

o engenheiro Manuel Molares D'Abril, director do Laboratório de Engenharia de Angola, revelou ao NJ que o mau estado de alguns edifícios da cidade de Luanda tem muito a ver com a qualidade dos materiais que foram utilizados pelos empreiteiros e projectistas, que definem os requisitos, os produtos e

os materiais de construção que devem ser utilizados nas suas obras e, para isso, utilizam os cadernos de encargos ou as especificações técnicas que os fornecedores de obras deverão satisfazer quando entregam os seus materiais.

A obtenção da garantia de qualidade do sector de construção dos edifícios em Luanda implica também uma actuação em todo o processo de fabrico ou nos requisitos definidos pelo projectista.

Molares D'Abril salientou que a construção de edifícios exige vários intervenientes, começando pelo dono da obra, passando pelos autores do projecto e pelos produtores e distribuidores dos materiais de construção e manutenção.

Bombeiros em alerta

Grande parte dos edifícios da cidade de Luanda foram construídos há mais de duas décadas. O Laboratório de Engenharia é o órgão a quem o Estado deu a responsabilidade de atestar a segurança e a qualidade dos edifícios que são construídos no nosso país.

o caso mais recente de perigo envolveu os moradores do prédio do livro, na rua do Kikabo, localizado no distrito urbano do Sambizanga, que, na madrugada desta terça-feira, 11, não ganharam para o susto.

Angélicé Pascoal, moradora do prédio há mais de 25 anos, confirma o pânico que viveu, quando ouviu um barulho muito estranho no tecto do seu apartamento. "Fiquei muito preocupada e, ao mesmo tempo, fui ao quarto dos meus filhos acordá-los. Quando nos levantámos, ouvimos o grito dos outros moradores que não sabiam o que se passava. Fomos ao terraço do edifício e lá nos deparámos com o sucedido".

Tânia Manuel Narciso, outra moradora do edifício, ouviu um ruído muito atípico na parte superior do seu apartamento, quando se preparava para ir para o trabalho. Nessa altura, chamou o seu esposo e subiram ao terraço do prédio. Lá encontraram mais de duas dezenas de moradores, que observavam os escombros.

Faustino Sebastião, porta-voz do Comando Central dos Bombeiros, assegurou ao NJ que a instituição que dirige está atenta à situação das chuvas. Os bombeiros estão em sistema de alerta, para que, a cada momento que surja uma situação grave, tenham uma intervenção rápida.

Sobre a queda de alguns alpendres do prédio do livro, Faustino Sebastião confirmou que o corpo de

bombeiros esteve presente no local, logo que tomou conhecimento do incidente.

A situação está calma e os moradores serão informados, nos próximos dias, sobre os resultados do desabamento, logo após, foi instaurado um inquérito que está a ser feito por um grupo técnico da Comissão Administrativa de Luanda.

3.20 Inquilinos do Kilombo recebem ordem de despejo

Jornal Continente
07 De Março de 2014

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) notificou com uma ordem de despejo os moradores dos apartamentos A, T, W e Z da Centralidade do Kilamba por terem ocupado os apartamentos ilegalmente.

O Continente esteve na central idade e conversou com os ocupantes que contam que há duas semanas foram surpreendidos por agentes dos Serviços de Fiscalização e da Polícia Nacional que os notificaram a abandonarem as residências De acordo com os moradores estão legais e têm todos os documentos e os contratos firmados com a Delta. Domingos Damião, 38 anos, funcionário público, disse que ficou surpreendido com o comportamento da SONIP. "Estamos a um bom tempo aqui e ninguém veio reclamar da nossa presença, e agora aparecem aqui os homens da Fiscalização a dizerem que temos que abandonar as nossas casas, é complicado", lamentou Domingos.

Maria da Conceição, 40 anos, afirmou que é triste o que está a passar neste momento, não tem para onde ir, por isso vai ficar até que as coisas sejam resolvidas.

Paula Neves, indignada com a peserosa situação, sublinhou não ter outro sítio para ficar. "É muito triste o que estamos a passar, tenho cinco filhos e três sobrinhas, aonde vou levar esta família?" Interrogasse. Maria do Céu, de 30 anos, mãe de 4 filhos não sabe quanto tempo vai demorar o caso para que seja solucionado.

Albertina da Silva garantiu que deu todos os passos necessários que a empresa Delta lhe exigiu e pagou o devido e foi-lhe cedido o contratado. Com 50 anos, Figueiredo Domingos disse que é demais, "nem respeitam os mais velhos", "estamos a ser humilhados e ninguém nos defende, peço ao governo no sentido de solucionar este caso que está a dar que falar".

Atormentados com a triste situação, os moradores contactaram a SONIP onde foram recebidos por um

responsável da direcção de infra-estruturas imobiliárias que os remeteu para a Delta Imobiliária, empresa contratada para proceder à comercialização das habitações e com quem eles assinaram os contratos.

A SONIP manda os moradores tratar do assunto com uma empresa que já nada tem a ver com o assunto. "A Delta disse-nos que está tudo bem e que não há problemas", disse Paulo. Um dos moradores avançou que receberam da Delta Imobiliária uma resposta positiva.

"Em função dessa resposta voltamos à SONIP de quem recebemos a garantia de que a situação estava resolvida e que podíamos continuar a residir nas nossas casas", disse Fernanda. A ordem de despejo deixou centenas de moradores em pânico porque o documento foi acompanhado de agentes da Polícia Nacional, bem armados.

O presidente da comissão executiva da SONIP, Orlando Veloso, revelou terem sido detectados contratos falsos na Central idade do Kilamba. Em função disso a empresa apresentou queixa junto da Polícia Nacional.

3.21 Kilamba: invasores serão expulsos da cidade

Jornal O PAÍS
14 De Março de 2014

Correm informações de que algumas pessoas ocuparam ilegalmente apartamentos na centralidade do Kilamba. A respeito disso o PCE da Sonip disse que foi feita uma auditoria a todos os contratos assinados e, ao longo da mesma, constataram ter havido assinatura de alguns contratos duvidosos.

Quanto ao modo como aquelas pessoas assinaram o contrato e se poderá haver colaboração de alguém ligado à imobiliária, o PCE não adiantou nada. Acrescentou apenas que "encaminhámos aos órgãos competentes para averiguarem' as medidas serão tomadas e tornadas pública".

Sabe-se que alguns moradores dos blocos A, T, W e Z, da supracitada centralidade, receberam ordem de despejo emitido pela Sonip, por terem ocupado ilegalmente os apartamentos.

Por outro lado, Orlando Veloso esclareceu que todos que assinaram o contrato, que tem um valor e período de pagamento, e hoje não estão a conseguir pagar, não serão poupados. "Não devem se esquecer que uma das modalidades do contrato é a venda resolúvel por 20 anos. Os cidadãos ao aderirem ao

programa conheciam os custos e sabiam qual seria o esforço que teriam de incorrer ao longo destes anos", deixou claro. De mais a mais, o responsável reconheceu que é preciso também consciencializar a população que este projecto imobiliário da Sonip tem de ser sustentável, pois, para que se possa continuar a construir, precisam que os cidadãos paguem ou honrem com os seus compromissos contratuais.

3.22 Os serventes angolanos na 'pedreira chinesa'

Jornal o PAÍS

14 De Março de 2014

Enquanto visitávamos a centralidade do Namíbe, conversámos também com o jovem Popiene Dinemua, de 19 anos, que trabalha como servente naquela urbanização. Disse não ter um trabalho definido e, algumas vezes, tem feito trabalhos esforços os cujo salário que auferir não compensa.

"Ganho 20.000 kwanzas, faço perfuração de parede para instalação eléctrica e, às vezes, transportamos cimento ou colocamos postes", disse. Trabalha há 2 anos na centralidade da Praia Amélia e sonha poder ter uma casa ali, mas segundo o que nos conta, não será possível com o dinheiro que ganha.

Além disso, aquele cidadão, que conversou connosco muito rapidamente, mostrou que está ciente da sua permanência temporária naquele estaleiro, pois fez saber que não assinou nenhuma papelada aquando da sua "contratação".

Quem também está na mesma situação é o jovem que se identificou apenas por Tchiema. Faz serviços diversos, desde a perfuração, transportar de areia até à limpeza das residências. Ganha o mesmo salário que o primeiro entrevistado e está satisfeito por ter conseguido aquele emprego.

O nosso interlocutor explicou que apenas foi pedido que entregasse o cartão de eleitor para que fosse empregado e não assinou, também, nenhum papel, mas "isto não importa, o mais importante mesmo é trabalhar", disse ele, acrescentando que vários são os jovens que diariamente batem à porta do estaleiro pedindo emprego.

"A procura é tanta que, independentemente das condições de trabalho que temos, procuramos fazer de tudo para permanecer aqui", disse ele que não pode adiantar mais nada porque tinha de retomar o trabalho (fazia limpeza, na altura).

3.23 Perguntas sem resposta

Jornal O PAÍS

14 Março de 2014

Algumas questões ficaram sem ser respondidas pelo responsável da Sonangol Imobiliária e Propriedades, que apartou-se da entrevista colectiva, sem mais nem menos, quando o primordial objectivo da realização daquela digressão era esclarecer todas as inquietações relacionadas às centralidades, além de as conhecer materialmente.

Boa parte da classe jornalística que ali se fez presente mostrou-se insatisfeita e reprovou a atitude tomada pelo presidente executivo e, consequentemente, pela comissão da Sonip.

Ficámos sem entender a razão daquele posicionamento diante da imprensa - que por sinal tem contribuído para o esclarecimento e resolução de alguns problemas das centralidades convidada pela própria Sonip.

Entretanto, fica aqui uma nota negativa à Sonip por se ter furtado a responder às perguntas que foram surgindo durante a visita às centralidades. Esperamos que das próximas vezes sejam mais compreensíveis com os jornalistas e nos dêem a devida oportunidade de esclarecimento.

3.24 SONIP coloca à disposição 40 mil casas no mercado

Jornal A Capital

14 De Março 2014

Até agora, Luanda foi a prioridade do programa do Executivo para a construção de habitações sociais, no sentido de reduzir a problemática do défice habitacional que ainda afecta milhares de angolanos.

Segundo o presidente da Comissão Executiva (PCE) da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), a aposta estende-se, actualmente, para o interior do país, onde 13 províncias acolherão novas urbanizações de média renda, oferecendo conforto aos seus beneficiários.

Orlando Veloso fez estas declarações no final a visita aos projectos habitacionais do Zango 8000, onde estão a ser erguidas 8 mil casas sociais, distribuídas em 2.780 moradias e 5.220 apartamentos do tipo T3 e ao KK5000, outro complexo residencial que, quando

for concluído, acolherá 30 mil habitantes em 5 mil fogos.

Questionado sobre outras centralidades pelo país, o engenheiro assegurou que a aposta do Executivo se estende agora para o interior do país onde 13 províncias já foram notificadas.

Mas apesar deste programa, nesta fase, as províncias de Cabinda, Benguela, Namibe, Huila e Luanda são o destaque das actividades da SONIP que, até 2016, terá à disposição 40 mil habitações, um número que poderá beneficiar perto de 240 mil pessoas.

Projectos em curso.

Desde 2008, estão em curso obras de construção da Urbanização Especial de Cabinda, um aglomerado arquitetónico de 90 edifícios de três pisos, para 1.002 apartamentos de alto-padrão.

As obras de construção dos edifícios estão concluídas e, neste momento, as autoridades criam mecanismo para a sua comercialização e entrega, faltando apenas a entrega das infra-estruturas externas, designadamente o abastecimento de água e energia eléctrica, a partir da subestação que está a ser montada nas proximidades da nova cidade. Em termos de tipologia, 768 residências são T4, com uma área de ISO metros quadrados, enquanto os restantes 234 apartamentos T3 foram construídos numa de 120.

Por sua vez; o vogal da SONIP, Hamilton Jorge, que apresentou o projecto aos jornalistas, em Cabinda, disse que a urbanização apresenta modelos de alto-padrão. "Neste momento, estão a ser feitos estudos que irão determinar o preço e datas exactas para a comercialização dos fogos construídos e, em momento oportuno, faremos um comunicado para o efeito", afirmou, tendo revelado que contempla ainda equipamentos sociais, tais como uma escola primária com 16 salas de aula para 512 alunos, um infantário com quatro salas para 120 crianças, posto médico com 13 camas, uma estação de tratamento de água e uma malha rodoviária de seis quilómetros de estrada.

Huíla, NAMIBE E BENGUELA - três províncias com realidades diferentes

Na localidade da Quílemba, município do Lubango, na Huíla, nasceu, em 2012, o maior projecto habitacional, em termos de área de implementação, com uma superfície de construção de 1.100 hectares e a perspectiva da construção de 11 mil fogos do tipo t3.

Mas, nem tudo é um 'mar de rosas' para a SONIP na Huíla. A ocupação de terrenos por populares e

fazendeiros que se instalaram na reserva, constituem o maior constrangimento.

"Das 11 mil habitações que prevemos construir nesta centralidade, cerca de 3.500 moradias estão impossibilitadas de serem erguidas, devido à existência de fazendas e casa que foram erguidas dentro do perímetro da reserva fundiária", notou.

As moradias variam entre apartamentos de tipologia T3 em edifício de três pisos e habitações, perfazendo um total de 4.000 apartamentos e 6.160 moradias unifamiliares, cinco escolas primárias, quatro secundárias e oito creches, para uma população estimada em mais de 60 mil habitantes.

A cidade no meio do deserto.

No Namíbe, o deserto está a dar vida a duas modernas cidades com duas mil habitações cada, na Praia Amélia e no bairro 5 de Abril, numa área de 295 hectares, onde estão a ser construídas 1.656 habitações sociais e 344 apartamentos e, quando concluídos, estes projectos, acolherão 12 mil habitantes.

O projecto, que está a ser executado pela construtora chinesa eme e fiscalizada pela Soapro, teve início em Junho de 2012 e prevê-se que esteja concluído até ao segundo semestre de 2016.

Na ronda feita nas cinco províncias, os diferentes órgãos de comunicação social da capital que faziam parte da comitiva da SONIP, foram informados de que Benguela terá disponível, até 2016, 6 mil fogos habitacionais, repartidos entre o município da Baía Farta que ganhou mil moradias, Catumbela, no Luhongo, duas mil residências e Lobito, 3 mil casas.

Numa breve radiografia do que a SONIP apresentou aos jornalistas, o Pca, Orlando Veloso perspectiva alargar o processo de venda às outras entidades, enquanto aguarda que o Executivo determine o valor de cada moradia.

"O grande objectivo é evitar os atropelos do passado que constituíram para nós um motivo de aprendizagem, mas tudo será feito para tornar mais célere o processo de cedência das habitações aos beneficiários", referiu, explicando, ainda, que para os casos pendentes do Kilamba onde foram detectados casos de ilegalidades, em termos de contratos as autoridades estão no enalço dos prevaricadores. "Das irregularidades apuradas até ao momento, 90% dos notificados estão ilegais e brevemente a questão será esclarecida", concluiu o patrão da SONIP.

Novas centralidades em 'stand by'.

O programa de construção de centralidades em mais províncias do país, como tinha sido anunciado, foi suspenso. O anúncio foi feito pelo vogal da SONIP, Hamilton Jorge, na cidade do Namibe, alegando o ajustamento no desenvolvimento de projectos e fazer avaliação do trabalho desenvolvido até ao momento.

A questão de avançar com as outras iniciativas passa pela concessão de um programa mais apurado e balancear as actividades desenvolvidas até agora que visam melhorar a vida de milhares de famílias em questões habitacionais.

"A expansão para as outras regiões do país com novos projectos imobiliários foi suspensa e, neste momento, estão a ser feitas avaliações, nas diferentes vertentes, desde a económica e social", disse.

A SONIP aguarda, do Executivo, por novas propostas, para que a imobiliária continue a projectar outras centralidades.

Reconheceu, por outro lado, que "é intenção da SONIP avançar com outros projectos, desde que a situação financeira seja favorável, mas é fundamental o aval do Executivo que concebeu a iniciativa de construção de habitações de diferentes padrões."

Questionado sobre as causas da suspensão, nosso interlocutor remeteu a resposta a pronunciamentos posteriores.

3.25 Habitacionais começam nos próximos dias

Jornal de Angola
15 De Março 2014

A construção de seis mil fogos habitacionais no Bairro da Carreira de Tiro, anunciada pelo governador de Malanje Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", vai começar nos próximos dias.

O director-geral da Di visão Africana da Companhia Chinesa de Crédito e Investimentos (CITIC), Liu Gui Gen, no fim da audiência que lhe foi concedida pelo governador de Malanje, disse que tudo está acertado e dentro de alguns dias começa a construção dos fogos destinados à província. Liu Ge manifestou a disponibilidade da sua empresa para o desenvolvimento da província, particularmente na recuperação das infra-estruturas económicas e sociais.

"Já foram realizados os estudos e os desenhos das respectivas residências, aguardando-se apenas pelo seu começo."

A participação daquela empresa chinesa no desenvolvimento agrícola em grande escala foi igualmente abordada na audiência.

A empresa CITIC está a desenvolver, no município de Cacusó, em Malanje, um projecto agrícola de grande dimensão para a produção de cereais no âmbito do programa de combate à fome e à pobreza.

3.26 Parlamentares elogiam Kilamba

Jornal de Angola
15 De Março 2014

José Santiago, que chefiava a delegação de deputados do partido MLSTP-PSD que está em Angola desde segunda-feira, afirmou que os jovens estão a ser privilegiados nos projectos habitacionais desenvolvidos pelo Executivo em todo o país.

A delegação do partido são-tomense visitou a centralidade do Kilamba e as futuras instalações da Assembleia Nacional que, na visão do líder do grupo parlamentar, são obras imponentes.

Segundo José Santiago, a centralidade do Kilamba é provavelmente a mais nova cidade de África, construída em três anos. Por este feito, o líder do grupo parlamentar do MLSTP-PSD elogiou o Presidente José Eduardo dos Santos, "pela sua visão estratégica e pelas medidas tomadas para o desenvolvimento de Angola".

"Vimos um país que é uma referência em África e no mundo", disse, defendendo ser necessário que o MLSTP-PSD afirme com clareza as suas posições e sentimentos de irmandade para com Angola, que neste momento é um parceiro estratégico.

A visita a Angola, acrescentou, permitiu reforçar o relacionamento entre o MLPA e o MLSTP-PSD com vista a alcançar o bem-estar dos cidadãos dos dois países.

José Santiago anunciou que vão ser realizadas eleições gerais em São Tomé e Príncipe em Julho ou Agosto próximo. Neste momento, referiu, está a ser feita a actualização do caderno eleitoral pela comissão nacional eleitoral e a sua consulta pelos eleitores.

A nível do MLSTP-PSD, José Santiago disse que decorrem acções de organização interna e de disseminação da estratégia eleitoral do partido pelas estruturas intermédias e de base. "Vamos cimentando a nossa unidade interna para que os objectivos sejam cumpridos e esperamos a mão solidária do MPLA", disse, reconhecendo haver insuficiência de meios

financeiros para a realização das eleições, o que pode causar algum embaraço se essa questão não for solucionada. "Com o nosso empenho e trabalho abnegado, vamos cumprir com este desiderato democrático."

3.27 Sonip procura Guerra

Jornal Folha 8

15 De Março 2014

E a Sonangol Imobiliária e Propriedade, Sonip, anunciou duas decisões que, mais tarde ou mais cedo, irão provocar embaraços. Uma destas situações tem que a solução. que têm para atender as pessoas que se encontram na lista de espera para receber as chaves das casas pelas quais pagaram, acerca de um ano, a primeira prestação para a modalidade de renda resolúvel.

Apenas estão disponíveis casas sociais e quem não quiser receber estas, segundo explicações do PCE da Sonip, Orlando Veloso, deve requerer a devolução do valor que pagou. Os que quiserem receber as respectivas casas, beneficiarão do reajusto que será feito no valor pago visto que os imóveis a receber serão mais baratas que as que foram pagas. Parece uma situação pacífica se se ignorar a possibilidade de as pessoas que rejeitarem as referidas casas exigirem a devolução dos valores devidos, acrescidos de juros pelos transtornos. Uma situação que poderá ser de fácil resolução se as pessoas que rejeitarem a oferta da Sonip, exigindo juros for significativamente inferior as que aceitarem. Se acontecer o inverso poderá transformar-se em um problema "bicudo", mesmo sendo a Sonip uma empresa do grupo empresarial mais forte do País, quiçá, do continente: Sonangol.

Outra situação que também promete muita tinta é a dos moradores ilegais nas centralidades do Kilamba e do Zango. A Sonip garante que apenas irão ficar os que provarem estar de forma legal, acrescentando que O caso está entregue a DNIC, esta que, já deteve mais de 40 pessoas no Zango.

Trata-se um problema cuja resolução também seria simples se muitos dos ocupantes ilegais não tivessem condições de provar que depositaram os valores da primeira prestação na conta da Sonip. Pelo que o FolhaS sabe, são muitos os que têm os respectivos comprovativos do depósito que fizeram para as contas da Sonip. "Eu pelo menos paguei (na Sonip)", garantiu um dos cidadãos notificados pela Sonip, confessando que conseguiu fazer parte da lista depois da Sonip dar por encerrado o processo e pagou 2 mil dólares (além do valor que depositou à Sonip) à

pessoa que com quem falou. "Se estou ou não de forma ilegal não sei. O que sei é que e consegui depois do processo encerrar, mas depusitei na conta da Sonip (mais de 6 mil dólares) e assinei um contrato", argumentou. Entretanto, a Sonip garante existir muitos contratos falsos que terão sido criados pelos burladores que, no entanto, deixaram escapar algumas situações. "Por exemplo, há contratos supostamente entre a Sonip e o morador mas que está assinado pelo administrador da Delta, assim como há contractos supostamente da Delta assinados pelos responsáveis da Sonip. Como é possível?", Argumentou um funcionário sénior da Sonip.

Portanto, trata-se de duas. Situações que, decerto, provocarão embaraços à Sonip que, por outro lado, promete estar a estudar a entrada de outras empresas na comercialização. Ou seja, a delta deixaria de ser o único parceiro da Sonip na comercialização dos imóveis.

3.28 Casas Sociais á disposição da população

Jornal de Angola

19 De Março 2014

autoridades administrativas vão distribuir em breve à população pelo menos 100 residências T-3, construídas nos últimos três anos, no município do Bocoio, província de Benguela.

As residências foram construídas de 20 11 a 20 13 e constam do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Executivo, cujo projecto contempla 200 moradias na região.

O chefe de Repartição para os Serviços Técnicos da Administração Municipal do Bocoio, João Manuel, disse que a venda das residências aguarda uma orientação do Governo Provincial, para definir as modalidades de aquisição.

João Manuel, ao referir-se ao programa de reconstrução e desenvolvimento do município (PRDM) afirmou que foram igualmente construídas dez casas sociais em cada uma das quatro comunas do município, Chila, Monte-Belo, Cubal do Lumbo e Passe, para os técnicos em serviço.

O responsável indicou que na fase inicial do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento do município foram construídas na sede 70 casas evolutivas, das quais 20 apetrechadas com mobiliário e distribuídas aos chefes de Repartição e técnicos

superiores da Administração, Educação, Saúde e oficiais das FAAe Polícia Nacional.

As outras 50 casas evolutivas foram distribuídas gratuitamente a 100 pessoas.

3.29 'Não sei qual será o destino das famílias do Morro'

Jornal O PAÍS

21 De Março de 2014

O administrador do Distrito Municipal da Samba, Adão Malungo, disse que "temos conhecimento de que muitos moradores do Morro da Samba estão insatisfeitos de lá estar e desejam viver noutra lugar com melhores condições. Mas, esta situação ultrapassa as nossas competências. Por lá vivem mais de três mil famílias e as obras crescem dia após dia. A situação não é favorável mas algumas pessoas continuam a construir casas em lugares inapropriados, factores que aumentam o nível de risco de vida daquilo que eles já possuem".

Contudo, o Estado é sempre o 'pai' que tem que velar por todos. Mas, também estamos a viver uma era na qual os cidadãos devem cumprir com os seus deveres. Há deveres e preocupações que nós passamos todos os dias a essa população, mas eles continuam a construir. Todo o esforço a nível da fiscalização tem sido para persuadir e desencorajar esses moradores a não construir, temos realizado algumas demolições mas, na calada da noite, eles voltam a erguer. E, isto complica o nosso serviço administrativo".

Por outro lado explica que "a enumeração das casas não quer dizer que seja um compromisso. Há moradores que reforçam a construção de novas casas quando vêem um fiscal a enumerar as casas, pois julgam que isso representa atribuição de casas.

O número de pessoas que vivem na montanha é elevado, se fosse menor, creio que este assunto já estaria resolvido. Mas admitimos que é da nossa responsabilidade informar o problema tal como ele é aos órgãos acima de nós, para que possam intervir nessa área, e aguardamos pela solução".

O administrador explica que, de momento, não é possível uma esquadra móvel no morro porque "a própria localização geográfica do Morro não permite que a esquadra móvel da polícia esteja lá inserida, porque aquela área carece de espaço.

Não existe a mínima condição para se instalar mais uma obra, seja de que natureza for. E, as recomendações feitas são que as instituições da polícia não podem estar 'coladas' às residências civis, é necessário um maior desdobramento da área. Porém, há o patrulhamento da polícia no morro, que controla a Situação. É certo que o Morro da Samba não vai permanecer assim como está. Existem estudos para aquela área, pois a Samba é um dos distritos que entrará no processo de requalificação do Estado".

O futuro dos moradores é incerto, mas o administrador está confiante de que dias melhores vêm aí. "Sinceramente, não sei qual será o destino das famílias do Morro, ainda não foi definido.

Mas eu acho que vai chegar o tempo que a situação será resolvida, aliás os estudos estão a ser feitos para a nova requalificação e a transferência daquela população para um lugar mais seguro" afirmou Adão Malungo

3.30 Por dentro do morro da Samba

Jornal O PAÍS

21 De Março de 2014

Um pedido de licença, aqui e acolá, para caminhar pelo quintal e pela residência do morador para se alcançar a ribanceira do Morro da Samba. O trajecto assemelha-se a uma "intrusão" no espaço do vizinho. Mas a população é acolhedora e parece estar acostumada com os passos dos outros no seu território.

"Normalmente, aqui sobe carros", informa Pedro Cardoso, funcionário da Clínica Sagrada Esperança para área de Nutrição e morador do Morro. Todavia, as ruas são muito estreitas, o condutor precisa de ser muito astuto na hora de fazer as manobras. Além do espaço reduzido, as ruas não possuem sinalização e são faixas de dois sentidos, o que custa a crer mas, como referimos, é uma questão de astúcia.

Se fosse para ordenar numa lista os problemas que assolam' os moradores do Morro da Samba, o tamanho da rua ocuparia uma das últimas posições. As condições de habitação, a falta de energia eléctrica, água potável, saneamento, delinquência e comércio de drogas constituem uma das maiores queixas dos habitantes da Samba, Nascimento Jungo, funcionário público, natural do Kwanza - Norte, vive no Morro desde 1992. Lamenta a situação que a população vive no Morro. "Temos energia eléctrica, mas não é muito boa. Muitas vezes a arca eléctrica

não funciona e a comida acaba por apodrecer. E, o abastecimento de água é péssimo! Não tenho tanque mas utilizo dois bidons e baldes grandes. Os meus irmãos, que são mais jovens, têm que ir 'cartar' água o bairro Correia ou no Prenda. Hoje não conseguimos água. Tive que pedir à vizinha para dar banho às crianças para que elas fossem para a escola. Gostaria que o Governo olhasse por nós" disse Jungo.

desabamentos de terra e rochas. A estudante é dona de casa, Josefina Manuel afirma que no período seco o desabamento de terra é recorrente e o perigo é constante, que causa medo. "E, nos dias que chove, a lama vem toda para baixo, a nossa sorte é que temos barreiras de protecção que impossibilitam o lixo de entrar na casa" disse.

Para a educadora infantil, Yala de Carvalho, moradora da rua da Cerâmica' "o morro está a desmoronar! O escoamento do lixo é todo. para as casas debaixo, o nosso ar é poluído".

Ela também afirma que "nesta área, existe muito fluxo de mão armada. Os adolescentes realizam assaltos na nossa rua, depois correm para as nossas casas para depois subirem o morro. A polícia funciona muito pouco por aqui". E, suplica pela presença da polícia no bairro. Sem as devidas medidas mais casos podem surgir.

Acostumado a caminhar, diariamente, pelo quintal da casa o jovem Vladimir António, 24 anos de idade, ficou surpreso por ter caído do alto do morro. A área era -lhe familiar há cinco anos. Mas no dia oito do presente mês, no meio da madrugada, Vladimir levantou-seda cama para urinar, conforme explicou ao jornal O País - o piso estava húmido e, de repente, escorregou lá para baixo do morro.

A razão que o levou a fazer as suas necessidades fora do lugar apropriado deve-se ao facto da casa de banho ficar localizada na casa principal, que estava trancada, e ele dormia no quintal. Vladimir não quis incomodar os familiares e re- solveu aliviar a "tensão" no espaço público.

Vladimir ficou desacordado e à espera de socorro por um longo tempo: apenas às oito horas da manhã do dia seguinte é que alguns moradores se aperceberam que ele tinha caído.

Com ajuda dos vizinhos e a boa vontade de alguém que se sensibilizou com o ocorrido, Vladimir foi internado no hospital Maria Pia.

O estado clínico do jovem continua instável. Há uma semana internado no hospital, ele ainda não sente as pernas, mas s médicos informaram-no que os exercícios de fisioterapia põem ajudar a inverter a

situação. Porém, o paciente confidenciou-nos que, desde o momento que está internado não consegue sentir alguma melhora, contudo o pessoal médico já assegurou que pode continuar com tratamento em casa.

Esta questão preocupa o pai do jovem, Alfredo Tunguno. Afirma que o filho ainda não possui condições para regressar a casa pois queixa -se de imensas dores. E não possuem uma cadeira de roda para o apoiar.

Segundo os moradores, só neste ano foram quatro as pessoas que caíram e houve um caso de deslizamento de terra com danos materiais. Vladimir aconselha os vizinhos e as pessoas que forem caminhar no Morro da Samba a serem prudentes' pois o que aconteceu com ele podia ocorrer a qualquer um. Por sorte, ele sobreviveu a queda, mas já houve casos no qual pessoas tiveram destinos fatais.

3.31 Construção dirigida em debate

Jornal de Angola
24 De Março de 2014

O Ministério do Urbanismo e Habitação abre hoje em Saurimo os trabalhos do seu Conselho Consultivo, que tem como tema principal em debate a auto construção dirigida. O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, acompanhado do secretário de Estado para a Habitação, Joaquim Silvestre, e técnicos superiores do Urbanismo e Habitação estão desde ontem na capital da Lunda Sul. Ontem, no período da tarde, a delegação visitou a reserva fundiária provincial, o Bairro da Juventude, que já tem 92 casas habitadas, o Projecto Habitacional de Catoca e o Bairro Terra Nova, cujas obras de requalificação são lançadas hoje.

Após a chegada a Saurimo, recebeu da governadora provincial da Lunda Sul, Cândida Narciso, informações detalhadas sobre a execução dos projectos habitacionais em curso na cidade e arredores.

"Observámos atentamente os 430 hectares de reserva fundiária marcados no Bairro Santo António, onde vai ser construída a nova centralidade de Saurimo e outros projectos habitacionais", disse o ministro.

O ministro do Urbanismo e Habitação realçou que vários assuntos estão agendados para debate no Conselho Consultivo. "Estamos certos que todos os participantes vão dar a sua melhor contribuição", sublinhou. O Jornal de Angola soube que alguns vice-

governadores para as áreas técnica e infra-estruturas de outras províncias, com destaque para os da Lunda Norte e Moxico, participam nesta segunda reunião do Conselho Consultivo.

A apresentação do Programa de Investimentos Públicos de 2014, a implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação da Província da Lunda Sul e a consignação da empreitada de infra-estruturas integradas de Saurimo são alguns dos assuntos em debate hoje e amanhã. De acordo com o programa a que o Jornal de Angola teve acesso, a abertura da reunião do Conselho Consultivo é presidida pela governadora provincial Cândida Narciso. No último trimestre do ano passado, o Ministério do Urbanismo e Habitação realizou na vila de Catete o Fórum Nacional do Urbanismo, que discutiu o Plano de Requalificação do Sambizanga e Cazenga.

3.32 O que deve ser modelo wall Up?

Jornal O País

28 De Março de 2014

O modelo Wall Up, com a sua parede técnica (concertação das infra-estruturas), toma mais rápido e fácil o processo de auto-construção pois assegura uma execução correcta e a evolução controlada da habitação.

Unidades mínimas modulares e autónomas das funções da habitação estar, cozinhar, dormir podendo adoptar implantações diversas de acordo com as necessidades da família de forma versátil e evolutiva e a sua adaptação a configurações diferentes de lote.

O modelo Wall Up, através da sua intervenção nos diferentes níveis: urbano, infra-estruturais, qualidade de habitação e acesso à terra para produção de alimentos, garante o cumprimento do papel do Estado na persecução dos objectivos do Millennium.

O modelo WALL UP é o resultado de um conjunto de estratégias que centradas no desenvolvimento da infra-estruturação do território promove a geração de economia local, o combate à pobreza, a melhoria da saúde pública e o surgir de economia formal.

O seu modelo incremental de infra-estruturação assegura o modelo de planeamento urbano, e a parede técnica a satisfação das necessidades básicas de infra-estruturas para combate ao assentamento informal.

3.33 Uma dor de cabeça para os governadores

Jornal O País

28 De Março de 2014

Cláudio Pemeça, director do gabinete do vice-governador da província da Lunda-Sul, disse que no que concerne a ocupação e uso de solo, aquela província tem tido muitas dificuldades em colmatar o problema.

"As ferramentas, que o executivo angolano propôs aos respectivos departamentos ministeriais, concretamente, ao Departamento de ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente e às administrações, não têm sido usadas como se deve.

À este importante documento, que faz com que se delibere o direito e poder de quem deve gerir e de quem deve planejar o espaço físico, deve-se ter especial atenção", disse.

A Direcção do Ornamento e Território, segundo o que defende o referido documento, de acordo com o nosso entrevistado, é o planeador de todo o processo do tecido urbano, enquanto as administrações municipais apenas gerem tais tecidos, uma vez que este último conhece o número de munícipes e tem recebido os seus requerimentos.

Actualmente, continuou o nosso entrevistado, existe uma confusão entre a direcção de ornamento e território e a administração todos praticamente distribuem terrenos. "Este problema é a nível nacional, porque também trabalhei na administração de Viana. Acontecia precisamente o mesmo, mas conseguimos contornar", acrescentou ele.

Tudo têm feito para que a situação esteja resolvida, na província da Lunda-Sul, segundo Cláudio Pemeça, de modo com que esteja claro que quem deve distribuir terrenos entre aquelas duas instituições é a administração.

Auto-construção dirigida

O também engenheiro de construção civil falou sobre a auto-construção dirigida, alegando que este projecto deve carecer da participação directa do Governo provincial e central para que haja financiamento, porque "o munícipe pode apresentar o interesse em construir uma casa: E se ele não estiver capacitado para executar a tipologia dada?"

O interlocutor de O País é de opinião que neste projecto deviam estar envolvidos também os bancos, o Ministério do Urbanismo e Habitação, directamente, para que não venha acontecer muitos

casos em que o cidadão recebe o terreno e não consegue construir por incapacidade financeira,

"É importante que haja financiamento, que o município chegue a um acordo de pagar faseadamente a sua casa, antes de erguê-la, por exemplo. É verdade que o ministério não tem como financiar todos os projectos, mas se entrar em contacto com a banca estaríamos, talvez, a minimizar o problema", reforçou o engenheiro.

3.34 Maior celeridade na elaboração das leis Conselho Consultivo recomenda a valorização do crescimento demográfico

Jornal de Angola

28 De Março de 2014

Os participantes no 11 Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Construção recomendaram, na cidade de Saurimo, Lunda Sul, a valorização do crescimento demográfico como via obrigatória para o desenvolvimento económico, através da adopção de modelos de concentração urbana e facilitação do acesso à alimentação, água e aos cuidados de saúde e reduzir as desigualdades.

Uma vez cumpridos estes pressupostos, refere o documento final do Conselho, que decorreu sob o lema "Autoconstrução dirigida realizando o sonho do cidadão", as populações vão minimizar os custos nas despesas inerentes à saúde pública e outros serviços, e vão dinamizar o desenvolvimento social e solidificar a economia nacional, além de garantir um território mais organizado.

Os membros do Conselho Consultivo pediram celeridade nos trabalhos de elaboração dos diplomas ligados ao sector, nomeadamente a proposta de lei sobre o arrendamento urbano, regime jurídico de acesso ao crédito habitacional, Lei da Habitação Social, diplomas reguladores das Cooperativas de Habitação e sobre a Administração de Condomínios. O melhoramento do envio de dados provinciais às entidades centrais para facilitar a sua actualização e garantir a projecção em tempo oportuno a nível nacional, através da Comissão da Economia Real, consta também das recomendações.

Para as equipas técnicas de elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território Nacional, o Conselho recomendou novas estratégias que permitam a participação pública. Os participantes

concluíram que se deve criar o Sistema de Informação Territorial em todo o país, para acelerar a operacionalidade, e um banco de dados geo-referenciados que possibilite efectuar a monitorização dos projectos a fim de melhorar a sua planificação física.

O Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Construção recomendou a produção de cartilhas publicitárias para a divulgação da Lei de Terras e dos outros diplomas legais referentes à gestão dos direitos fundiários.

3.35 Luanda Sul tem bons exemplos na construção e casas

Jornal de Angola

31 De Março de 2014

António Teixeira respondeu que o projecto é da inteira responsabilidade do Ministério da Juventude e Desportos, cabendo ao Governo Provincial zelar pelas infra-estruturas sociais, o que foi executado na primeira fase onde estão concluídas e habitadas 97 casas.

Sobre a matéria em debate, o secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, pediu a António Teixeira para explicar aos presentes, principalmente aos vice governadores, como resolveu a questão das infra-estruturas na construção de 200 fogos por cada município, tendo em conta os valores que recebeu, que é igual ao das outras províncias.

António Teixeira respondeu que antes da contratação houve reuniões "duras" com os empreiteiros: "depois de tudo acertado passámos à acção". Essa reposta animou o secretário de Estado da Habitação, que disse aos vice-governadores convidados, LundaNorte, Malanje, Huambo e Moxico: "se construímos fogos sem infra-estruturas, estamos a criar novos musseques e não é isso que se pretende". Os vice-governadores presentes apresentaram as dificuldades que tiveram de enfrentar. Joaquim Silvestre respondeu "há coisas que entristecem, como é o caso de todas as províncias receberem os mesmos valores para a construção dos fogos, e algumas, como a Lunda Sul, conseguem apresentar casas condígnas e nas outras províncias não".

Houve alguns murmúrios no interior do anfiteatro do Instituto Politécnico de Saurimo, onde durante os dois dias se realizou o Conselho Consultivo sob o lema "Auto-Construção Dirigida Realizando o Sonho do Cidadão". Joaquim Silvestre pediu aos colegas para dialogarem e certamente com os empreiteiros e 03

fiscais das obras como forma de evitar construções de casas que "qualquer um de nós reclama".

o ministro José Silva teve uma intervenção onde afirmou que para alcançar o objectivo de oferecer uma habitação condigna a todos é preciso ter em conta as recomendações do Programa de Urbanismo e Habitação, que define objectivos, princípios e compromissos. José Silva referiu que são chamados a participar

fortemente os diferentes agentes económicos do sector privado, cabendo ao Estado facilitar a obtenção de crédito bancário os agentes executores e para os consumidores.

Com esta política, disse o ministro, o Estado tem com objectivo garantir o bem-estar social e contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a criação de cidades inclusivas.

Ordenamento do Território

Os arquitectos Manuel Zangui, director nacional do Ordenamento do Território Urbanístico, e Manuel Pimentel, director do Instituto Nacional do Ordenamento do Território, debruçaram-se sobre a Lei do Ordenamento do Território Urbanístico.

Durante a sua intervenção, foram unânimes em afirmar que o Sistema de Informação Territorial no processo de ordenamento do território tem um papel preponderante que não pode ser ignorado. O Sistema de Informação Territorial (SIT) permite captar, recolher, processar e analisar informações fornecidas por diferentes instituições. Permite, ainda, a criação de bancos de dados com vista a efectuar a monitoria especial dos projectos, melhorar a planificação das acções, a localização dos equipamentos sociais e industriais, infra-estruturas técnicas, comunidades e áreas sociais. O Conselho Consultivo recomendou uma célere de conclusão do relatório do estado do Ordenamento do Território Nacional.

Governadora Cândida Narciso

A governadora Cândida Narciso mostrou a sua satisfação pelo facto do Conselho Consultivo ter decorrido em Saurimo, uma cidade que considerou "humilde e hospitaleira". Como a actividade foi programada e realizada no "Março Mulher", a governadora acompanhou todos os passos do Conselho Consultivo. E soube fazer as honras da casa realçando que "são todos bem-vindos, estamos sempre abertos e com condições para acolher bons actos a favor das nossas populações como é o caso deste Conselho Consultivo".

A governadora ficou emocionada no momento da assinatura do auto de consignação das obras de

Saurimo no local, a governadora disse que "até 2017 estamos em condições de realizar aquilo que o Executivo projectou".

Alegria dos jovens

O jovem Manuel António, disse à nossa reportagem que a Lunda Sul tem uma gestão transparente, e pretendeu saber as conclusões do projecto. E quis saber quando ficava concluído o projecto "Saurimo". Um dos técnicos presentes, explicou de forma detalhada os passos do I projecto. Muitos jovens presentes ficaram satisfeitos com as explicações: "é assim que queremos. Achamos importante que sejam prestadas contas por parte de quem governa".

Um jovem disse que quando os governantes vão às aldeias, comunas e municípios: "devem informar as comunidades sobre o que estão a fazer. Gostamos da realização do Conselho Consultivo em Saurimo, porque tivemos muita informação". Os jovens do município de Cacolo souberam muito tarde da visita do ministro do Urbanismo e Habitação, "porque queríamos fazer-lhe perguntas sobre os projectos de auto construção dirigida", cidadão" disse Manuel António.

4. ABRIL

4.1 Sector imobiliário tem crescimento mundial

Jornal de Angola
06 De Abril de 2014

A presidente da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola, Branca do Espírito Santo, disse ao Jornal de Angola que o sector imobiliário tem registado um crescimento digno de realce nos últimos anos e reconheceu que tal se deve à paz que país vive há 12 anos.

Apesar disso, Branca do Espírito Santo aponta a escassez de terrenos infra-estruturados como um entrave aos negócios imobiliários. Os preços especulativos, os loteamentos clandestinos e a invasão de terrenos, sejam reservas fun- diárias do Estado ou privados, são também obstáculos que os operadores têm de vencer.

Branca do Espírito Santo diz que todos estes factores tornam o preço final dos produtos mais elevado, um cenário que pode mudar com um quadro legal capaz de definir e suportar iniciativas de fomento e promoção da habitação social.

"A estratégia de fomento habitacional necessita de parcerias público privadas e crédito para que sejam sustentáveis", disse a agente imobiliária.

O acesso à habitação é um direito constitucional. O país tem registado um crescimento digno de realce em tempos de paz. A presidente da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola falou dos níveis de construção no terceiro trimestre de 2013, tendo destacado que as principais dificuldades enfrentadas pelos empresários do sector imobiliário são a insuficiência da procura, o elevado nível de taxas de juro, as dificuldades financeiras e o elevado absentismo da mão-de-obra.

Tudo isso, justificou Branca do Espírito Santo, encarece o custo da construção, numa altura em que o crédito hipotecário é ainda incipiente, não existem incentivos fiscais para arrendamento, há uma grande lentidão no processo de regularização jurídica da habitação e o Fundo de Fomento Habitacional não está operacional.

Em relação à Lei do Arrendamento, disse que o actual cenário exige legislação que permita uma livre negociação entre senhorio e inquilino e que atraia mais investidores. Mas reconheceu a existência de bons resultados no domínio da habitação social. Em

relação à especulação imobiliária, Branca do Espírito Santo, lembrou que a intervenção do Governo no sector exerceu uma grande influência sobre os preços e favoreceu o acesso à habitação, tendo aplaudido a adopção da renda resolúvel para garantir facilidade na aquisição de casas.

Incentivo fiscais

O regime de impostos sobre o património imobiliária registou algumas alterações. O imposto de Sisa passou de dez para dois por cento do valor do imóvel e isenção para habitação com valor abaixo de 78 mil UFC (Unidade Fiscal de Correção), o que corresponde a 6,5 milhões de kwanzas.

O Imposto de Selo sobre financiamento à habitação passou de 0,3 por cento para 0,1 por cento. Além disso fica reduzido o Imposto de Selo sobre o contrato de compra e venda do imóvel de 0,5 para 0,3 por cento. Na tributação de imóveis não arrendados a isenção do pagamento de imposto incide nos imóveis abaixo dos cinco milhões de kwanzas e a redução da taxa de imposto de 30 para 0,5 por cento a incidir apenas sobre o valor do imóvel que exceda os cinco milhões de kwanzas.

Investir na diferenciação

A quota de urbanização aumenta na medida em que cresce a população. Mais pessoas saem do mundo rural para as cidades. É uma tendência mundial.

Branca do Espírito Santo defende que essas tendências devem ser tidas em conta na estratégia do Governo, que deve ser seguida de uma política coerente e de crescimento habitacional e do seu acesso.

Branca do Espírito Santo disse que os projectos habitacionais do Estado vão ajudar a regular e a baixar os preços, mas são necessárias medidas estruturais na macroeconomia para que a queda de preços e a procura sejam sustentáveis para o sector privado.

Casas vazias

Branca do Espírito Santo defendeu que é preciso alterar a modalidade de pronto pagamento para renda resolúvel, pois nem todos têm capacidade para adquirir uma habitação a 75 ou 100 mil dólares, num mercado em que o acesso ao crédito bancário é difícil. Esse factor aumenta a resistência à compra, levando a que muitos projectos habitacionais fiquem com as casas vazias, pois a modalidade de compra e os seus preços astronómicos, incentivam as pessoas a optarem pela auto construção, ou pela renda resolúvel. O sector privado pode optar também pela

renda resolúvel "Não é o que pretendemos, mas se houver esta forma de pagamento achamos que o Fundo de Fomento Habitacional deve exercer um papel mais activo no incentivo aos privados", realçou. Branca do Espírito Santo lembrou que nem mesmo nos países ricos se compra casa a pronto, fundamentalmente numa altura em que se fala muito de branqueamento de capitais. "Não se pode esperar que as pessoas tenham 120 mil dólares para comprar uma casa. Não está correcto. E isso é excluir a maioria, principalmente os jovens e adultos com salários modestos", disse.

Os tempos de paz

Em relação ao sector da habitação, reconheceu ter havido uma assinalável evolução nos 12 anos de paz, embora se tenha registado ao longo de muitos anos, pouco investimento. Lembrou também que a paz propiciou o surgimento de projectos que ditaram o crescimento do sector.

Dos edifícios da Endiama, Debeers e o e Palanca na Avenida António Barroso aos projectos habitacionais de Luanda Sul; Talatona, Urbanização Nova Vida e novas centralidades em Luanda e nas capitais das províncias, o sector imobiliário continua a crescer em tempos de paz.

Numa altura em que surgem novos edifícios um pouco por toda Luanda, a presidente da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola sugere que o sector privado construa para todos os segmentos, o que pode aumentar a oferta e reduzir o défice.

O programa Nacional de Habitação prevê a construção de um milhão de fogos, dos quais 115 mil para o sector público, 120 mil para as parcerias público privadas, 80 mil para o sector cooperativo e 685 mil na autoconstrução dirigida.

O Programa de Investimento Público conta com 12 programas e 2.174 projectos e o privado com 20 programas e 128 projectos.

4.2 Fomento Habitacional na Luanda Sul

Jornal de Angola
07 De Abril De 2014

As obras de construção de 600 casas sociais nos municípios de Muconda, Dala e Cacolo, na província da Lunda Sul, terminam em Junho, anunciou em Saurimo o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas.

António Jorge Teixeira disse que estão concluídas 450 casas. Por isso, a partir de agora começa a construção das acessibilidades, colocação de lancis, passeios, postes de iluminação pública e ligação da água potável e luz. O vice-governador acrescentou que, depois da conclusão dos equipamentos sociais, como escolas, centros de saúde, esquadras policiais, campos desportivos, jardins e outros serviços, as casas podem ser habitadas.

Nesta empreitada, o município de Muconda, que dista 200 quilómetros de Saurimo, tem já concluídos, no novo bairro, um lar de estudantes, um centro materno-infantil e uma escola do primeiro ciclo.

4.3 Casas para ex-militares

Jornal de Anogala
09 De Abril de 2014

Antigos combatentes e veteranos da pátria vão receber residências, em Ondjiva, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos.

As habitações estão localizadas nos bairros Kashila 11 e Ekuma II, nos arredores da cidade de Ondjiva. O projecto habitacional compreende a construção de 200 casas para os antigos combatentes, sete das quais concluídas e entregues aos beneficiários. Em breve, outras 20 casas devem estar concluídas e vão ser entregues aos veteranos da pátria que vivem em condições difíceis.

Os sete primeiros beneficiários reconheceram os esforços desenvolvidos pelo Governo Provincial do Cunene em prol do bem-estar da população em geral e dos antigos combatentes e veteranos de guerra em particular.

O governador do Cunene, António Didalelwa, garantiu que, no quadro do programa da construção de fogos habitacionais, o governo da província continua a desenvolver esforços para a solução do problema de falta de casas para aqueles que ao longo de muitos anos lutaram para o alcance da Independência Nacional e da Paz efectiva em Angola.

António Didalelwa realçou que os antigos combatentes devem merecer todo o apoio e reconhecimento da sociedade. O governador António Diadalelwa anunciou para ossidências. A Direcção Província de Energia e Águas recebeu, em Ondjiva, duas viaturas cisternas com capacidade para 12 mil litros para reforço de abastecimento de água à população rural.

O responsável do sector, Evan- gelista Kamati, disse que os meios entregues são uma mais-valia e vão permitir uma melhor assistência à populações vítimas da seca.

4.4 Mau estado dos acessos “entope” o trânsito de Luanda

Jornal De Angola
09 De Abril de 2014

As últimas chuvas em Luanda mostraram a incapacidade das principais vias suportarem a avalanche das viaturas, que evitam as ruas secundárias por estarem, na sua maioria, em estado avançado de degradação.

As vias alternativas estão intransitáveis. Algumas continuam com buracos e água parada das chuvas, ocupando toda a faixa de rodagem. Os engarrafamentos tiveram um aumento e, mais uma vez, os automobilistas são unânimes enrapontar a necessidade da construção e reabilitação das estradas secundárias e terciárias. A Quinta Avenida liga a Deolinda Rodrigues e a N gola Kiluanje. Esta via corta os bairros Vila da Mata, Tala Hady e Cazenga. Em quase toda a sua extensão está intransitável por causa das lagoas de águas paradas e dos buracos. Nenhum carro passa e quem ousa avançar, corre o risco de ficar com a viatura fora de circulação.

Uma moradora antiga da Vila da Mata lamentou o estado da estrada construída há 14 anos, e revelou que os trabalhos de tapa buraco não tiveram o efeito desejado. As duas ruas da Estalagem, uma recentemente reabilitada, que ligam a Deolinda Rodrigues e a estrada do Calemba 2 a Viana, tomaram-se num caos para os automobilistas e moradores. O serviço de táxi desapareceu por causa das lagoas e bu- racos que se apoderaram da estrada. Alguns moto-táxis arriscam-se e transportam passageiros.

"As vezes a solução é viajar na carroçaria dos camiões que nos cobram o mesmo valor de um táxi normal. Os carros pequenos evitam passar nestes buracos", disse Adão Bacaio.

Antes da cadeia de Viana, os automobilistas são impedidos de virar à direita. A rua dá igualmente acesso à estrada do Calemba 2, mas as condições de circulação são precárias. Até o posto de combustível, localizado na rua, está sempre vazio em virtude do charco de água lamacenta. No momento da nossa reportagem, um camião com mercadoria estava preso na lama.

Acesso às centralidades

A Via Expresso tem registado mais trânsito nos últimos dias e parece pequena para resistir ao número de carros que circulam nas horas de ponta, após o surgimento das centralidades. Os engarrafamentos já são frequentes porque os caminhos alternativos existentes estão inoperantes neste período. Os moradores das centralidades do Kilamba, Cacucaco e Zango sofrem muito com o mau estado dos acessos a Luanda, onde ainda funcionam os principais serviços. A estrada que liga a Via Expresso a Camama é das mais difíceis para circular. Há longos engarrafamentos por causa dos buracos logo à entrada do Centro de Produção da TPA. Os buracos seguem até ao Shopping Angola-China, na antiga rotunda do Cemitério e a escassos metros do Hospital Geral de Luanda. As obras, nesta via, estão paralisadas. Se seguirem pelo Calemba 2, os automobilistas estão impossibilitados de chegar à Avenida Pedro Van- Dúnem. A via inacabada, que corta o bairro Sapú 1 ao Kimbanganã oferece condições para a circulação.

A estrada alternativa que passa pelos bairros do Capolo e Fofoca que dá a Estalagem está em estado lastimável em virtude de um charco que surgiu no meio do caminho por falta de um sistema de drenagem das águas pluviais.

Actualmente os moradores e automobilistas do Kilamba Kiaxi vivem dias de amargura, pois as ruas do Golf 1 e Rua a Machado Saldanha, no Neves Bendinha, estão com crateras intransponíveis. Nenhuma rua do antigo Bairro Popular tem asfalto. A estrada do Lar do Patriota ao Futungo tem sido um caos. Agora é das mais "engarrafadas". As filas atingem três quilómetros. Os auto-mobilistas defendem que seja construída mais uma via secundária que ligue à Via Expresso. Na Ponte Molhada, nos dias de chuva, os carros e os peões são expressamente proibidos de passar.

Transtornos dos charcos

Automobilistas e passageiros de táxis sentem todos os dias o peso dos engarrafamentos prolongados. João Mavinga, taxista e morador na Petrangol, disse à reportagem do Jornal de Angola que o trajecto de São Paulo até ao Bairro Ngoma está muito difícil. O troço entre São Paulo e o antigo mercado do Roque Santeiro está aos pedaços e nasceram novos buracos com a chuva. As ruas no interior do Sambizanga, que antes da chuva serviam de alternativa, estão alagadas e ninguém quer arriscar passar por lá.

O táxi está difícil. Em São Paulo são visíveis multidões nas paragens. Logo que chega um carro, vê-se a luta entre os passageiros por um lugar. Para conseguir um espaço é preciso força e coragem. A tarifa do trajecto São Paulo /Petrangol subiu de 200 kwanzas para 400 kwanzas.

A via do Porto Comercial até à Rotunda da Boavista tornou-se ainda mais complicada com a chuva. O troço, além de buracos e água estagnada, registou deslizamentos de terra. As longas filas de camiões e atrelados impedem a circulação normal. "Aqui é preciso paciência e aguentar a fila", disse Miguel Paulo, condutor de um camião de combustíveis.

Como os táxis não vão às zonas com maus acessos, há cada vez mais gente a circular a pé. O estado das vias de acesso aos bairros São Pedro da Barra e Farol das Lagostas deixa os automobilistas e os moradores agastados.

No bairro Rangel o cenário é o mesmo. A Estrada da Brigada mantém os crónicos buracos e água estagnada, assim como as ruas que dão acesso ao Bairro Precol e Comissão do Rangel.

Outro transtorno tem sido a Estrada da Cuca, que continua com as crateras ao lado da linha férrea. A via alternativa que liga a subestação da Epal do Cazenga até à fábrica Cuca está inoperante. A via alternativa que liga o Beiral à Avenida Deolinda Rodrigues, tanto pela FTU como pelo Comando Provincial da Polícia, é inacessível aos carros ligeiros. O mau estado das vias fez com Baptista Massango deixasse o carro em casa para viajar de táxi. "Sempre que chove ando de táxi, evito ficar horas nos engarrafamentos e buracos que provocam grandes danos no carro", disse.

De Luanda ao Dondo

A estrada nacional que liga Luanda ao Dondo apresenta vários buracos que inquietam os automobilistas. A nossa reportagem constatou que, além de estar a causar acidentes e danos enormes a viaturas, o tempo de viagem é agora maior.

Os automobilistas, que conduzem nesta via, pedem uma rápida intervenção de forma a acabar com os buracos no asfalto, provocados pelas enxurradas.

4.5 Projecto habitacional no Cunene Casas para ex-militares

Jornal de Angola

09 De Abril de 2014

Antigos combatentes e veteranos da pátria vão receber residências, em Ondjiva, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos.

As habitações estão localizadas nos bairros Kashila 11 e Ekuma 11, nos arredores da cidade de Ondjiva. O projecto habitacional compreende a construção de 200 casas para os antigos combatentes, sete das quais concluídas e entregues aos beneficiários. Em breve, outras 20 casas devem estar concluídas e vão ser entregues aos veteranos da pátria que vivem em condições difíceis.

Os sete primeiros beneficiários reconheceram os esforços desenvolvidos pelo Governo Provincial do Cunene em prol do bem-estar da população em geral e dos antigos combatentes e veteranos de guerra em particular.

O governador do Cunene, António Didalelwa, garantiu que, no quadro do programa da construção de fogos habitacionais, o governo da província continua a desenvolver esforços para a solução do problema de falta de casas para aqueles que ao longo de muitos anos lutaram para o alcance da Independência Nacional e da Paz efectiva em Angola.

António Didalelwa realçou que os antigos combatentes devem merecer todo o apoio e reconhecimento da sociedade. O governador António Diadalelwa anunciou para os próximos dias a entrega de mais residências. A Direcção Provincial de Energia e Águas recebeu, em Ondjiva, duas viaturas cisternas, com capacidade para 12 mil litros, para reforço de abastecimento de água à população rural.

O responsável do sector, Evangelista Kamati, disse que os meios entregues são uma mais-valia e vão permitir uma melhor assistência às populações vítimas da seca.

4.6 “Makas” nas cinco centralidades do país

Jornal Continente

11 De Abril de 2014

A qualidade das casas das novas Centralidades do país, de acordo com os responsáveis das obras é tida como uma maravilha, mas segundo os moradores, os

projectos mancham o Estado angolano, porque a falta de atributo dos materiais utilizados, a ausência de fiscalização entre a proprietária da obra e a empresa construtora, resulta em pouca durabilidades das construções, que se assiste actualmente, com muitas rachaduras em pouco tempo, e acompanhadas com falta de energia eléctrica e água potável. A localização e capacidade habitacional das cinco centralidades de Angola, a de Luanda, a maior de todas, situa-se no município de Belas, do Kilamba com 82 mil habitações, Cacuo 20 mil, de Cabinda na Chibodo com 1.002 apartamentos, Huíla com 11.000 apartamentos, Namibe construída na Praia Amélia e 5 de Abril com duas mil habitações, Benguela localizada na Baía Farta, Luhongo e Lobito com três mil habitações.

O Continente fez uma visita às cinco centralidades do país e constatou 'insitu' o tipo de residências e os problemas que os moradores enfrentam todos os dias, a começar:

Centralidade do Kilamba

Localizada em Luanda no município de Belas, edificada desde 2012, devem estar totalmente acabados em 2015 para beneficiar cerca de 110 mil pessoas de todos os estratos sociais.

O projecto compreende 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito secundárias. O projecto foi concebido para se desenvolver em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados.

Até ao presente momento a Centralidade do Kilamba é a maior a nível do país.

Problemas

A referida cidade está lotada de problemas, que vão desde a falta constante de energia eléctrica, água potável e elevadores inoperantes.

De acordo com os moradores ficam semanas sem o precioso líquido (água). Os habitantes disseram ao Continente que não há rectidão na distribuição da água à cidade do Kilamba.

Os munícipes avançaram ainda que se sentem agastados com a triste "Nós temos feito reclamações junto das empresas de direito, mas infelizmente nunca encontramos resposta positiva no sentido de mudar este quadro" disse Isabel da Conceição, habitante, num tom de tristeza.

Centralidade de Cacuo

A Centralidade de Cacuo também não foge à regra, encontra-se com os mesmos problemas.

A nova Centralidade do Cacuo contempla mais de 20 mil habitações. Até Dezembro do ano passado, estava prevista a entrega de 10 mil fogos habitacionais. O projecto, com obras a cargo da China Tiesiju Civil Engineering Group Co. Ltd. (CTCE) conta com uma área total de construção de 1,7 milhões de metros quadrados, dos quais 1,6 milhões se destinam à construção de residências.

A referida centralidade, também encontra-se com os mesmos problemas.

Água potável

Os grandes problemas que afectam aquela cidade vão desde a falta de água corrente nas residências. Antes o fornecimento era feito no período da manhã das seis às dez horas e à tarde das 16 às 18 horas, agora segundo os habitantes daquela cidade tudo mudou. Não há água.

Energia eléctrica

Outra "maka" séria nesta cidade é a falta constante de energia eléctrica uma semana com energia outra não, "é uma autêntica dor de cabeça", assim os moradores enfrentam os problemas, que vão desde a falta de funcionamento dos elevadores nos edifícios de oito andares, recolha de resíduos sólidos, falta de centros de saúde e mercados.

Fissuras

Edifícios da Centralidade de Cacuo, construídos há cerca de três anos, algumas delas apresentam fissuras no interior e exterior.

Centralidade do Dundo (Lunda Norte)

Edificados pela construtora chinesa, são 365 edifícios de cinco andares, 32 com nove, 18 com onze e quatro com 18 andares. Os compartimentos para o comércio 2%, habitação ocupam 18,7% espaço livre colectivo 3,2%, estacionamento 19,28%, lazer e zonas verdes urbanas vai de 40% a 64%, e rede viária 16,18%.

Água insuficiente

A água canalizada que vem do Luachimo é insuficiente para abastecer a Centralidade.

A captação do Mussengue não tem capacidade para abastecer a centralidade do Dundo, assim como a distribuição de energia eléctrica à referida cidade.

As residências só começarão a ser comercializadas a partir do próximo mês de Junho.

Centralidade de Chibondo (Cahinda)

O Projecto de Habitação Social de Cabinda, localizado na província de Cabinda no perímetro da aldeia de Tchibodo, a Este da cidade de Cabinda, é composto por 36 lotes, 90 edifícios de 3 pisos, num total de cerca de 1.002 apartamentos. A área de construção é de 145.186,00 m² e inclui 78 apartamentos do tipo T4-2A com 123 m², 156 apartamentos tipo T4-1A com 116 m², 384 apartamentos tipo T 4-1 B com 121 m² e 384 apartamentos tipo T 4-1 B com 98m².

Fazem parte da empreitada, a execução das seguintes redes de infra-estruturas exteriores:

Redes de águas (6.500m), electricidade (1.304m em média tensão + 12.725m em baixa tensão), 5 postos de transformação, rede de telecomunicações (15.800m), redes de esgotos (4.300m) e de drenagem pluvial (7.800m), vias de comunicação (69.315m²), incluindo passeios (18.764m²) e estacionamento automóvel (17.850m²).

O projecto habitacional contempla ainda equipamentos sociais, tais como uma escola primária com 16 salas de aula com capacidade para 512 alunos, um infantário com quatro salas para 120 crianças, posto médico com 13 camas, uma estação de tratamento de água e uma malha rodoviária clp. sp.is rnilómerros de estrada.

A centralidade foi projectada para seis mil pessoas. A construção deste projecto teve o seu início em 2008. As moradias construídas na urbanização especial de Cabinda estão quase prontas para entrega.

De recordar que na altura das obras a malograda Mambo Café e recentemente, André Pitra "Petroff" criticaram severamente a qualidade das casas e como estavam a ser erguidas.

Centralidade de BENGUELA

A Província de Benguela conta com centralidades na Baía Farta, no Luhongo (Catumbela) e Lobito. Composta por duas mil habitações simples, do tipo T3, que devem ficar prontas em Outubro deste ano. A seguir, o "Projecto Luhongo", no município de Catumbela, com 108 moradias e 992 apartamentos com um progresso de 21 %.

No município do Lobito, as obras avançaram na ordem dos 33%, desde Junho de 2012. Trata-se de uma urbanização composta por três mil habitações, dos quais 2.144 apartamentos e 856 casas sociais.

Todos estes projectos habitacionais abarcam a construção de escolas primárias e secundárias, creches, estação de tratamento de água, central de captação, redes eléctricas, assim como possuem áreas reservadas para serviços sociais e ou instituições públicas.

Negativo

O negativo nesta Centralidade é a demora na conclusão das obras. Segundo a população daquela província não sabem para quando o acabamento das infraestruturas, uma vez que as obras estão muito demoradas.

Paulo Alexandre da Graça disse ao Continente que as casas dessa Centralidade a muito foram questionadas, devido o material utilizado e pouco resistente.

"É complicado o material utilizado, é pouco resistente, tudo isso devido à falta de fiscalização dos trabalhos, e há outro problema que é a qualidade das casas que estão a ser edificadas, deixam muito a desejar", disse Paulo da Graça.

Centralidade da Huíla

Na província da Huíla, na localidade de Quilemba, município do Lubango, está a ser construída a maior centralidade em termos de área de implementação, ocupando uma superfície de construção equivalente a 1.100 hectares contra os 900 hectares da centralidade do Kilamba, em Luanda.

O projecto teve início em Junho de 2012, tem a sua conclusão prevista para 2016 e está ser levado a cabo pela construtora chinesa CITIC. As residências variam entre apartamentos de tipologia T3 em edifício de três pisos e habitações sociais perfazendo um total de 4.840 apartamentos e 6.160 moradias unifamiliares, cinco escolas primárias, quatro escolas secundárias e oito creches.

Centralidade de Namibe

A província do Namibe está a beneficiar da construção de duas centralidades, localizadas na Praia Amélia e no bairro 5 de Abril, numa área de 295 hectares onde serão construídas duas mil habitações, sendo 1.656 são vivendas e 344 apartamentos para 12 mil habitantes.

Estão executados a 78%, na Praia Amélia ao passo que na segunda observou o avanço a 50%, das 1800 casas térreas e dos 200 apartamentos.

4.7 Administração trava abandono de obras sociais

Jornal de Angola

16 De Abril de 2014

O administrador municipal do Lubango, Francisco Barros, disse sábado que o abandono de obras por parte de empreiteiras está a preocupar as autoridades, pelo que o combate a essa prática é uma das apostas da Instituição.

Francisco Barros falou no termo de uma visita à comuna da Huila, onde constatou que a construção de 100 casas sociais que estavam a ser erguidas pela empresa Transafrica, está paralisada.

Embora a situação preocupe a Administração, o responsável descartou, para já, encaminhar o caso às instâncias judiciais, dando prioridade ao diálogo.

A obra, adjudicada em 2012, está bastante atrasada. Em breve, o empreiteiro e todos os elementos envolvidos no processo são notificados, para que se possa encontrar um juízo comum.

A construção das casas é uma iniciativa presidencial, que é realizada no quadro do Programa de Fomento Habitacional e a sua execução é vital para o bem das populações.

A população também está preocupada com a construção das casas, uma vez que o projecto, com término previsto para o ano passado, ainda nem atingiu 15 por cento da sua execução.

O administrador municipal adiantou que as autoridades provinciais, na pessoa do governador João Marcelino Tyipinge, têm feito tudo para que os contratos sejam respeitados, no sentido de garantir que as obras de impacto social sejam entregues a seu tempo.

No quadro dos programas de combate à pobreza e de investimentos públicos, a Administração Municipal do Lubango está a construir escolas, postos médicos e a ampliar o sistema de abastecimento de água potável.

O loteamento e a distribuição de terrenos, para a autoconstrução dirigida, devem ser também acompanhados com o ritmo de desenvolvimento.

Comuna da Huila

A administradora comunal da Huila, Cármen Duarte, disse que o crescimento na comuna é notável, na medida em que apresenta um rosto mudado e que melhor dignifica a imagem da localidade.

Os programas de construção de escolas, hospitais e estradas mostram bem este quadro de mudança na qualidade de vida das populações.

Antes do advento da paz, a comuna da Huila apresentava um número reduzido de infra-estruturas no domínio da educação, saúde e vias de acesso, um cenário que ficou para trás, em função dos esforços das autoridades.

A Administração Comunal está à espera do veredicto final das autoridades municipais do Lubango, com quem a empreiteira celebrou o contrato, em função de um estudo sobre o atraso e do abandono das obras de impacto social.

A construção e asfaltagem da estrada que liga o Quilómetro 16 à comuna da Palanca, no município da Humpata, passando pela comuna da Huila, são apontadas como outros dos principais ganhos que a localidade beneficia com o alcance da paz.

Este ano estão ainda em curso a construção de escolas e postos médicos no Quilómetro 14 e na sede da comuna, além do surgimento de sistemas de energia.

4.8 Preços das casas carecem de revisão

Jornal de Angola

18 De Abril De 2014

O secretário nacional da JMPLA, Sérgio Luther Rescova, defendeu, em Ndalatando, Cuanza-Norte, a revisão dos preços e critérios de acesso para a compra de residências nos projectos habitacionais criados pelo Executivo para permitir que os jovens com poucos rendimentos e salários baixos concretizem também o sonho da casa própria.

O político elogiou o empenho do governo na criação do Plano Nacional de Habitação, pelo número de unidades que estão a ser construídas e distribuídas em todo o país. Mas apelou para a clarificação dos critérios de acesso e dos preços das residências, para que os jovens com poucos rendimentos possam ter a possibilidade de conseguir uma casa, com prazos de pagamento aceitáveis.

O membro do Conselho Nacional da Juventude Jorge Moura afirmou, durante a celebração do Dia Nacional da Juventude, em Ndalatando, que o binómio paz e juventude "é uma combinação que constitui a alavanca necessária para a materialização do sonho do povo angolano para a melhoria da

saúde, emprego, educação, formação técnica e profissional, habitação e justiça".

"Hoje os angolanos estão mais confiantes no futuro da nação, pelo facto de o país estar a trilhar pelo rumo e liderança certa, visando a concretização do sonho do povo", frisou. O dirigente juvenil acrescentou que "ao contrário do passado, hoje e todos os departamentos ministeriais possuem programas nacionais e específicos voltados para a inserção da juventude na vida activa, à luz do macro programa de desenvolvimento Angola até 2025". c

O Executivo definiu, no âmbito do Programa Habitacional, dar prioridade à juventude no processo de aquisição de residências. Recentemente, vários jovens receberam casas nos projectos habitacionais.

4.9 Sonip “atrapalha” pagamentos nas novas centralidades

Semanário Expansão
18 De Abril de 2014

Os inquilinos de apartamentos nas centralidades de Luanda, na modalidade de renda resolúvel, já deveriam ter efectuado o pagamento da segunda prestação dos seus imóveis à Sonip, mas continuam à espera de que a participada da Sonangol indique a forma e os valores em falta, constatou uma reportagem do Expansão no Kilamba, Zango, Cacucaco, Kipari e Km 44.

A modalidade de renda resolúvel não foi ainda clarificada pela Sonip, apesar de, há cerca de um mês, o presidente da Sonangol ter garantido que a imobiliária do grupo petrolífero faria um comunicado a explicar o novo processo de pagamento que era feito anualmente.

"Depois de uma avaliação interna, chegámos à conclusão de que este procedimento [pagamento anual] não é o mais prático", explicou Francisco de Lemos, na conferência de imprensa que assinalou o 38.º aniversário da Sonangol.

Orlando Veloso, presidente da Sonip, por seu turno, garantiu que a empresa tem "capacidade para fazer 'cobrança mensal", pelo que não seria preciso "continuar a haver a exigência de pagamento anual durante o mês de Março de cada ano". O gestor, recorde-se, anunciou então que os moradores seriam chamados a negociar a nova modalidade de pagamento.

No entanto, a Sonip não apenas não 'oficializou' o fim da obrigação de pagamento anual, como não convocou os moradores, que, por isso, não

puderam honrar o contrato que prevê que "prestações vencem até 31 de Março do ano a que a mesmas dizem respeito".

Contactado pelo Expansão, gabinete de comunicação da Sonangol garantiu que "haverá um pronunciamento em breve", mas não adiantou as razões da demora.

Os atrasos, segundo apurou Expansão, podem estar também ligados ao arranque, previsto para este ano, das operações do Banco de Poupança e Promoção Habitacional, (BPPH), criado pela Sonangol para financiar as casas que serão comercializadas pela Sonip.

Moradores ouvidos pelo Expansão questionam-se, por exemplo, entrada da instituição neste processo fará com que tenham de abrir lá uma conta, transferindo depois o valor em causa para a Sonip, ou se, pelo contrário, os depósitos das mensalidades devem ser feitos directamente numa conta da Sonip.

Transferências implicam mais custos

A transferência bancária a partir do banco do morador para uma conta da Sonip foi a modalidade que vigorou no pagamento da primeira prestação, mas esta opção aumentou os custos das famílias, já que a operação implicava o pagamento de uma taxa de 3% sobre o montante em causa.

Fontes ouvidas pelo Expansão apontam ainda como causa possível para a indefinição, por parte da Sonip, o facto de ser necessário resolver os casos dos apartamentos ocupados de forma ilegal.

"A falta de pagamento de qualquer uma das prestações previstas nos prazos estabelecidos conferirá ao promitente vendedor [Sonip] a faculdade de resolver este contrato", explicam os contratos celebrados entre a imobiliária e os moradores.

Os contratos, recorde-se, referem ainda que, em caso de incumprimento, haverá perda do imóvel por parte do ocupante e a Sonip não reembolsará as prestações que já tenham sido pagas.

Os moradores pedem agora à Sonip maior celeridade na resolução do processo, até porque, explicou uma família do Kilamba ao Expansão, é "complicado estar com dinheiro muito tempo guardado".

Entretanto, Orlando Veloso apelou aos moradores para honrarem os seus pagamentos, como forma de manter sustentável o projecto habitacional que prevê a construção de 80 mil imóveis em 13 províncias até 2016.

Até ao momento a Sonip vendeu mais de 20 mil unidades nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Zango, Km 44 e Kipari, grande parte delas no modelo de renda resolúvel. Com o pagamento das primeiras prestações, há um ano, a Sonip terá facturado cerca de 10 milhões USD.

4.10 Jovens recebem casas evolutivas

Jornal de Angola

25 De Abril de 2014

A distribuição das 40 casas evolutivas na sede do município de Gambos, 150 quilómetros a sul da cidade do Lubango, está a atrair para aquela localidade um número considerável de jovens formados em diversas especialidades.

A maioria dos beneficiários recém-formados que vivia em condições desajustadas na periferia da circunscrição e outros que preferiram regressar ao Lubango foram acomodados com as famílias em moradias do tipo T2 e T3, construídas numa área urbanizada e com serviços.

Os primeiros contemplados estão agora mais animados a trabalhar e a entregar-se às suas tarefas.

Oswaldo Boaventura, que habitava com a esposa e dois filhos num casebre de pau-a-pique coberto de capim, está agora numa moradia de dois quartos, sala, cozinha, lavabos e quintal. "A minha esposa e meus filhos têm agora mais conforto e condições modernas. A casa possui água corrente e luz. Isto faz com que a higiene seja melhor e os garotos já podem entreter-se com a televisão e cumprir com os deveres da escola."

Funcionário da administração municipal de Gambos, Oswaldo Boaventura começou a enfrentar dificuldades quando constituiu família. "Vivíamos numa casota de pau-a-pique sem condições básicas e os meus recursos não eram suficiente para construir uma casa", disse o funcionário, frisando que "a materialização do programa do Executivo, que visa a construção de moradias em todos os municípios do país, deve merecer o apoio e atenção especial de todos aqueles que não têm condições para construir".

Cândido Francisco, professor no município de Caluquembe, elogiou o programa de fomento habitacional. "Está a dar uma nova imagem às sedes municipais, o desenvolvimento chegou de facto. Certas vilas já têm água corrente, iluminação pública

e outros serviços. Estas acções motivam os jovens a deixar as grandes cidades."

A administração municipal de Gambos disponibilizou, nas acções de desmatamento, abertura de ruas, delimitação das parcelas de terra e nas obras de construção das 40 casas a cargo de uma empresa local, acima de 36 milhões de Kwanzas. Os beneficiários dos imóveis comprometem-se a proceder os acabamentos, como a colocação do mosaico, louça da cozinha e dos lavabos e vedação do quintal.

Cuidar das habitações

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, aconselhou, no acto de entrega das moradias, cada contemplado a cuidar dos equipamentos que o Estado colocou à disposição dos jovens.

Mais de trezentos projectos, entre escolas de vários níveis, fogos habitacionais de diversas tipologias, comandos e postos policiais, tanques banheiros e mangas de vacinação, fábricas de blocos, centros médicos, postos de saúde, farmácias, entre outros, foram inaugurados, nos últimos 15 meses, na província da Huíla.

Geradores de energia, administrações municipais e comunais ampliadas e construídas, parques infantis, clubes recreativos, 30 quilómetros de estradas terraplenadas em três municípios constam dos equipamentos colocados à disposição da população, pelo governo provincial da Huíla.

4.11 Azul e branco ciumentos

Jornal A Capital

26 De Abril de 2014

Embora não sejam tão tradicionais assim, em termos de história longínqua, os táxis mais populares de hoje, que só lembram os "maxirnbombos" do tempo dos nossos mais velhos, Hiaces são aqueles que maior número de gente servem, um pouco pelo país todo.

Talvez seja por isso que não se ralam com o surgimento de mais ou menos concorrentes na via, sejam eles personalizados ou não. Os que falaram à nossa reportagem consideram uma mais valia o aparecimento dos táxis personalizados, mas descartam a hipótese de um dia estes lhes virem a substituir.

Domingos Romeu é motorista de táxi mini-autocarro, há seis anos. Para ele, uma das desvantagens dos táxis

personalizados é não poderem entrar em lugares de difícil acesso.

"Será difícil nos substituírem, porque eles não passam onde nós passamos", asseverou, dando como exemplo a periferia de Luanda, como é o caso do mercado Catinton, de facto, uma zona de acesso complicado.

"Por serem carros de empresas, não têm a mesma liberdade na condução que nós, sobretudo nas manobras que fazemos na fuga ao engarrafamento", enfatizou.

"Os tradicionais também evoluíram", é o que defendeu Jacinto Quirnbungo, 27 anos, taxista de azul e branco há nove anos.

"O táxi evoluiu. De um tempo para cá, as coisas tendem a melhorar, razão disso é a mudança dos táxis comutes para os actuais quadradinhos", observou, ao reforçar que se a questão for conforto, os mini-autocarros, também já o possuem, tudo porque os passageiros estão mais exigentes. Quirnbungo admitiu, no entanto, que no princípio, o aparecimento dos táxis personalizados criou al-gumpânico.

"Deixou-nos afónicos.

Supôs que nos receberiam o lugar", revelou, mas, confiante, salienta que nada mudou, as coisas continuam como dantes.

"Não se registou perda de clientes com o aparecimento dos táxis personalizados, porque não há hábito da nossa sociedade em usá-los", argumentou, quando considerava que cada serviço tem a ver com a classe social que a solicita. Os de baixa renda, prosseguiu, continuarão a procurar os táxis antigos.

"Penso que não há comparação possível, porque os táxis personalizados não passam onde passamos e os nossos são mais acessíveis", reforçou, e insiste que mesmo que os seus "rivais" façam um serviço mais completo, isto é, levando os passageiros porta à porta, a nossa população, frisou, ainda prefere preços ao nível do seu bolso.

"É possível que dentro de 15 à 20 anos, os táxis personalizados substituam os convencionais", concluiu, com ar irónico.

4.12 Candogueiros

Jornal A Capital
26 De Abril de 2014

O supervisor da área de táxi da Morvic, Laurindo Francisco, empresa que já está no mercado há quatro anos, explicou, à propósito ao A Capital que os táxis personalizados movimentam-se com base na solicitação dos passageiros e que têm um controlo dos motoristas por via rádio e por sistema GPS. Fez saber que um dos objectivos dos táxis personalizados é oferecer ao passageiro uma viagem tranquila e cómoda.

"Comparando com os «candogueiros» a vantagem é que os personalizados vão ao encontro do passageiro e deixam-no no seu destino. O cliente fica à vontade na viatura, com mais privacidade e conforto ao longo do percurso", explicou.

"Temos uma tarifa acessível em relação às outras empresas.

Cobramos por minuto 45 kwanzas; por quilómetro 180 kwanzas, sem contar com a tarifa inicial que é de 300 ou 600 kwanzas, independentemente da corrida que o passageiro vai fazer", descreveu, ilustrando que uma hora com o táxi da Morvic o passageiro chega a pagar até dois mil e 700 kwanzas.

O supervisor disse também que o pagamento varia consoante a marcha da viatura, ou seja, nos casos em que não há trânsito, o passageiro paga, simplesmente, por minutos e se for contrário paga mais.

"Se for numa marcha em que a velocidade excede a velocidade dos 60 Km/h, o passageiro paga os minutos que o carro estava parado e os quilómetros marcados, através da quilometragem", esclareceu Laurindo Francisco para quem a desvantagem dos táxis personalizados consiste no preço aplicado.

"A desvantagem é em termos financeiros. Durante uma viagem podemos gastar três mil kwanzas, o que é muito para muitos cidadãos", reconheceu, contudo, em seu entender, a província de Luanda ainda não tem condições para a população depender só dos táxis personalizados, porque os táxis tradicionais são acessíveis e facilitam muito os cidadãos de baixa renda. "Não creio que um dia venhamos a substituir os candogueiros. Eles são necessários", finalizou. Fala-se em cerca de treze empresas ou mais, de táxis personalizados, com mais de 50 viaturas cada, a operar na cidade capital fazendo frente aos táxis tradicionais.

4.13 Há táxi para todos os bolsos

Jornal A Capital
26 De Abril de 2014

Simão Veloso, 36 anos, é motorista da companhia Afritáxi há cinco anos. Segundo ele, normalmente faz entre 12 a 13 viagens ao dia por causa do asfíxiamento do trânsito a que estão sujeitos todos os auto-mobilistas.

"Por via disso, nem sempre é possível atender a demanda", registou o taxista que, ao responder à questão sobre o tarifário acrescentou que o custo da corrida varia de empresa para empresa, sendo que há quem cobre mais alta em relação à outra.

"A minha, por exemplo, tem a tarifa mais baixa, e, normalmente, o pagamento depende do tempo", explicou, ao exemplificar que o percurso que vai da Mutamba ao Aeroporto 4 de Fevereiro, sem congestionamento no tráfico, pode custar desde os 800 aos 900 kwanzas.

"Com tráfico pode rondar nos mil e 300 ou mil e 400 kwanzas", atestou Veloso quando sublinhava que, nos serviços da empresa para a qual trabalha, o passageiro tem opções quanto à determinação das rotas por onde quer passar.

"Isso já não acontece nos táxis populares", observou, mas reconhece que uma das desvantagens dos táxis personalizados, como o que ele guia, é o preço da tarifa, pois, o passageiro paga mais do que no táxi normal.

Simão Veloso não admite que os táxis, hoje chamados personalizados, algum dia venham a substituir os "azul e branco".

"Por uma razão muito simples: a nossa sociedade ainda não tem uma classe média capaz de usar com regularidade os nossos serviços", argumentou o chofer, ao acrescentar que o aparecimento de muitas companhias, actualmente, é tudo numa perspectiva experimental.

"Daqui há cinco anos é o período em que os proprietários das empresas vão avaliar se valerá à pena continuar ou se o número de concorrentes vai reduzir", finalizou.

Maurício Bernardo, 31 anos, também é motorista de táxi na empresa Táxi-Jovem. Uma das coisas que ele identifica como entrave ao exercício da profissão, é o congestionamento no trânsito.

"O nosso dia-a-dia não é fácil", desabafou, sublinhando que a concorrência, agora, é maior devido ao surgimento de mais empresas. Ao explicar como é que calcula as distâncias dos itinerários dos seus clientes, Bernardo explicou que, normalmente, o táxi-

metro marca um valor inicial de 300 kwanzas, que se vai alterando de acordo com o tempo de viagem.

"O taxímetro marca um valor desde a altura em que o passageiro sobe até ao seu destino. O valor que ele marcar é o que deve pagar", mas, segundo ele, é feito variando entre minutos aos quilómetros.

"Quando o trânsito é lento, o pagamento é feito por minuto, sendo, nestes casos, por exemplo, do Aeroporto 4 de Fevereiro até à Viana, o passageiro deverá pagar três mil kwanzas", exemplificou Bernardo, observando que o taxímetro, também, tem as vantagens e desvantagens, pois, por causa do conforto, nem sempre os clientes honram com o preço inicial.

Disse que às vezes corre riscos mercê de pessoas que, às vezes telefonam pedindo um trabalho, mas que no fundo são bandidos. Houve casos, relatou, de colegas seus que tinham que dar o dinheiro todo para evitar que lhes acontecesse o pior.

4.14 Prédios estão a ser erguidos no Luena

Jornal de Angola

29 De Abril de 2014

As obras da primeira fase de construção da centralidade do Luena (Moxlco), com 425 apartamentos, em construção no bairro social da juventude, terminam no mês de Março do próximo ano, anunciou ontem o director provincial da empresa Kora. O projecto final da nova centralidade contempla um total de três mil apartamentos.

Michael Schwartz disse que as habitações vão ser construídas num espaço amplo e com um rigoroso padrão arquitectónico.

Os edifícios têm quatro pisos, espaços verdes, lojas e outros equipamentos sociais. Iniciadas em Junho do ano findo, as obras da nova centralidade da capital do Moxico, representam o maior investimento de sempre no sector habitacional da província.

Os apartamentos da nova centralidade surgem como uma resposta ao problema da gritante falta de habitação que se vive no Luena. Centenas de famílias vão ter direito a habitações de grande qualidade, ao nível do melhor que existe no país.

O director provincial da empresa Kora explicou que a dimensão dos apartamentos da nova centralidade é de 100 metros quadrados, com três quartos, suite, duas salas, cozinha, casa de banho e lavandaria.

O projecto nasce de um consórcio entre a Sonangol Imobiliária e Propriedades, com 52 por cento das acções e o Grupo LR, com 48 por cento, e envolve mais de 200 trabalhadores.

Um dos principais problemas das construções no Luena tem a ver com a drenagem de águas pluviais, uma questão que está a ser tomada em especial linha de conta no projecto da nova centralidade. A centralidade da cidade do Luena vai ter um reservatório de água e uma eficiente rede de esgotos.

Em relação ao fornecimento de energia eléctrica, a Empresa Nacional de Electricidade (ENE) já está a criar as estruturas para abastecer toda a periferia da cidade do Luena, onde está incluída a nova centralidade. Dentro de três meses, vai ser assinado mais outro contrato, para o arranque da segunda fase de construção de outros apartamentos e a construção de 48 lojas comerciais, além de escolas, postos médicos, áreas de lazer e igrejas.

A construção da nova centralidade vai resolver um dos principais problemas que a província vive, que é a falta de habitação para os jovens que lutam para resolver o problema. Leonardo Chipi, 34 anos, funcionário público e estudante da Escola Superior Politécnica do Luena, considera que a criação da nova centralidade vem reacender a esperança da casa própria, uma vez que "estamos a falar de três mil apartamentos".

Outra satisfação está no facto da mão-de-obra ali existente ser constituída maioritariamente por jovens locais que, além de terem um emprego, aprendem a manusear ferramentas e máquinas.

5. MAIO

5.1 Mais moradias sociais construídas no Cunene

Jornal de Angola

03 De Maio de 2014

A segunda fase do projecto de construção de cem casas sociais nas sedes municipais de Namacunde, Ombadja, Cahama, Cuvelai, Curoca e Cuanhama, na província do Cunene, começou a ser executada, no âmbito do programa nacional de construção de 200 fogos habitacionais em cada município. Acolocação da primeira pedra foi feita na quinta-feira, em Namacunde, pelo governador António Didalelwa.

O programa de construção de fogos habitacionais abrange, igualmente, arruamentos, esgotos para escoamento das águas das chuvas e espaços para infra-estruturas sociais, como escolas, hospitais, creches e zonas de lazer. "Estamos a cumprir as orientações do Executivo de construir casas em todos os municípios, de modo a proporcionar habitação à população e aos quadros que trabalham nos municípios", salientou.

António Didalelwa alertou os empreiteiros a optar pela qualidade das casas, pois, acrescentou, "nós primamos pela qualidade, sobretudo nos acabamentos, porque há empresas que constroem casas e em pouco tempo surgem fissuras".

O governador sublinhou, ainda, que os fiscais vão acompanhar permanentemente os trabalhos das empreitadas, para ser feito um trabalho de qualidade e cumprirem-se os prazos estabelecidos.

5.2 Endiama Financia construção de casas na Lunda-Sul

Jornal Agora

09 De Maio de 2014

Segundo o presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa Nacional de Diamantes (Endiama), embora a Sociedade Mineira do Catoca (SMC) beneficie, directamente, deste empreendimento, o investimento inicial foi feito pela concessionária nacional na cooperação que tem com a o Fundo Internacional da China (CIF) na exploração mineira.

Carlos Sumbula fez estas declarações durante a apresentação do projecto ao ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, na Lunda-Sul.

O PCA avançou que a acção se enquadra no programa da responsabilidade social da empresa para acomodar os trabalhadores do sector mineiro do país e, neste caso, específico parasubsector dos diamantes.

O empreendimento, que nasceu em 2012, está orçado em 25,5 milhões de dólares, um financiamento do Fundo Internacional da China (CIF) que já tem os primeiros beneficiários e espera-se que, até ao final do ano, mais 150 residências sejam entregues à cooperativa que, posteriormente, fará a venda das mesmas.

O ministro da Geologia e Minas ficou a saber, no local, que as habitações não se confinam apenas aos trabalhadores de Catoca, mas para todos os cidadãos com capacidade financeira de adesão.

A primeira fase do projecto contempla a construção de 720 residências do tipo A, B e C, mas apenas 450 estão erguidas, um atraso que não preocupa os gestores do empreendimento e garantem mesmo que, em relação aos prazos, o quadro é animador.

Neste momento, segundo a cooperativa, no 'Mwono Waha', 150 residências já estão habitadas, tendo por beneficiários trabalhadores da SMC e outros cidadãos nacionais.

No quadro da sua acção social, a Endiama vai, nos próximos tempos, dar início à construção da Clínica Sagrada Esperança da zona Leste, uma unidade sanitária que será equipada com meios modernos da Medicina, com o objectivo de satisfazer o corredor que compreende as províncias de Malange, Lundas Norte e Sul e Moxico.

Está prevista, segundo o assessor de comunicação e imagem da Endiama, António Freitas, a entrega, ainda este mês, de uma escola, por parte da diamantífera angolana, na Nharêa, no Bia, também um investimento da empresa.

Perspectiva-se que, este ano, os garimpeiros da Nharêa venham a receber certificados que lhes habilite à exploração artesanal de diamantes na região e tenham acesso directo ao mercado, quanto à venda da pedra preciosa.

5.3 Mau estado das vias diminui lucros

Jornal Acapital

10 De Maio de 2014

O negócio de transporte colectivo e urbano na cidade de Luanda começa a não ser lucrativo como já foi até

há pouco, segundo responsáveis de operadoras licenciadas para tal actividade.

As empresas associam a fraca rentabilidade ao estado deplorável das estradas, a maioria delas marcada por imensos buracos no percurso do seu pavimento asfáltico. Facto que, segundo os responsáveis, resulta em danos frequentes para os meios postos ao serviço da mobilidade da população, com todos os prejuízos financeiros disso decorrentes.

"Para ter noção, só numa avaria mínima, temos que gastar cerca de três mil dólares", reclamou o presidente da comissão administrativa da Angoustral-Fretrans, João Gonçalves. E não se julgue ser apenas isso, pois, segundo ele, os custos vão mais além quando se trata de uma avaria que necessita de correcção, como são os casos que envolvam reparação de motor.

E tudo isso por culpa de vias em estado avançado de degradação, como é a estrada principal que dá acesso à base da referida empresa, a estrada direita da refinaria de Luanda.

"A via fala por si", referiu o responsável.

Não é em vão que o grupo que detém as marcas Angoustral-serviço urbano e Fretrans-interprovincial optou por um controlo mais rígidos dos meios, de modo a que as respectivas revisões e manutenção ocorram sempre dentro dos limites recomendados. "Todos os dias temos autocarros a fazer revisão", disse João Gonçalves. .

A actual frota da empresa é composta por cerca de 87 autocarros para os serviços urbanos, com foco para todo município de Cacuo, enquanto as operações interprovinciais são servidas por 30 autocarros distribuídos em cinco províncias.

Porém, cerca de 10 por cento do universo de autocarros está paralisada por força de avarias graves, muitas delas ocasionadas pelo mau estado das vias por onde circulam.

Mas esse não é um problema exclusivo da Angoustral. A sofrer pelas mesmas consequências estão igualmente empresas como a Macon, cujo coordenador comercial adjunto, Armando Macedo, fala em avarias cuja reparação chega a orçar em mais de 10 mil dólares.

"Temos um autocarro que, por causa da chuva, danificou o motor", enumerou, apresentando isso como sendo apenas um dos casos que se junta a outros nove autocarros também inactivos por problemas diversos.

Ainda assim, a Macon, segundo esse seu responsável, não poupa esforços no sentido de servir melhor os seus clientes. "Daí que é urgente termos estradas em melhores condições", apelou, mas sem antes reconhecer os investimentos engajados pelo Executivo. Esforço que, entretanto, peca por não se assegurar a componente manutenção das estradas, muitas delas recentemente reabilitadas, tal como disse.

Ao nível dessa companhia de transporte público, o que mais têm sofrido com o que em alguns pontos já se transformaram em autênticas crateras são os autocarros para os serviços urbanos. Mas, segundo Macedo, as vias nacionais também não ficam muito a dever.

"O problema é quase generalizado, mas dentro das localidades é pior", referiu.

Com uma frota constituída por mais de 400 autocarros, a Macon transporta diariamente cerca de 50 mil pessoas nos serviços urbanos, enquanto que o interprovincial faz chegar aos respectivos destinos qualquer coisa como 8 mil passageiros por dia, numa operação que cobre as 17 capitais provinciais, com excepção de Cabinda, em função da sua situação geográfica.

Diz, entretanto, ser uma operação onerosa para a tesouraria da empresa, um pouco por causa dos danos decorrentes das rodovias degradadas.

Uma situação que também constitui uma factor de constrangimento para a SGO, cuja tesouraria ressentida igualmente das consequências do mau estado das estradas.

Aliás, segundo António Ribeiro, "número um" da primeira empresa a operar em rotas interprovinciais, o estado das rodovias é, para essa companhia, um dos factores mais críticos, o que, segundo ele, pode comprometer a continuidade da actividade de transporte de passageiros.

A par dos buracos, segundo o CEO está a perigosidade de alguns traçados.

"A segurança e a prevenção de acidentes são dos pilares mais importantes da nossa actividade", referiu, sem, no entanto, quantificar os custos que envolve a recuperação de avarias ao nível dos seus meios.

ASGO é dona de uma frota de 300 autocarros, distribuídos entre os serviços de transportes urbanos, interprovincial e o segmento de fretamento. Com tais meios, a empresa serve os pontos urbanos em 11 linhas, enquanto que, no interprovincial, liga Luanda às principais cidades de Angola.

"Também temos as linhas intermunicipais a partir das cidades de Benguela, Lubango e Huambo", sublinhou, apontando o Jactor estradas esburacadas como um dos principais handicap, tal como também se queixam os responsáveis da concorrente TURA.

Para uma melhor gestão da frota de 70 autocarros, a TIJRA, segundo o seu director geral, faz questão de não lançar para o terreno todos os seus meios.

"Usamos de forma intercalada para evitar o desgaste", justificou. O mesmo sucede com o segmento interprovincial que, segundo o responsável, dispõe neste momento de 17 autocarros, operando com apenas nove, pelas mesmas razões.

Ele diz ter motivos para tal, se olhar para aquilo que são os custos com a manutenção e reparação de avarias nos seus meios.

"A manutenção preventiva pode custar até 500 mil kwanzas, e a correctiva chegar a 1 milhão ou 2 milhões de kwanzas", revelou, tomando isso como custos bastante proibitivos para a empresa.

Pelo que a recuperação das infra-estruturas rodoviárias "é bastante urgente", segundo José junça, "Não valem só autocarros novos, as infra-estruturas são prioridade", salientou, numa alusão a facilidade dada recentemente às operadoras para aquisição de novos autocarros.

"O tempo de vida de um autocarro é de até 10 anos, mas aqui operam durante três anos e fim", afirmou, atribuindo a culpa ao que já se sabe: "Tudo por causa das vias".

A bater-se pelos mesmos problemas está a TCUL, cujos serviços são assegurados por uma frota de cerca de 80 autocarros e por um universo de 2 mil trabalhadores.

A sua condição de empresa pública não o livra das consequências do mau estado das estradas.

Segundo o chefe do departamento da comunicação e imagem, Sérgio da Conceição, vezes sem conta a empresa também paga com as avarias.

Uma situação a ser ultrapassada com a recuperação das rotas degradadas.

"Quando tivermos estradas em melhores condições poderemos falar em melhor serviço dos transportes", prometeu João Gonçalves, da Angoaustral.

5.4 Horários Afugentam passageiros

Jornal a Capital

19 De Maio de 2014

Paulo António, jardineiro, morador do quilómetro 30, Viana, trabalha no Alvalade. Para lá chegar deve apanhar o comboio, pelo menos, duas vezes por dia. Se tiver que chegar cedo ao serviço, tem que embarcar no primeiro comboio que sai às 5h00.

Segundo ele, o problema não está na ida, sim no regresso.

"Às vezes é preferível andar a pé até as paragens de autocarros e aguentar a bicha, porque se for para confiar no comboio corre-se o risco de chegar em casa à meia-noite", disse, recorrendo a um episódio que sucedeu há pouco menos de uma semana.

Quinta-feira, 08, saiu do local de serviço um pouco mais tarde. Como os táxis estavam escassos, andou a pé desde o 1º de Maio, até à estação da FILDA para apanhar o comboio que devia estar lá às 18h11. Para surpresa de todos, só conseguiu avistar o trem às 19h50, facto que lhe fez reforçar a teoria de que esperar pelo comboio, ainda mais no período nocturno, é "arriscado".

"À noite este serviço é irregular", desabafou. Por sua vez, e movido pelo mesmo sentimento de serviços mal prestados, Gilson Paca, 25 anos, opina, que devia haver mais fiscalização por parte dos responsáveis máximos do CFL para averiguarem o que se passa. "Não se entende como é que um serviço como este dá possibilidades até à zunga dentro das carruagens. À questão é que mesmo pagando ao serviço de primeira classe o problema é o mesmo e os revisores insistem em cobrar 200 kwanzas, para um lugar que não difere daqueles a que se cobram 30 kwanzas", reclamou, notando que ao regressar-se para casa, a parte expressa, conhecida como especial, vira rafeira.

"Às vezes não têm iluminação nem ar condicionado a funcionar, com agravante de as janelas do comboio especial não abrirem. Imaginem o calor que faz lá dentro com centenas de pessoas apinhadas?", reforçou, continuando que há vezes em que se registam desmaios durante as viagens, sem que se tomem medidas.

"As pessoas têm que estar a procura de quem tem água para despejar no desfalecido", agudizou ao terminar.

Por seu turno, Carlos Zacarias observou que os mais bafejados são os moradores das zonas próximas das primeiras paragens de onde parte o comboio.

"Conseguem viajar acomodados", pois, atestou, daí em diante é só o caos, porque não existe um número exacto de pessoas que limite de lotação das carruagens. Para ele, andar de comboio todos os dias é preciso ter um grande espírito de sacrifício.

"Sabemos que este meio ajuda mais às pessoas sem possibilidades para gastar 200 ou 100 kwanzas em táxis, todos os dias", mas, na opinião deste cidadão, a forma como a gente apertados, desencoraja.

"Até parece que somos meras cargas", lamentou, Carlos Zacarias que realça, também, a falta de cumprimento dos horários como outro elemento constrangedor.

"Não parece ser um transporte público. Não respeita os horários", sublinhou, para depois manifestar que o pior é quando o comboio avaria em plena marcha.

"Ficamos parados mais de 20 minutos sem saber o que fazer, com aquela enchente tremenda de pessoas", explicou.

COMODIDADE CADA VEZ POR

Itero Gabriel, trabalha nos arredores do Porto de Luanda, vive na vila de Viana de onde sai todos os dias de boleia para o serviço. No regresso, espera sempre pelo comboio na estação da TEXTANG. Entretanto, a frequência tem vindo a piorar a cada dia.

"Chego às 14h00 na estação para apanhar o comboio das 14h45, mas a viagem só acontece, quase sempre, perto das 17h00", queixou-se denunciando a seguir que às vezes o trem encurta a corrida, por exemplo, estacionam em paragens como a da vila de Viana ou da com arca e regressam ao ponto de partida.

"A pessoa tem que ficar à espera que ele retome à TEXTANG, outra vez", frisou ao denunciou, ainda problemas na venda dos bilhetes, principalmente para as carruagens do expresso que no início dizia-se que ser as que mais comodidade ofereceriam aos passageiros, sendo por isso que se pagam 200 kwanzas.

Só que, reivindicam os utentes, na prática não há diferença com aquelas para as quais pagam-se 30 kwanzas.

"Vendem os bilhetes a 200 kwanzas mas postos lá dentro não encontramos nada. Viajamos como se estivéssemos nas carruagens de 30 kwanzas",

reforçou, queixando-se, por outro lado do facto de comercializarem-se bilhetes sem se determinar o número de pessoas que devem subir nas carruagens.

"Resultado: ficamos todos asfixiados", concluiu.

TUDO NA DESORDEM COMBOIO DA MBUANJA

Dia 13 de Maio, 5h15, estação do BAIA. O comboio apita 35 minutos antes do horário estabelecido. A buzina é tão ensurdecadora, mas serve para alertar os utilizadores destes serviços que as carruagens já se encontram prontas para marcha.

Passados 10 minutos cerca de 20 passageiros dirigem-se às locomotivas. Reina calma e silêncio o que anuncia uma viagem tranquila e segura. Mas, na verdade engana-se quem assim pensa. Poucos minutos depois paramos na estação do Capalanga, depois da Comarca, vila de Viana.

Aqui, então, começa a agitação. Toda a serenidade que no começo se prenunciava para a viagem, esbarrou. O número de passageiros ultrapassa a cifra. Cargas, discussões, enfim, inicia a jornada. Um dos passageiros informa à nossa equipa que o que estávamos a ver, ainda não era nada comparado ao que viria nas próximas viagens.

"Essa deve ser a viagem mais calma em relação às dos outros horários. O comboio está sempre cheio e atrasado", alertou.

Enquanto isso, uma outra equipa nossa aguardava desde às 6h00, na estação da TEXTANG, pelos próximos serviços do trem já que a primeira viagem tinha saído, aproximadamente, às 4h30. Depois de longa espera, o comboio aparece com todas as carruagens cheias. Já eram 8h50.

Feito o desembarque dos passageiros retoma o percurso habitual, TEXTANG/CATETE. Para espanto dos ocupantes, a locomotiva pára na estação da vila, Viana, o que obrigou os passageiros a esperar os outros serviços, sem hora marcada. Insatisfeitos, alguns, explicaram à nossa reportagem que este problema é recorrente e que o mau trabalho dos Caminhos-de-Ferro de Luanda, estende-se desde a falta de informação prévia à irregularidade dos horários.

Durante a nossa viagem, podemos constatar que as casas de banho estão completamente inoperantes. Questionados sobre o assunto, alguns revisores alegaram que a falta de água está na base de tudo.

"Sem água é expressamente proibido usarem-se as casas de banho", quem o fizer, alertam, é obrigado a

lavá-las. Por estas e tantas outras irregularidades um número considerável de passageiros do comboio do CFL, está a preferir os candongueiros ou autocarros.

5.5 Taxas com custos inoportáveis

Jornal a Capital
19 De Maio de 2014

As contas começam a ficar complicadas para muitos utilizadores dos transportes públicos da linha dos chamados "azuis e brancos". Pelo menos é a realidade actual de quem, por força de um salário de si já magro, tem de fazer uma gestão apertada do pouco que aúfere.

As complicações nas contas acentuaram-se, nos últimos tempos, por conta de alguém que qualificou como ganância de alguns taxistas, que, de repente, entenderam simplesmente encurtar as rota e, em outros casos, cobrar do obro do valor oficialmente fixado.

Dos Congolese até à paragem da BCA cobram 200 kwanzas", queixa Ermelinda José, apresentando esse caso como um exemplo do que está a passar no momento. Ela vive no Zango-II e por dia chega a gastar cerca de 1.400 kwanzas para chegar à Maianga e regressar. "Todos os dias, não importa a hora" revelou.

As despesas com o táxi estão, por isso mesmo, a tornar-se num custo inoportável para quem, como ela, é obrigado a fazer uso dos chamados "azuis e brancos" por razões laborais.

Para economizar um pouquinho mais o seu salário, muitas vezes é obrigado a andar alguns troços a pé. "Tem sido a solução", explicou.

E não podia ser de outra forma, a olhar para o que aúfere mensalmente. Ermelinda disse que ganha cerca de 100 mil kwanzas, sendo que daí sai, diariamente, o dinheiro para o táxi e as outras despesas básicas, o que para ela, "não tem sido fácil".

Para que se tenha uma noção do peso das despesas com o transporte na sua estrutura de custo apresentou o seguinte dado: "Só de táxi, nos dias úteis gasto cerca de 39 mil kwanzas", revelou.

Ermelinda admite que tal situação pode estar associada aos engarrafamentos que se assistem nos últimos dias provocados pelas chuvas que, agravaram ainda mais os já de si péssimo estado em que se transformaram a maior parte das estradas da cidade.

Ele vive na zona da Cimangola e trabalha na Mutamba. Todos os dias gasta algo como 1200 kwanzas de e para casa, agora, ao contrário de meses passados em que gastava menos do que esse valor.

Por força de tamanha despesa, Hermenegildo diz que muitas vezes é obrigado a sacrificar o almoço.

Até 100 kwanzas faz falta nesta hora", contou. O funcionário disse que, em parte, se revê na acção maliciosa dos taxistas, porque estes têm que recuperar o que perdem durante o engarrafamento, assim como o que gastam com a reparação das avarias decorrentes do mau estado das vias. Mas ainda assim, "não somos culpados".

Desapontado com tudo isso anda o senhor Horácio de Jesus, que diz sentir-se igualmente vítima das dificuldades vividas por outros trabalha dores, nos últimos tempos, nas suas deslocações.

"É absurdo continuarmos assim" desabafou, considerando que, no final das contas, "quem paga é sempre o pacato cidadão". Ele assim o refere não sem razão. Explica, por exemplo, que em dias de maior azar, gasta qualquer coisa como cerca de 1.000kwanzas com o táxi de casa para o serviço e vice-versa. A isso inclui-se ainda outros 800 kwanzas para a refeição, o que, como disse, não são contas baratas para quem, como ele, aúfere cerca de 50 mil kwanzas mês. Somando o que gasta todos os dias em viagens nos "azuis e bancos", Horácio de Jesus declara que desembolsa mensalmente nada menos do que 28.000 kwanzas de um salário que ele considera ser já bastante magro. "Não ganho tanto para isso", reclamou, ao exigir uma intervenção urgente e mais sustentável por parte das autoridades.

Apesar de constituir um custo inoportável para o seu orçamento, os "azuis e brancos" são, ainda assim, a preferência de pessoas como Ermelinda José, Tudo por uma razão simples.

"Eles podem dar mbaia", justificou, numa alusão às ultrapassagens irregulares, que, quando bem sucedidas, lhe permite chegar mais cedo ao respectivo destino.

5.6 OBRAS NO LOBITO: Nova centralidade fica pronta dentro de um ano

Jornal de Angola
21 De Maio de 2014

As obras da centralidade do Lobito, uma das três em construção na província de Benguela, estão em fase avançada e devem estar concluídas no próximo ano. O ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva, esteve no local para avaliar o andamento dos trabalhos.

Anova cidade vai ter três mil habitações, entre vivendas e apartamentos. O engenheiro Celso Tavares, da empresa Impulso Angola, que trabalha na coordenação e fiscalização das obras, afirmou que todos os dias são registadas melhorias. A nova cidade está a ser erguida num espaço equivalente a 293 campos de futebol.

Além das habitações, a centralidade vai ter infra-estruturas sociais, mercado, escolas primárias e secundárias, Administração Municipal, Igreja, subestação eléctrica, estações de tratamento de lixo e de tratamento de água. Celso Tavares destacou a actividade da fiscalização, que considera essencial em todo o processo de construção. Além de assegurar a qualidade que o dono da obra pretende, garante que os moradores possam viver em segurança e de acordo com os padrões projectados.

"Estas habitações vão beneficiar milhares de angolanos na cidade do Lobito, daí a necessidade da utilização de ferramentas que permitam o acompanhamento mais eficaz das obras e garantam a qualidade dos serviços de engenharia prestados", afirmou o engenheiro Celso Tavares.

O ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva, teve um encontro com o governador Isaac dos Anjos, com quem avaliou e passaram em revista o processo de comercialização dos 200 fogos construídos na província de Benguela.

6. JUNHO

6.1 Primeiros habitantes já no próximo ano Ministro da Construção manifestou satisfação pela qualidade dos trabalhos

Jornal de Angola
01 De Junho de 2014

A centralidade do Quilomosso, na província do Uíge, começa a ser habitada no próximo ano, logo depois de concluídas as Infra-estruturas externas, em Julho de 2015, anunciou quinta-feira o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva.

À margem da visita presidencial ao Uíge, o ministro disse que o Chefe de Estado ficou satisfeito com o trabalho que está ser desenvolvido no local e impressionado com a qualidade das obras.

O Presidente José Eduardo dos Santos percorreu algumas ruas e quarteirões da centralidade do Quilomosso e visitou duas residências, uma de qualificação "A" e outras "C" já mobiladas. A construção da primeira fase da centralidade contempla a edificação de 1.010 moradias, 45 lojas comerciais, um centro de saúde, dois centros infantis, uma escola primária e outra secundária.

O ministro José Silva indicou que está em curso a construção do sistema de captação e distribuição de água potável, da Estação de Tratamento de Água e da Estação de Tratamento de Águas Residuais.

"Mais de mil residências estão concluídas e todas as suas infra-estruturas internas. Dentro de dias começam as obras de construção das infra-estruturas externas que contemplam as ligações de água e energia eléctrica", sublinhou. O ministro do Urbanismo e Habitação referiu que, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, a província do Uíge foi contemplada com sete mil habitações, sendo 4.500 para a centralidade do Quilomosso, na sede provincial, e outras 2.500 para o município do Negage.

Para o Uíge avançou o ministro existem ainda projectos de autoconstrução dirigida, que começam com o processo de infra-estruturação na reserva fundiária no município do Uíge, e de requalificação urbana no bairro Candombe Velho.

6.2 Casas entregues a quadros da Educação

Jornal de Angola
05 De Junho de 2014

As primeiras 40 casas sociais construídas na sede comunal do municipal dos Gambos, província da Huíla, são entregues brevemente aos destinatários, garantiu ao Jornal de Angola o administrador da circunscrição.

Elias Sova disse que, dentro de pouco tempo, as casas vão ser entregues, uma vez que estão quase prontas e falta apenas concluir os serviços básicos, como o sistema de água, energia e esgotos.

"A entrega de casas é uma das condições para se poder manter os quadros nos municípios. Muitas vezes recebemos quadros do sector da Educação e Saúde, e não temos condições para os alojar, razão pela qual acabam por se ir embora, o que dificulta todo o processo", lamentou.

As primeiras 40 casas foram construídas numa área nobre da sede comunal do Chianje, no âmbito do programa de construção de 200 casas em cada município.

Além das moradias, estão a ser erguidos outros edifícios que estão a mudar a imagem do município, como a nova sede da administração e duas escolas, uma na localidade do Ndongue, com seis salas, e outra na sede comunal do Chianje, com sete. Os estabelecimentos de ensino, que são inauguradas em Setembro, foram construídos no quadro do programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

Após a conclusão das escolas vão ser abertos, junto a cada uma delas, furos de água.

Este ano lectivo foram matriculados mais de 15 mil crianças, do ensino primário ao segundo ciclo, e no próximo ano, com a inauguração de mais duas escolas, prevê-se o ingresso de mais três mil alunos.

Energia eléctrica e água

O sistema de produção e distribuição de energia eléctrica melhorou consideravelmente nos Gambos, assegurou Elias Sova. No ano passado, a administração fornecia energia eléctrica das 18h00 às 00h00, mas hoje o fornecimento é feito das 8h00 às 12h00 e das 18h00 às 00h00.

A melhoria da energia eléctrica abrange a sede comunal da Chibemba e Rio D'areia. "Estamos a trabalhar para dar sequência aos trabalhos.

Pretendemos abranger as povoações de Viriambundu e Ndogue", esclareceu.

Efeitos da seca

Elias Sova disse que, paulatinamente, os efeitos da seca estão a ser minimizados e durante a campanha agrícola 2013-2014a chuva caiu o suficiente, comparativamente a período anterior.

O administrador reconheceu que nem tudo vai mal, mas a grande preocupação está relacionado com algumas áreas do município, no caso de Fimo, Tchitongo Tongo, Taca, Panguelo, Tchicué, onde não choveu o necessário, razão pela qual continuam a merecer atenção redobrada das autoridades.

6.3 Detidos supostos funcionários da sonip

Jornal A Capital
07 De Junho de 2014

Dados obtidos em exclusivo pelo A Capital dão conta que pelo menos 81 apartamentos estão nestas condições, não se sabendo efectivamente, quantos são de uma ou de outra centralidade. De acordo com fontes deste semanário junto da Polícia de Luanda, o que se sabe mesmo é que os supostos funcionários da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) e alguns indivíduos, num total de sete que se dedicavam à prática do crime de burla e abuso de confiança, estão agora a contas com a justiça na sequência de uma denúncia feita contra os mesmos.

"O que se passava é que estes indivíduos vendiam as chaves dos apartamentos a duas ou mais pessoas e desapareciam deixando depois os lesados de mãos atadas sem saber como reaver os valores entregues ou resolver a situação", explicou uma fonte familiar a este dossier.

Embora já estejam detidas sete pessoas, acrescenta a fonte que temos vindo a citar, nada confere que sejam apenas estes os únicos a aplicar estes golpes a vários cidadãos interessados em adquirir uma residência numa dessas centralidades. "Decorrem ainda investigações para aferir se realmente são funcionários da SONIP ou uma rede de burladores disfarçados de funcionários ou uma mistura destes e intermediários", sustentou.

Entretanto, para evitar-se estas e outras situações menos boas, a polícia em Luanda apela à população a requerer os apartamentos apenas pela via legal, evitando, desta forma, os intermediários. "Nunca sabemos quando é que estamos em presença de um

possível burlador que está apenas de olho no nosso dinheiro", aconselhou nosso interlocutor.

"Quando dermos por nós acabamos arrolados numa situação complicada em que o apartamento que pensamos ser nosso pertence a mais de duas ou três pessoas", explicou, antes mesmo de deixar uma velha máxima: "mais vale prevenir do que remediar".

Assim sendo, enquanto continuam as investigações, apela para denúncias de práticas do género, fazendo-se sempre acompanhar de provas documentais.

6.4 Funcionários da Sonip foram detidos

Jornal de Angola
07 De Junho de 2014

A Polícia Económica deteve ontem em Luanda sete funcionários da empresa Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) por suspeita de prática ilegal de atribuição e venda de dezenas de apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacucaco e Zango.

O porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional Angolana (PNA), inspector-chefe Mateus Rodrigues, admitiu a possibilidade de serem detidos nos próximos dias mais funcionários da SONIP suspeitos de envolvimento no mesmo esquema criminoso.

A Polícia Económica, afirmou o inspector chefe Mateus Rodrigues, deteve os sete funcionários da SONIP após uma investigação desenvolvida na sequência de denúncias de pessoas burladas na compra de apartamentos.

O processo de atribuição e venda de apartamentos nas centralidades de Luanda, iniciado em Fevereiro de 2013, registou desde o início grande adesão de interessados, muitos dos quais pernoveram nos postos de atendimento.

A vida de realizarem o sonho de casa própria, algumas pessoas foram levadas a embarcar pelo caminho da ilegalidade e de esquemas em proveito próprio, criados por funcionários da própria SONIP, a julgar pelo processo interno realizado pela empresa imobiliária que levou à desocupação de apartamentos que foram ocupados por cidadãos que não tinham contrato.

O processo de venda de moradias em Luanda está interrompido, há já algum tempo, devido ao facto de já terem sido comercializadas as moradias da primeira fase. Ainda este ano, a Sonip vai colocar à venda

moradias em construção no Zango e na centralidade do Kilamba.

Entre os beneficiários estão os cidadãos que, embora já tenham feito, em 2013, o pagamento da primeira prestação anual, não receberam até hoje as suas casas.

6.5 Casas entregues à juventude

Jornal de Angola

08 De Junho de 2014

Um total de 52 casas sociais, das 100 construídas no município do Cunhinga, a cerca de 30 quilómetros do Cuito, capital da província do Bié, foi entregue à juventude, informou a administradora da circunscrição. Celeste Adolfo disse que, dentro de poucos meses, as 100 casas erguidas na região vão ser habitadas e recordou que as autoridades administrativas estão igualmente a proceder à entrega de parcelas de terra para a auto-construção dirigida.

"Estamos a distribuir terrenos, porque existem poucas casas para entregar à população no seu todo", disse a administradora.

6.6 Ministro fiscaliza obras das centralidades

Jornal de Angola

06 De Junho de 2014

A construção de cinco mil habitações nas novas centralidades do Lobito e Catumbela e de duas centenas em cada um dos municípios da província de Benguela é acompanhada com grande expectativa pela população que se revelou satisfeita com a visita do ministro do Urbanismo e Habitação.

Centenas de pessoas acompanharam a visita de José Silva às obras de construção das centralidades do Lobito e da Catumbela, na zona do Luhongo. Na cidade portuária estão a ser construídos, numa área de 293 hectares, três mil fogos, 856 dos quais moradias T3 e 2.144 apartamentos. A centralidade do Luhongo, Catumbela, vai contar com dois mil: 1.008 moradias e 992 apartamentos T3.

Ambos projectos incluem escolas primárias e secundárias, creches, estabelecimentos comerciais, centros comunitários, sedes de Administrações Municipais, igrejas e Estações de Tratamento de Água e de Recolha de Resíduos Sólidos. As duas centralidades estão prontas até Maio do próximo ano.

O que constatamos nas obras das duas das centralidades deixa-nos satisfeitos", disse o ministro,

que realçou que a atenção a partir de agora está centrada no programa de construção dos 200 fogos em cada um dos municípios da província.

Na visita, o ministro inteirou-se também do andamento dos projectos de autoconstrução dirigida, incluída parte do Plano Nacional de Habitação.

José Silva visitou duas áreas próximas das centralidades do Lobito e do Luhongo, onde estão a ser loteados terrenos para a concretização desta iniciativa do Executivo.

Jovens atentos

A maioria das pessoas que acompanhou as visitas do ministro era jovem, sem dúvida os mais interessados em materializar o sonho de ter casa própria.

João Ferreira destacava-se pelo porte físico no meio de um grupo que ouvia com atenção as palavras do ministro e por se fazer acompanhar de uma agenda na qual tomava notas.

"Pedi dispensa no serviço para poder acompanhar a visita do ministro", referiu o técnico de informática, que revelou "estar muito interessado em conseguir uma casa", pois, com a namorada grávida, pretende casar em breve.

Talvez porque o tema do momento fosse o Censo da População e Habitação, que decorria em todo o país, João Ferreira salientou que "se mesmo sem dados exactos o Executivo está a construir centralidades e casas em todos os municípios" nem imagina "o que vai ser depois do recenseamento".

Para o jovem, é de "particular importância" a construção dos 200 fogos em cada município, pois mesmo após a guerra "continua a haver deslocação, sobretudo dos jovens, do interior para as grandes cidades devido à falta de habitação".

A estudante universitária Madalena Dias chamava a atenção pelo número de chamadas que fazia pelo telemóvel. "E uma colega que não pôde vir e está sempre a fazer-me perguntas", justificou-se.

Conseguir uma casa na centralidade do Lobito, disse, era ouro sobre azul, mas se for um terreno para eu mesma construir, numa zona com água, luz, saneamento e ruas asfaltadas, vou à luta.

Lourenço Bernardo, 63 anos, revelou-se um kota de bom humor. A brincar, referiu que o Executivo lhe estava a trazer problemas com a mulher e explicou: "o nosso caçula quer arranjar casa própria e a minha mulher que ele continue a viver connosco".

Incentivado pelo repórter, o reformado dos Serviços Comunitários apimentou a conversa com algumas piadas, uma delas devido à possível saída do caçula de casa, o que faz pensar em "fazer o filho da velhice".

Mas logo, mudou o discurso e em tom sério disse ter valido "a pena batalhar para dar aos filhos a possibilidade de estudarem muito mais do que ele.

Lourenço Bernardo, que não nasceu em berço, recordou que, apesar disso, os pais lhe "deram carinho e disciplina".

Em tempo de desfiar recordações: "nasci numa casa de pau-a-pique e antes do meu pai construir a cozinha no quintal, a nossa roupa cheirava a fumo porque tudo era feito na lenha".

Num parêntesis feito de bom humor, continuou a lembrar outros tempos, quando que "a então pretendida, hoje mãe dos cinco filhos", chegou a perguntar-lhe se era carvoeiro.

Parêntisse fechado, regressou ao presente: "quero ver os jovens vi verem bem, em casas boas".

"Estas novas construções demonstram o empenho de quem governa, mas é preciso dizer que o direito à habitação condigna está na Constituição", sublinhou.

Renda resolúvel

O ministro do Urbanismo e Habitação referiu durante as visitas que as duas centralidades não beneficiam apenas os jovens, mas todos os que almejam ter casa própria.

José Silva salientou que as habitações se destinam a ser vendidas no sistema de renda resolúvel.

Está aberta a possibilidade, disse, da aquisição a pronto pagamento, mas a liquidação pode ser feita por renda resolúvel, que é "a base fundamental".

Quanto às taxas a pagar no âmbito do programa de 200 fogos por município, lembrou que há uma circular dirigida aos Governos Provinciais para estes apresentarem propostas com base na realidade de cada localidade.

"Temos de trabalhar também nos registos destes patrimónios por serem elemento fundamental para a segurança do cidadão", referiu.

Sobre a construção de habitações no município de Benguela, anunciou que "o Ministério do Urbanismo e Habitação vai agora trabalhar com a SONIP para se acertar o arranque das obras". De momento, prosseguiu, o foco é aquilo que está em curso. Temos de imprimir uma dinâmica diferente para o mais

breve possível termos estas habitações prontas a comercializar. José Silva revelou ter recebido informações do empreiteiro que as casas são entregues de forma faseada.

"O constrangimento continua a ser a questão das infra-estruturas externas, como o fornecimento de energia e abastecimento de água, mas vamos trabalhar com o Ministério da Energia e Águas para agilizar estes projectos", prometeu.

A execução do Programa Nacional de Habitação foi tema de realce na reunião do Presidente José Eduardo dos Santos com os governadores provinciais, realizada na segunda-feira, no Palácio da Cidade Alta.

Um comunicado oficial refere que na reunião foram identificados alguns constrangimentos em relação ao programa e indicadas medidas para os ultrapassar.

As recomendações apontam para aceleração do ritmo de construção de infra-estruturas externas e equipamentos sociais e o estabelecimento de um preço de aquisição "correspondente à capacidade de pagamento da maior parte da população, na modalidade de renda resolúvel".

Outro tema em destaque na reunião foi o estado de execução das 80 mil casas que estão a ser construídas pela SONIP, das 5.800 do projecto habitacional CLF, das 40 mil casas do projecto Kora-Angola e do programa de 200 por município, o que perfaz 26 mil em 130 municípios.

6.7 Primeiras casas começam a ser entregues

Jornal de Angola

09 De Junho de 2014

As primeiras 100 casa sociais, das 200 projectadas, no município de Ambriz, província do Bengo, começaram a ser entregues aos destinatários.

O administrador Januário Bernardo explicou que foram contemplados, nesta primeira fase, técnicos superiores, médicos e outros funcionários públicos que desenvolvem a sua actividade no município de Ambriz.

A administração está a proceder, igualmente, a entrega de parcelas de terrenos para construção de residências de alta e baixa renda, no âmbito do projecto de autoconstrução dirigida, e beneficiou já cerca de 700 pessoas que fizeram requerimentos à área de cadastro da administração com este propósito.

Januário Bemardo admitiu que a conclusão das obras de reabilitação da via de acesso ao município de Ambriz constitui um grande ganho e está a propiciar o regresso de muitos quadros e técnicos a vários níveis, para contribuírem no desenvolvimento da região.

"Estamos feliz por ver os quadros a regressarem para o município e poderem contribuir com o seu saber", disse o administrador municipal de Ambriz.

A reabilitação da via abrangeu a Estrada Nacional 1 00, no sentido Luanda Ambriz, e contemplou melhorias significativas em algumas estradas secundárias.

"Estamos a falar da estrada que sai da sede do município para a comuna da Bela Vista, numa extensão de 90 quilómetros e estamos esperançados em que a Marginal de Ambriz também venha a ser intervencionada." A demora na fluidez do trânsito, segundo o administrador, faz parte do passado.

Até há bem pouco tempo, explicou, eram necessárias quatro a cinco horas para chegar de carro ao município de Ambriz, partindo de Luanda. Hoje, acrescentou, a viagem faz-se em apenas em hora e meia e as populações deslocam-se facilmente.

Além da reabilitação da via e da construção de habitações-sociais, há a destacar a reabilitação de infraestruturas, como escolas, postos e centros de saúde. No município de Ambriz existem actualmente 28 estabelecimento de ensino do primeiro e segundo ciclo, oito postos de saúde, dois centros médicos e um hospital central.

As salas estão a ser apetrechadas com carteiras e quadros e nas comunas onde não havia escolas do primeiro ciclo estão a ser construídas novas estruturas.

O Ambriz é um município da província do Bengo. Dista cerca de 127 quilómetros de Caxito, a sede da província.

A localidade ocupa uma extensão de 4.203 metros quadrados e tem uma população estimada em 20 mil habitantes.

6.8 Planeamento urbanístico é grande desafio

Jornal de Angola

10 De Junho de 2014

O secretário de Estado do Urbanismo, Manuel Clemente Júnior, disse, no Lobito, que o 11 Fórum

Internacional de Arquitectura contribui na consolidação do desenvolvimento dos países que ainda têm muito a fazer no planeamento urbanístico.

Manuel Clemente Júnior discursava no encerramento do fórum, promovido pela Ordem dos Arquitectos de Angola, com o objectivo de partilhar informações, experiências e novas perspectivas sobre o sector nos diferentes países participantes. A reunião foi o culminar de uma etapa de intercâmbio de informação e conhecimentos sobre várias matérias ligadas aos desafios que se colocam ao sector do urbanismo no país.

O secretário de Estado congratulou-se com a iniciativa da Ordem dos Arquitectos de Angola, por "a jornada de reflexão sobre a arquitectura e urbanismo servir de mecanismo de valorização, cooperação e interacção entre os países". Considerou que a escolha do lema "o homem e o território" permitiu abordar de forma ampla a gestão do homem e do espaço natural, que consiste no planeamento urbanístico, potencial aproveitamento das infra-estruturas existentes e preservação dos recursos limitados.

"O planeamento deve ser pensado, compreendendo a estrutura das ocupações humanas, a sua diversidade, as suas inter-relações e a complexidade das razões", frisou Manuel Júnior. Acrescentou que o homem possui diversos tipos de ocupações no território, sendo diferentes os usos impostos ao solo e variados os aglomerados em dimensão e características. O secretário de Estado do Urbanismo informou que a agricultura, indústria, comércio e serviços encontram no tipo de aglomerados humanos os argumentos para os seus estabelecimentos, moldando e transformando a forma destes no território.

Manuel Júnior salientou que o II Fórum Internacional de Arquitectura pode, por isso, significar um grande passo para os países que reclamam urgências em diversos domínios consolidarem as suas ferramentas para um melhor contributo no desenvolvimento que almejam.

O fórum juntou 200 participantes, entre os quais urbanistas e delegações das associações profissionais de arquitectos, em representação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Quênia e França. Os arquitectos debateram temas como a "acessibilidades de ser ou não ser", "plano director de Luanda" e "urbanização do Sambizanga", sempre tendo com pano-de-fundo. O ordenamento e gestão do território, o estado da arquitectura e do urbanismo em cada um dos países e a contribuição para a sustentabilidade.

6.9 Casa Fácil fomenta a habitação em Cacula

Jornal de Angola

13 De Junho de 2014

Mais de 15.500 casas do tipo T2, T3 e T4 e demais Infra-estruturas elementares estão a ser construídas em vários pontos da província da Huíla, através do projecto Casa Fácil, criado com o propósito de desenvolver acções relevantes para o fomento habitacional.

O vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas, Nuno Mahapi, colocou a primeira pedra, que marcou o arranque efectivo das obras de construção das casas.

Nuno Mahapi valorizou o início da execução do projecto na Cacula, localidade elevada à categoria de município há quatro anos, por aumentar o número de moradias e criar condições para atrair mais técnicos especializados em diversas áreas. "A construção de casas é um dos elementos para cativar novos quadros e desenvolver a vila", disse.

O director executivo da Casa Fácil, Baptista Tchiloia, explicou que as obras envolvem empresas nacionais de construção, com destaque aquelas que precisam de oportunidade para mostrar a sua capacidade técnica de construção civil e conquistarem um espaço no mercado local.

Para a concretização do projecto, pediu aos bancos comerciais que sejam mais flexíveis. "O financiamento dos bancos é fundamental, tanto em relação a certos trabalhos da empreitada, como das pessoas, sobretudo jovens que vão adquirir as moradias", realçou. Das 15.500 moradias previstas para a Huíla, o Casa Fácil programou para os municípios da Cacula, Caconda, Quipungo, Cuvango, Quilengues, Chibia, Chipindo e Gambos, a construção de 500 casas cada uma, mil para Humpata e Caluquembe, duas mil para Jamba e Matala, e cinco mil para o Lubango. As autoridades do município da Cacula, a 150 quilómetros do Lubango, disponibilizaram 100 hectares de terra, para ser desmatada, urbanizada e receber as infra-estruturas básicas, para dar melhores condições de habitabilidade e conforto.

O projecto, disse Baptista Tchiloia, prevê a criação de modalidades de aquisição de casas favoráveis aos candidatos, para a qual o financiamento bancário representa uma condição indispensável. "O sonho da casa própria tem sido motivo de preocupação para os jovens. A Casa Fácil surge como uma oportunidade ímpar para a realização desse anseio". Loteamento de

terrenos. Para o projecto urbanístico da Cacula, estão 10-teados cerca de 115 hectares e a dimensão dos espaços destinados a construção de casas em mil metros quadrados. O Jornal de Angola apurou que os novos espaços vão expandir a vila, sendo que 290 lotes se destinam à construção de casas, 26 à de edifícios públicos e 20 para estabelecimentos comerciais.

Os trabalhos de urbanização contemplam serviços e equipamentos essenciais, entre os quais sistema de captação e abastecimento de água potável e residual, energia eléctrica, rede telefónica, espaços de lazer e recreação, zonas verdes, passeios, redes de esgotos e escoamento da água das chuvas. "

As obras, orçadas em oito milhões de kwanzas, abrangem a reparação de quase 14 quilómetros da estrada secundária que dá acesso à comuna de Chiquaqueia.

O Programa Angola Jovem já construiu 60 casas nos arredores da Cacula, para atender às necessidades da juventude, que assegura o funcionamento de diversos serviços do município. A construtora nacional Omatapalo construiu, durante seis meses, os imóveis, numa área de 64 mil metros quadrados.

Outras 20 moradias, enquadradas no programa de 200 fogos habitacionais, estão concluídas. O município está a mudar de imagem com a entrega ao público de novas infra-estruturas, entre as quais a nova e moderna estrutura da Administração Municipal, casas para o juiz e procurador, reconstrução de 50 quilómetros do troço Cacula-Quilengues.

6.10 O fecho para balanço das centralidades

Jornal Expansão

06 De Junho de 2014

O Presidente da República acaba de nomear uma comissão para avaliar a situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH) que se encontram sob a gestão da SONIP em diversas localidades do país, para proceder à sua transferência para a esfera do Estado.

A empresa participada pela Sonangol herdou os projectos habitacionais de que é responsável do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) em Setembro de 2010, por orientação do PR, durante uma visita à cidade do Kilamba Kiaxi.

De acordo com uma notícia do Jornal de Angola, em causa estavam as centralidades do Kilamba Kiáxi, Zango e Cacucaco, em Luanda, para além das congéneres projectadas para Cabinda, Kuando-Kubango e Dundo.

Uma tarefa hercúlea face à dimensão dos projectos.

O último balanço do PNHU que conheço foi feito em Julho de 2013 pelo secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, durante o primeiro conselho consultivo do Ministério do Urbanismo em Construção, realizado em Julho de 2013, no Waku Kungo, KwanzaSul.

Pelo menos 44.724 casas foram erguidas nas novas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Zango, Km 4, Capar/Sequele, Dundo e Cajinda, no quadro do PNHU, informou o secretário de Estado da Habitação citado pela ANGOP.

Além das casas já erguidas, o PNHU prevê a construção de 120 mil residências, das quais 80 mil sob a responsabilidade da Sonip e 40 mil da Kora Angola, acrescentou Joaquim Silvestre.

Feitas as contas, ao balanço efectuado por Joaquim Silvestre, entre fogos concluídos ou em construção, a SONIP é responsável por mais de 120 mil habitações no âmbito do PNHU.

Quando orientou a passagem das centralidades para a SONIP, em Setembro de 2010, José Eduardo dos Santos informou, citado pelo Jornal de Angola, que era seu desejo que a nova centralidade do Kilamba Kiáxi fosse "um modelo", com os serviços necessários para que seja útil ao desenvolvimento do País, com espaços administrativos e sociais condignos. O Presidente esclareceu ainda que o Estado iria recorrer a especialistas estrangeiros para assessorar quadros angolanos na "concepção de um modelo de gestão e organização" daquela centralidade, para evitar os problemas que Luanda vive actualmente.

Quase quatro depois, a nomeação de uma Comissão para estudar o regresso das novas centralidades à esfera do Estado indicia que algo correu mal. É que não estamos em presença de uma simples transferência de património.

A Comissão nomeada pelo presidente da República, coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tem por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações. e a entidade responsável pela sua comercialização.

Entretanto, o despacho determina a suspensão do processo de comercialização de habitações nas central

idades sob gestão da SONIP até que esteja concluído o trabalho de balanço a realizar pela Comissão ora criada e aprovadas as novas regras e entidades responsáveis pela venda das referidas habitações.

O que o despacho não esclarece é o que vai acontecer com as casas já entregues, nomeadamente no que diz respeito aos pagamentos. Os contratos assinados com a SONIP prevêem pagamentos anuais, que a Sonangol admitiu rever, dando mesmo a entender que poderiam passar a mensais.

A verdade é que, até ao momento, nada se sabe. Sendo que alguns moradores já deviam ter pago a segunda prestação anual. Alguns ter-se-ão mesmo dirigido aos bancos para efectuarem os respectivos pagamentos, tendo estes recusados receber.

Agora que as centralidades encerraram para balanço, o que vai acontecer? Esta e outras perguntas necessitam de resposta urgente, porque está em causa o planeamento financeiro de milhares de famílias angolanas que não sabem quanto terão de pagar pela próxima prestação nem quando.

No meio disto tudo, nota positiva para o regresso das centralidades à esfera do Estado, de onde, aliás, nunca deveriam ter saído. Quanto mais não seja por razões de transparência orçamental.

Com a passagem para a SONIP, parte do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação deixou de fazer parte do Orçamento Geral do Estado. Como escreveu o Fundo Monetário Internacional no relatório da segunda monitorização pós-programa de ajuda à balança de pagamentos angolana, "a omissão no orçamento das despesas com infra-estruturas para novas cidades realizadas pela Sonangol representa um passo atrás na transparência orçamental e viola os princípios da unidade e universalidade do orçamento".

6.11 Presidente da República retira à Sonip gestão das centralidades

Jornal Expansão

13 De Junho de 2014

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, exarou esta semana um despacho que cria uma comissão para proceder à transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação que se encontram sob a gestão da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) em diversas localidades do País.

De acordo com uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República, a comissão, que é coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tem por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações e a entidade responsável pela sua comercialização, bem como avaliar a situação operacional e patrimonial, dos projectos do Programa Nacional da Habitação que se encontram sob a gestão da Sonip.

O despacho presidencial determina que é suspenso o processo de comercialização de habitações nas centralidades sob gestão da Sonip até que esteja concluído o trabalho de balanço a realizar pela comissão ora criada e aprovadas as novas regras e entidades responsáveis pela venda das referidas habitações.

A comissão integra também os secretários de Estado da Administração do Território, da Justiça, o presidente do conselho de administração da Imogestin, o presidente da Comissão de Gestão da Sonip e um representante da Casa Civil do Presidente da República.

Esta decisão surge depois da notícia de sete supostos funcionários da Sonip, acusados de pertencerem a uma rede que se dedicava à venda ilegal de apartamento na centralidade do Kilamba, município de Belas, em Luanda, terem sido detidos pela Polícia Nacional. O porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional, inspector-chefe Mateus Rodrigues, que se reservou em avançar mais pormenores, disse à Angop que as investigações prosseguem, no sentido de serem apurados outros integrantes da rede.

A rede é acusada de vender ilegalmente mais de cem apartamentos na centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas não foram reveladas.

A Sonip iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capári, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As vendas foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos. As habitações estiveram à disposição do público também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

6.12 SONIP deixa comercialização de habitações

Jornal Agora

13 De Junho de 2014

A medida foi tomada pelo Presidente da República, num despacho que suspendeu, esta semana, a comercialização de habitações nas novas centralidades, sob gestão da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), processo que deverá ser assumido por novas entidades. Para o efeito, criou uma comissão para proceder à transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação que se encontram sob gestão da mesma em todo o país.

A comissão será coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tendo por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações.

O despacho presidencial determina que é suspenso o processo de comercialização de habitações nas centralidades sob gestão da SONIP, até que esteja concluído o trabalho de balanço a realizar por esta comissão e aprovadas as novas regras e entidades responsáveis pela venda das referidas habitações.

Integram a comissão os secretários de Estado da Administração do Território, Justiça, PCA da IMOGESTIN, presidente da comissão de gestão da SONIP e um representante da Casa Civil do Presidente da República.

6.13 SONIP fora de cena

Jornal Manchete

13 De Junho de 2014

José Eduardo dos Santos, criou para todos efeitos uma comissão que procederá à transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação que se encontram sob a gerência da SONIP quase em todo o território nacional.

Segundo uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República, a comissão será coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tendo por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações.

O despacho presidencial, determina que é suspenso o processo de comercialização de habitações nas centralidades que era exercida pela administração da SONIP até que sejam finalizados os trabalhos de

balanço a que têm sido levados a cabo pela respectiva comissão bem como aprovadas as novas formas e entidades das vendas de habitações.

A comissão ora constituída, integra os secretários de Estado da Administração, do Território, da Justiça, o Presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIN, o presidente da comissão de gestão da SONIP e um representante da Casa Civil do Presidente da República.

A destituição da equipa, deveu-se pelo facto das habitações comercializadas nas distintas novas centralidades terem sido motivos de críticas, devido as constantes questões de burocracia que se vive no momento do cidadão pretender adquirir alguns destes apartamentos já concluídos. Entre outros problemas, que foram também revelados na imprensa tem a ver com os casos de alguns cidadãos que ocuparam de forma fraudulenta moradias nas centralidades e urbanizações construídas na província de Luanda no ano de 2012.

Durante o primeiro trimestre deste ano, o presidente da comissão executiva da SONIP havia anunciado sobre a mobilização de novos agentes para garantir o processo de venda e divisão de moradias nas centralidades em construção.

De acordo com a medida Orlando Veios o, previa desconcentrar os serviços, agilizar os processos burocráticos, evitar enchentes por ocasião das vendas e garantir um maior controlo das notícias inerentes aos contratos de comercialização das casas.

DETIDOS ALGUNS FUNCIONÁRIOS DA SONIP

Alguns destes funcionários da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), acusados de pertencer a uma rede que se dedicava à venda ilegal de apartamentos na Centralidade do Kilamba, município de Belas, em Luanda, foram detidos, tal como indicou, recentemente, Polícia Nacional.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, inspector-chefe Mateus Rodrigues, que se reservou em avançar mais pormenores, garantiu à imprensa que as investigações continuam, no sentido de se apurar os outros integrantes que compõe a referida rede.

Os aproveitadores, também são acusados de vender ilegalmente mais de cem apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementados não foram revelados. As vendas foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial num horizonte de 15 a 20 anos.

6.14 Famílias realojadas recebem casas no Lubango

Jornal de Angola

14 De Junho de 2014

Um número considerável de famílias que habitavam em zonas de risco e nos locais onde são construídas as novas avenidas da cidade do Lubango foi contemplado com casas do tipo T2, erguidas na nova centralidade da Eywa.

O Jornal de Angola constatou que, cerca de 200 famílias abrangidas no processo de realojamento, sete já foram transferidas para a zona onde estão a ser construídas 200 moradias e implantadas infra-estruturas essenciais à comodidade das pessoas.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, que procedeu à entrega das casas aos primeiros moradores, disse tratar de moradias condignas e em áreas urbanizadas e lembrou que o acto constitui a melhor via de reintegração dos populares, principalmente as crianças, em zonas seguras e confortáveis.

A moradias possuem dois quartos, sala comum, casa de banho, cozinha e dispensa. João Marcelino Typinge reconheceu que as habitações são favoráveis ao bem-estar e desenvolvimento das famílias, contrariamente aos casebres erguidos em zonas impróprias, em risco iminente, sem condições de saneamento básico. O governador entende que as famílias que viviam na zona da centralidade da

Quilemba, onde estão a ser erguidos 11 mil fogos habitacionais, merecem habitar em locais requalificados e seguros. Por isso, referiu, o processo de realojamento passou por várias negociações para que tudo fosse feito de forma pacífica.

Maria Daniel, 40 anos, com quatro filhos, beneficiária de uma das casas, enalteceu o governo provincial da Huíla por criar boas condições habitacionais e estar a realojar as famílias sem confusão ou descontentamento. "Agora temos casa de verdade e com quintal grande, sofremos muito na nossa casa antiga que era de adobe e as paredes corriam o risco de cair, porque as paredes estavam tortas. A água da chuva infiltrava-se e várias vezes os meliantes roubaram os nossos haveres, porque a porta não tinha segurança", disse Maria que projecta juntar dinheiro para vedar o quintal.

Manuel Faria, outro dos beneficiários, cuida da família composta por e seis filhos. Afirmou estar satisfeito por ter uma casa e um quintal espaçoso numa área urbanizada com as condições necessários.

"Édefacto um sonho transformado em realidade. O governo deu-me uma casa de construção definitiva, segura e espaço para as crianças brincarem e desenvolver pequenos negócios."

A área de realojamento das populações que vivem em zonas abrangidas nos projectos de impacto social é estimada em 40 hectares, com casas em terrenos de dimensões de mil metros quadrados, escolas, postos de saúde, espaços de lazer e recreação.

Habitação na Humpata

A conclusão das obras de construção das primeiras 80 casas do tipo TI, dos 200 fogos habitacionais previstos para o município da Humpata, 20 quilómetros a oeste da cidade do Lubango, vai favorecer a fixação de quadros de várias especialidades para contribuir para progresso da localidade.

Os jovens professores e outros técnicos que diariamente se deslocam para a vila da Humpata, saídos do Lubango, estão ansiosos pelo início da distribuição para se candidatarem a uma casa. No quadro da execução do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e Programa de Investimentos Públicos, a Humpata ganhou quatro novas escolas do ensino primário, dois postos de saúde e a reabilitação de outros 12 postos sanitários.

6.15 Habitação social quase concluída

Jornal de Angola
14 De Junho de 2014

O município da Banga, província do Cuanza Norte, tem já concluídas 50 habitações, das 100 previstas no quadro do programa do Governo de construção de fogos habitacionais em vários municípios do país.

Para avaliar o grau de execução da obra, uma delegação integrada por técnicos da Direcção Provincial do Urbanismo, Obras Públicas, Energia e Águas, esteve no município da Banga, onde constatou haver um grande avanço na execução do projecto, em curso desde 20 12.

Em declarações à Angop, o director provincial do Urbanismo, João Sebastião, disse que das 100 residências em construção no município da Banga, 50 estão já concluídas, enquanto as demais carecem apenas de alguns trabalhos de acabamento.

João Sebastião disse terem sido baixadas algumas orientações para a correcção de algumas

insuficiências registadas a nível da obra, factor que determinou o adiamento da excepção oficial dos imóveis concluídos, por parte do Governo. Visitas com o mesmo objectivo foram feitas aos municípios de Quiculungo e Bolongongo, onde decorrem projectos similares.

O director da Empresa Nacional de Electricidade no Cuanza Norte, Mazali Paulo, manifestou-se satisfeito com o trabalho da rede eléctrica instalada nos referidos projectos, apesar da necessidade de alteração de alguns procedimentos.

Em todos os municípios das províncias do Cuanza Norte estão a ser construídas habitações sociais, no quadro do programa do Governo. Em algumas localidades o programa está dependente do andamento do processo de desminagem em curso no país.

6.16 Apartamentos vendidos a duas pessoas

Jornal O PAÍS
20 De Junho de 2014

A denúncia sobre imóveis que foram vendidos a mais de uma pessoa por parte de funcionários da SONIP tem sido cada vez mais frequente.

A cidadã Janete Cerqueira recorreu ao grupo restrito de moradores da Centralidade do Kilamba, criada pelo engenheiro informático Hélio Gastão, funcionário do Grupo Média ova, na manhã desta segunda-feira, 17, para denunciar que o apartamento que supostamente a pertence foi comercializado a uma outra pessoa.

Sem precisar ao certo em que edifício se encontra, ela disse que levou uma equipa de serralheiros para aplicar o portão no seu imóvel e encontrou uma outra equipa de chineses a terminar de fazer o mesmo serviço a pedido de um outro indivíduo que se apresentou como proprietário do mesmo.

Para comprovar que estava a dizer a verdade, publicou uma fotografia dos cidadãos asiáticos a montarem o portão.

Desesperada, acorreu ao gabinete jurídico da Administração da Centralidade onde foi aconselhada pelos técnicos a denunciar o caso à Unidade da Polícia para que fossem tomadas as devidas medidas.

"Um dos polícias que estava de serviço pediu-me para levar uma fotocópia do contrato do imóvel e disse que têm estado a se registar muitos casos desta natureza, principalmente no quarteirão X", disse.

Janete Cerqueira disse ainda que os polícias a mandaram regressar à casa, com a promessa de que ligariam para ela comparecer na unidade caso aparecesse alguém a reclamar a titularidade do mesmo apartamento, o que não aconteceu até ao fecho da presente edição, nesta quinta-feira, 19.

Angélica Costa, coordenadora da Comissão de Moradores de um dos edifícios, contou que foi chamada a solucionar uma discussão entre dois vizinhos que se apresentaram como os titulares do apartamento número 44. Segundo ela, o problema foi provocado por causa da numeração que está no contrato visto que um deles dizia que no seu contrato consta o apartamento número 44 e o outro diz que o contrato que ele tem consta o número 42.

O dono cujo contrato rezava o apartamento número 44 foi notou que as chaves não serviam e decidiu arrombar a porta alegando que alguém tinha trocado as fechaduras.

Por seu lado, o indivíduo que no contrato consta o número 42 disse que o apartamento dele é o 44.

Na qualidade de coordenadora e sem muito poder fazer, Angélica Costa aconselhou-os a contactar a imobiliária por ser a única instituição que esta em condições de resolver este imbróglio.

"Oito dias depois o senhor informou que a Imobiliária já esclareceu tudo. A Direcção Provincial de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas prendeu, recentemente, sete supostos funcionários da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) que se dedicavam à venda ilegal de apartamentos na Centralidade do Kilamba a mais de duas pessoas.

O porta-voz do Comando Provincial de Luanda, Mateus Rodrigues, explicou que os infractores foram detidos no âmbito de uma operação que está a ser lavado à cabo por aquele órgão da Polícia Nacional.

Adiantou que os seus colegas que estão a conduzir as investigações acreditam que os acusados faziam parte de uma rede que se dedicava a estas acções, mas não avançou mais promissores sobre o caso e garantiu o fazer em outra ocasião ou tão logo fossem detidos os outros integrantes do grupo.

A rede é acusada de vender ilegalmente mais de cem apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas não foram reveladas.

A Sonip iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As vendas foram

processadas em regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos, em função da idade dos compradores.

Para além das modalidades acima mencionadas, foi concedida ainda a possibilidade de as habitações serem adquiridas a pronto pagamento ou simplesmente em regime de arrendamento. O Presidente da Republicou publicou recentemente um despacho que retira da ONIP a responsabilidade da venda de apartamentos nas centralidades do país.

6.17 Luanda tem plano de desenvolvimento

Jornal Manchete

20 De Junho de 2014

O Plano de Desenvolvimento Provincial 2013, 2017, que visa elevar a qualidade de vida dos cidadãos foi aprovado, esta semana, pelo Conselho de Auscultação Social do Governo de Luanda (GPL), durante uma reunião presidida pelo governador, Bento Bento.

O Plano foi elaborado num período de seis meses, por uma equipa de especialistas nacionais e estrangeiros, coordenados pelo consultor angolano, José Pedro de Moraes, que fez a apresentação do mesmo.

De acordo com o coordenador, dentro em breve, o Plano será levado à consideração do Executivo, com vista a sua apreciação e consequente aprovação, para num curto espaço de tempo começar a ser aplicado na prática.

Informou que o documento é consistente com as prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e integra todas directrizes de progresso articuladas com as políticas de desenvolvimento sectorial e territorial que se encontram materializadas nos projectos estruturantes definidos para a província.

O Plano de Desenvolvimento Provincial, disse, aponta para a obtenção de significativas receitas próprias, essencialmente baseadas na taxação da ocupação do espaço urbano de Luanda que, se forem apoiadas por uma legislação de finanças locais adequada, poderão ser canalizadas para o desenvolvimento sustentado da província.

6.18 Viver no Kilamba está a custar caro

Jornal O PAÍS

20 De Junho de 2014

A senhora Berlinda dos Santos, moradora da cidade do Kilamba há quatro meses, disse que a existência de um único supermercado, de um número reduzido de lojas e a falta de um mercado contribuem para que o custo de vida nesta centralidade seja demasiado alto.

Para colmatar esta lacuna, a sua família optou por fazer as compras de bens alimentares a grosso nos armazéns que se encontram espalhados por diversas zonas de Luanda.

"Aqui gasta -se mais do que em outras zonas e para reduzir os custos temos que fazer as compras noutras outras superfícies comerciais e armazenar em casa", detalhou.

No seu entender, o outro factor que contribui para este encarecimento está relacionado com a escassez de transporte público, mesmo depois de a TECUL ter reforçado a sua frota para melhor atender a população que ali reside.

As empresas privadas de táxi e os vulgos "candongueiros" que actuam por conta própria, passaram a fazer a vez da TECUL. A título de exemplo, os indivíduos que acorrem aos seus serviços para saírem do supermercado Kero até a sua à residência, usando um táxi privado, independentemente da distância, desembolsam 500 Kwanzas.

Aqueles que optam por fazer o mesmo trajecto num dos "candongueiros" desembolsam 200

Kwanzas. Mas este valor pode ser reduzido pela metade caso decidam ficar na paragem de autocarros, situada entre os quarteirões C e E.

No momento em que falava à nossa reportagem, na segunda - feira, Berlinda dos Santos aguardava que lhe fosse entregue o Bilhete de Identificação pelos técnicos da repartição

dos Serviços de Identificação daquela centralidade.

"No que toca a urbanização, a cidade do Kilamba não se compara com o local onde eu vivia por estar melhor, mas não proporciona aos seus habitantes alguns serviços básicos que tínhamos em abundância' como a água. Aqui registam-se vários cortes de água diários", disse.

Contou ainda que quando há corte de energia eléctrica os seus vizinhos que vivem no 9º ou 10º ficam impossibilitados de subir até às suas moradias.

No seu entender, a presença de recipientes de água de diversas cores, tipos e tamanhos na áreas de serviços dos apartamentos dá uma imagem degradante.

"Como não temos outra hipótese, somos obrigados a ter estes recipientes senão ficaremos sem o precioso líquido em casa. Só que, conforme as coisas estão a caminhar, acredito que poderão piorar nos próximos tempo caso não se resolva este problema. Tirando estes aspectos, quase tudo aqui é melhor em relação ao bairro em que vivia", declarou.

A jovem Madalena Pedro, por seu turno, disse que teve que demitir a empregada doméstica para poder matricular o seu último filho no centro infantil "Os Kilambinhas".

"Os preços das creches aqui estão uniformizados, não sabemos se por ordem da Administração ou do Governo Provincial de Luanda. Em todas elas os pais pagam 35 mil Kwanzas mês, independentemente da idade da criança se quiser que ela pratique alguma actividade extracurricular deverá pagar por isso", afirmou.

Para conseguir minimizar os gastos sem ter que reduzir a qualidade da refeição de sua família, ela e mais três amigas se deslocam todos os primeiros sábados de cada mês ao mercado do 30, em Viana, para fazer compras.

"No Kero quatro tomates chegam a custar 500 Kwanzas, enquanto no mercado do 30 com este dinheiro conseguimos comprar mais de dez tomates. Só para não falar do preço das frutas e da carne", explicou.

Apesar de reconhecer que os preços de alguns produtos praticados na única grande superfície comercial que ali existe não são dos mais acessíveis, Ari António, que reside nesta centralidade há oito meses, disse que o seu nível de vida aumentou e tornou-se muito mais barato.

Justificou-se dizendo que deixou de gastar elevadas somas monetárias com a compra de combustível para o gerador (que era constantemente ligado) e da cisterna de água.

"A água aqui é um problema porque normalmente só jorra das cinco às seis e 30 minutos. Com o agravante de existirem alguns edifícios, como o meu, que de vez em quando ficam três a quatro dias sem este precioso líquido", disse.

Nestas circunstâncias, contratam as senhoras que ficam debaixo dos prédios à procura de emprego para acarretarem a água a partir da boca-de-incêndio. Manifestou ainda o seu desagrado com os preços de alguns produtos como a carne e o peixe que são praticados no Kero.

Durante uma ronda efectuada a alguns dos estabelecimentos comerciais existente naquela localidade' O PAÍS constatou que existe uma disparidade muito grande na sua tabela de preço em relação aos estabelecimentos similares situados em Camama.

Na tabacaria situada no quarteirão H, por exemplo, a fotocópia, à preto e branco, custa 25 Kwanzas. Os salões de beleza e barbearia engrossam ainda a lista dos prestadores de serviços preços surpreendem os moradores. O montante a ser pago pelo corte de cabelo masculino variam de mil a mil e 500 Kwanzas, ao passo que a lavagem do cabelo feminino anda à volta de três mil Kwanzas.

Creche transformada em posto

Para dar respostas às constantes reclamações dos munícipes sobre a falta de hospital na centralidade do Kilamba, a administração; encabeçara pelo arquitecto Joaquim Israel, está a transformar a creche situada no quarteirão R, em Centro Materno Infantil.

Por falta de condições adequadas para o exercício da medicina, o posto está aberto apenas das sete às 15horas, só presta os primeiros socorros e aplicam algumas vacinas.

Contactada por, O PAÍS, a sua directora se recusou a prestar quaisquer informações sobre o assunto alegando que carecia de autorização da Administração da Cidade para fazê-lo, tendo em atenção o estado em que a unidade se encontra.

O Presidente da Cidade, Joaquim Israel, esclareceu, durante a primeira reunião com os coordenadores das Comissões de Moradores realizada em Novembro do ano passado, que no contrato celebrado entre o Executivo e a empresa chinesa CITIC não foi incluído a construção de unidades hospitalares, mas que estão a ser gizados esforços necessários para que seja tornado realidade muito em breve.

Baseando-se na acta, que tivemos acesso, o arquitecto explicou que a Sonangol, na qualidade de proprietária da maior parte dos imóveis, e o Ministério da Saúde se comprometeram a construir uma unidade hospitalar este ano.

O Governo Provincial de Luanda, por seu turno, incluiu no seu orçamento para 2014 verbas que serão

destinadas a construção de um Hospital Pediátrico nesta centralidade. Não se sabe ao certo se estas promessas estão a ser cumpridas. Serviço de Identificação atrai vizinhança

O Serviço de Identificação e a Conservatória de Registo Civil da Centralidade do Kilamba, têm sido o local eleito por moradores dos bairros vizinhos para registarem os seus filhos ou tratarem o Bilhete de Identidade.

Entre as mais de 50 pessoas que ali se encontravam estava o senhor António desesperado por não ter, conseguido tratar o Bilhete que o possibilitaria a levantar dinheiro da sua conta bancária.

Descreveu o processo de emissão dos Bilhetes de Identidade como sendo bastante lento por não serem cumpridos as regras de senhas. "As coisas estão muito complicadas. Estive aqui de manhã cedo e não consegui tratar porque os técnicos disseram que não havia sistema. Mas mesmo assim continuarei a esperar.

6.19 Imobiliário em novo período de expansão

Jornal de Angola

21 De Junho de 2014

O mercado imobiliário angolano vive novo período de expansão com os segmentos de habitação e escritórios a serem os mais activos, mas existem oportunidades de investimento transversais a todos os segmentos, conclui um estudo apresentado em Luanda.

O documento da Proprime, empresa de consultadoria e avaliação imobiliária que há seis anos desenvolve estudos do género, foi apresentado numa conferência sobre "Novos Veículos de Investimento no Sector Imobiliário em Angola".

O estudo, que incide sobre as obras novas, como condomínios e edifícios de primeira linha, conclui que depois da habitação e escritórios, os segmentos mais propensos ao crescimento são o retalho e o imobiliário industrial.

A expansão deu-se depois de o imobiliário ter sofrido o impacto da crise financeira internacional, que abrandou o ritmo de crescimento, assistindo-se agora a uma evolução numa conjuntura diferente e com características diferentes das do início da década passada, quando se verificou "um boom nas vendas a qualquer valor e uma absorção de produtos ainda em planta", salienta director da Proprime.

Francisco Virgolino afirmou na conferência que o novo dinamismo do mercado habitacional "é fruto do projecto âncora de requalificação da Baía de Luanda e do potencial de oportunidades dado pela emergência da classe média".

O orador disse que se assiste em Angola a uma procura mais alargada, consequência do aumento do poder de compra e da crescente profissionalização da indústria imobiliária. Entre as causas do aumento da procura, salientou, está também a criação pelo Executivo de mecanismos e programas que impulsionam o desenvolvimento económico e social e permitem satisfazer as necessidades da população quanto ao acesso à habitação.

O mercado de escritórios de Luanda tem registado bons níveis de procura, em especial por parte de empresas das áreas financeira e petrolífera. No turismo, a evolução da actividade em 2013 foi positiva, sendo este segmento considerado estratégico para a economia nacional. Essencialmente com base em hotéis, a oferta imobiliária nesta área começa a ser marcada pelo surgimento dos primeiros resorts, que conjugam valências hoteleiras e imobiliárias, sendo o golfe o principal produto turístico, refere o estudo.

No retalho há oportunidades para a diversificação e expansão da oferta dadas pelo ritmo de crescimento demográfico e as características populacionais - elevado número de populações urbanas, classe média jovem a emergir e os novos hábitos e necessidades de consumo.

6.20 Habitação e escritórios são segmentos activos e com investimentos transversais

Jornal de Angola

23 De Junho de 2014

O mercado Imobiliário angolano regista um novo período de expansão, sendo os segmentos de habitação e escritórios os mais activos, com oportunidades de investimento que são transversais a todos os segmentos, conclui o Estudo de Mercado Imobiliário em Angola.

A Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária que há seis anos consecutivos desenvolvem este estudo, apresentou no dia 19 de Junho, na Baía de Luanda, numa conferência sobre "Novos Veículos de Investimento no Sector Imobiliário em Angola", todos os dados que atestam essa evolução do sector.

O estudo, que incide sobre as obras novas, em especial condomínios e edifícios de primeira linha, conclui que o mercado imobiliário angolano regista um novo período de expansão, sendo os segmentos de habitação e escritórios os mais activos. Existem, no entanto, oportunidades de investimento que são transversais a todos os segmentos, com especial destaque para o retalho e o imobiliário industrial.

"Depois de sofrer o impacto da crise financeira internacional, a qual acabou por reflectir-se no abrandamento do ritmo de desenvolvimento, o mercado imobiliário angolano assiste agora a um novo período de expansão, embora numa conjuntura diferente e com características longe do início da década passada, em que se verificou um 'boom' nas vendas a qualquer valor e uma absorção de produtos ainda em planta", admitiu o director da Proprime, Francisco Barros Virgolino.

"No mercado habitacional de Luanda assiste-se a um novo dinamismo, fruto do projecto âncora de requalificação da Baía de Luanda e do potencial de oportunidades face à emergência da classe média." Francisco Barros Virgolino sustentou ainda que se "assiste neste momento em Angola a uma procura mais alargada, consequência do aumento do poder de compra e da crescente profissionalização da indústria imobiliária". "Não é alheio a este facto a maior abertura, por parte do Executivo, na criação de mecanismos e programas que impulsionam o desenvolvimento económico e social e que permitem satisfazer as necessidades da população no que diz respeito ao acesso à habitação", disse.

De acordo com o estudo, o mercado de escritórios de Luanda tem registado bons níveis de procura, em especial por parte de empresas das áreas financeira e petrolífera. No turismo, a evolução da actividade em 2013 foi positiva, sendo este segmento considerado estratégico para a economia nacional. Essencialmente ancorada em hotéis, a oferta imobiliária nesta área começa a ser marcada pelo surgimento dos primeiros "resorts", os quais conjugam valências hoteleiras e imobiliárias, sendo o golfe o principal produto turístico. No retalho, são muitas as oportunidades para a diversificação e expansão da oferta, dado o ritmo de crescimento demográfico e as características populacionais elevado número de populações urbanas, classe média jovem a emergir - e os novos hábitos e necessidades de consumo que daí resultam.

O estudo conclui que uma das áreas imobiliárias com maior potencial de crescimento em Angola é o sector industrial e logístico. Para tal, concorrem factores como a escassa oferta nesta área e o crescimento do tecido industrial de Angola, isto no quadro da aposta na diversificação da economia, industrialização do

país e necessidades de espaços de armazenamento face à importação de produtos.

6.21 Estudos apontam para carência habitacional na renda média

Semanário Económico
26 De Junho de 2014

Temas como o "Enquadramento do Sector Imobiliário e novos Desafios" e "Os fundos de investimento imobiliário em Angola", foram debatidos na conferência.

Avaliando o mercado imobiliário, o presidente da Proprime (empresa organizadora), Nelson Rego, afirma que este é o momento certo para se aplicarem os fundos de investimento imobiliário, visto que são fontes alternativas de financiamento para os promotores, bem como para a aplicação do rendimento das poupanças daqueles para quem o imobiliário é um investimento seguro e que não conseguem comprar um imóvel como activo de investimento pela sua grande visibilidade. Podem fazê-lo agora adquirindo unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, o que se pode considerar uma aplicação com boa rentabilidade.

Para Nelson Rego, há grande vantagem em investir em veículos de fundo de investimento imobiliário, já que, em vez do investimento num só imóvel, é possível investir numa parte do imóvel, sem falar da oferta ou dos promotores imobiliários que constroem os imóveis. Estes passam a ter uma fonte de financiamento que será mais eficaz e com uma gestão profissionalizada, o que representa um passo em frente na profissionalização do sector no país. De certo modo, é uma forma de estabilizar os preços, tornando cada vez mais acessível a habitação, bem como a existência de escritórios condignos para todas as empresas.

"A necessidade da habitação é premente e penso que Angola é um dos países mais activos na solução deste problema para a sua população", disse, observando que "isso é visível no processo em curso das novas centralidades, assim como no plano nacional que está a ser implementado em boa velocidade, tendo em conta o quadro da economia angolana".

O presidente da Proprime avançou ainda que, o Fundo de Investimento imobiliário é gerido por uma sociedade gestora independente, que se responsabiliza relativamente aos erros cometidos pelos seus participativos uma má gestão do dinheiro captado dos investidores, o que, consequentemente,

dará uma garantia aos bancos - os veículos indicados para apoiar. Por outro lado, o crédito tornar-se-á mais barato porque não é feito de uma maneira amadora.

Para o sucesso desta nova forma de olhar o mercado imobiliário, falta unicamente a promulgação de um decreto-lei que já está em consulta pública que se juntará a um regime fiscal atractivo aplicável a este tipo de veículos, revelou Nelson Rego.

Já a presidente da Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins (APIMA), Branca do Espírito Santo, a construção dos imóveis contribui para o crescimento da economia e o Estado angolano tem de criar condições para que as empresas do sector imobiliário desenvolvam as suas actividades.

Apesar da assinalável intervenção do Estado angolano ao nível do sector habitacional, Branca do Espírito Santo reconhece, no entanto, a carência habitacional que se mantém no âmbito da renda média baixa. "Estudos referem que, devido ao crescimento demográfico, este panorama habitacional, a longo prazo, não chegará para satisfazer as necessidades de todos os cidadãos", afirma.

Quanto ao sector industrial e logístico, Branca do Espírito Santo afirma existir grande procura de armazéns nas imediações do Porto, notando-se que é um segmento de mercado que também oferece grandes oportunidades de investimento..

6.22 200 novas habitações são construídas

Jornal Economia e Finanças
27 De Junho de 2014

O director das Obras Públicas e Urbanismo do Bié, André Kaquarta, manifestou-se, satisfeito pela execução física e financeira das acções desenvolvidas pelos empreiteiros no concernente à construção de 200 habitações por município.

Segundo o interlocutor, a construção das residências em sete dos nove municípios da província, encontram-se na fase conclusiva.

O director acrescentou, nesse particular, que até finais de Agosto ou princípios de Setembro a maior parte desta será entregue aos beneficiários.

As 200 casas estão a ser erguidas nos municípios do Chinguar, Chitembo, Kunhinga, Katabola, Kamacupa, Kuemba e Nharea, estando nesse momento 90 por cento da sua execução realizada.

Nos municípios em referência as residências estão orçadas em cerca de 4 milhões de dólares (389,6 milhões de kwanzas) para os seleccionados, com prioridade de 30 por cento para a juventude da província ligada à função pública.

A selecção das empresas construtoras foi feita segundo a capacidade técnica, financeira e humana dos empreiteiros apurados nos concursos públicos.

André Kaquarta exortou, todavia, os empreiteiros no sentido de apresentar obras Com qualidade e trabalhar com responsabilidade, ajudando desta maneira o Governo nas tarefas de combate à fome e à pobreza no seio da população.

O gestor público frisou, por outro lado, que já está em curso a segunda fase da empreitada, consubstanciada na construção de habitações nas comunas em lotes de 15, 10 e de sete residências, face ao aglomerado populacional de cada zona.

O gestor disse, também, que na centralidade do Kuito estão concluídas 2 mil e 500 habitações, entre apartamentos e vivendas, das 6 mil programadas. No município do Andulo, por seu turno, estão 172 apartamentos dos 1.000 do tipo t2, t3 e t4 previstos.

O responsável das Obras Públicas na província acrescentou que estão ainda a ser construídas infra-estruturas sociais, como hospitais, escolas, creches e postos policiais, loteamentos onde estão a ser erguidos os 200 fogos habitacionais e nas centralidades.

Aos futuros beneficiários, André Kaquarta apela a cuidarem dos imóveis, conservá-los porque é desejo do Governo angolano proporcionar uma vida condigna às populações.

Neste ano de 2014, o governo provincial do Bié prevê, ainda, a construção de 420 salas de aula em todos os municípios, tendo em conta a explosão demográfica que se tem registado nos últimos tempos.

Para esse efeito, estão a ser erguidas em todas as sedes municipais escolas com 12 salas de aula, para o 11 ciclo de ensino secundário.

O projecto Horizonte da Kora-Angola, recorde-se, está inserido no programa nacional de habitação "Meu sonho, minha casa", sob orientação do Executivo angolano.

6.23 Alugar escritório em Luanda custa quatro vezes mais que em Maputo

Jornal Expansão

27 De Junho de 2014

O aluguer de escritórios novos em zonas nobres das cidades de Luanda, Maputo (Moçambique), São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil), apresenta uma elevada diferença. Uma análise feita pelo *Expansão* sobre os preços por metro quadrado, quer para venda, quer para renda, com base em estudo da Prime Yield, conclui que, entre as quatro, Luanda se destaca como a mais cara.

Enquanto a renda mensal por cada metro quadrado em Luanda, na zona da Marginal, a mais cara face as zonas da Praia do Bispo, Ingombota e Luanda Sul, custa em média 130 USD, na capital de Moçambique, Maputo, numa zona com padrão similar, fica em torno de 32 USD, superada por Luanda em 406%.

A capital angolana suplanta a cidade de São Paulo, capital financeira do Brasil e maior metrópole da América Latina, pois lá a renda mensal por cada metro quadrado fica em torno de 76 dólares.

Luanda é assim mais cara com uma taxa de 41,5% sobre o preço mais elevado da cidade paulista.

O preço da renda por m² na Marginal de Luanda é quase o dobro em relação a zona centro e a orla marítima do Rio Janeiro, cujo arrendamento mensal por cada metro quadrado custa 72 USD, contra os 130 USD de Luanda.

No entanto, as duas cidades brasileiras possuem maior nível de oferta para investidores que a capital angolana.

A venda do metro quadrado em Luanda, na zona mais procurada e mais cara, a Marginal, possui uma taxa de 367,9% - de acordo com cálculos do *Expansão* - sobre a tabela de preço no mais caro Bairro Central de Maputo, à beira mar também, pois os 2.650 USD cobrados na capital do país banhado pelo Oceano Índico não superam os 9.750 USD da cidade de Luanda.

Os estudos da Prime Yield não oferecem dados similares na categoria escritórios para Portugal e Cabo Verde, de modo a permitir uma base comparativa nos cinco países que falam português nos negócios imobiliários, mas tem padrão na categoria apartamentos (novos) em relação aos demais países da comunidade lusófona.

Uma das justificações que as consultoras imobiliárias têm apresentado em relação aos preços praticados em Angola, é a tendência de crescimento de intenções de investimento estrangeiro, fundamentalmente para os sectores dos petróleos e mineração.

No entanto, Moçambique tem registado indicadores de crescimento de investimento estrangeiro directo no sector de prospecção de petróleo e gás natural, e carvão mineral, mas, ainda assim, apresenta preços quatro vezes inferior aos do mercado imobiliário nacional.

Para o caso de Angola, o estudo da Proprime, braço angolano da Prime Yield, justifica também que "o crescimento económico do País, e a conseqüente expansão de tecido empresarial, o aumento do volume de negócios e do número de expatriados, conjugados com a melhoria do poder de compra da população angolana, têm criado necessidades crescentes de espaços de escritórios".

A nova oferta que surge no mercado, segundo o estudo, tem vindo a apresentar cada vez mais qualidade e continua a verificar-se uma crescente escassez de espaços modernos disponíveis.

Consequentemente, para os próximos anos, estima-se que a oferta e a procura venham a atingir um maior equilíbrio, o que poderá observar-se no mercado uma "normalização" dos preços actualmente praticados.

No Brasil, explica o documento da Prime Yield, o mercado de escritórios em 2012 manteve-se estável e a perspectiva é de crescimento moderado, pois a busca por áreas maiores e em edifícios modernos é elevada, principalmente nas cidades menos visadas como é o caso de Curitiba e Belo Horizonte.

A taxa de vacância - percentagem de imóveis vagos em relação ao estoque total- para escritórios de muito alto padrão (para ricos) nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro foi de cerca 13%, sobretudo devido a entrega de novos empreendimentos.

Na cidade de São Paulo, os valores médios mais altos de aluguer atingem cerca de 220 reais/m²/mês (99 USD) e no Rio de Janeiro 270 reais/m²/mês (122 USD), enquanto em Curitiba e em Belo Horizonte os valores mais altos de aluguer estão em torno de 120 reais/m²/mês (54 USD).

Oferta e procura

O estudo da Proprime considera que quer os valores de arrendamento quer de venda evidenciam uma tendência de estabilização, apontando que a Baixa de Luanda é a zona prime de escritórios da capital, o agora conhecido por CBD Central Business District-

embora Talatona continua a ser cada vez mais uma alternativa para muitas empresas que instalam-se em Luanda, registando um acréscimo da oferta de escritórios, incluindo de diversos parques empresariais.

O director-geral da Proprime, Nelson Rêgo, explicou no "último evento sobre o sector, realizado recentemente, em Luanda, que o crescimento do mercado imobiliário no País está fortemente relacionado com a economia, lembrando as distintas fases de evolução do mercado imobiliário nacional.

A partir de 2002, com o término da guerra civil, o período 'passou a ser de paz e prosperidade económica, aliada à reconstrução nacional com aposta na educação, saúde, infra-estruturas, transportes, entre outros sectores.

Entretanto, no período próximo a 2008 o mercado começou a observar uma forte procura de investimentos no sector imobiliário, mas a crise financeira global de 2008/2009 obrigou a um reajuste do mercado imobiliário.

Actualmente, a tendência, de acordo com Rêgo, é de diminuição do desequilíbrio entre a oferta e a procura, com a aposta de produtos imobiliários de baixa e média rendas.

Triângulo imobiliário

O mercado de escritórios no Brasil, com particularidade para as regiões mais requintadas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, se manterá estável, diz o estudo, vaticinando que o crescimento da economia deverá acompanhar o ritmo de crescimento do país.

Para o caso de Angola, na capital Luanda, os valores, quer de venda quer de arrendamento, mantêm-se estáveis e as taxas de desocupação continuam entre as mais baixas do mundo, um fenómeno provavelmente resultante da política habitacional do Estado em execução visando aumentar a oferta aos cidadãos, com prejuízo para projectos privados que não conseguem concorrer em pé de igualdade.

O estudo em questão fundamenta que com o crescimento económico de Angola, o percurso para a satisfação da procura de espaços de escritórios vai continuar, estimando-se que nos próximos anos a oferta se aproxime da procura.

A zona de Talatona começa actualmente a apresentar-se como uma alternativa ao centro de Luanda para muitas empresas, com preços baixos em relação a zona prime, situada na Cidade Baixa, na

qual a renda média por metro quadrado se situa em 130 USD, conforme gráfico ilustrativo nesta página.

Moçambique, apesar de ter as zonas de maior referência para aluguer e venda de escritórios junto a orla marítima, tem preços menores que Luanda (observa-se nos gráficos ilustrativos), até porque continua a exibir uma boa performance económica, resultando como um destino de muitas empresas estrangeiras.

Em função deste cenário, o tecido empresarial moçambicano continua também a qualificar-se, principalmente na área das pequenas e médias empresas, segundo o estudo, e abre boas perspectivas para a evolução da procura de escritórios a médio prazo.

"A oferta é ainda marcada pelo desenvolvimento de projectos feitos à medida do ocupante, com forte presença de sedes corporativas individuais. A zona da Baixa, concretamente na avenida 25 de Setembro, e a avenida 24 de Julho, são os principais eixos neste mercado, sendo a primeira a referência em termos de valores prime", reforça conteúdo do estudo.

A renda prime em Maputo situa-se em torno dos 32 USD por cada metro quadrado, quatro vezes inferior a Angola, enquanto o valor de venda médio é de 2.370 USD por cada metro quadrado, um montante quase quatro vezes inferior ao praticado na Cidade Baixa, de Luanda.

O triângulo imobiliário Angola, Brasil e Moçambique remete-se à análise de mercados com especificidades diferentes, apresentando certa convergência na procura de espaços para escritórios da parte de investidores que escolhem estes países para desenvolver negócios e, unicamente, divergência na política de preços.

Metodologia dos estudos

Em Angola, a equipa da Proprime realiza, frequentemente, um trabalho de campo que permitiu levantamento actualizado do parque de escritórios da cidade de Luanda e de outras zonas de Angola.

Este levantamento permitiu aferir, atesta o estudo, qual o volume de metros quadrados em utilização (stock total), o volume de metros quadrados em construção e o volume de metros quadrados em fase de projecto.

De forma simultânea, com base nos trabalhos de avaliação imobiliária realizados, foi possível obter as rendas médias praticadas, os valores de venda por metro quadrado, e por último, as yields associadas a

cada um dos activos de escritórios analisados, ou seja, a taxa de rentabilidade esperada pelo investidor com a aquisição do imóvel, tendo em conta as características do mesmo, o inquilino do imóvel e o contrato existente.

A Proprime caracterizou o mercado de escritórios de Luanda considerando quatro zonas distintas, designadamente, zona prime (Marginal de Luanda), Cidade (abrange a Ingombota), Luanda Sul e Praia do Bispo.

Na avaliação do mercado brasileiro, em termos metodológicos os valores médios apresentados fundamentam-se na amostra recolhida de produtos imobiliários, inseridos nos empreendimentos que se enquadram no segmento residencial e de escritórios de alto padrão.

Os dados que compõem a amostra

dos empreendimentos levantados referem-se por um lado a imóveis pesquisados em trabalho de campo, que permitem manter uma base de dados actualizada, e por outro, a imóveis que foram objecto de avaliação e estudado pela Prime Yield, do Brasil.

Quanto ao estudo que reporta o mercado moçambicano, não consta a metodologia de avaliação para nenhuma das categorias, com incidência para escritórios.

Para Portugal e Cabo Verde o estudo não reporta este segmento imobiliário, o que provocou a não inclusão na base comparativa com Angola, Brasil e Moçambique.

6.24 Auto-construção dirigida

Jornal República

27 De Junho de 2014

Em declarações à Imprensa, o responsável disse que os lotes foram preparados pela administração municipal entre Abril de 2013 a Maio do presente ano, no bairro periférico Canjongui, vila Bocoio, e serão entregues aos cidadãos que solicitarem a sua concessão.

Francisco Rogério afirmou que a administração municipal do Bocoio já distribuiu 60 mil metros quadrados, a 60 requerentes, no âmbito do projecto "meu sonho, minha casa".

De acordo com o responsável, cada beneficiário recebeu da administração municipal mil metros

quadrados e do governo dos provinciais 3.500 tijolos, com vista a construir a sua residência.

Segundo ele, o projecto "meu sonho, minha casa" está enquadrado no programa de fomento habitacional gizado pelo executivo angolano para o combate à fome e à pobreza, que vai beneficiar cidadãos nacionais que vivem em péssimas condições habitacionais.

A responsável avançou que para a segunda fase do programa está previsto a preparação de dois mil e 86 lotes até Novembro deste ano.

A responsável deu a conhecer, por outro lado, que está a ser construído um fogo habitacional com 50 casas do tipo "T3", no bairro de "Epembe", periferia da vila do Bocoio, que beneficiará os antigos Combatentes e Veteranos da Pátria.

6.25 Avaliação da execução das casas sociais

Jornal República

27 De Junho de 2014

O vice-governador da província do Huambo para área técnica e infraestruturas, Calunga Francisco Quissanga, visitou hoje, quinta-feira, as obras de construção das casas sociais no município do Mungo, cuja vila localiza-se a 135 quilómetros a norte da capital provincial.

Falando a imprensa no final da visita, o responsável mostrou-se satisfeito com o grau de execução das obras, mas apelou para que seja intensificado o dinamismo, afim de que ainda este ano as casas sejam entregues aos beneficiários.

Das 200 casas a serem construídas neste município, de acordo com o vice-governador provincial, 115 destinam-se aos jovens, fundamentalmente funcionários da administração pública.

Calunga Quissanga mostrou-se optimista quanto a conclusão, ainda este ano, de um bom número de casas, já que algumas já estão na sua fase de conclusão no Huambo.

6.26 Desvios de fundos causam afastamento da SONIP na centralidades

Jornal Manchete

27 De Junho de 2014

Quase vinte dias depois do Presidente Eduardo dos Santos ter suspenso a comercialização de habitações nas novas centralidades, sob gestão da empresa pública, Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), processo que foi assumido por novas entidades, o Manchete apurou que tal medida presidencial surgiu na sequência de se ter verificado um desfalque nas contas daquela empresa, avaliado em milhões de dólares.

O montante em causa, segundo fontes deste jornal, é resultante das vendas resolúveis e do pagamento integral das habitações destas cen- tralidades.

O Manchete apurou, por outro lado, que muitos dos depósitos efectuados durante a segunda prestação destes imóveis, depositados nas contas da SONIP, continuam a sumir e aqueles que já pagaram a totalidade do valor dos imóveis não têm até agora o título do direito de superfície, correndo o risco de terem de provar a posse dos mesmos.

De realçar que, um dos maiores escândalos ligados à SONIP, para além do conturbado processo de vendas é à falta de cumprimento da entrega das habitações, mesmo depois dos valores pagos, é o desalojamento de moradores que já possuíam contratos dos apartamentos dos edifícios 30, 31 e 33 do bloco W e dos restantes blocos notificados alegadamente por serem habitações reservas de alguns ministérios, de empresas públicas e do Presidente do Conselho de Administração da Sonangol, de acordo com uma notícia publicada no Jornal de Angola, a 4 de Março do corrente ano.

A medida presidencial, para além de colocar termo à má gestão das referidas habitações e descaminho de elevados valores das contas da referida empresa, visa, igualmente, pôr termo à venda de residências, à margem dos canais oficiais, por parte de funcionários médios e de base da SONIP. Este esquema, tal como se comenta à boca pequena, é uma das principais causas da existência de quase mil clientes que já pagaram os imóveis que não existem e que se encontram na lista de espera sem qualquer garantias.

Recordar que o Chefe de Estado angolano criou uma comissão para proceder à transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa

Nacional do Urbanismo e Habitação que se encontram sob a gestão da SONIP em todo o país.

Esta comissão é coordenada pelo secretário de Estado do Tesouro, tendo por atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações.

Da mesma integra ainda os secretários de Estado da Administração do Território, da Justiça, o Presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIN, o presidente da comissão de gestão da SONIP e um representante da Casa Civil do Presidente da República.

DESOBEDIÊNCIA

Por outro lado, fala-se também que a "gota d'água" transbordou pelo facto de não se ter obedecido as orientações expressas do PR nos sentido de baixar os preços dos imóveis, tendo em conta o nível de vida das populações e a elevada e gritante crise de habitação no país, metas protagonizadas pelo MPLA no seu programa que visa à construção de um milhão de casas.

Recorda-se, por exemplo, em entrevista ao Jornal de Angola o PCE, Orlando Veloso, tinha prometido rever o modo de pagamento das habitações, passando a fazer cobranças mensais, como de resto manda a legislação em vigor no país em matéria de pagamento das rendas de imóveis, sem no entanto, alterar o preço total dos imóveis conforme orientou o PR. Na mesma entrevista ao Jornal de Angola, Orlando Veloso disse que os preços das casas se manteriam, contrariando as orientações do PR.

6.27 Luanda no top do ranking

Jornal de Angola
27 De Junho de 2014

O metro quadrado na venda de um apartamento na cidade de São Paulo, nas zonas consideradas de elevado padrão, custa em média 3.449 USO, ligeiramente superior a uma taxa de 10,5% ao custo médio de 3.086 USO da cidade do Rio de Janeiro. Em Moçambique, o preço da venda do m2 não difere em larga medida ao das duas cidades brasileiras. A diferença entre o mais caro do Brasil, em São Paulo, e de Moçambique, é de 440 dólares. Nas zonas prime

de Maputo, a Polana Cimento A e a Polana Cimento B, a venda do m2 de um apartamento T3 está em torno de 3.009 USO e 2.306 USO, respectivamente, uma taxa diferencial de 23,3%. Em Cabo Verde, os preços, nesta categoria, são reduzidos na Ilha de Santiago, a conhecida cidade da Praia, a capital do

país, pois a oferta é superior face a procura. Na prática, enquanto em

Santiago compra-se o m2 de um apartamento por 2.412 USO, na Ilha do Sal o preço supera-se a uma taxa de 8,6% - menos caro que na cidade de São Paulo. Entretanto, Luanda surge no ranking como o grande filão para os investidores do imobiliário com carteira de clientes à porta dos seus produtos. Na sua zona mais cara, a Marginal, o preço máximo da venda do m2 é de 9.254 USO, na compra de um apartamento T3. Ainda assim, o apartamento é mais caro que o preço mais elevado de São Paulo, pois custa 9.178 USO.

6.28 Mais habitações

Jornal República
27 De Junho de 2014

De acordo como o responsável, as primeiras habitações foram entregues aos 22 habitantes, na sua maioria jovem, após formalizar a documentação necessana, com destaque para o contracto de arrendamento e do pagamento da primeira prestação no valor de Akz 60 mil.

Júlio Amaro, que não precisou o valor global de uma habitação, disse que por mês cada beneficiário deverá, como forma de renda resolúvel, depositar no Banco de Poupança e Crédito o valor de Akz 30 mil kwanzas.

Referiu que, no âmbito do programa Nacional da Habitação foram construídas no município 100 casas do tipo T3, sendo 80 na sede municipal e 10 em cada sede comunal do Maka-Mombolo e do Chingongo, que serão igualmente distribuídas à população.

Os beneficiários Mário da Conceição e Martinho Ndalo, mostraram-se satisfeitos com a qualidade das suas novas habitações, lamentando o facto de não saberem até ao momento o custo real das referidas casas.

6.29 Novos investimentos elevam oferta de casas

Jornal Economia e Finanças
27 De Junho de 2014

Um apartamento com duas assoalhadas na Baixa de Luanda custa em média mais do que o dobro de um apartamento com a mesma dimensão em Talatona, enquanto um apartamento

de quatro assoalhadas em Talatona custa quatro vezes mais do que no Benfica, Viana ou Camama. Este e outros dados constam do "estudo do mercado imobiliário de Angola 2014, apresentado recentemente em Luanda.

Já na sua sexta edição, o estudo da Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária, foi apresentado numa conferência sobre "Novos veículos de investimento no sector imobiliário" e incide sobre as obras novas, em especial condomínios e edifícios de primeira linha.

O estudo conclui que o mercado imobiliário angolano regista um novo período de expansão, sendo os segmentos de habitação e escritórios os mais activos; Existem, no entanto, oportunidades de investimento que são transversais a todos os segmentos, com especial destaque para o retalho. e o imobiliário industrial.

"A emergência da classe média está a mudar o panorama do sector imobiliário em Angola", sem, no entanto, alterar o facto de a habitação na Baixa de Luanda continuar a manter preços não comportáveis para a classe média", indica o estudo que, entretanto, reconhece ainda que "as classes média-alta e alta continuam a ser o alvo da habitação promovida no centro de Luanda, mas começam agora a surgir diversos projectos destinados às classes com rendimentos mais baixos".

De acordo com o director da Proprime, Francisco Barros Virgolino, no mercado habitacional de Luanda assiste-se a um novo dinamismo, fruto do projecto âncora de requalificação da Baía de Luanda e do potencial de oportunidades face à emergência da classe média.

O responsável sustentou ainda que se assiste neste momento em Angola a uma procura mais alargada, consequência do aumento do poder de compra e da crescente profissionalização da indústria imobiliária.

Com efeito, não é alheia a este facto a maior abertura, por parte do Governo, na criação de mecanismos e programas que impulsionam o desenvolvimento económico e social e que permitem satisfazer as necessidades da população no que diz respeito ao acesso à habitação.

No estudo da Proprime, nota-se ainda que o mercado de escritórios de Luanda tem registado bons níveis de procura, em especial por parte de empresas das áreas financeira e petrolífera.

No turismo, a evolução da actividade em 2013 foi positiva, sendo este segmento considerado estratégico para a economia nacional.

Suportada por hotéis, a oferta imobiliária nesta área começa a ser marcada pelo surgimento

dos primeiros resorts, os quais conjugam valências hoteleiras e imobiliárias, sendo o golfe o principal produto turístico.

Enquanto isto, no retalho, são muitas as oportunidades para a diversificação e expansão da oferta, dado o ritmo de crescimento demográfico e as características populacionais, nomeadamente, elevado número de populações urbanas e classe média jovem a emergir, além dos novos hábitos e necessidades de consumo que daí resultam.

A análise da Proprime conclui ainda que uma das áreas imobiliárias com maior potencial de crescimento em Angola é o sector industrial e logístico.

Para tal concorrem factores como a escassa oferta nesta área e o crescimento do tecido industrial de Angola, isto no quadro da aposta na diversificação da economia, industrialização do país e necessidades de espaços de armazenamento face à importação de produtos.

Os números do estudo

Um apartamento da tipologia 1 (duas assoalhadas) na Baixa ou na Marginal custa em média quase 96 milhões de kwanzas, enquanto uma T2 anda à volta de quase 156. Apartamentos da mesma dimensão em Talatona não ultrapassam, em média, 39 e 67 milhões de kwanzas, respectivamente.

Já no Benfica, Viana ou Camama, os preços descem ainda mais. No Benfica, uma T3 custa dez vezes menos do que na Baixa e três vezes menos do que em Talatona. Aliás, para apartamentos de quatro assoalhadas, Saiu de Luanda continua a apresentar

o Benfica tem os valores mais baixos de Luanda entre as zonas referidas no estudo: 22 no Benfica, 26 em Viana e 23 milhões de kwanzas no Camama. Na Ingombota ou Maianga, o valor sobe para quase 117 milhões de kwanzas e na Baixa ou Marginal para 204.

Em relação às moradias, em Talatona, continuam a praticar-se preços que tornam a área mais exclusiva para a classe média-alta/alta, tendo em conta que a média de preços para uma moradia de cinco assoalhadas (V4) é quatro vezes superior àquilo que se poderá pagar por uma moradia das mesmas dimensões no Benfica ou no Camama.

Uma moradia T4 em Talatona custa quase 166 milhões de kwanzas, enquanto que no Camama esse valor anda pelos 48 e no Benfica pelos 40.

Segundo o estudo, nos escritórios, a procura continua a ser dominada pelas empresas dos

sectores petrolífero e financeiro, enquanto no imobiliário industrial, a auto-construção continua a ser dominante na oferta existente". Assim, apesar de uma oferta de cada vez maior qualidade, continua a verificar-se uma crescente escassez de espaços modernos disponíveis.

6.30 Preços na cidade capital já registam ligeira redução

Jornal Economia e Finanças
27 De Junho de 2014

O sector imobiliário nacional conheceu a partir de 2007 um crescimento vertiginoso na procura de residências de alto padrão fruto da carência habitacional que se registava principalmente em Luanda. No entanto, esta febre ou "boom" imobiliário registou um abrandamento em 2012, por um lado, em consequência da crise financeira internacional e, por outro, devido entre outros factores a forte intervenção do Estado através do seu programa nacional de fomento habitacional que veio acabar com a especulação e o monopólio do sector privado que actua no mercado imobiliário.

"Desde 2007, houve um crescimento no nível de preços, mas há dois anos que se regista uma tendência de abrandamento ou decréscimo dos valores. Portanto, o que se assiste agora é uma estabilização dos preços. Ou seja, a oferta continua a existir mas a um preço menor", afirmou Branca do Espírito Santo, presidente da Associação dos Profissionais do Imobiliário de Angola (APIMA), quando falava na cerimónia de lançamento de um estudo sobre o sector imobiliário que decorreu em Luanda no pretérito dia 19 do corrente mês.

A mesma opinião é corroborada pelo director geral da Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária, que se referiu sobre os dados do estudo que a sua empresa realizou sobre o sector. "O ramo como um todo registou um aumento no número de habitações e tudo aponta que haverá ainda um crescimento da oferta que se traduzirá em preços mais baratos para residências como para escritórios", afirmou Nelson Rego.

Recorde-se que em Luanda a zona do centro urbano (Baixa/Marginal) continua a registar os valores mais elevados dos apartamentos onde o preço médio se fixa em 866 mil kwanzas por metro quadrado. Nas moradias, a zona do Talatona apresenta um valor

unitário médio na ordem dos 477 mil kwanzas, o metro quadrado.

Crédito para o imobiliário

Segundo Branca do Espírito Santo, que também é uma das responsáveis da Imogestim, empresa responsável pela comercialização das residências do projecto Nova Vida, o mercado imobiliário está muito condicionado e relacionado com a taxa de crescimento demográfico, razão pela qual está igualmente concentrado em Luanda, onde uma franja significativa da população afirma ter dificuldade de acesso aos projectos habitacionais devido à falta de crédito.

No entanto, a responsável da Apima contraria essa afirmação com dados estatísticos. Segundo ela, o crédito para o sector imobiliário tem estado a crescer desde 2009, altura em que se registou uma cifra de seis por cento do total de crédito concedido à economia. Esse valor cresceu para 10 por cento em 2010 e 14 por cento em 2011.

Intervenção do Estado

De acordo com Branca do Espírito Santo, a intervenção do Estado no sector tem estado a promover o segmento de média e baixa renda quer seja através das novas centralidades ou por meio do programa de auto construção dirigida. "A introdução da renda resolúvel nos projectos habitacionais do Governo veio facilitar o acesso à habitação, agora é preciso que haja maior controlo no acesso de modo que mais pessoas beneficiem" referiu.

Segundo a responsável da Apima, ainda neste âmbito o Ministério do Urbanismo e Habitação prevê construir 200 residências em todos os municípios para incentivar a construção dirigida. Na mesma senda, o Plano Nacional de Desenvolvimento prevê a construção de 400 mil fogos habitacionais até 2017.

Branca do Espírito Santo referiu ainda que estudos apontam que mesmo com a intervenção do Estado estas quantidades de projectos imobiliários não satisfarão totalmente as necessidades ou demanda a longo prazo. Facto que constitui uma enorme oportunidade para que outros investidores possam apostar no sector.

Desafios do sector

O sector imobiliário em Angola oferece alta taxa de rentabilidade, mas existem também muitos desafios que ainda precisam de ser suplantados. Tais como a necessidade de criar-se mecanismos que permitam maior celeridade na regularização jurídica dos

imóveis (segurança), rapidez na aprovação dos projectos (licenças de obras), definição de um prazo máximo para aprovação das actas e dos planos directores provinciais, assim como a aprovação da lei do arrendamento, bem como a criação de instituições de formação de avaliadores imobiliários.

6.31 Sociedade do ramo imobiliário reportam à comissão do mercado para ativar fraude e burla no sector

Jornal Economia e Finanças

A comissão do Mercado do Capitais (CMC) vai supervisionar o sector imobiliário de modo evitar situações de fraudes ou outras atitudes dos promotores imobiliários que estejam à margem da lei. A CMC vai supervisionar os fundos imobiliários e as sociedades gestoras que por sua vez terão de reportar à CMC as suas contas e actividades.

Segundo o director da Proprime, Nelson Rego, trata-se de uma inovação na medida em que esse serviço não existia há 10 anos na actividade de promoção imobiliária. O que vai acontecer com este tipo de veículo, nomeadamente, os fundos de investimentos imobiliário, é que os créditos serão mais baratos e por conseguinte os preços dos imóveis vão baixar também, ou seja, mais pessoas terão acesso à habitação. "É uma cadeia de valor que se irá alterar com este novo tipo de instrumentos", garantiu Nelson Rego,

Tal serviço surge na sequência de casos de burla que se registaram durante a fase de "boom" do sector em que clientes compravam os imóveis a partir da planta, mas demoravam muitos anos a receber as residências e nalguns casos não recebiam. "Em tempos, houve no sector situações que correram mal. Mas, seguramente, agora com maior profissionalismo e novos tipos de instrumentos, estas situações serão substancialmente reduzidas ou eliminadas", referiu.

Em entrevista concedida ao TE, Claudino Buta, director do Departamento de Supervisão de Organismos de Investimento Colectivo, explicou que os fundos de investimento imobiliário são veículos de financiamento de projectos imobiliários que servem de alternativa fora do crédito bancário.

"Esses fundos têm um impacto positivo no crescimento económico na medida em que criam benefícios às empresas e famílias porque permitem a redução de custos", afirmou.

Actualmente, a CMC tem registo de apenas dois fundos de investimento mas, à medida que o sector se desenvolver, surgirão mais. Cláudio Buta referiu que enquanto regulador a CMC não existe para limitar nem facilitar os fundos mas sim para regular ou garantir que os investidores

que colocam o seu dinheiro no fundo estejam protegidos e os seus direitos salvaguardados e cumpridos.

Outras oportunidades

No dizer de Branca do Espírito Santo, presidente da associação que congrega os profissionais

deste sector, o mercado imobiliário desempenha um papel importante para o crescimento da economia do país por ser gerador de muita mão-de-obra. Além disso, permite que o cidadão exerça a sua cidadania tendo acesso ao direito fundamental que é a habitação.

A dirigente afirmou que além das residências, escritórios ou centros comerciais existe também

uma grande procura para o sector imobiliário industrial. "É um segmento de mercado que oferece grandes oportunidades de negócios sobretudo nas zonas de implementação dos pólos industriais, em Luanda com realce para a zona de Cacucaco que está em franco crescimento", disse.

A nível do sector turístico também houve aumento de oferta e há vários centros em construção tanto em Luanda como noutras provinciais. "Tudo isso são oportunidades que o sector privado deve aproveitar", lembrou. Neste quesito, importa referir que as taxas de ocupação dos hotéis ao longo do ano passado foi de 75 por cento e as tarifas médias diárias variaram entre 280/300 dólares por noite. "São dados que atraem qualquer investidor", acrescentou Branca do Espírito Santo.

Realça-se que as taxas de rentabilidade no investimento imobiliária, em Angola, são elevadas, numa média superior a 25 por cento de retorno, considerando a reduzida maturidade do mercado. No âmbito da Lei do Investimento Privado, foram aprovados para o sector imobiliário incentivos fiscais que variam em função das zonas em que os projectos estão localizados.

6.32 A rede desapareceu do mapa

Jornal A Capita

28 De Junho de 2014

Presidente da República, José Eduardo dos Santos, suspendeu recentemente a comercialização de habitações nas novas centralidades sob gestão da empresa pública Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) para que novas entidades pudessem assumir um processo que tem

previsto a abertura da segunda fase.

O despacho presidencial assinado pelo Chefe de Estado dá conta da criação de uma comissão para proceder a transferência para a esfera do Estado e ao balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa nacional do Urbanismo e Habitação até então sob gestão daquela subsidiária da Sonangol em todo o território nacional.

A nova unidade, como já se sabe, é coordenada pelo Secretário de Estado do Tesouro, que tem como atribuição propor um novo sistema de comercialização das habitações. Até aqui tudo bem.

O curioso, no meio de tudo isso, é que antes mesmo da publicação da nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República a dar conta do despacho do Chefe do Executivo, a Polícia Nacional anunciara a detenção de sete supostos funcionários da SONIP, acusados de pertencerem à uma rede que se dedicava à venda ilegal de apartamentos na Centralidade do Kilamba, no município de Belas, ao mesmo tempo que procediam ao mesmo estratagema na confrade habitacional de Cacuaco.

Pelo menos daquilo que se tomou público, os supostos detidos e os demais comparsas - a existir, é claroterão vendido ilegalmente mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba, onde se fala, inclusive, da venda de um mesmo apartamento a duas famílias, apesar dos preços e modalidades praticadas não terem sido reveladas.

Acontece, porém, que a mesma Polícia que se revelou lesta a anunciar aos quatro ventos, perante a África e ao Mundo, este "achado arqueológico" (detenção de elementos da referida rede de burladores) é a mesma que observa agora um tumular silêncio, visto que até agora não conseguiu apresentar publicamente os implicados nesta negociata já a contas com a justiça, como, aliás, acontece em vários cenários.

Este facto pode revelar a existência de dois pesos e duas medidas, se se atender a rapidez com a corporação se propõe a apresentar ao público simples "pilha-galinha". Mas, sobre este assunto, sem avançar pormenores, o porta-voz do Comando Provincial da polícia Nacional, inspector-chefe Mateus Rodrigues, garantiu, na ocasião, que as investigações prosseguiriam com vista a identificação dos restantes

membros do que se supõe ser uma rede que malbaratava as habitações através de métodos pouco ortodoxos.

Seja como for, há toda uma necessidade de apresentação das pessoas já detidas, sob pena de se levantarem especulações sobre o anúncio da suposta detenção dos mesmos e o despacho presidencial que culminou com a suspensão da comercialização de habitações por parte da SONIP.

Sabe-se, pois, de antemão que o processo de venda dos apartamentos da centralidade do Kilamba, por exemplo, apenas para citar este projecto habitacional, esteve grávido de irregularidades e denúncia de esquemas de corrupção, expedientes que de alguma forma tomaram inacessíveis aos agregados mais desfavorecidos, quando se sabe que o principal objectivo passava por garantir dignas condições de habitabilidade.

Tal como se adivinhava no início, os supostos elementos detidos por pertencerem à uma alegada rede de burladores que malbaratava património das centralidades não tiveram pejo nenhum em comercializar mais de 100 apartamentos da forma como bem lhes recomendava a pura gana.

Se o Presidente da República "bateu o pé" com o quase afastamento da SONIP do processo de comercialização por práticas pouco ortodoxas de elementos a si afecta, é a vez da Polícia Nacional tomar a peito o assunto e procurar identificar os demais integrantes desta suposta rede, como forma de prevenir males maiores.

6.33 Fundo imobiliário pode tornar crédito barato

Jornal A Capital

28 De Junho de 2014

Vão permitir as pessoas aceder à habitação como não conseguiam no passado", acredita Nelson Rêgo, referindo-se ao fundo de fomento habitacional e ao sector ligado ao investimento imobiliário, dois instrumentos financeiros recentemente criados pelo Estado.

O consultor admite tal possibilidade pelo facto de tais mecanismos garantirem acesso a créditos para fim habitacional menos oneroso, o que, segundo ele, "vai também tomar essa habitação com mensalidade de acordo com a possibilidade da população".

Fontes bancárias revelaram a este jornal que o crédito habitacional tem sido nos últimos tempos uma das modalidades de empréstimo mais solicitadas no

mercado. Mas é também o produto que a banca menos disponibiliza.

Entidades como o bancário Mário Mendonça, responsável por uma das agências do Banco de Poupança e Crédito (BPC) fazem saber, por exemplo, que jovens dos mais vários estratos bateram em portas daquela instituição financeira com um propósito: obter um empréstimo destinado à aquisição de uma habitação condigna.

Entre as centenas de pessoas que procuraram pelo BPC está o professor Jorge Panzo, que para mal dos azares, saiu, pela segunda vez consecutiva, mal sucedido, assim como Marta João cujo pedido continua a espera de aprovação junto daquele banco de capitais públicos. "Não me dizem nada até agora", situou-nos Marta, desesperada.

Se Marta João ainda aguarda por um "não" ou um "sim", para Jorge Panzo, a possibilidade de um "sim" parece remota, razão pela qual já pensa em tentar a sorte noutros bancos, à semelhança do Banco de Fomento Angola (BFA), onde, segundo fonte junto daquela instituição, já perfilam inúmeros processos com a mesma finalidade, ou seja, solicitando acesso a crédito à habitação.

Operadores bancários admitem que aumento de pedidos para crédito habitacional esteja associado à abertura recentemente do processo de venda de apartamentos nas quatro centralidades da província de Luanda, onde os preços atraem o interesse de boa parte de cidadãos detentores de um rendimento médio.

Ocorre, entretanto, que são poucos os candidatos que se dizem ter saído bem sucedido junto dos bancos.

Responsáveis de bancos justificam a quase «inexistência do crédito à habitação com explicações que poderão não convencer quem se bate por uma habitação de sonho. Sublinham que o produto em causa é, no conjunto' dos que a banca coloca à disposição do mercado, o que mais está associado aos riscos que afundam o negócio bancário.

Pelo menos é o que se deduz das declarações do bancário Mário Mendonça, que apresenta como razões o facto de existirem no mercado factores que limitam o crédito habitacional.

Mendonça referia-se mais propriamente a factores que se prendem com o facto de serem bastante insignificantes os depósitos de longo prazo, enquanto fontes que, à partida, sustentariam os empréstimos para projectos habitacionais.

<<A nossa estrutura de depósito é feita por depósitos de curto e médio prazos quando o crédito habitacional exige claramente reembolso de longo prazo», disse o bancário, que se serve desse mesmo argumento para explicar a imaturidade do sistema financeiro face a este aspecto concreto.

Além disso, segundo disse, as garantias que se oferecem não dão total segurança ao banco de que o cliente venha, ao cabo do tempo acordado, reembolsar o dinheiro a si confiado.

«Muitas vezes, o credor perde a capacidade de honrar os termos do contrato logo nos primeiros anos», disse o bancário, referindo-se a casos em que o cliente se vê desprovido de rendimento em consequência de eventual perda de emprego, uma vez ser esta uma das condições para que os jovens se possam habilitar a um crédito habitacional.

Para além disso, acrescenta, coloca-se ainda o facto do mercado continuar a ser de alguma incerteza, um pouco devido à lição apreendida aquando da crise económica mundial, o que, segundo o economista, leva os bancos a cederem crédito com alguma prudência e, em alguns casos mesmo, fechando-se por completo quando sobre a mesa estiver pedido relativo a um crédito à habitação.

Mesmo assim, Mário Mendonça diz existir no mercado um ou outro banco que, como sublinhou, «se expõe ao risco de financiar a compra de uma habitação». E quando tal sucede, segundo disse, fazem-no sob critérios muito mais rígidos, com as taxas de juro a serem o obstáculo para quem se apresente a um banco concorrendo para a obtenção de um crédito habitacional.

O bancário reconhece que os juros praticados no mercado são ainda elevados, o que, segundo disse, condiciona a concretização do sonho de casa própria para muitos jovens angolanos. Uma realidade reconhecida em tempos pelo director do Instituto Nacional de Habitação, Eugénio Correia.

É que a taxa de juro para um crédito à habitação está, segundo números disponíveis, situada em 30 por cento, o que, aos olhos de Eugénio Correia, representa uma autêntica especulação, para além de ser impraticável em qualquer parte do mundo.

Em declarações públicas, o responsável disse que em nenhum momento se habilitaria a aquisição de uma casa com recurso a um crédito contratado em condições similares às praticadas pela banca angolana.

Mas o quadro pode, num futuro próximo, sofrer uma inversão, em função da criação pelo Estado de

instrumentos financeiros como o fundo de fomento habitacional e o ligado ao investimento imobiliário.

6.34 Luanda com rendas mais caras de África

Jornal A Capital

28 De Junho de 2014

O acesso a uma habitação condigna no mercado angolano começa a tornar-se menos oneroso, ao contrário do que foi até há poucos anos. Pelo menos é o que constatam especialistas como o consultor Nelson Rêgo, alguém que se dedica ao estudo daquilo que é o comportamento do mercado imobiliário do país.

"Já acontece com o projecto das novas centralidades, onde já é possível ter um T2, T3 e pagar uma renda de 400 a 500 dólares", sustentou, garantindo que assim será "no futuro também para aqueles que querem dinamizar os seus negócios".

O consultor chega a tal conclusão servindo-se de dados constantes no mais recente estudo da Proprirne, empresa de que ele é o director geral.

Dados disponíveis revelam estarem já concluídas cerca de 170 mil habitações nos projectos de novas centralidades, o que, segundo Nelson Rêgo, tem permitido alargar a oferta existente.

Apesar de tal oferta, facto mesmo é que a demanda continua, de longe, a ser de tal tamanho em função do défice acumulado ao longo de todos esses anos em que o país careceu de investimentos em projectos habitacionais para os distintos segmentos de consumo.

A realidade, entretanto, explica o facto do mercado dispor ainda de espaço para o negócio detido por senhorios associados à comportamentos gananciosos. Essa é, aliás, a razão das queixas que vêm de quem, por força disso, é obrigado a suportar rendas proibitivas.

"Aumentam o preço quando bem entendem", reclamou Custódio Armando. O funcionário público disse que vive em casa arrendada há bastante tempo.

Ou seja, após ter constituído família, imperativo que o obrigue a recorrer a uma casa arrendada, por não dispor de habitação própria.

"O combinado era aumentar apenas 50 dólares, mas ele aumentou logo 100 dólares", lembra, referindo que o aumento sobre o que pagava anualmente embaraçou, e de que maneira, todas as contas.

"Tive que fazer contas à vida", deplorou Custódio Armando, queixando-se da casa em que habita, cujas condições não atendem o binómio preço/qualidade.

Diz que por ano paga qualquer coisa como 4 mil e 200 dólares, equivalentes a cerca de 350 dólares mensais.

"É um preço exagerado para a qualidade", lamentou.

Quem também se mostra desapontado com o que considera preços exagerados do arrendamento é o professor Eugénio Miguel.

Não é que não tivesse noção do que se praticava no mercado. Ou seja, tinha consciência de que a factura não seria barata, mas, como disse, nunca contou que chegaria tanto.

"Pago semestralmente cerca de três mil dólares", revelou.

Estes valores são empregues em uma residência de dois quartos, sala, cozinha, wc em quintal individual.

Eugénio reconhece que viver em quintal privativo é sempre mais confortável, mas lamenta o facto de se tratar de residência localizada em zona de condições precárias, o que, para ele, não justifica o valor da renda a si cobrada.

"Não tenho energia e tão pouco água disponível", queixou-se, apontando isso como razão que o leva a pensar seriamente na aquisição de um terreno para edificar as quatro paredes para a sua futura casa. "É o mais certo a fazer", disse, considerando que fora do qual "estamos a desperdiçar dinheiro que podia ser bem empregue".

Só que a compra de um terreno também é outra "dor de cabeça", em função da alta dos preços praticada no mercado.

Na zona do Zango, onde Eugénio Miguel supunha encontrar preços mais competitivos, um espaço com dimensões para uma habitação normal está ao preço de 18 mil dólares. "É muito por agora", considerou, dizendo-se apenas em condições de pagar terreno ao preço de até 10 mil dólares.

"É isso que está difícil de encontrar", salientou.

Não obstante ao valor que se cobra pela residência pessoas como Fernando Gaspar dizem-se sem

segunda opção. Razão pela qual exigem que o senhorio dade para a sua família.

"Se a casa compensa, então pago o que ele cobra", sublinha Gaspar.

Conhecedor do mercado, Gaspar já entende minimamente como isso funciona e, por isso, diz não ter como deixar-se enganar.

"Nunca aceito pagar muito por uma casa em péssimas condições", assegurou.

Para ter acesso à residência que ocupa no momento ele teve de pagar o valor de 4 mil e 800 dólares para um ano, satisfazendo a exigência do proprietário que, à semelhança da generalidade do mercado Luandense, coloca o pagamento de rendas anuais como condição essencial.

"Só paguei porque a casa é boa", explicou.

Central idades: Ainda não é desta

Apesar da oferta viabilizada pela abertura das novas centralidades, Eugénio Miguel prefere manter-se aí onde está a ter que concorrer para um apartamento em tais projectos.

"Seria uma aventura:", considerou, aludindo-se ao facto de, como disse, não dispor de um salário com poder aquisitivo para tal.

Para tal decisão, o professor fez, antes, uma série de contas cujos resultados o desaconselhararn a entrar no corre-corre para o acesso a uma habitação até há pouco oferecidas nas novas centralidades. Tudo por razões que têm a ver com o facto de os condomínios envolverem uma série de obrigações que, no fim das contas, acabam por encarecer, ainda mais, as despesas mensais.

"Por isso não concorra", justificou, afirmando que "construindo por conta própria gastaria menos do que o valor total da compra de um apartamento".

Quem também decidiu recuar foi Custódio Armando. Ele entende que cada um deve viver em função das suas possibilidades financeiras.

Ainda assim há quem, como José Ernesto, não hesitou diante de tal possibilidade, concorrendo para um apartamento mesmo sem saber como faria para pagar as prestações exigidas.

"Decidi enfrentar mesmo assim", contou Ernesto, que diz tratar-se de uma opção que decorre da necessidade em fugir das rendas por algo que, no final, acabaria por não ser propriedade sua.

"Gastamos muito por algo que vamos devolver a qualquer instante", explicou, para depois referir que "me arrisquei por uma casa que será definitivamente minha".

Entretanto confessa que os seus primeiros meses foram difíceis, tanto é que contraiu dívidas, fez empréstimos, tudo na tentativa de ver concretizado o seu sonho da casa própria.

"Fiz de tudo", confessou.

E quem também não hesitou é Carlos Augusto, que apostou alto num apartamento na Cidade do Kilamba, onde já reside a caminho de dois anos .

"Estou à sofrer hoje, mas sei que vai valer a pena", salientou.

Enquanto vivia do arrendamento, Carlos disse que esteve sempre atento aos movimentos do mercado imobiliário, a espera da primeira habitação condigna que pudesse surgir fora do mercado.

6.35 Metro quadrado capital bate recorde de preços

Jornal A Capital

28 De Junho de 2014

Luanda é a segunda capital com a renda por metro quadrado mais cara em África, segundo um estudo sobre tendências do mercado imobiliário angolano, atribuído à consultora Deloitte Angola.

De acordo com tal estudo, os preços por metro quadrado na capital angolana chegam a dobrar o valor do arrendamento praticado em mercados como da Nigéria.

Para exemplo, refere que o valor da renda por metro quadrado no centro da capital angolana situa-se em tomo de 150 dólares, sobretudo no segmento de escritórios.

"É uma renda muito elevada", constatou Diogo Rodrigo, da consultora Zenki Real Estate, que não teve receio em olhar para esses valores como sendo mesmo das mais altas do mundo.

A Proprime, por sua vez, traz, no seu mais recente estudo sobre mercado imobiliário angolano, uma realidade similar. Diz que a zona Baixa/Marginal de Luanda continua a registar custos mais elevados dos apartamentos, onde o valor médio se fixa em 8.900 dólares por metro quadrado.

Nas moradias, a zona tio Talatona apresenta um valor unitário médio por metro quadrado de 4.900 dólares.

Confortante, porém, é facto da 6ª edição do estudo sobre o mercado imobiliário angolano apresentar uma realidade agora bem melhor do que se viveu até recentemente, como resultado da intervenção do Estado, que fez surgir diversos projectos destinados à classes com rendimentos mais baixos.

O estudo alude-se às novas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Zango, Km 44 e Musseque Capari, assim como a requalificação em curso nos municípios do Cazenga e Sambizanga.

Considerando o aumento da oferta em zonas além de Talatona, o estudo conclui que deverá assistir-se a um ajustamento dos valores de mercado.

6.36 Plano Director fica pronto em meados do próximo ano

Jornal de Angola
28 De Junho de 2014

A elaboração do "Plano Director Geral Metropolitano de Luanda" (pDGML), iniciado em Dezembro de 2013, está a decorrer de acordo com o previsto, informou na quinta-feira, aos órgãos de comunicação, a coordenadora.

Neusa Inglês falou à imprensa durante uma reunião que decorreu no salão nobre do Governo Provincial de Luanda, com as cinco empresas associadas, que apresentaram o estado de evolução dos trabalhos do PDGML.

A elaboração do plano está no final da sua primeira fase, período em que foram recolhidas informações e planos estratégicos em todas as vertentes do desenvolvimento de Luanda, como a parte urbanística, infra-estruturas, equipamentos sociais e económicos, para se dar uma solução orientadora e estratégica numa visão até 2030.

O objectivo, explicou Neusa Inglês, é que este Plano seja auto sustentável, para suportar as suas despesas, através de meios financeiros obtidos no exterior do país ou a nível local.

Para o êxito desta tarefa estão envolvidos todos os organismos privados, ministeriais, gabinetes de reconversão urbana e empresas contratadas para elaboração de planos municipais. "O plano é composto, entre outros, por pólos de centros históricos, corredor de desenvolvimento, áreas residenciais, industriais, Educação, Cultura, Saúde, Hotelaria e Turismo e administrativas", indicou.

Sobre a rede viária e transportes públicos, apontou que constam do plano director a construção de estradas primárias, secundárias e terciárias, assim como estações principais (paragens de transportes), vias de alta velocidade, redes ferroviárias locais, vias rápidas de autocarros e marítimas. Neusa Inglês adiantou que a apresentação definitiva do Plano está prevista para o primeiro semestre de 2015.

6.37 Bairro Operário aguarda pela requalificação

Jornal de Angola
30 De Junho de 2014

Cenário de mil e uma histórias, Bairro Operário nasceu na década de 1930 e, devido ao seu traçado, foi chamado "musseque sem becos". Berço de figuras importantes das artes, do desporto e da política, aguarda pela requalificação, que se espera venha trazer melhores condições de vida para os seus moradores.

Apesar das mudanças que se registam nos últimos tempos, com a maioria das antigas casas a serem transformadas em moradias, algumas das quais de alto padrão, o Bairro Operário mantém vestígios do outro tempo.

Quando começou a ser habitado, nos anos 1930, por antigos moradores da zona baixa da cidade obrigados a mudar-se por força da urbanização e, sobretudo, por causa da construção de edifícios administrativos, a maior parte das casas do BO era de pau-a-pique.

Mas, ao contrário de outras zonas da periferia, a construção do bairro obedeceu a um escalonamento, embora as ruas não fossem asfaltadas, com a terra vermelha a levantar-se em nuvens de poeira que deixavam as casas caiadas cor de tijolo. Não havia rede de saneamento, nem água, nem luz eléctrica.

Considerado o "musseque sem becos", mantém as ruas bem traçadas e alinhadas, apesar de algumas "puxadas" para aumentar as áreas de residência. Famoso pelos craques de futebol que deram os primeiros pontapés na bola no antigo campo pelado, o BO foi também o berço de figuras proeminentes da música popular urbana de Angola.

No desporto, Demosthenes de Almeida levou muitos miúdos à prática de exercício físico e, em particular, do atletismo. O seu nome está gravado no desporto angolano.

Foi numa das velhas casas do BO que se formou o Ngola Ritmos, agrupamento precursor do Semba,

ritmo genuinamente angolano, considerada por muitos um símbolo da cultura nacional.

Os angolanos, no Bairro Operário, nunca deixaram de expressar as suas alegrias e tristezas através da música e da dança. Em vários recintos, eram organizados os chamados bailes, com farras para todos os gostos e bolsos. Ali aconteciam outras manifestações culturais, mas a música sempre foi o ponto mais alto.

Com canções de intervenção, os músicos angolanos reivindicavam os direitos ignorados pelos

colonialistas. As opções iam das festas de quintal, onde a vedação com aduelas e o chão de terra batida atraíam os convivas e inspiravam os dançarinos, aos bailes organizados por várias agremiações, com destaque para o Desportivo União de S. Paulo.

No Bairro Operário também se realizavam desfiles de Carnaval que ficaram famosos e eram atracção para gente de toda a cidade, que não se importava de sujar os sapatos na poeira vermelha. Afinal, musseque vem da aglutinação de "mu" (lugar) e "seke" (areia), na língua quimbundo.

Memórias de um ancião

Fernando Menezes tem 75 anos de idade, na sua maioria vividos no BO. "Conheci o Bairro Operário em 1957. Não era como hoje.

Eram casotas feitas com ramos de coqueiro que eram espetados no chão dentro de latas de manteiga ou chouriço e cobertas com mateba. Já na década de 60, os comerciantes começaram a vender madeira aqui no bairro e fizeram-se casas de pau-a-pique até mesmo

no Sambizanga", recorda. O mais velho Menezes lembra ainda que daquele bairro fundado,

sobretudo, por trabalhadores dos caminhos-de-ferro "saíram grandes figuras", de que destaca comerciantes, desportistas, músicos e, como não podia deixar de ser, farristas.

Embora as ruas não fossem asfaltadas, era raro haver alagamentos no tempo das chuvas.

"Aqui havia muita areia. A partir da Anangola até ao São Paulo, era tudo areia, podia chover ficava sempre bem. Não havia lixo.

Agora nos meteram esse barro e uma pessoa a andar suja logo os sapatos e as calças", reclama.

Mais preocupante para aquele antigo morador é a falta de segurança. Recorda que antes se podia

circular até de madrugada. Os delinquentes formavam grupos que lutavam entre si. Hoje, é um perigo circular depois das 20 horas, porque "os miúdos estão muito assanhados e não deixam as pessoas andar a qualquer hora".

Amá fama que atrapalha

Mas nem só de rosas é feita a história do BO. Se o bairro é vangloriado pelos bons filhos ali nascidos, também é mal afamado pela boemia e "casas de vida" de que muitos falam, mas negam ter frequentado.

Tio Menezes recorda que após início da luta armada de libertação, em 1961, houve um aumento do número de militares portugueses em Angola e o Bairro Operário era muito frequen-

tado pelos soldados, que ali procuravam os mais diversos tipos de diversão. Com tanto dinheiro a circular, o bairro passou também a ser frequentado por mulheres de vida fácil.

"Elas vinham de Portugal, mas havia as nossas irmãs angolanas também", diz. "Mas quando o

MPLA chegou, acabou com isso", referiu. Pedro Santana é português e desde que veio para Angola sempre viveu no BO.

Também ele diz que as prostitutas "vinham de Portugal. "As mulheres que se prostituíam aqui não eram angolanas, vinham da Ilha da Madeira para satisfazer na sua maioria a tropa portuguesa que se instalava aqui. Mas isso foi ultrapassado depois de 1975, o que ficou é só mesmo História".

Outros moradores antigos e actuais reprovam e ficam mesmo ofendidos com esse tipo de

comentários. "Não sei por que se diz que este é o bairro da prostituição. Aqui reside boa gente. As moças daqui são decentes. O passado é passado", reclama William João.

A residir na casa que pertenceu à sua avó, William diz que o bairro que viu nascer Liceu Viera Dias, Amadeu Amorim, Elias Dya Kimuezu e outras grandes figuras das artes, do desporto e da política, e onde viveu e teve o seu consultório de medicina o primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto, merece outra consideração.

À espera da requalificação

Os moradores do BO aguardam com ansiedade a execução do projecto de requalificação, que

prevê melhorar as condições de habitação, com espaços planeados para densidades apropriadas, obedecendo aos padrões urbanos internacionais, de acordo com o que foi anunciado pelas autoridades.

O projecto inclui a criação de postos policiais, serviços médicos, equipamentos desportivos e recreativos, arruamentos, redes eléctricas, de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.

Linda João, 60 anos, reclama da actual situação do bairro, cujas ruas estão cada vez mais a ser tomadas pelo lixo e pelas águas dos esgostos. "Estamos cansados de solicitar (ajuda) à administração", afirma a comerciante. "Falta água, falta luz, a requalificação demora a chegar. Estamos cansados. Somos comerciantes, nossos filhos estão sempre nos hospitais com paludismo ou diarreia por falta de um bom saneamento no bairro", acrescentou.

Os moradores sabem que o processo está em curso e que há obstáculos por ultrapassar, antes das obras arrancarem em força.

O principal constrangimento é a expropriação das habitações informais e dos espaços comerciais que existiam um pouco por todo o bairro e pelo Distrito do Sambizanga, no geral.

No BO, além da pracinha, existem muitas casas comerciais, salões de beleza, barbearias, alfaiatarias e lojas de móveis, sem falar nos quintais de capuca e nas famosas "janelas abertas", que se podem encontrar a cada esquina. Todas as situações estão a ser acauteladas e os moradores do BO dizem que os sacrifícios de hoje vão ser recompensados amanhã.

6.38 Luanda, a Mega cidade

Economia e Mercado

Junho 2014. Ano 16. N°117

A notícia da criação de uma comissão interministerial para acompanhar e coordenar a aplicação do Plano Director de Luanda (PDL) é boa porque implica que existe um reconhecimento que as coisas não vão bem, mas revela que afinal não temos um PDL, como se fazia crer. Ou seja, os projectos do boom imobiliário da capital, iniciados há cerca de dez anos, foram licenciados sem o fio condutor de um verdadeiro plano director - não admira algumas atrocidades que foram cometidas, sobretudo no casco urbano de Luanda.

Mas o de pacho deveria surpreender qualquer novo licenciamento acima de uma certa volumetria, enquanto o PDL não estivesse concluído, pois só

uma medida drástica dessas acelerará a aprovação dum plano director para a capital.

Uma mega cidade tem mega problemas. Mega problemas exigem mega soluções. Isto para dizer que o modelo de governação de uma mega cidade não pode ser igual ao modelo de governação de uma mini cidade ou de um muni ópio rural. A introdução recente do conceito de "cidade" e de "distrito urbano" no ordenamento administrativo é um sinal positivo, mas sabe a pouco. Fica a ideia que o modelo de governação para a grande Luanda não foi aprofundado quanto devia, o que está na origem de conflitos de jurisdição conhecidos da opinião pública.

Ao nível do modelo de governação da capital, há que separar claramente funções de soberania

de funções de gestão de infra-estruturas e serviços urbanos. A minha opinião, os governadores

devem ter apenas funções de soberania, ficando a gestão a cargo de entidades vocacionadas para o efeito. A figura de "comissão administrativa" antecipa o modelo do executivo municipal que deverá emergir do poder autárquico e por i o pode ser um bom ensaio. Seria importante assegurar quanto ante um mecanismo de peso e contrapesos, ou seja, algo a temperar o poder

das comissões administrativas, enquanto não há órgãos eleitos. Nesse sentido, porque não ampliar a composição das comissões administrativas com membros não executivos indicados por forças políticas e sociedade civil?

O que toca ao financiamento das cidades, o caminho passa pelo princípio do utilizador pagador, como nos ca os de fornecimento de energia, água e até a Internet. É que as infra-estruturas comuns não podem ser financiadas totalmente a fundo perdido, nem os serviços de limpeza devem ser suportados directamente pelo erário público. É pois necessário repensar a estratégia de financiamento do poder local na base do princípio do utilizador pagador.

Sobre as comissões administrativas das cidades, diga-se que este tipo de órgão tem de ser visto como um conselho de administração de uma qualquer grande empresa, com os seus planos e orçamentos assentes numa verdadeira autonomia financeira, configurando uma gestão do tipo empresarial, e garantindo-se os mecanismos de prestação de conta e fiscalização.

6.39 Um bálsamo chamado centralidades

Economia e Mercado

Junho de 2014. Ano 16. N°117

Quatro centralidades estão a ser construídas na província de Benguela, com cerca de 2 000 casas cada uma, perfazendo um total na ordem das 8 000 habitações. O poder local prevê ainda erguer uma urbanização de renda média-alta, na qual se comercializarão perto de 5 mil lotes, já a partir deste mês de Junho. Mesmo com estes números, alguns investidores locais consideram que estes projectos não eliminarão o défice habitacional da região, sendo antes um bálsamo e, deste modo, defendem que o Estado inclua os privados nesta empreitada. Quanto ao sector empresarial, estão em construção unidades industriais destinadas à produção de cerâmicas - o objectivo é que estas concorram para criar mais valor e emprego ao tecido económico e empresarial de Benguela.

A promessa de construção de um milhão de casas, constante do Programa de Governação do MPLA de 2008-2012, só agora se fará sentir na província de Benguela. De facto, tudo aponta para que seja este ano que esta importante província receba a sua primeira centralidade situada na Baía Farta e com cerca de 2 000 casas. As restantes três estão a ser construídas na Catumbela, no Lobito e em Benguela, todas elas também com aproximadamente 2 000 habitações cada uma.

Se o programa for cumprido à risca, e até 2015, Benguela contará com 5 mil novas moradias para colmatar o défice habitacional, ficando as restantes 3 000 para depois dessa data - o porquê de mais esta prorrogação temporal não fica claro, até porque, de acordo com fontes locais, mesmo as 8 000 habitações ainda estarão aquém das necessidades da população, mas vamos pressupor, até factos que demonstrem o contrário, que o dinheiro público necessário para terminar estas centralidades será aplicado noutros projectos igualmente importantes e que cumprem os requisitos exigidos para gerarem melhores condições de vida a outros cidadãos nacionais que precisem, de facto, ou criarem mais riqueza e emprego para outros que tanto necessitam.

De acordo com dados apurados pela Economia & Mercado, para além das moradias, dentro de dois meses, a população local poderá adquirir terrenos para fins habitacionais na reserva fundiária que contempla 1 200 hectares da zona turística da Baía Azul, no município da Baía Farta, onde está a ser desenvolvido um programa de loteamento para a construção dirigida.

Para o administrador da Indústria de Materiais de Construção naquela província, e presidente da empresa IPETALACOROLA, apesar destas

iniciativas, a procura é muita e só por esta via será impossível resolver o problema da habitação em Benguela, nos próximos anos.

As perspectivas serão sempre de progresso, mas não acredito que, no médio prazo, e neste cenário, o governo da província consiga resolver o problema da habitação. Mas é importante que não se pare, quer ao nível da promoção privada, quer ao nível das parcerias entre o sector público e o privado, e também ao nível da autoconstrução dirigida", defende João Teixeira da Silva.

O director técnico do Grupo Pinto Conto, que detém empresas a actuar no ramo da construção, defende ainda que se deve permitir aos cidadãos o acesso aos terrenos, a preços acessíveis, para que, por via da autoconstrução e, se necessário, apoiados pelas administrações municipais, possam construir as suas próprias casas.

Aliás, Geraldo Zinho considera essencial que as administrações municipais ajudem a população na construção das suas habitações "Não faz sentido a população ter acesso aos terrenos se, por exemplo, os materiais de construção estão a ser comercializados a preços muito altos, impedindo que os cidadãos tenham condições para construir".

Para este responsável, é igualmente necessário que o mercado seja favorável e apoie o desenvolvimento destes e de outros projectos. Contudo, actualmente não é isto que acontece, pois com a entrada em vigor da Nova Pauta Aduaneira, os materiais de construção estão mais caros e, como a indústria nacional não produz quase nada, nem tão pouco está ainda em condições de satisfazer as necessidades do processo de reconstrução nacional e dos seus actores", está-se a guardar um processo que poderia ter muito mais sucesso e ser muito mais célere, desabafa.

De volta à carga, João Teixeira da Silva, salienta que a falta de condições financeiras continuará é urna outra barreira de peso que impede a população da província, principalmente a camada mais jovem, de conseguir adquirir casa própria.

"O governo local deve olhar também para outros sectores. É necessário, por exemplo, que os jovens tenham emprego e oportunidades individuais para desenvolverem negócios que os possam manter financeiramente sustentáveis. Por outro lado, o Estado deve passar a ter o sector privado como parceiro", defende.

Privados são indispensáveis

Falando na abertura do fórum sobre o contributo do mercado de capitais para o desenvolvimento das

indústrias do sector imobiliário e da construção, realizado naquela província, em Maio, o governador Isaac Francisco Maria dos Anjos assegurou que Benguela continuará a ter um crescimento que contribuirá para a melhoria de vida dos seus habitantes, e que, no âmbito deste objectivo, está em perspectiva para este ano a requalificação do Lobito com o intuito de o dotar de instrumentos para que se transforme numa praça de mais crescimento e desenvolvimento.

A E &M contactou alguns representantes das empresas de construção presentes na 4ª Edição da Feira Internacional de Benguela (FIB), os quais defendem que a questão défice habitacional na província, em particular, e do país em geral, não poderá ser resolvida simplesmente pelo Estado e nem contando só com os recursos públicos.

Assim, sustentam que “o sistema de parcerias deve entrar em acção no processo no processo de reconstrução do país. No âmbito de auto-construção dirigida, compete ao Estado fazer o acompanhamento da execução dessas habitações, mas dever-se-á abrir também espaço ao investimento privado” explicita Geraldo Zinho.

Até 2017, o sector da habitação prevê concluir 35 projectos, num investimento total de 601541 milhões de kwanzas, ou cerca de 6 milhões de dólares, o que corresponde a 13% dos investimentos nos chamados “cluters” prioritários e quase 10% do universo dos projectos estruturantes que se esperam concluir até aquele ano, apontam os dados do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Actualmente, o sector privado na província de Benguela tem em desenvolvimento projectos de média e alta renda, com a possibilidade de os mesmos se expandirem para todos os municípios. Moradores de 1 piso T3+1 e de 2 pisos T4+1 são os modelos mais desenvolvidos, mas também têm apostado na venda de lotes para auto-construção dirigida.

Benguela tem hoje duas fábricas de produção de cimento. Ao nível dos materiais de construção em geral, pequenas indústrias têm vindo a nascer, mas ainda são claramente insuficientes para satisfazer a procura.

7. JULHO

7.1 Habitação. Atraso na entrega de casas 'irrita' jovens do Cuanza-Sul

Jornal Agora

04 De Julho de 2014

O projecto de construção de 100 casas para os jovens, no município da Gabela (Cuanza-Sul), foi concluído há cerca de um ano, mas ainda não se fez a entrega aos destinatários.

Agastados com a demora, os beneficiários, na sua maioria funcionários públicos, não entendem por que razão a Direcção Provincial do Ministério da Juventude e Desportos não 'muge nem tuge' para dissipar as dúvidas em tomo do atraso na distribuição das chaves.

A cargo da empreiteira angolana IMOSUL, onde, ao que se diz, se cruzam interesses do empresário Tulumba, e também de um governador provincial, que a nossa fonte preferiu omitir, a obra está avaliada ao equivalente a mais de três milhões de dólares.

Os inquilinos do complexo habitacional das 100 residências do tipo 1'2, erguidas à entrada da vila da Gabela, afirmam que as casas já foram enumeradas, têm em mãos os respectivos cupons, mas infelizmente não podem desfrutar do seu conforto.

"É tudo muito estranho e a cada dia aumenta a nossa curiosidade em sabermos a veracidade dos factos. Aliás, somos jovens e a nossa ambição é termos espaço habitacional próprio, na medida em que cada um de nós pretende constituir família. Por isso, uma vez que vamos pagá-las com o tempo, o melhor seria estarem já sob a nossa responsabilidade", disse ao Agora um dos contemplados que acha que, ao não serem ocupadas, as casas correm o risco de degradação, e o projecto cair em 'saco roto'.

O QUE SE ESTARÁ A PASSAR AFINAL? A nossa fonte diz que a IMOSUL construiu as casas em seis meses, mas não recebeu na totalidade o dinheiro da empreitada, tendo concluído a obra com a sua própria pecúnia. O mesmo contacto acrescentou que, ao não ter encaixado o valor completo da construção, a construtora também se vê a braços em honrar compromissos assumidos com as empresas subcontratadas que contribuíram para o sucesso e conclusão dos imóveis no tempo programado.

"As casas estão aí, mas, se não forem ocupadas, será um trabalho em vão, já que o empreiteiro pode vir a ser novamente chamado a intervir na reparação de uma degradação resultante da inércia dos nossos governantes", atira o jovem bancário Damião, visivelmente insatisfeito com a 'lenga-lenga' na recepção da sua morada.

Há cerca de dois meses, esteve na Gabela o secretário de Estado da Juventude, Nhangá de Assunção, que também não terá esboçado nada de novo em relação ao destino do projecto.

A CULPA É DO BPC? Um funcionário da Direcção Provincial da Juventude e Desportos confirmou que as casas ainda não foram distribuídas porque o Banco de Poupança e Crédito (BPC) não pagou a última tranche do valor da obra à empreiteira.

Postas as coisas neste prisma, fica-se com a ideia de que a 'bola' está do lado do BPC, que também financiou outros projectos do género noutros municípios da província e não só...

"Se o problema é com o BPC, então tem de se encontrar uma solução urgente", diz Damião, lembrando o célebre adágio popular: "Quem casa quer ter casa". Mas, infelizmente, elas ainda não podem ser ocupadas!

7.2 Imobiliário na ordem dos 19%

Jornal Agora

04 De Julho de 2014

A análise indica o comportamento do mercado imobiliário nos segmentos da habitação, escritórios, turismo, comércio e indústria, com maior incidência para Luanda, Benguela e Lobito que lideram a lista, cuja procura e oferta continuam desencontradas.

De acordo com o presidente da Proprime, Nelson Rêgo, o estudo visa partilhar e difundir a informação sobre o mercado imobiliário nacional, bem como atrair potenciais investidores, sendo que os valores médios que o mercado apresenta se fundamentam nas amostras recolhidas.

"Os valores correspondem a um mix entre preços de oferta e o valor de avaliação de empreendimentos que se situam na baixa de Luanda, Ingombota, Maianga, Talatona, Benfica, Viana, Camama, Benguela e Restinga", revelou.

Conforme o especialista, o preço de uma casa é o reflexo de um conjunto de factores, sendo o custo da construção o de maior peso, mas impõe-se o desafio

de reduzir a importação que onera em demasiado a construção no país.

Indagado sobre os preços das residências, Nelson Rêgo disse que, com os projectos das novas centralidades e as ferramentas de acesso a essas, como é o caso da renda resolúvel, mais angolanos vão concretizar o sonho da casa própria, sendo esta a tendência do mercado.

"Na minha opinião, não poderemos ver o valor em absoluto, mas a forma de pagamento. Com os instrumentos que se estão a tomar efectivos, será mais fácil tomar o valor final ajustado à realidade mensal de cada família", acautelou, descartando a possibilidade de haver um 'boom' no mercado imobiliário, como sucedeu na Europa e nos Estados Unidos da América

PREÇOS POR METRO QUADRADO.
Apartamentos T1 na Marginal estão orçados em 982 mil, os do tipo T2 cerca de 1 milhão de Kz, T3, 2 milhões, enquanto o T4 está orçado em cerca de 2,7 milhões.

O que, para o especialista, carece de um regulamento é a possibilidade de haver um fraccionamento no processo de comercialização das residências e a utilização de cada um dos prédios. Na ausência de uma lei de condómino, a organização constitui a única forma de preservar o valor do imobiliário, pelo que a estruturação desta vertente se torna fundamental para a sustentabilidade dos empreendimentos.

7.3 Milhares de casas na Centralidade da Quilemba

Jornal de Angola
05 De Julho de 2014

Mais de sete mil casas unifamíliares, do tipo T2, T3 e T4, foram construídas pela construtora chinesa CITIC, na nova centralidade da Quilemba, arredores da cidade do Lubango, no âmbito do programa de fomento habitacional, projectado para atingir 11 mil moradias.

O vice-gerente da CITIC, Zhn Perig, que avançou os dados ao Jornal de Angola, aquando da visita de constatação do governador João Marcelino Tyipingé, informou que, das casas construídas, 800 estão prontas para serem entregues.

A referida empreiteira, que demonstra empenho e qualidade nos trabalhos de construção civil, executa as obras num espaço de cinco mil hectares, onde jovens angolanos aprendem e aperfeiçoam as técnicas

modernas de execução de obras. Um especialista chinês elogiou o envolvimento do pessoal nacional, por serem prestáveis.

As novas urbanizações foram criadas pelo Governo Provincial para aumentar a capacidade de albergar, de forma confortável e atractiva, um milhão e meio de pessoas. O Lubango possui igual número de pessoas, mas a maioria habita em condições pouco dignas, dada a pouca urbanização dos bairros.

Os cinco mil hectares do ordenamento da Quilemba vão absorver 700 mil pessoas. O projecto é feito nas unidades de execução 11 e 12, tidas como áreas nobres para implantação do programa.

Foi ainda criada no local uma avenida estruturante, que vai ligar a outra avenida estruturante da centralidade da Eywa.

As duas avenidas, de acordo com dados do projecto, vão ter 36 quilómetros, sendo 17 para Quilemba e 18 para Eywa. A via já demarcada vai ter dois viadutos e as avenidas quatro faixas de rodagem, nos sentidos ascendente e descendente.

Já funcionam nos arredores da centralidade da Quilemba o mercado informal do Mutundo, com capacidade para mais de mil vendedores, escola do ensino primário, do II ciclo secundário do Nambambi, Magistério Primário do Lubango, duas bombas de combustível, uma agência bancária e outros serviços.

A dinâmica registada no curso das obras convenceu o governador da Huíla, que encorajou a empreiteira a continuar, para que haja condições de se cumprir os prazos estabelecidos.

Para além da concretização do projecto de monta, a cargo da construtora chinesa CITIC, um número considerável de lotes, com mil metros quadrados, foi distribuído à população na localidade, com o propósito de promover a auto-construção dirigida.

Os contemplados reagiram favoravelmente e juntam-se à nova centralidade casas construídas e ainda em obras.

Alguns jovens, com os alicerces das suas casas já concluídos, pedem aos bancos para serem mais dinâmicos e flexíveis na atribuição de créditos, para acelerar a construção de casas.

o enfermeiro Pedro Francisco, com as bases da casa concluídas, disse que "a burocracia do crédito à habitação atrapalha a vida dos jovens".

"O matagal enorme transformou-se numa autêntica cidade moderna. Esta descrição ajusta-se à centralidade da Quilemba, que regista um movimento imparável de homens e máquinas de diversos tipos, todos os dias.

Chineses e angolanos dão forma ao projecto do Executivo, que visa o fomento habitacional", afirmam muitos engenheiros.

Casa própria

Os jovens estão expectantes quanto à concretização do projecto habitacional de grande envergadura, tendo a maioria considerado que o sonho da casa própria, num local nobre, com todas as infra-estruturas auxiliares, está cada vez mais próximo.

O enfermeiro António Pedro é um dos jovens que já começou a fazer poupanças dos seus rendimentos para o efeito.

"Estou a preparar-me com antecedência para, quando chegar a hora de entrega das casas, estar à altura de cumprir os requisitos e ter, a partir daí, a minha casa", acrescentou.

Belmiro Lucas elogiou a iniciativa do Executivo em criar o projecto habitacional, por "ser uma aposta certa para o fomento de casas, criação de novas cidades, mais lindas em termos arquitectónicos, evitar a especulação de preços e minimizar a falta de casas que afecta principalmente os jovens".

7.4 Centralidade do Dundo sem data para inauguração

Jornal de Angola

07 De Julho de 2014

A Inauguração da Centralidade do Dundo ainda não tem uma data definida, devido a algumas

correções, assim como a conclusão de alguns aspectos técnicos, sobretudo de Infra-estruturas de apoio, afirmou o governador da Lunda Norte.

Ernesto Muangala falava à Rádio difusão Nacional de Angola (RNA), por ocasião das comemorações do 36º aniversário da província da Lunda Norte, assinalado a 4 de Julho. O governador disse ter sido elaborado um estudo sobre a gestão da Centralidade do Dundo, submetido ao Executivo, ressaltando que "no seu devido momento, a população toma conhecimento da inauguração e venda dos apartamentos".

A juventude e os quadros das diferentes áreas administrativas vão ter a primazia na aquisição dos apartamentos, tendo em conta a política do Executivo que prevê a fixação de quadros no interior do país.

A Centralidade do Dundo é um projecto de quatro fases. A primeira prevê a construção de 5.004 apartamentos e as outras aguardam a aprovação e concretização, em função dos recursos financeiros. O projecto faz parte do Programa Nacional de Habitação e está concebido para 20 mil apartamentos.

A segunda fase da Centralidade do Dundo inclui infra-estruturas administrativas, como Palácio do Governo, para albergar as diferentes Direcções Provinciais, Palácio da Justiça e outras estruturas que possam conferir à cidade do Dundo o verdadeiro estatuto de capital da província da Lunda Norte.

A província ressentiu-se da falta de infra-estruturas essenciais, disse o governador. A cidade do Dundo foi no passado um acampamento da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang).

A divisão da antiga província da Lunda deixou a Lunda Norte em desvantagem, por ter herdado uma parte da então província da Lunda sem infra-estruturas para o funcionamento dos diferentes órgãos da Administração do Estado.

Formação do homem

Ernesto Muangala defendeu a formação e capacitação contínua dos quadros como um pressuposto essencial para o desenvolvimento da região, com vista a uma melhor interpretação dos fenómenos sociais em Angola e no mundo.

A "formação do homem" deve constituir prioridade entre as principais tarefas a desenvolver a médio e longo prazo, que inclui também a reparação das vias de comunicação e a melhoria do abastecimento de energia eléctrica às populações.

Acções que visam construir mais escolas do ensino não universitário e o incremento do sistema de alfabetização nas áreas urbanas e zonas rurais estão em curso.

"Temos estado a dar prioridade à formação de mais professores para o ensino não universitário, a partir da Escola Superior Pedagógica e nas escolas de formação de professores espalhadas pelos municípios", disse, anunciando a construção de institutos médios politécnicos em todas as sedes municipais.

O segundo eixo de desenvolvimento da província é constituído pelas vias de comunicação, entre estradas, pontes e aeroportos.

A situação na Lunda Norte não era boa até 2011, mas o quadro tem vindo a mudar positivamente, com o início das obras de reabilitação das estradas nacionais 180, que liga a cidade do Dundo a Saurimo-Malanje e Luanda, e 225, que permite o acesso entre a cidade do Dundo e vários municípios do interior, disse o governador.

As estradas secundárias e terciárias também estão a ser reabilitadas, para facilitar a circulação e o incremento do comércio rural.

.A estrada 225 tem 11 pontes e 12 pontecos que estão a ser repostos, devido à sua destruição durante a guerra. Considerou que "a construção e reabilitação de estradas é um grande investimento do Executivo a nível da província".

Aeroporto do Dundo

A reabilitação das vias de comunicações vai levar muito tempo, devido a insuficiências financeiras e pelo facto da província da Lunda Norte ter a malha rodoviária estimada em mais de seis mil quilómetros de estrada a ser reabilitada. A segunda fase de reabilitação do

Aeroporto do Dundo tem início a partir da segunda quinzena deste mês. É um passo importante para restabelecer as comunicações aéreas entre a capital da província da Lunda Norte e as restantes regiões do país, sobretudo a cidade de Luanda.

"O aeroporto fica encerrado para qualquer tipo de aviões e as obras vão até finais de Novembro", anunciou o governador, recordando que há cerca de 14 anos que aviões da companhia nacional de bandeira não escalam a cidade do Dundo, devido à degradação das infra-estruturas.

Ernesto Muangala informou que enquanto decorrem as obras da pista do Aeroporto do Dundo, os aviões de pequeno porte que ainda escalam a Lunda Norte têm como alternativa o aeródromo do município de Lucapa.

A primeira fase de reabilitação do Aeroporto do Dundo consistiu na construção de uma aerogare moderna, igual às das cidades de Saurimo e Luena. O governador falou ainda sobre o programa "Angola 2025" e destacou os investimentos para a Lunda Norte, como a extensão do Caminho-de-Ferro de Benguela à cidade do Dundo, através do corredor do Luena e o de Luanda ao Dundo, através de Malanje.

Mais energia eléctrica

Ernesto Muangala considera o aumento da capacidade de produção e distribuição de energia eléctrica às populações como grande desafio do seu governo.

A reabilitação e ampliação da central hidroeléctrica do Luachimo, de 8.4 para 32 mega watts, foram destacadas como solução para melhorar substancialmente o sistema energético da província. "Prevê-se que as obras comecem em breve e vão ter a duração de 36 meses". A central hidroeléctrica do Luachimo vai interligar-se à do Chicapa, em Saurimo, Lunda Sul.

O sistema de energia eléctrica do leste de Angola vai igualmente interligar a região através da hidroeléctrica do Chihumbwe, no município de Dala.

Os municípios da Lunda Norte, como Xá-Muteba, Cuango e Capenda-Camulemba, vão beneficiar no futuro próximo da energia eléctrica de Capanda, com a construção de uma linha de alta tensão a partir da cidade de Malanje.

A cidade do Dundo é abastecida actualmente de energia eléctrica 24/24 horas, deixando para trás os constrangimentos da falta deste bem essencial.

A província conta com uma potência instalada de 50.83 MW e disponível de 43.46 MW: A cidade do Dundo tem uma potência instalada de produção que é assegurada por duas centrais eléctricas, sendo a hídrica de 8.4 MW e a térmica de 30 Mw, perfazendo uma potência de 38.4 MW, garantindo assim 98 por cento de atendimento à população.

A província da Lunda Norte surgiu como resultado da divisão da então província da Lunda, ao abrigo do decreto presidencial nº 86/78 De 4 Julho. Localizada no nordeste do país, a província ocupa um espaço de 103.760 quilómetros quadrados, com cerca de 1,2 milhões de habitantes.

A província tem nove municípios e 25 comunas. A cidade do Dundo é a capital desde 1995, em substituição da cidade do Lucapa, inicialmente proposta.

7.5 Seguro habitação é preciso

Jornal Economia e Finanças

11 De Julho de 2014

Produto "multi-risco" protege imóveis e bens contra vários sinistros com a oferta de garantia e reposição na totalidade a Empresa Nacional de Seguros e

Resseguros de Angola (ENSA-E.P) aposta, para os próximos tempos, na massificação do produto multi-risco habitação, dentro das suas estratégias de mercado de oferecer produtos inovadores e bastantes fiáveis à sua carteira de clientes.

Segundo soube o JE, o multi-risco habitação, disponível no mercado desde 2013, é uma resposta da seguradora pública ao crescimento do parque imobiliário nacional, o que faz aumentar também o risco de perdas dos bens seja por incêndios, seja por outros de natureza incerta. Este seguro é designado por multi-risco, uma vez que cobre o imóvel assim como os bens que o mesmo suporta.

Recentemente, durante a Feira Internacional de Benguela (FIB/2014), técnicos da seguradora estiveram em contacto com os clientes para apresentar o produto e esclarecer eventuais dúvidas.

A título de exemplo, uma habitação social, do tipo de construções erguidas no Zango, pode pagar um prémio mínimo de 14 mil kwanzas por ano.

A seguradora pública, que à semelhança das demais operadoras do mercado tem disponíveis

os produtos seguro automóvel, saúde e de viagens, também quer ver melhorada a relação com o cliente, sobretudo na prestação de um atendimento célere e personalizado. Para tal, tenciona reforçar os investimentos no aumento da sua rede de agência de atendimento, centros de apoio aos sinistros e ao call center, uma vez que as pessoas querem ser cada vez mais atendidas sem saírem do seu local de trabalho.

7.6 Funcionários públicos recebem moradia

Jornal de Angola
17 De Julho de 2014

O governador do Cunene, António Didalelwa, entregou na segunda-feira dez casas de tipo T3, em Mukolongondjo, destinadas aos quadros da Administração Municipal do Cuvelai.

As casas que estão a ser erguidas no âmbito do Programa de Investimentos Públicos, com o objectivo de atrair técnicos qualificados, proporcionando-lhes as melhores condições de alojamento. As obras das casas entregues, financiadas pelo Governo do Cunene, custaram cerca de 87,8 milhões de kwanzas.

O governador António Didalelwa garantiu que o Governo Provincial está empenhado na melhoria das condições de habitabilidade dos funcionários e

quadros do Estado e que a construção de escolas, postos de saúde e casas é uma prioridade.

Agora, realçou o governador do Cunene, os que forem colocados para trabalhar no Cuvelai já não têm motivos para protestar, porque estão criadas as condições para enfermeiros, professores e outros quadros de diferentes sectores poderem prestar serviços de qualidade às populações do município.

António Didalelwa chamou a atenção das entidades competentes para a necessidade de se garantir a segurança dos responsáveis e funcionários que vão morar nas referidas casas.

No mesmo dia, o governador inaugurou uma escola primária com três salas, na localidade de Omala, comuna do Evale, município do Cuanhama, onde estão em curso diversas acções de impacto social. Numa breve conversa com a comunidade local, António Didalelwa pediu para preservarem a infra-estrutura de impacto social posta à disposição e o empenho dos professores e encarregados de educação para o cumprimento do programa lectivo em curso.

7.7 Desenvolvimento de Luanda passa por dez eixos centrais

Jornal Economia e finanças
18 De Julho de 2014

O plano de desenvolvimento da cidade de Luanda passa por dez eixos centrais para a tornar numa mega metrópole, com características que se adaptam aos tempos modernos. Esta foi a

conclusão a que chegaram os participantes e membros do Comité Provincial do MPLA em Luanda, que apreciaram o plano de desenvolvimento provincial 2013-2014, apresentado, recentemente, na sede do partido em Luanda. De acordo com o programa explicado em pormenor pelo ex-ministro das

Finanças de Angola, José Pedro de Moraes Ir, aos comités de especialidade do partido no poder, os principais eixos de desenvolvimento passam por áreas chaves, que vão tornar Luanda numa das melhores capitais a nível da região. Tudo passa pela melhoria das questões de gestão urbana, capital humano, ambiente de negócios, serviços básicos, transportes públicos, descentralização administrativa, sociedade civil, infra-estruturas, urbanização e a segurança pública.

Gestão Urbana

Segundo Pedro de Morais, para se responder aos problemas que enfrenta uma mega metrópole, as

questões do planeamento e gestão urbana devem estar equacionadas, defendendo ainda que o urbanismo assume uma importância crucial, neste contexto, por dar corpo à dinâmica do desenvolvimento. Em relação a Luanda, "estamos a falar de um reordenamento estrutural que vai dar na degeneração de novos assentamentos", disse.

Descentralização

Os problemas da população são melhores atendidos pelas estruturas administrativas que estão próximas, portanto, apesar de se estar a viver um período de consolidação administrativa, é consensual que a estrutura que está mais próxima dos cidadãos é o município.

Por isso, deve ser a nível deste onde as suas preocupações devem ser resolvidas. "Então, pensamos que deve haver descentralização, para que sejam atingidos os objectivos. Precisamos de um certo grau de descentralização", afirmou.

Capital Humano

No que toca às questões do capital humano, o prelector fez referência que o plano de desenvolvimento para a capital do país prevê que as entidades da província devem adoptar uma postura, que visa a criação de condições para reter, valorizar e formar a força de trabalho e os quadros mais qualificados e evitar a exclusão social dos jovens, garantindo oportunidades iguais de acesso ao emprego.

Sociedade civil

Outro tema que mereceu destaque no plano foi a discussão dos principais problemas da vida pública que devem ser afloradas de forma aberta e com a participação de vários intervenientes sociais, devendo, para isso, se criar outras iniciativas de apoio ao associativismo que promova os valores éticos e morais, de forma a proporcionar condições para um bom funcionamento das coisas simples e das instituições que facilitam o desenvolvimento da cidade.

Ambiente de negócios

O plano defende também que uma das prioridades das autoridades locais é promover e criar condições necessárias para promover a grande actividade empresarial, sobretudo, a reestruturação dos circuitos económicos locais, com plataformas de diálogo para as pequenas e médias empresas, para que seja

facilitada a sua inserção nos mercados e oportunidades de sobrevivência e geração de riqueza.

Infra-estruturas

O ex-ministro das Finanças disse ser importante um investimento grande em infra-estruturas que criem condições de melhoria de vida das populações e facilite o trabalho dos empresários, sendo que, para isso, elas devem funcionar no sentido de resolver-se os problemas que obstaculizam a mobilidade na capital e prejudicam o desenvolvimento de todos os actores que intervêm no processo de desenvolvimento.

Serviços básicos

Para José Pedro de Morais, o acesso generalizado aos serviços básicos proporcionados à população deve ser aumentado. As pessoas devem ter mais acesso à água potável, energia, saúde, educação, locais de recreação e lazer, para que sejam igualmente elevados os postos de trabalho e se proporcione aos cidadãos melhores condições de vida, cujos ganhos vão repercutir-se na economia, não só da província, como do país.

Urbanização

Em relação à urbanização da cidade, a reestruturação dos musseques foi apontada como a melhor solução. O plano parte do princípio de que as medidas do Executivo prevêem novas zonas de habitação, com centralidades, onde a questão dos musseques deve ser resolvida, a abordagem da resolução tem que passar por novas abordagens, com intervenção de vários aspectos e levar para estes locais serviços básicos e novas formas de mobilidade nestas zonas.

Transportes públicos

A questão dos transportes públicos e mobilidades de Luanda mereceu também grande destaque no plano de desenvolvimento da província. Numa cidade onde a maior parte das pessoas está distante dos seus locais de serviço, o estabelecimento de um sistema de transporte moderno, com a introdução dos metros, deve ser encarado como fundamental para que a mobilidade de pessoas e bens seja feita em menos tempos.

Segurança pública

Pedro de Morais fez igualmente recurso ao plano para justificar que a criminalidade é um problema grave, que preocupa profundamente os luandenses, constituindo-se numa preocupação premente nas suas vidas. "Temos que resolver isso, com soluções urbanísticas, que por si só têm que passar por se

combater e dissuadir a criminalidade em locais públicos, no sentido de garantir que as pessoas vivam sem medo e possam realizar as suas actividades na normalidade", concluiu.

7.8 General "Dinguaza" nega usurpação de terreno dos camponeses no Benfica

Jornal Manchete

11 De Julho de 2014

O fenómeno de ocupação e usurpação de terrenos que ocorre nos vários pontos da província de Luanda, continua a produzir muitos conflitos, envolvendo cidadãos comuns e figuras proeminentes do Estado. Muitos desses espaços são áreas reservadas pelo Estado, destinadas a construção de projectos de infra-estruturas sociais,

Essas áreas, mesmo assim, acabam sendo ocupadas pelos cidadãos que, em princípio, as utilizam para a pequena agricultura, mas com o tempo acabam auto titular-se como proprietários dos mesmos terrenos.

Mesmo sem terem exibido as respectivas provas de legitimidade junto as autoridades do Governo, eles geralmente mantêm tais espaços sob seu controlo para posteriormente beneficiarem de casas ou doutro tipo de indemnizações, quando neles o Estado ou pessoas singulares se propõem instalar infra-estruturas.

Situações como essa, acontece justamente na comuna do Benfica município de Belas, mais concretamente nas imediações da cooperativa imobiliária "O Lar do Patriota", cujo administrador, o general na reserva, António Henrique da Silva "Dinguanza", se vê envolvido numa "briga colossal" com camponeses tendo um terreno como centro.

O general diz que o terreno em causa lhe foi legalmente cedido pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), e até exhibe provas documentais, justificando que "ninguém está acima da lei". Por sua vez, os camponeses respondem alegando que os terrenos os pertencem desde muitos anos, alguns dos quais sendo herança deixadas pelos pais e avós.

No passado dia 3 do mês em curso, os mesmos viram as suas casas a serem demolidas por elementos afectos a Casa Militar, alegadamente, amando pelo general "Dinguanza".

Os camponeses dizem não ser a primeira nem a segunda vez que situações do género tomam lugar, e o pior ainda, é que o general se nega a indemnizar as

famílias. Tal como contaram a este jornal, há dois meses os camponeses foram chamados a comparecer à administração de Belas, onde, entretanto, assinaram documentos com a promessa de receberem casas com9 indemnização. E até ao momento, o assunto não conheceu progresso algum.

Em 2012, sob orientação do próprio general Dinguanza, os mesmos camponeses terão preenchido fixas na perspectiva de resolver a questão das indemnizações, mas aquele não deu seguimento a tal processo. Segundo os camponeses, apenas têm visto os terrenos sendo vendidos a terceiros pelo próprio general ao qual acusam de práticas de abuso de poder e de usurpação.

Refutando as acusações contra si dirigidas pelos camponeses, o general alega que "todos somos iguais perante a lei". Qualquer cidadão que se sinta lesado tem todo o direito de recorrer aos tribunais.

Por outro lado, António Henrique da Silva "Dinguanza", explica que o terreno em litígio será destinado a construção de alguns projectos infraestruturais, como bancos comerciais, universidades, entre outros imóveis e, ademais, fala em "oportunismo por parte os camponeses, os quais confundem "legitimidade" pelo simples facto de serem autorizados a cultivarem nos terrenos, mesmo "sabendo-se que a terra é propriedade do Estado e não do camponês", desabafou.

Entretanto, António Henrique da Silva, "Dinguanza", disse que a cooperativa habitacional denominada "O Lar do Patriota" começou a ser construída em 2005. Até ao momento, já foram construídas mais de 2 mil casas ao longo desses anos, localizada numa área de 12 milhões 850 metros quadrados de extensão.

Dinguanza fez saber que a Cooperativa "O Lar do Patriota" é um projecto social sem fins lucrativos e explica que para os cidadãos fazerem parte da mesma, devem estar inscritos na referida cooperativa. Até ao momento, já estão alistados 6.310 membros e que os mesmos são classificados em categorias.

O terreno em litígio será destinado a construção de alguns projectos infraestruturais, como bancos comerciais, universidades, entre outros imóveis e, ademais, fala em "oportunismo" por parte dos camponeses, os quais confundem "legitimidade" pelo simples facto de serem autorizados a cultivarem nos terrenos, mesmo "sabendo-se que a terra é propriedade do Estado e não do camponês", desabafou.

Entretanto, António Henriques da Silva, "Dinguanza", disse que a cooperativa habitacional denominada "O Lar do Patriota" começou a ser construída em 2005. Até ao momento, já foram construídas mais de 2 mil casas ao longo desses anos, localizada numa área de 12 milhões 850 metros quadrados de extensão.

Dinguanza fez saber que a Cooperativa "O Lar do Patriota" é um projecto social sem fins lucrativos e explica que para os cidadãos fazer em parte da mesma, devem estar inscritos na referida cooperativa. Até ao momento, já estão alistados 6.310 membros e que os mesmos são classificados em categorias.

Para serem membros da cooperativa, considerou, os membros devem definir a sua pretensão concreta e específica. Neste caso, uma das formas de pagamento das casas pelos interessados deve ser pela via da sua filiação, que consiste em constituir-se sócio.

Quanto a aquisição de uma casa, o pagamento pode ser feito de acordo com a capacidade financeira dos membros. "Em 2005, quando demos o início desse projecto, as casas custavam, em valor de mercado, 250 mil dólares, mas nós passamos a comercializá-las apenas a 4Q mil dólares", declarou o responsável.

Disse ainda que a cooperativa "O Lar do Patriota" surgiu exactamente no sentido de suprimir a carência habitacional que o país atravessa. "Essa realidade continua acima dos 94% e apenas 6% da população possui casa própria", disse.

No que diz respeito a questão do saneamento básico, o responsável da cooperativa declarou a existência de uma empresa operadora de recolha de resíduos sólidos/lixo, denominada Rangol, com a responsabilidade de gerir o saneamento básico do referido complexo habitacional.

7.9 Habitação. Casas precárias são destino de famílias pobres

Jornal Agora

18 De Julho de 2014

As mesmas são visíveis em zonas montanhosas, esburacadas e outras construídas entre as árvores frondosas como embondeiros, situação que se justifica dado crescimento demográfico na província e consequentemente o deficit habitacional, nas palavras dos interlocutores.

Catambor, Samba, Balumuca e Paraíso são exemplos de algumas zonas tidas como as de alto risco onde se assiste à construção ciclópica de residências de toda a

dimensão arquitectónica, sem a fiscalização da Direcção Provincial das Obras Públicas.

Constatações do Agora mostram por outro lado, que estes bairros não possuem arruamentos, descrição da toponímia legal e as construções das residências não foram delimitadas em ângulos semelhantes. Agrava-se ainda mais a falta de bocas-de-incêndio e insuficiência de arborização na descaracterização dos mesmos, que isola os habitantes das comunidades em franco desenvolvimento como as zonas habitacionais do Zango e das centralidades em Luanda.

Quem conta a realidade de viver em bairros como estes é a cidadã Arlete Kiala residente nas encostas montanhosas da orla marítima de Cacuo, numa residência de três quartos com os seus dois filhos. Sem escolha por onde construir adquiriu uma parcela de terra naquele espaço baldio por 3 mil Kwanzas há dois anos, por intermédio de um cidadão, que se intitulava como sendo o responsável pelo ordenamento do território a nível municipal, "o que não constituía a verdade".

"Tomei conhecimento que o mesmo era um cidadão, que se dedicava à venda de terreno e designer de croquis de localização assim como a emissão de outros documentos complementares para a legalização de dos espaços adquiridos, mas desde o ano 2012 o mesmo desapareceu sem deixar rasto", fez saber.

Segundo a Direcção Provincial da Fiscalização, os indivíduos que se fazem passar por funcionários de administrações municipais em Luanda e chegam a vender parcelas de terra nos limites proibidos pelo executivo através da referência legislativa da Lei nº 188º do Código incorrem ao crime de abuso de confiança, sabotagem, crimes contra o estado.

Cidadãos ouvidos pela nossa reportagem dizem que a carência de moradias condignas às famílias carentes, tem levado inúmeros "oportunistas" a ocuparem as reservas fundiárias do Estado, e as parcelas reservadas para a prática de agricultura. A exemplo disto é a ocupação onde se encontra construído o bairro Belo Monte em Cacuo. Sobre esta realidade o Ministério do Urbanismo e Habitação diz estar preocupado desde o ano de 2012 com os cidadãos, que ressentem o deficit habitacional, tido por muitos como uma das principais causas para a apropriação das reservas fundiárias para a construção de zonas económicas.

João Araújo, arquitecto, conta que o facto revela que este problema se deve também a falta de respostas práticas aos demais cidadãos sem residências próprias e a ineficiente fiscalização daqueles que já possuem

residências dentro do âmbito dos projectos habitacionais do Executivo, e voltam a concorrer para requerer outras, prejudicando os demais desabrigados.

7.10 Falta de garantias trava créditos bancários

Semanário Angolense
19 De Julho de 2014

A inviabilidade de alguns projectos de investimentos continua a constituir o principal entrave à concessão de créditos à pequenas e médias empresas, de acordo com o que considero, na quinta-feira, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração do Banco BIC, Fernando Teles.

O banqueiro, que intervinha no Fórum Económico dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), a propósito do debate sobre «Instrumentos Financeiros de Apoio ao Empresário Africano: Oportunidades e Constrangimentos», fez anotar que a aplicação de recursos a um projecto deve, primeiramente, ser avaliada de modos a se evitar constrangimentos.

«Angola está a crescer muito, e nesta altura a formação de aspirantes a empresários é imprescindível, particularmente ao BIC. Temos boa margem para conceder créditos, porém, tem de haver bons projectos, bons empresários. Algo que não se faz do dia para a noite», disse o gestor.

Refutando declarações de um empresário angolano que atribuía aos bancos «certa culpa» nos impasses inerentes aos financiamentos bancários, Fernando Teles disse que «os bancos não fazem milagres».

Quanto às vozes que se levantaram na ocasião para afirmar que a taxa de juros em Angola é elevada, o bancário refutou as declarações.

«Se tivermos em conta que temos uma inflação de nove por cento e uma taxa média a 11 por cento em kwanzas, que empresário cá presente aceitaria fazer uma transacção de um ano e ganhar somente dez por cento», questionou.

O PCA do BIC garantiu a existência de capacidade financeira para que os bancos angolanos concedam créditos aos investidores, sublinhando que a performance de cada investidor dita a aprovação do crédito.

7.11 Kilamba: cidade ou centralidade?

Semanário Angolense
19 De Julho de 2014

O termo «centralidade» com que se designa o Kilamba é enganador, tendo em conta um dossier coordenado por Sandra Jatahy Pesvento que define com clareza o seu significado, ajudando a esclarecer uma persistente dúvida que paira na mente de muitos de nós.

O trabalho pode ser aproveitado pelos mais diversos gestores ou operadores imobiliários que lidam com as designadas novas centralidades, pode e deve ser aproveitado para melhorarmos o nosso discurso a respeito do assunto.

A cidade do Kilamba não pode continuar a ser chamada de centralidade – segundo também teses de Sandra Pesavento - se quisermos redireccionar a nossa visão e conceito de cidade para um contexto mais técnico e sociologicamente sustentado.

Ela, que se baseou em obras literárias de estudiosos da matéria como Pierre Nora, Abraham Moles, Stéphane Gruet e outros disserta sobre as cidades e centralidades, refutando a designação centralidade para definir cidades. A autora traça, com minuciosa perfeição, os rasgos arquitectónicos e históricos mais comuns de uma cidade, enquanto um espaço geográfico, um vasto território urbano qualificado que contém a centralidade, e não está, nem ode nela estar contido.

Em boa verdade, o texto começa por introduzir critérios valorimétricos de ocupação de espaços, que separa desde logo a cidade da centralidade. Diz a estudiosa: «Tentemos arrolar alguns procedimentos metodológicos, de molde a permitir enfrentar a questão da centralidade urbana como um lugar de memória».

E adianta: Como bem sabemos, a cidade surge, cresce e se desenvolve a partir de um centro, de um núcleo original, onde se situa a sua parte mais antiga. As cidades, contudo, têm a propriedade de aumentar, de se densificar, de crescer de forma desmesurada, e os seus centros são, tendencialmente, os primeiros a sofrer em tais transformações.

Como se pode ver, Sandra Pesavento não tem dúvidas de que a centralidade está intrinsecamente ligada ao conceito de cidade, mas não a define na generalidade, apenas lhe confere, na parcela, historicidade e memória. Um lugar de memória, tal como se sublinha. A centralidade, que inicia como

dever de permitir uma expansão geográfica para formar a sua própria materialidade, congrega toda a imaterialidade antropológica e geracional, pois esta deve a sua alma à história construída pelos homens, os que habitam a cidade, sendo estes quem a conforma através da vivência, da prática sócio-cultural e dos costumes. E tal como afirma Sandra no seu trabalho a propósito «... é preciso que se tenha um conhecimento histórico acumulado sobre a cidade. Faz-se necessário um saber sobre o que nela ocorreu, em termos de acontecimentos, práticas sociais, personagens; quais seus momentos excepcionais e como transcorria seu quotidiano; como se deu a ocupação do espaço e quais as iniciativas levadas a efeito por aqueles actores responsáveis pelo ordenamento e transformação do seu território; como os habitantes, consumidores deste espaço, viveram, sentiram e expressaram a sua cidade, em actos, gestos, palavras, sons e imagens. Tarefa, na verdade, bastante vasta, já que não é possível tomar a centralidade urbana como um objecto de estudo e intervenção sem conhecer, previamente, a história desta mesma cidade.»

Fica, portanto, esclarecido que as centralidades estão sempre associadas a um dado passado, a uma dada transformação pelo consumo do espaço chamado cidade, que dá depois lugar a existência material, imaginária e paisagística desta mesma «centralidade».

Na Escola de Chicago, conhecem-se E. Burgess e R. Park. Estes defendem que (...) o centro urbano é, em princípio, o lugar com o maior significado simbólico, o solo mais escasso e a melhor acessibilidade. A combinação destes aspectos torna os centros urbanos certamente os espaços mais caros da cidade...»

Mas é preciso ir além, nesta busca de chaves de leitura que possibilitam tomar a centralidade como objecto, acrescenta Sandra Pesaventos. «(...) é necessário ter em conta as conjunturas, estes recortes temporais que assinalam a época em que se definem políticas a partir de acertos de poder, .: em que se realizam obras segundo gostos, estilos e tendências estéticas e em que se fixam datas comemorativas e se constroem monumentos, conclui.

Nesta passagem pelo conteúdo do dossier que venho citando, chamou-me à especial atenção, um extracto que aproveito comparar a centralidade a um monumento. «... Os monumentos são, segundo Sandra, por definição etimológica, obras que fixam a atenção, e foram feitas para lembrar. Logo, o monumento é algo que se erige como um lugar de memória, como um marco significativo de referência para a rememoração, o que implica em escolhas tomadas em uma época dada».

A centralidade, posso concluir, corresponderia, então, a um monumento, eleito como referência, mas dentro de uma cidade, falando sobre parte da sua história.

Permitam-me, pois, transcrever outros trechos do dossier para a compreensão mais detalhada do assunto:

«A centralidade urbana está sujeita ainda às regras e concorrências do mercado imobiliário, que disputam o solo urbano, sobretudo os terrenos e prédios da área central, que são extremamente valorizados e com alto custo».

Cada vez mais, os estudos da centralidade urbana que se empenham em resgatar, para a história e a memória da cidade, estes espaços privilegiados são obrigados a entrar em confronto com a especulação imobiliária e com os processos de enriquecimento e empobrecimento presentes nas sociedades contemporâneas.

Abordando agora a vertente mais económica, Sandra releva o turismo e remata: «... Mas trabalhar com a centralidade possibilita ainda que dela nos aproximemos com um outro instrumental diferenciado, que é do turismo».

Centros urbanos portadores de histórias são produtos vendáveis, artigo a consumir em um mercado em expansão.

A cidade se vende, mas precisa contar com pressupostos de atracção bem definidos. Um turismo cultural se faz com um elenco de espaços que contam histórias, de prédios capazes de se oferecerem à leitura, ligados a uma preocupação estética e de informação sobre o passado da cidade. E, em se tratando do turismo, o processo propriamente cultural de atribuição de valor deve ser acompanhado da infra-estrutura desejável, em termos de rede hoteleira, restaurantes, guias especializados, acesso a informações adequadas, sanitários, animação do espaço público, etc... »

«(...)podemos mesmo dizer que o turismo cultural em centros urbanos se apoia numa espécie de nostalgia do passado que se faz presente nos tempos actuais.

Há uma sensibilidade despertada para o antigo, uma expectativa de reencontro das origens, de consumo do passado. Os centros das cidades podem corresponder a esta vontade de realizar não só percursos urbanos no espaço da cidade como viagens imaginárias no tempo. Pode-se mesmo dizer

que há, hoje em dia, um público espectador, leitor e consumidor do passado».

De facto, muito particularmente, sempre encarei o termo «centralidade» como algo relacionado com o «centro» e que as cidades tinham, por razões históricas, as suas centralidade localizadas e identificadas por traços de relacionamento, vivências, cultura e acção transformadora. E isto faz-se com o tempo. Nenhuma centralidade se constrói no papel.

7.12 Município de Luanda

Semanário Agolense

19 De Julho de 2014

A Urbanização Nova Vida que se supunha vir a proporcionar uma existência melhor a quem teve a «sorte» de lá ir morar, virou uma autêntica «mussecada», em alguns casos pior até que certos bairros dos confins do Sambila ou do Zengá, onde a incivilidade, infelizmente, é quem ainda manda. Com construções anárquicas por todos os cantos, kupapatas e starlet's da candonga a rolarem desabridamente pelo bairro, falta de água e de energia eléctrica constante, poluição sonora e outras

miudezas que pareciam do passado, são alguns dos velhos problemas que persistem, diante da demissão ou cumplicidade de quem devia colocar ordem no circo. Como é, «cda» Zé?

7.13 Nova Vida, velhos problemas

Semanário Angolense

19 De Julho de 2014

Volto ao gabinete do Presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda, em resposta ao pedido que me foi feito por várias famílias, para apresentar velhos problemas que ocorrem numa comunidade que veio para mudar a vida dos luandenses.

Refiro-me ao bairro Nova Vida, cuja designação aponta exactamente para a ruptura com velhos problemas, designada mente dificuldades de saneamento, água e energia eléctrica, buracos na estrada, falta de passeios, barulho ensurdecador e uma série de outras coisas más que ocorrem um pouco por toda a capital angolana e que, segundo se dizia, não haveriam de ocorrer nesse novo bairro. De facto, houve erro de cálculo, porque o novo bairro enfrenta os velhos e conhecidos problemas, tal como nos foi recentemente relatado por alguns moradores.

Aos problemas ligados ao débil abastecimento de água fizemos aqui referência há duas semanas (na edição de 5 de Julho). Logo a seguir, nos dias 6 e 7 de Julho, os moradores do bairro disseram que parecia

que, se estava noutra localidade, tal foi o volume de água que jorrou durante 18 horas (no primeiro dia) e durante mais de 8 horas (no segundo). O processo de diminuição prosseguiu no dia seguinte, com 3 horas de fornecimento. Depois, a coisa voltou ao que era, com os já comuns banhos de caneca de antes da Idade Média e o transporte de bidões de água, até que exactamente uma semana depois saiu um fiozinho de água, que se quedou pelo rés-do-chão. Prometemos voltar proximamente ao assunto, com dados precisos.

Quanto a buracos ria estrada, quem circula pelo bairro dá conta de reparações para inglês ver, daquelas que obrigam a várias intervenções ao longo do ano, como se fosse de propósito, para quem repara lucrar permanentemente. Ora se repara aqui, mas deixam-se os buracos crescer ali adiante, na mesma rua, numa autêntica competição entre buracos, a ver qual deles recebe a medalha destinada ao que destrói mais viaturas. É a empresa chinesa Liu Jun Ca a lucrar – e com ela, certamente mais alguém.

Em relação a passeios, manteve-se a fidelidade ao projecto apenas no início. Na área das vivendas há passeios minúsculos. Já na área dos prédios, a urbanização não foi concluída, pois não se fez a pavimentação dos passeios, como se isso fosse a coisa mais natural do mundo. Quem circula por aí, é obrigado a andar na estrada, exactamente como ocorre em meio rural...

E os kupapatas? Sim, apesar de não se tratar de subúrbio, quem não disponha de viatura e pretenda circular pelo bairro Nova Vida tem de andar de kupapata ou nuns Starlets mal amanhados, a caírem de velhos. Uns e outros circulam pelo bairro, aos olhos dos agentes da polícia, com condutores sem carta de condução, sem o mínimo de higiene, sem cumprirem as regras de trânsito e sem licença para exercerem actividade comercial.

Em plena área urbana, aquela que estava destinada a demonstrar o que significa viver uma «nova vida», livre de velhos problemas.

Da poluição sonora nem se fala, pois cada um, acha que pode incomodar a vizinhança apenas porque alguém de casa fez anos. Ouve-se música de vários lados, com as portas a bater de tanto ribombar. Nem polícia nem administração intervêm. E ai do vizinho que reclamar, vai ter a vida dificultada a partir dessa altura.

Como se tudo isso não bastasse, houve no bairro, no espaço de uns 7 anos, uma pracinha nas imediações da estação eléctrica da EDEL, exactamente pelo local onde passam cabos eléctricos. Alguém decidiu então autorizar a ampliação da pracinha, tendo havido umas

3 ou 4 semanas de grande transtorno, com milhares de pessoas a circular por aquela área, para verem e aproveitarem a novidade que era o novo mercado ad hoc. Era uma azáfama tal, que os moradores reivindicaram junto da administração. E lá se transferiu a praça para um dos extremos do bairro - bairro que, saiba-se, possui 4 centros comerciais e tem um quinto em construção. Se calhar, alguém na administração decidiu fazer concorrência aos centros comerciais e hipermercados...

Um bairro como o Nova Vida, com acima de 20 mil habitantes e com possibilidade de duplicar esse número, precisa de zonas verdes. Trata-se de uma área que só tinha um espaço verde e que, em menos de 20 anos, está a passar para o extremo oposto, apenas com betão. Ora isso causa sério transtorno ao ambiente, pois há uma série de espécies que aí habitavam, que estão simplesmente a ser dizimadas. E há pássaros que continuam aí a viver, sem o mínimo de condições. É preciso, pois, deixarmos de agredir tão seriamente a natureza e deixarmos de pensar que apenas de betão vive o homem. Criem-se espaços verdes e áreas de lazer, devidamente pavimentadas, onde os moradores possam levar as suas crianças e possam também sentar-se a ler um livro ao ar livre. Por que não, também, uma espécie de calçadão, onde as pessoas possam ir esticar os músculos e relaxar, depois de uma semana com algumas boas horas de stress no trânsito?

O que se diz pelo bairro é que, de projecto habitacional de sucesso, o Nova Vida transformou-se num autêntico «desastre arquitectónico». Para além do já citado betão em demasia, há clara descaracterização da urbe, pois cada um constrói o que quer, como bem lhe apetece. Na área das vivendas, há quem chegue a construir anexos maiores que a própria casa «principal». Aí também se constroem prédios defronte a vivendas, acabando-se com a privacidade de quem reside nestas. E na área dos prédios, quem mora no rés-do-chão privatiza as áreas comuns, para benefício pessoal. E ninguém pode chamar á atenção, correndo o risco de ser perseguido. Na administração aceita-se tudo isso, fazendo-se de conta que os funcionários tiram daí algum benefício. Podem até nem beneficiar, mas pelo menos não estão para se maçar, que o salário no final do mês cai sempre.

O Nova Vida transformou-se, assim, num bairro novo com velhos problemas. Há que tomar medidas, senhor Presidente da cidade. A partir do momento em que aceitou essa função, de si se espera acção.

Porque o bairro Nova Vida, de novo, tem somente o nome.

7.14 Mulheres pedem redução

Jornal de Angola

As participantes no fórum provincial de auscultação da mulher rural no Huambo pediram que os transportes públicos sejam mais baratos e cheguem a mais comunas e aldeias.

As mulheres também pediram maior divulgação da lei contra a violência doméstica, se possível em línguas nacionais, e a instalação de pequenas indústrias transformadoras que substituam o trabalho que são obrigadas a fazer manualmente, bem como de rádios comunitárias.

As participantes solicitaram igualmente apoio a viúvas e órfãos, aprovação de uma linha de crédito para a mulher camponesa, melhorias na distribuição da água, energia eléctrica, das condições de alojamento de professores e técnicos de saúde, aumento do número de centros, postos médicos, enfermeiros, medicamentos, ambulâncias, blocos operatórios e efectivos da Polícia, bem como a reabilitação de pontes e pontecos, além da realização de palestras sobre a importância de valores morais e Cívicos.

O vice-governador do Huambo para o sector Económico disse que o fórum permite ao Executivo e ao Governo Provincial melhorarem as condições de vida e garantir emprego às famílias que trabalham no campo.

Francisco Fato prometeu que as preocupações apresentadas no encontro vão ser encaminhadas para o Fórum Nacional, responsável por delinear um programa de apoio à mulher rural. O ministro da Agricultura lembrou que a iniciativa se destina a melhorar a vida nas comunidades.

8. AGOSTO

8.1 Centralidade do Cacuaco sem serviços sociais

Jornal O PAÍS

01 De Agosto de 2014

A falta de unidade hospitalar, de estabelecimentos comerciais, de instituições públicas (conservatórios, serviços de identificação e administração), creches e parques de diversão constituem, actualmente, as principais preocupações dos moradores da centralidade de Cacuaco, segundo apurou O PAÍS durante uma ronda efectuada nesta Segunda-feira, 28.

Neste mesmo dia, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou o Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco para dar continuidade às etapas seguintes do processo de execução de toda a infra-estrutura urbana necessária para a construção dos equipamentos sociais e instalações das instituições públicas, bem como do sistema viário.

O Decreto Presidencial que cria este organismo revoga toda a legislação anterior que o contrarie e determina também a extinção do Gabinete Técnico para a Implementação e Gestão do Plano Director da Área Residencial do Camama, passando todo o património e pessoal que lhe é afecto para gabinete ora criado.

Ana Felix, residente nesta cidade desde Setembro, manifestou-se preocupada com a falta de unidades hospitalares e farmácias. Disse que isso tem obrigado os moradores a deslocarem -se à farmácia que está situada no Hipercentro Kero (nas horas normais de funcionamento), sempre que necessitam de algum medicamento.

Por falta de concorrência, os indivíduos que não têm possibilidade financeira de adquirir ali os fármacos acorrem às unidades similares que se encontram na Vila de Cacuaco.

"Muito antes de abrir a farmácia do Kero tive que socorrer um jovem que estava com fortes dores de cabeça na paragem de táxi até à vila de Cacuaco, onde foi comprar uma lâmina de paracetamol", contou a jovem, balouçando a sua bebé de apenas 28 dias.

Contou que a ausência de uma maternidade ou centro de saúde a levou a programar o parto com bastante antecedência numa das clínicas de Luanda e alerta as

autoridades para o facto de existirem muitas famílias que não têm a mesma possibilidade.

Disse ainda que na Sexta-feira passada, isto é, dia 25, uma das alunas da escola mais próxima da sua residência desmaiou e os professores tiveram dificuldades em socorrê-la por falta de posto médico naquela centralidade. Por este motivo, considerou que a comissão de trabalho ora criada pelo Presidente da República deve priorizar a construção de um hospital ou centro de saúde.

Sugeriu que os espaços comerciais que se encontram encerrados sejam cedidos a jovens empreendedores e não só, à semelhança do que aconteceu no Kilamba, para que possam ser instalados pequenos serviços com vista a resolver alguns dos problemas que afligem aquela comunidade.

Tendo em atenção que o hipermercado se encontra a mais de um quilómetro de distância e no único mercado que ali existe os preços são elevados.

A jovem louvou a qualidade do trabalho dos efectivos da Polícia Nacional ao contar o caso de uma adolescente que só não foi violada pelos seus colegas de escola, no mês passado, graças à sua pronta intervenção.

Segundo Ana Felix, os agentes da Ordem Pública suspeitaram do facto de uma adolescente estar a andar com três homens, embora transportassem com materiais escolares, e decidiram segui-los sem que aqueles disso se apercebessem. Ao passarem defronte a um edifício que está maioritariamente desabitado dois deles empurraram-na para o interior e estavam prestes a consumarem o acto no momento em que foram interpelados.

Apesar de os seus vizinhos ainda não terem criado a comissão de moradores, disse que cada bloco tem uma comissão que trabalha em coordenação com a Comissão de Moradores da Centralidade.

8.2 Habitação. Falta de lei 'acelera' especulação no arrendamento e na venda

Jornal Agora

01 De Agosto de 2014

Marta da Costa, 48 anos, revelou ao Agora ter sido forçada a abandonar uma casa pelo proprietário, no distrito urbano do Kilamba Kiaxi, em virtude de ter feito o pagamento aos filhos. Foram estes que conduziram o processo do arrendamento à revelia do pai. Desprovida de qualquer documento, que lhe

desse garantia de formular uma queixa às autoridades, a mesma não teve alternativa, senão abandonar o aposento.

"Senti-me frustrada e sem força quando fui despejada à força da residência que havia arrendado por seis meses, a mil e 800 dólares. Pensei em recorrer à Polícia, mas não estava documentada, porque me acomodei na garantia dos filhos como se fossem os proprietários", lamentou a mulher que, mesmo assim, conseguiu reaver metade do dinheiro.

Emiliana da Costa, jurista, convidada a esclarecer o imbróglio em questão, começou por dizer que a falta de Lei do Inquilinato ou Arrendamento em Angola tem sido motivo para a especulação imobiliária e a fuga ao fisco, uma vez que as pessoas envolvidas geralmente não procuram por aconselhamento jurídico, o que, em muitos casos, termina em desentendimentos. "Penso que o Governo deve aprovar, rapidamente, um instrumento regulador para esta área", notou a jurista.

No seu entender, os preços das casas e as modalidades de arrendamento para as habitações erguidas no Plano Nacional de Desenvolvimento, ou mesmo construídas pelo sector privado, têm gerado muita controvérsia por falta de instrumentos legais.

Emiliana da Costa vê, em contrapartida, uma luz no fundo do túnel logo que sair da 'forja' a Lei de Arrendamento que ainda está 'engavetada' na Assembleia Nacional. De acordo com ela, trata-se de um diploma que assenta numa perspectiva bastante atractiva para os investidores imobiliários e de habitação, pelo facto de oferecer maiores garantias e segurança para estes e os consumidores.

Trapaças na actividade comercial O Agora soube que os municípios do Cazenga e Viana e os distritos da Ingombota, da Samba e da Maianga constituem as principais zonas de Luanda, onde, preferencialmente, os estrangeiros (congoleses, malianos e costamarfinenses) procuram arrendar espaços em residências para a comercialização, sobretudo de bens alimentares.

Estes comerciantes não 'olham' ao bolso, quando necessitam de arrendar um imóvel para o exercício da actividade comercial; nem procuram saber da situação jurídica das infra-estruturas.

"Pago o equivalente a 20 mil dólares por ano pelo arrendamento desta loja", gaba-se Messa Bournó. Este cidadão congolês, de 4Q anos, diz que Angola é um mercado favorável para fazer negócios, em virtude de possuir poucos estabelecimentos

comerciais para a venda a retalho à guisa das cantinas e minimercados.

"Estamos disponíveis para arrendar ou mesmo comprar residências, tanto no casco urbano como na periferia, para dar corpo aos nossos projectos", disse o comerciante originário da RDC Congo.

A luta por um tecto próprio. Se Messa Bournó não está preocupado e sente-se à vontade com o pagamento da renda, a angolana Rosalina Isaú, que vive há seis anos com o congolês Benjamim Soth, no Mártires de Kifangondo, contou à nossa reportagem que a falta de um abrigo próprio tem constituído um 'quebra-cabeças' na sua vida.

"Tem sido difícil suportar a situação de dependência. A pressão é enorme por causa do pagamento antecipado e com a agravante de não aceitarem apenas um mês de renda. É na verdade muito complicado", sublinha.

Como se isso não bastasse, a nossa fonte revelou que, na cidade de Luanda, avultam casos em que, se o inquilino não pagar a tempo, acaba por lhe ser aplicada uma multa que varia em cinco a sete mil Kwanzas, conforme o acordo.

Rosalina Esaú avançou que já teve querelas, quando os proprietários da casa tentaram arrendar a mesma a outro inquilino, enquanto, na verdade, a residência já tinha sido ocupada por ela há três meses.

"O problema foi ultrapassado porque tinha em mãos um comprovativo do pagamento das mensalidades, e os novos clientes deram-me razão", notou.

A esse respeito, a jurista Emília da Costa aconselha os implicados a procurarem por pessoas de direito antes de efectuarem negócios desta natureza. "Não há nada legal que empurre as pessoas a pagarem o arrendamento com multa ou pagamento antecipado. Devemos procurar ouvir as pessoas abalizadas antes de partirem para os contratos desta natureza".

A jurista sugeriu, igualmente, que, desde que os nossos interesses sejam lesados, devemos denunciar os casos aos órgãos de justiça, ou ainda, às instituições de defesa do consumidor existentes e que se têm revelado muito activas nos últimos tempos, como o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), a Associação Angolana de Defesa do Consumidor (AADIC), só para falar destas.

Renda resolúvel Em contrapartida, os preços no sector imobiliário registam certa estabilidade, fruto da estratégia de fiscalização adoptada pelo Executivo. O modelo da Renda Resolúvel permitiu maior número de famílias ter acesso a casa. Mesmo assim, diz o

arquitecto Alexandre dos Santos, ainda persistem os desajustes entre a oferta e a procura, dado o elevado número de famílias carentes, sobretudo na capital do país.

De acordo com o arquitecto, a província de Luanda tem registado uma construção de casas em flecha, com a entrada em cena dos projectos habitacionais do Estado como as centralidades de Cacuaco e do Kilamba, bem como a gama de habitações sociais construídas no Zango; mas, avança, a população sem abrigo ainda é a maioria.

A fonte recordou que os projectos habitacionais, cuja construção teve início em 2007, estavam destinados à classe média e média alta, e os valores impostos para a sua venda e arrendamento eram muito elevados, obrigando o recuo de muitos interessados.

Se alguns analistas consideram existir um equilíbrio entre a procura e a oferta de habitação em Luanda, sobretudo nos últimos dois anos, há, por outro lado, quem questiona como Ondina Soares, estudante universitária, sobre a qualidade dos imóveis, uma situação que levanta outra margem de discussão.

Uma nova realidade tem a ver com a escolha das zonas de implantação dos projectos habitacionais. Em Luanda, aponta o corrector imobiliário Bartolomeu Viquepo, o Centro e o Sul são as melhores zonas para viver.

Tudo leve na periferia? Segundo o corrector imobiliário, o arrendamento na periferia de Luanda é claramente mais barato em relação às zonas de construção planificadas pelo Estado. Nas zonas de Cacuaco, Viana, Cazenga e Samba, as de maior procura, os preços estão fixados ao equivalente a 45 dólares por metro quadro para as tipologias de T3, enquanto as casas T2 variam entre 20 e 35 dólares.

Já o estudo realizado pela Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária intitulada “novos veículos de investimento no sector imobiliários”, indica que, para os edifícios de primeira linha, os preços dos apartamentos estão fixados entre 94 a 96 milhões de Kwanzas para a compra, enquanto o arrendamento chega a cifrar-se entre 2 a 3 mil e 800 dólares mensais para as residências T2 e T3.

8.3 Mais casas para os municípios da capital

Jornal Agora

01 De Agostos de 2014

Pensa-se em erguer, até 2017, pelo menos 400 mil fogos em todos os municípios de Luanda o

Ministério do Urbanismo e Construção revelou que está em curso a construção de mais de 200 residências em todos os municípios de Luanda, no âmbito da autoconstrução dirigida, à luz do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND- 2013-2017). Até lá, serão erguidos, no total, 400 mil fogos habitacionais na metrópole.

A fonte destaca o crescimento habitacional de acordo com o PND 2013-2017. Além disso, diz o Ministério, estão por desenvolver importantes infra-estruturas que constituem um factor básico da qualidade de vida das populações, em particular em Luanda, onde a cidade cresceu a um ritmo superior ao da adaptação das construções básicas.

Cidadãos ouvidos pelo Agora dizem que o "PND está aquém das necessidades da população, uma vez que, em muitos casos, não contempla os desejos habitacionais, conforme os hábitos e costumes da população".

Segundo Maria de Menezes, gestora de Marketing, as insuficiências e, sobretudo, os preços nos projectos desta natureza acabam por afastar voluntariamente as famílias com maior preocupação habitacional.

"É necessário que as casas e os modelos de arrendamento sejam do conhecimento do público carente, a fim de estes estarem por dentro e tirarem as suas conclusões", destacou.

Em 2012, o Executivo havia anunciado a construção de um milhão de casas, no âmbito do Programa de Urbanismo e Habitação.

8.4 Plano de desenvolvimento provincial promove sustentabilidade de Luanda

Jornal Economia e Finanças

01 De Agosto de 2014

O plano de desenvolvimento de Luanda, iniciado em 2013 e que será executado até 2017, visa melhorar a gestão administrativa, através da introdução de uma nova forma de pensar e de gerir os destinos da província. Ao invés de procurar melhorar um sector específico, o plano define uma estratégia que permite atingir os objectivos fixados para a província nos planos de longo e médio prazo, especificamente "Angola-2025" e o plano nacional de desenvolvimento 2013-2017, através de melhorias significativas no processo que conduz à concretização do objectivo.

Segundo o documento, o esforço de investimento provincial e o plano dão azo a intervenções em diversos "vectores" de desenvolvimento, com realce para a educação, saúde, saneamento básico, ordem pública, rede viária e transporte, cultura e desporto, pequeno negócio, combate ao desemprego e serviços sociais que são muito importantes no entender dos cidadãos. Paralelamente, é realizado um grande esforço de melhoria da administração pública provincial, elemento fundamental para assegurar um bom serviço. Ficam com um tratamento pontual a água e a energia, por se tratar de temas cuja concretização está essencialmente a cargo dos órgãos centrais.

Expansão demográfica

Os projectos incorporados no plano de desenvolvimento de Luanda têm também em atenção a tendência mundial de concentração urbana, apresentando actualmente uma população que segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), rondará os 5,3 milhões de habitantes, com densidades populacionais "altíssimas" no Cazenga e em Luanda, mas também muito elevadas nos outros municípios, com excepção dos dois acrescentados em 2011 que são muito extensos e apenas contribuem com cerca de 2 por cento do total da população.

Como consequência do crescimento demo gráfico e urbano acelerado de Luanda, verificou-se uma rápida saturação das redes técnicas, um congestionamento dos equipamentos sociais e um avolumar dos problemas de mobilidade que se reflectem em elevados custos operacionais indutores de perda de competitividade da actividade económica a nível da província, além de problemas de saúde e qualidade de vida, estabilidade e coesão social.

Foram definidas políticas integradas de desenvolvimento que cobrem as grandes questões com que Luanda se debate, com realce para o planeamento e gestão urbanos; descentralização e instituições apropriadas; promoção do capital humano e da equidade de oportunidades; participação da sociedade civil; ambiente favorável aos negócios e ao empreendedorismo; infra-estruturas; acesso generalizado a serviços básicos; reestruturação de musseques; transporte público e mobilidade, além da segurança de pessoas e bens.

Para melhorar a gestão administrativa de Luanda, o plano prevê a promoção da actividade privada e consequentemente do investimento privado.

Novas práticas

A fonte destaca que a forma de estruturação dos órgãos do governo Luanda necessita de ser repensada para fazer face às questões de uma província que tem essencialmente de gerir os problemas específicos de uma grande metrópole. O documento sublinha que os recursos humanos e as tecnologias de informação da província necessitam de uma reestruturação "muito profunda", que a capacite para os desafios do desenvolvimento, nomeadamente, através da formação e avaliação de desempenho dos seus funcionários e da capacidade para diminuir os prazos de resposta e melhorar a capacidade de acompanhamento estatístico da sua vida económica e social.

8.5 Novo modelo de transportes para Luanda

Jornal de Angola

07 De Agosto de 2014

A cidade de Luanda está a ponderar a adopção de um sistema de transportes colectivos rápidos, com autocarros e metro de superfície, como uma das soluções possíveis para garantir a mobilidade urbana sustentável, admitiu ontem, em Luanda, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

"A cidade de Luanda começa seriamente a encarar como uma das possíveis soluções para a mobilidade urbana sustentável a experiência da cidade brasileira de Curitiba, tida como modelo de gestão urbana ambiental mundialmente famoso", admitiu.

O ministro, que discursava na abertura do Fórum de Municípios e Cidades de Angola, destacou o modelo BRT (Bus Rapid Transit), ou Transporte Rápido por Autocarros de gestão urbana e ambiental, com uma espécie de metro sobre rodas e de superfície. O sistema BRT não propõe apenas uma mudança na frota ou na infra-estrutura do transporte público colectivo, mas também um conjunto de alterações que pode garantir um novo conceito de mobilidade urbana. O objectivo é proporcionar uma mobilidade urbana rápida, confortável, segura e eficiente.

O encontro tem lugar no âmbito da jornada do Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local, 10 de Agosto, decretado pela União Africana para atrair a atenção dos Estados do continente, organizações não governamentais e respectivas populações, para a importância da aproximação da governação e da prestação de serviços públicos aos cidadãos, comunidades e empresas. O ministro referiu que Angola celebra pela terceira vez esta data, desde que a 18ª cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana institucionalizou a data.

Planeamento e requalificação

No fórum, que termina hoje, estão a ser debatidos temas como "O planeamento territorial e urbano e políticas de gestão fundiária", "A requalificação urbana e o fomento habitacional", "O saneamento básico e a gestão de resíduos sólidos", "A experiência internacional de gestão sustentável de cidades e municípios" e "A mobilidade urbana e a fluidez do trânsito automóvel e experiências de gestão de cidades e municípios de Angola".

O Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local destina-se à reflexão sobre as alterações positivas registadas nos países do continente devido à execução de processos de descentralização e de desenvolvimento local. Participam no Fórum de Municípios e Cidades de Angola deputados, governadores provinciais, presidentes de comissões administrativas e administradores municipais.

8.6 Debate. Centros urbanos à “caça” de uma melhor qualidade de vida

Jornal Agora

08 De Agosto de 2014

Importantes dissertações estiveram à mesa no 11 Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola. Especialistas nacionais e estrangeiros em matéria de urbanismo estiveram lado a lado para uma abordagem à volta dos problemas que afectam a qualidade de vida da população nos centros urbanos do país e não só...

No fórum, foram discutidas questões de grande interesse que têm que ver com o planeamento territorial e urbano, bem como políticas de gestão fundiária, ou ainda, a requalificação e o fomento habitacional, saneamento básico e gestão de recursos sólidos.

A problemática da mobilidade urbana e fluidez do tráfego automóvel, bem como a experiência da

cidade brasileira de Curitiba prenderam a atenção dos participantes ao evento, no qual estiveram presentes, além de especialistas, os governadores provinciais.

Aliás, o ministro da Administração do Território (MAT), Bornito de Sousa, realçou a importância do

evento que pretende ser um "espaço permanente de debates de concertação e diálogo entre os órgãos

centrais, locais e cidadãos, incluindo o sector privado".

O governante referiu-se, também, à apresentação feita sobre a cidade de Curitiba como modelo de gestão urbana e ambiental.

"Não posso deixar de realçar a experiência da cidade de Curitiba, metrópole do Brasil, como modelo de gestão urbana e ambiental e o metropolitano (Bus Rapid Transit), uma espécie de metro sobre-rodas e de superfície que a cidade de Luanda pode implementar como possíveis soluções para a mobilidade urbana sustentável", sublinhou.

As autoridades estudam a possibilidade de adoptar um sistema de transportes colectivos rápidos, com autocarros e metro de superfície para a cidade de Luanda, como revelou o ministro Bornito de Sousa. Na verdade, a capital do país, muito congestionada, precisa de soluções urgentes para desanuviar o caótico trânsito automóvel.

Já o arquitecto urbanista António Henriques 'Dinguanza' havia alertado, em declarações ao Agora, que "Luanda é uma cidade que não suporta mais". Outra das sugestões então por ele avançada passava pelo abandono deste casco urbano, indo para a construção de uma nova cidade com espaços mais arejados a Sul ou a Norte.

Em contra partida, não obstante a construção de novas centralidades aqui e acolá e de condomínios, a velha e apertada cidade continua a receber novos edifícios, pressionando as infra-estruturas existentes concebidas para um universo de pouco mais de 500 mil habitantes.

No II Fórum de Municípios e Cidades de Angola (FMCA), realizado numa altura em que será celebrado, no próximo dia 10 de Agosto, o 'Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento local', decretado pela União Africana, para chamar atenção dos Estados, das organizações da sociedade civil e de entidades privadas para a importância da aproximação da governação e da prestação de serviços públicos aos cidadãos, foram avançadas hipóteses que podem ser aplicadas no domínio da melhoria e do crescimento das cidades do nosso país.

O exemplo de Curitiba foi muito referenciado, havendo vozes que sugeriram a cópia deste modelo de desenvolvimento urbano, principalmente no domínio da mobilidade rodoviária.

"Penso que devemos experimentar e aplicar as boas práticas e modelos de gestão urbana mais saudáveis, porque é possível. Nota-se que estamos a avançar em certa medida no domínio imobiliário, mas temos o

problema das ruas muito estreitas que nem sequer permitem o cruzamento de viaturas. Nas centralidades, havendo uma emergência em que os moradores por qualquer calamidade devem ser evacuados, é um caso sério", disse ao Agora o arquitecto Cristiano, sugerindo que, no domínio da mobilidade urbana, o caso de Curitiba é o mais apropriado e que devia ser aplicado na concepção e construção das novas centralidades existentes não só em Luanda, mas também um pouco pelas 18 províncias do país.

O AVANÇO BRASILEIRO. No IV painel 'Gestão sustentável de cidades e municípios: experiência internacional', um dos oradores foi o convidado brasileiro Eliel Rosa. O especialista abordou sobre a questão da cooperação descentralizada e da sociologia urbana. Aqui, rebatendo o caso de Curitiba, Eliel indicou, em substância, que esse é apenas um modelo cuja aplicação não deve ser linear por causa das especificidades de cada região e país.

'Cidade Sorriso', 'Cidade Modelo', 'Cidade Ecológica do Brasil', 'Capital das Araucárias' são os atributos da cidade brasileira que alberga pouco mais de 1 milhão e 848 mil e 946 habitantes, sendo a oitava mais populosa do país. Fundada em 1693, ao longo dos últimos anos tem-se consolidado como a metrópole mais rica do Sul brasileiro e a quarta a nível nacional.

Desde 1853, esta cidade, conhecida pelas suas ruas largas, manteve um ritmo de crescimento urbano fortalecido pela chegada de uma grande quantidade de imigrantes europeus ao longo do século XIX, a maioria alemães, polacos, ucranianos e italianos que contribuíram para a diversidade cultural que permanece até hoje.

CRESCIMENTO DESCONTROLADO. A metrópole experimentou diversos planos urbanísticos e legislações que visavam conter o seu crescimento descontrolado e que a levaram a ficar famosa internacionalmente pelas suas inovações urbanísticas e o cuidado com o meio ambiente. A maior delas foi no transporte público, cujo sistema inspirou o Trans Milénio - sistema de transporte de Bogotá, na Colômbia.

Mas, trazer para aqui o exemplo de uma experiência centenária colhe? Eliel Rosa deixou escapar que esta não é a solução, havendo a necessidade de um estudo para a aplicação de modelos que se adequam a cada caso.

O NOSSO METRO. Depois da entrada em cena na costa luandense dos chamados barcos 'Catamarã', pensava-se que, com a utilização destes 'vasos de ferro', poderia desanuviar o trânsito automóvel nas

estradas da capital. Puro engano! Na maior urbe do país, a circulação continua a ser quase impossível.

Considerando que o transporte exerce uma grande influência sobre a sociedade, principalmente no que toca à produção, já se pode aferir que o congestionamento permanente das ruas da metrópole provoca sérios transtornos à actividade laboral, quer do sector público, quer do privado.

Um estudo recente revela que a grande mudança da urbanização que vem ocorrendo no mundo mostra tão somente que não só maior número de pessoas poderá viver e trabalhar nas grandes cidades, mas também o cidadão precisará de percorrer por longas distâncias para satisfazer as suas necessidades económicas, sociais e culturais no espaço urbano.

Contudo, refere a mesma análise, crescimento das pessoas a recorrer ao carro particular é cada vez mais evidente. Isso, indica a fonte, ocasiona obstáculos como o congestionamento de estradas, o que diminui a produção e a produtividade das empresas. É exactamente isso o que se pode verificar na nossa Luanda, com estradas invariavelmente atoladas.

Como dissemos no princípio, as autoridades estudam a hipótese dá entrada em funcionamento do metro de superfície como uma das medidas para garantir a mobilidade urbana sustentável. Mas da intenção à realidade, vai ainda uma longa distância.

A inclusão do metro de superfície está inscrita no Plano Nacional de Desenvolvimento 2012/2017. Até lá, pensa-se também em estender a rede de táxis a todo o país, estimulando os programas de apoio ao emprego e à mobilidade, consolidar o sistema de controlo de tráfego de passageiros, criar um sistema de transporte de massas eficiente rápido e isolado.

Enquanto não chega o metro, o luandense ainda vai conviver com a desordem sobre-rodas existente aqui onde as estradas estão invariavelmente esburacadas, os taxistas a darem as suas perigosas 'mbaias' para contornar os eternos congestionamentos e uma insuficiente frota de autocarros capaz de suportar a crescente demanda da população.

OUTRAS QUESTÕES. O Fórum de Municípios e Cidades de Angola abordou, igualmente, a questão da reconversão urbana e fomento habitacional da província de Luanda, em que se ressaltaram os casos do Cazenga, Rangel e Sambizanga. Coube ao director-geral do Gabinete de Requalificação Urbana do Cazenga, Rangel e Sambizanga, Bento Soito, a apresentação do tema moderado pelo arquitecto Correia Caetano.

Bento Soito, secundado pelo consultor do Ministério da Construção e Urbanismo, João Bessa Quintino, que falou da gestão fundiária e da dinâmica do surgimento de novas áreas habitacionais, declarou que, de um modo geral, o projecto de requalificação está no bom caminho.

A primeira fase relativa à construção das infra-estruturas está adiantada, estando relativamente atrasada a construção dos edifícios habitacionais e dos equipamentos sociais redes técnicas de abastecimento de água, energia eléctrica, arruamentos com passeios e vias asfaltadas, telecomunicações, drenagem de águas pluviais e residuais.

"No Cazenga, as infra-estruturas estão construídas a 50 por cento; os edifícios já começaram a ser erguidos, havendo ligeiro atraso nas infra-estruturas dos edifícios praticamente concluídos, mas, em termos de infra-estruturas, ainda nos falta cerca de metade da área, que são 60 hectares, e também falta completar o resto dos edifícios que estão previstos no município", disse Bento Soito.

Em termos práticos, há um equilíbrio entre as obras. No Sambizanga, as demais previstas, como no Roque Santeiro, são obras que o Gabinete Técnico ainda não acompanha, porque são da responsabilidade única do Ministério da Construção. Trata-se da empreitada da estrada da Boavista ao Senado da Câmara e à continuidade da Ndunduma e da Lueji Ankonda, até à rotunda da Boavista.

As obras no espaço onde estava mercado Roque Santeiro e a do tratamento da encosta da Boavista estão sob responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Construção.

O Gabinete apenas intervém nos espaços que estão realmente sob a sua responsabilidade. De todas as formas, com a requalificação em curso, o Cazenga começa a ganhar uma nova imagem. Espera-se que a podridão, o congestionamento das valas de escoamento das águas das chuvas e o lixo venham definitivamente fazer parte ao passado do município.

VEM AÍ A FEIRA DE MUNICÍPIOS E CIDADES. Com a realização do II Fórum de Municípios e Cidades de Angola, está lançado o apito para se iniciar a preparação do Fórum e da Feira de Municípios e Cidades de Angola de 2015 que terão a particularidade de se enquadrar nas celebrações dos 40 anos da Independência do país, como revelou o líder do MAT, Bornito de Sousa.

Este ano, o certame está inserido também nas jornadas comemorativas do dia 10 de Agosto, estabelecida pela União Africana (UA) e que acaba

por ser um momento de reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países do continente africano como resultado da

implementação de processos de descentralização e de desenvolvimento local.

Angola celebra a data institucionalizada pela UA sob o signo do compromisso do país com a desconcentração e descentralização administrativa, visando a consolidação do poder autárquico.

A primeira edição da FMCA decorreu em 2013 em simultâneo com a primeira Feira de Municípios e Cidades de Angola. Este ano, o fórum não coincidiu com feira, na sequência do cumprimento do Despacho Presidencial n.º142/13 de Z7 de Setembro que prevê, para a Feira; uma periodicidade bienal e, para o Fórum, anual.

Para além de responsáveis do MAT ao mais alto nível e de governadores e especialistas nacionais e estrangeiros, no evento estiveram três administradores municipais, nomeadamente de Catumbela (Benguela), Alice Raposo; do Luau (Moxico), Juvenal Capula e de Saurimo (Lunda Sul), Gregório Miaso. Em representação da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, esteve Alcresia Cavala.

Estes responsáveis intervieram no sexto e último painéis, levando-os a dissertar sobre a sua experiência no domínio da gestão das áreas sob sua jurisdição. A segunda edição do FMCA decorreu sob lema 'Gestão Sustentável das Cidades e Municípios: Desafios e Perspectivas.

8.7 Novo sistema concluído no Kilamba

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2014

As restrições no abastecimento de água à Centralidade do Kilamba acabam com a entrada em funcionamento do novo sistema de captação e tratamento de água, cujos testes de controlo de qualidade e dos equipamentos começam amanhã e ficam concluídos no próximo dia 23 de Agosto.

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, em declarações ao Jornal de Angola, garantiu que este novo sistema, com capacidade de fornecer 40 mil litros de água por dia, vai abastecer unicamente a Centralidade do Kilamba. "A EPAL está a realizar os testes aos equipamentos e a analisar a qualidade da água captada directamente do rio Cuanza para a Estação de Tratamento do Kilamba, para

posteriormente ser distribuída aos consumidores", explicou.

A Centralidade do Kilamba é abastecida actualmente pelo Centro de Distribuição de Camama, que atende igualmente os bairros Benfica, Morro Bento, Patriota, Camama, Zona Verde, Chinguar e Quífica.

"Com a entrada em funcionamento do novo sistema para o Kilamba, o Centro de Distribuição de Camama vai deixar de abastecer aquela centralidade", disse Domingos Paciência.

O porta-voz da EP AL esclareceu que neste período de testes, o Centro de Distribuição de Camama vai continuar a levar água aos moradores do Kilamba no período da manhã entre as 4h00 e as 10h00, e à noite das 18h00 às 22h00 horas, de forma intermitente por zonas. "A EPAL pede a compreensão dos clientes e aconselha a criarem reservas e a utilizarem a água de forma racional, no período em que estiverem a decorrer os testes", concluiu.

8.8 Obras cumprem os prazos

Jornal de Angola

14 De Agosto de 2014

Cerca de 15 mil habitações, das 40 mil previstas na primeira fase do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, já estão concluídas nas novas centralidades das províncias de Luanda, Cuanza Sul, Huambo, Uíge, Bié e Moxico.

A informação foi avançada pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição Silva, durante uma reunião em Luanda, que avaliou o andamento das obras habitacionais no país.

O ministro do Urbanismo e Habitação disse que as obras nas centralidades das províncias de Luanda, Cuanza Sul, Huambo, Uíge, Bié e Moxico estão a cargo da construtora Kora-Angola e que, "a breve trecho, começamos a comercializar as primeiras 15 mil habitações".

O processo de comercialização, salientou o ministro, pode ocorrer em simultâneo com a implantação das infra-estruturas e obedecer a processos de renda resolúvel, arrendamento e aquisição a pronto pagamento.

As casas aguardam apenas a conclusão das infra-estruturas exteriores, como sistema de produção e abastecimento de energia eléctrica, acessos viários, equipamentos sociais, entre outros, acrescentou o ministro.

No encontro em Luanda, os responsáveis dos sectores intervenientes no projecto acordaram a coordenação de acções para a conclusão das infra-estruturas em falta. O vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas do Moxico, Manuel Lituae, disse que o projecto vai ajudar a colmatar o défice habitacional que existe na província e melhorar as condições sociais e a qualidade de vida das populações.

"Temos em construção habitações que estão de acordo com as necessidades da população residente na província em termos habitacional em vários municípios", disse o vice-governador

Manuel Lituae, que informou estar o Governo Provincial do Moxico em contacto regular com outras províncias para a troca de experiências na área do urbanismo e habitação.

8.9 Centralidades. Urbanismo junta parceiros para criar infra-estruturas

Jornal Agora

15 De Agosto de 2014

No encontro, que reuniu os ministros da Construção, Waldema Pires Alexandre, João Baptista Borges, vice-governadores das referidas províncias, responsáveis da Kora Angola e EPAL, foi possível traçar a estratégia de fazer maior cobertura em termos de infra-estruturas externas para oferecer comodidade aos futuros moradores.

As seis províncias vão oferecer 40 mil residências de diferentes tipologias e, deste universo, 15 mil já estão concluídas, mas a grande preocupação, segundo o ministro do Urbanismo e Habitação, é a construção de escolas, hospitais, fornecimento de energia e águas.

O objectivo é evitar que as experiências negativas do passado se repitam e comprometam o sucesso do programa de oferecer habitação condigna à população.

Falando no final do encontro, José Silva fez saber que, "no conjunto das 40 mil habitações a serem construídas pela Kora Angola, estamos a trabalhar, arduamente, no sentido de, a breve trecho, comercializarmos 15 mil habitações".

O governante adiantou, por outro lado, que o processo de vendas vai acontecer, mas, por falta de condições básicas, as mesmas não serão habitadas, até que seja concluído, o programa de construção de

infra-estruturas já identificadas para dar comodidade aos moradores.

"Enquanto acontece a comercialização das residências, tudo faremos que se conclua esta nova fase identificada como prioridade", disse, tendo adiantado que o acesso obedecerá ao processo de renda resolúvel, à figura do arrendamento e à aquisição a pronto pagamento.

Segundo o ministro, os encontros vão continuar para melhor coordenar as acções ligadas às áreas em referência, com o objectivo de analisar a problemática das infra-estruturas e de compatibilizar as soluções, procurando obter resultados positivos.

Em termos de execução das centralidades, o ministro não avançou percentagens, mas assegurou que o grau é satisfatório e as construções das infra-estruturas externas estarão concluídas dentro de 14 meses.

Manuel Lituai, vice-governador do Moxico para o sector técnico, declarou que a província vai beneficiar de 3 mil residências, embora exista o subprograma a ser executado pelo governo local, de construção de 200 fogos habitacionais em todos os municípios.

Questionado se a construção destas infra-estruturas poderá encarecer o custo final das obras, José Silva afirmou que se trata apenas de acertos pontuais e que o que se pretende é facilitar a vida das pessoas.

Porque só agora foi pensada a implantação de infra-estruturas sociais? Talvez não haja ainda uma resposta cabal, mas é certo que a experiência, nas centralidades do Kilamba e Cacucaco, em Luanda, elevaram o alerta, para que os moradores tenham as suas residências com condições mínimas.

MAIS CENTRALIDADES. Até final de 2016, ficam concluídas mais três em Luanda, ao contrário das demais, estas estão a ser erguidas pelas empresas chinesas CITIC e CIF.

Iniciados em 2012, os projectos habitacionais vão beneficiar 108 mil pessoas de todos os estratos sociais.

Zango 8 mil, em Viana, KK 5 mil e CIF 5 mil, no município de Belas, são os três projectos habitacionais que vão juntar-se ao Kapari e ao 44, em Luanda.

As moradias são económicas e modelos combinados, nomeadamente térreas e edifícios. Neste projectos, segundo fontes do Agora, até final do ano, 1297 casas estarão concluídas e a sua comercialização pode ocorrer no início de 2015, nas modalidades já anunciadas.

8.10 Falta de infra-estruturas atrasa venda de casas sociais

Novo Jornal

15 De Agosto de 2014

APESAR DE JÁ estarem quase concluídas 15 mil habitações construídas no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, só começarão a ser comercializadas no segundo semestre de 2015, devido à ausência de acessibilidades e de serviços básicos.

O calendário foi avançado na terça-feira pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva, após um encontro em Luanda com vários membros do Executivo e responsáveis da Kora Angola, empresa responsável pela construção das centralidades em algumas províncias do país.

"As habitações estão praticamente concluídas, mas carecem de infra-estruturas externas. Daí à necessidade de coordenarmos acções por forma a encontrar soluções técnicas a serem adoptadas. Por isso, nesta reunião contámos com a presença dos ministros da Energia e Águas, da Construção e o secretário de Estado das Telecomunicações", esclareceu o governante.

José António da Conceição e Silva garantiu, porém, que, "num prazo de 12 ou 14 meses", as 15 mil habitações estarão à venda, acrescentando que os futuros moradores "podem desde já começar a demonstrar interesse na aquisição" das casas.

Além de debater a necessidade de dotar as futuras centralidades de vias de acesso, energia, água e hospitais, a reunião que contou igualmente com a presença dos vice-governadores para as áreas técnicas das províncias abrangidas, debruçou-se sobre as modalidades de pagamento das habitações, erguidas nas províncias de Luanda, Kwanza-Sul, Huambo, Uíge, Bié e Moxico.

Sem descartar a hipótese de submeter os imóveis a arrendamento, José Silva explicou que os interessados nas 15 mil residências as primeiras de um projecto de construção de 40 mil casas poderão comprá-las a pronto pagamento, ou através do sistema de renda resolúvel.

MOXICO JÁ TEM 3.20 CASAS

No Moxico, a oferta incluirá 3.000 novas habitações, revelou Manuel Lituai, vice-governador para a área técnica da província, também presente na reunião.

"Já estão em fase de execução e finalização 320 casas. das 3.000 previstas. Porém, ainda temos um longo

caminho a percorrer até à conclusão do programa", assinalou responsável.

Quanto à tipologia das habitações, Manuel Lituai revelou que "variavam entre casas geminadas, isoladas, habitações em banda contínua e edifícios, com apartamentos T2 e T3".

"As tipologias satisfazem as nossas necessidades", congratulou-se o vice-governador, defendendo que "a reunião foi muito importante para fazer o ponto de situação, e coordenar as várias actividades que ainda existem pela frente".

8.11 Kora Angola ergue 15 mil casas

Jornal Economia e Finanças
15 De Agosto de 2014

Quinze mil habitações, das quarenta mil previstas no âmbito do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, foram já edificadas nesta primeira fase nas centralidades das províncias de Luanda, Kwanza-Sul, Huambo, Uíge, Bié e Moxico, informou, terça-feira, na capital do país, o ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição Silva.

O governante avançou o facto no final de um encontro que visou analisar a problemática das infra-estruturas das centralidades, cujas obras estão a cargo da construtora Kora-Angola.

"No conjunto das 40 mil habitações a serem construídas pela Kora-Angola, estamos a trabalhar arduamente no sentido de, a breve trecho, comercializarmos 15 mil habitações", referiu o ministro José António da Conceição Silva, para quem as mesmas não serão habitadas como tal, mas o processo de comercialização poderá ocorrer em simultâneo com a implantação das infra-estruturas.

As residências carecem apenas da conclusão de infra-estruturas externas, como sistema de produção e abastecimento de energia eléctrica, acessos viários e equipamentos sociais, entre outros, enfatizou o governante, tendo reiterado que as modalidades da sua aquisição não vão fugir das três figuras (renda resolúvel, a figura do próprio arrendamento e aquisição a pronto pagamento).

No encontro, os responsáveis dos sectores intervenientes, no projecto, avaliaram a melhor forma de coordenar acções ligadas às áreas em referência, com o objectivo de analisar a problemática das infra-estruturas.

8.12 Depois das fissuras, os tremores

Semanário Angolense
23 De Agosto de 2014

Alguns moradores da Centralidade de Cacuaco entraram em pânico na passada semana, quando vários edifícios estremeçeram por causas ainda não devidamente entendidas.

Segundo moradores que sentiram os edifícios a tremer, o susto foi tão grande que, em primeira reacção, pensaram num sismo ou na explosão de algum artefacto nas proximidades. Por causa do susto, diversas famílias abandonaram mesmo as suas residências, por temerem que algo pior acontecesse.

No entanto, boa parte dos moradores não se encontrava em casa, tendo tomado conhecimento do fenómeno quando os respectivos familiares telefonaram a explicar o sucedido.

Preocupados, na sequência do acontecimento, diversos moradores dirigiram-se ao estaleiro da empresa chinesa encarregue da manutenção dos edifícios, mas os chineses, na maior das calmas, confirmaram o tremor dos prédios, dizendo que não era nada para temer, porque não se tratava de nada grave.

De acordo com os moradores que falaram ao *Semanário Angolense*, naquela semana os tremores foram sentidos em duas ocasiões diferentes: uma no sábado (9 do corrente) e outra na quarta-feira (13), que foi o mais forte.

Os chamados blocos 6 e 11, que comportam vários edifícios mais a norte da centralidade, foram os locais onde os tremores terão sido mais sentidos. Mas, no Bloco 2, principalmente nos prédios 17 e 24, entre outros, o impacto também foi muito forte, a ponto de objectos dispostos em cima de móveis e quadros na parede caírem para o chão.

Segundo a senhora Feliciano, como se identificou, doméstica e moradora no Bloco 2, no seu edifício houve vários danos. «Quando se deu o tremor mais forte, até as coisas na cozinha e na sala caíram ao chão e alguma louça quebrou. «Na minha sala abriram-se diversas fissuras, assim como ao nível do gradeamento das janelas da frente», explicou a senhora, um tanto aflita ainda. Disse que o impacto do tremor quebrou azulejos e mosaicos na cozinha e na sala, mas que já foram reparados pela equipa chinesa de manutenção.

Segundo um outro morador, que se identificou apenas por Sebas e disse ser funcionário público, qualquer coisa que aconteça nos prédios deve ser comunicada à empresa de manutenção, que envia imediatamente funcionários seus para fazerem a reparação.

«No caso dos azulejos e mosaicos, substituem os que estiverem muito danificados e dão um jeito nas fissuras, picando a rachadela e aplicando gesso ou betume para em seguida pintarem da mesma cor», explicou. Contudo, mesmo assim, é possível ver que a maioria dos edifícios, construídos há cerca de três anos, já se vai deteriorando aos poucos. «~ só ver nas fachadas os remendos que foram aplicados: mesmo pintando na mesma cor, nota-se a diferença», advertiu.

Mal projectada

Sebas mostrou os edifícios mais sofridos com os estremeções e as fissuras já reparadas, chamando a atenção para uma rachadela que está a estender-se num dos lados do edifício 24 do Bloco 2. «As fissuras acontecem dentro e fora dos edifícios. Algumas começam por fora e avançam para o interior.

Os mosaicos e azulejos partem-se com frequência e isso é sinal de alguma instabilidade da construção em si, que não deve ter obedecido a algumas regras básicas da construção civil como o estudo de solos, etc.», como refere o jovem.

Os residentes, pelo menos os que falaram ao SA, acreditam que a Centralidade de Cacuo foi mal projectada, uma vez que o surgimento de fendas e a quebradela de azulejos e mosaicos são constantes. «Uma situação desagradável e muitos de nós estamos a temer que algum edifício desabe, até porque conhecemos histórias de prédios que caem depois de poucos anos de vida. Esperemos que isso não venha a acontecer nesta centralidade, uma vez que aqui vivem muitas famílias e isso provocaria uma grande tragédia», alerta.

Dos moradores que falaram ao SA, ninguém soube explicar qual a causa real dos tremores e das rachadelas, limitando-se a dizer que as construções é que foram mal feitas. Na hora que a reportagem do SA chegou à centralidade, cerca das dez horas da manhã desta segunda-feira (18), com excepção de agentes da Polícia à entrada, algumas crianças a brincar na rua e umas poucas zungueiras a «zanzarem» aqui e ali, quase não havia gente nas ruas. Estava tudo muito calmo. Os apartamentos, em grande parte, estavam encerrados, com algumas excepções, em que se viam as janelas abertas e roupas estendidas nas varandas.

Pelo que se pode constatar e também foi confirmado por Sebas, muitos edifícios ainda não estão habitados.

Depois de informados sobre a localização do escritório da empresa de manutenção, onde se fazem.

8.13 Gabinete coordena construção de cidades

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2014

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anunciou ontem a criação do Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Cama ma e de Cacuo. A nova entidade estará encarregada de promover e conduzir os esforços de todos os sectores, empresas e outros agentes interessados em participar na construção das referidas cidades.

Ao intervir na abertura de uma reunião de trabalho, destinada a discutir o modelo de organização administrativa das centralidades do Kilamba, Camama e Cacuo, o Presidente da República indicou que o referido Gabinete, a ser coordenado pelo secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flor, vai realizar o mesmo papel que o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), organismo que teve a seu cargo a coordenação das grandes empreitadas ligadas à reconstrução do país.

O Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Camama e de Cacuo, segundo o Chefe de Estado, vai ocupar-se também da distribuição de espaços, em conformidade com o Plano Director, a quem pretenda realizar investimentos no domínio da construção de vivendas ou apartamentos, da indústria, do comércio ou de prestação de outros serviços, incluindo espaços ou terrenos para a construção individual de casa própria.

Na Cidade do Kilamba, principal tema da reunião de ontem, está em curso a construção de cinco mil vivendas pequenas e edifícios com aproximadamente cinco mil apartamentos. O Plano Director da Cidade do Kilamba prevê a construção de cerca de 90 mil fogos em três fases. Uma vez terminada a primeira fase, referiu o Presidente, vai ter início a segunda e mais tarde a terceira do projecto, já sob a órbita do Gabinete de Coordenação.

Direitos sobre terrenos

O Presidente da República informou que está a ser formada uma empresa pública titular dos direitos sobre os terrenos na área do projecto da Cidade do Kilamba. Caberá à referida empresa conceder os

direitos de superfície nos termos da lei àqueles que obtenham autorização do Gabinete de Coordenação.

"As empresas ou indivíduos que queiram realizar aqui investimentos no domínio imobiliário têm assim uma nova oportunidade de negócios", afirmou o Presidente da República.

Transferência de pastas

O Chefe de Estado também anunciou a transferência de responsabilidades sobre o projecto imobiliário na Cidade do Kilamba e noutros sítios, da SONIP para a IMOGESTIN, empresa gestora de imobiliário.

Após a conclusão do processo de transferência de responsabilidades a IMOGESTIN vai anunciar as regras que vão orientar o recomeço das vendas dos apartamentos e vivendas em fase de conclusão, referiu o Presidente, no quadro do Programa Nacional de Habitação. O Chefe de Estado fez saber que a legalização dos apartamentos e vivendas adquiridos ou a adquirir em todo o território nacional, em conformidade com os contratos, ficará a cargo de uma comissão multisectorial presidida pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

A comissão multisectorial dá início às suas actividades precisamente na Cidade do Kilamba. O Presidente da República esclareceu que a administração da Cidade do Kilamba permanece sob a competência da Comissão Administrativa e do seu presidente, nos termos da legislação em vigor.

Visita ao GPL

O Presidente da República anunciou "para breve" uma visita ao Governo Provincial de Luanda (GPL), na qual espera anunciar "orientações e decisões com vista a melhorar progressivamente a governação desta província".

Participaram na reunião o Vice-Presidente da República, ministros de Estado e chefes da Casa Civil e Militar do Presidente da República, membros do Executivo, o governador de Luanda e responsáveis da Sonangol e da CITIC, empresa chinesa que construiu a centralidade do Kilamba.

"Clássicos de Talatona"

Antes de dirigir a reunião na Centralidade do Kilamba, no quadro da jornada de campo, o Presidente José Eduardo dos Santos procedeu à inauguração do Complexo Administrativo "Clássicos de Talatona" e da ABAMAT, o centro de referência em manutenção e inspecção de viaturas multimarcas, afecto ao Ministério dos Transportes. No Complexo Administrativo vão funcionar os Ministérios da

Administração do Território, Ciências e Tecnologia, Ensino Superior, Comunicação Social, Cultura, Economia e da Justiça e Direitos Humanos, institutos nacionais, como os Institutos de Bolsas de Estudos, de Fomento Turístico, de Recursos Hídricos, Regulador do sector Eléctrico, das Pescas e de Pequenas e Médias Empresas. Ali já funciona também a Comissão de Mercado de Capitais (CMC).

As obras do Complexo Administrativo tiveram início em 2012, num projecto que contempla cinco edifícios, dois dos quais já em funcionamento. Segundo explicações do ministro da Construção, Waldemar Pires, as instalações começaram a ser erguidas para fins habitacionais, mas no seu percurso foram adaptadas para escritórios e gabinetes de departamentos ministeriais. Foram projectadas mais duas fases, até que o complexo atinja a plenitude da funcionalidade. Segundo o ministro da Construção, na fase final o complexo "Clássicos de Talatona" vai poder acolher 12 mil funcionários. Está previsto a ampliação das zonas de estacionamento e construção de mais equipamentos de apoio com bibliotecas, restaurantes, estacionamento, auditórios, ginásios, quadras desportivas, espaços verdes e melhoria do saneamento e das vias de acesso.

O ministro da Construção, Waldemar Pires, falou das preocupações com a mobilidade na zona de Talatona, e anunciou um conjunto de intervenções que vão permitir, por exemplo, retirar a pressão que hoje se verifica na Avenida Pedro Van-Dúnem, que serve de linha divisória entre o centro e sul de Luanda.

Nova ABAMAT

A jornada de campo do Presidente da República começou em Viana ao quilómetro 30. Está ali

localizada a nova ABAMAT, empreendimento afecto ao Ministério dos Transportes. O Presidente da República descerrou a placa e percorreu as instalações do centro que se pretende de referência em manutenção e inspecção de viaturas multimarcas.

O ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, disse à imprensa que a ABAMAT vai prestar um serviço inserido num mercado de concorrência e ajudar a suprir a carência em matéria de assistência e manutenção de viaturas. Segundo o ministro, no desenho actual, a ABAMAT pode inspirar o surgimento de empreendimentos similares em todas as províncias, onde privados podem, com recurso a financiamento bancário, criar unidades que além de gerar rendimentos vão ajudar a estender o tempo de vida útil das viaturas.

Reestruturação do sistema

À saída da reunião, na Cidade do Kilamba, o presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIM, Rui Cruz, avançou à imprensa que está em curso a reestruturação do sistema de gestão dos projectos habitacionais, centrada na ideia de "assegurar maior sustentabilidade dos mesmos, garantir a redução da exposição financeira do Estado e assegurar uma maior participação do sector privado".

Rui Cruz disse ainda ser necessário envolver a indústria nacional nos projectos habitacionais, assegurando que sejam competitivos e possam ajudar a alavancar especialmente o sector industrial dos materiais de construção.

De igual modo, acrescentou, há que terminar o levantamento que está a ser feito pela comissão e só assim começar com a proposta ao Executivo dos grandes princípios que vão nortear a nova gestão e o novo sistema de vendas, através de um novo diploma legal.

O secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flor, responsável pelo Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco, justificou a razão do envolvimento do sector privado na segunda fase de construção das habitações no Kilamba, afirmando que o Estado não pode ter o ónus de construir e vender casas.

«A única coisa com que o Estado se deve preocupar são as infra-estruturas. E essa a responsabilidade do nosso gabinete: infra-estruturas, os equipamentos sociais, construção de creches, escolas, hospitais e clínicas de proximidade", disse.

Teixeira Flor considerou prematuro avançar uma data para conclusão da segunda fase e pediu mais tempo para concluir o que está em curso. "O bom planeamento leva à fatura. Para obtermos a fatura, deixem-nos pensar e trabalhar e depois diremos quando é que iremos iniciar o processo", referiu.

8.14 Requalificação geral inquietada

Jornal Acapital

23 De Agosto de 2014

Desconfiança e insegurança sobre os moradores da comuna do bairro Operário, rua Massangano, distrito urbano do Sambizanga, em Luanda. Tudo começou desde que tomaram conhecimento, numa reunião havida a 08 de Agosto com as autoridades administrativas que lhes deu a conhecer que só os moradores que vivem nas residências mãe, poderão receber novos apartamentos, nos edifícios

recentemente construídos por detrás da escola Anangola.

A grande questão está no facto de, em algumas das residências visadas, moram três a seis irmãos, havendo casos em que um deles já constituiu família e, por via disso, por consenso ser este que habita na casa maior, e os outros em anexos no quintal.

Já que a Administração disse que só cederá apartamentos aos moradores das casas mães, as discussões entre irmãos acenderam-se no sentido de determinar quem vai ou fica com o novo apartamento.

Hélio Hugo Jeremias, por exemplo, vive com sete irmãos, cada um com a respectiva esposa e os filhos, urna tia e a avó, num quintal devidamente dividida pelo patriarca que reside na casa mãe.

Dependente dos netos e da filha, a anciã tem dificuldades de responder como vai viver, num apartamento T2 Com mais de 15 agregados. Por seu turno, Hélio Jeremias, acusa a Comissão de Moradores de estar a tirar dividendos da situação dos mais desfavorecidos.

Diz estar na posse de informações, segundo as quais as residências inicialmente destinadas a todos os moradores, estão a ser vendidas pelos responsáveis.

"Há uma senhora, filha de um empresário, que volta e meia é vista a entrar no edifício novo", acusou.

José Boaventura, 60 anos, viu a residência onde mora a ser erguida, ainda criança. Acabou por herdá-la dos pais que, por sua vez, a haviam herdado dos seus avôs. Hoje, lamenta a situação que se está a passar no bairro Operário.

"Não definem as coisas, nem dizem o que está no plano, para sabermos o que vai ser, afinal o nosso bairro. Vivemos de boatos e ninguém da uma explicação consentânea sobre o que eles querem fazer realmente", manifestou o velho.

Quem aparenta já ter tido acesso aos novos apartamentos é Ana Ribeiro, uma vez que disse à nossa reportagem que os mesmos não dispõem de dispensas e que as cozinhas são pequenas. Residente no bairro desde 1996 reprova a ideia de realojamento nos edifícios em causa.

"Na cozinha não entra uma geleira.

Nas nossas casas, para além de marquises temos cozinhas espaçosas. Não podem chegar e, de repente atirarem-nos para os edifícios", reagi, lamentando o

facto de até idosos estarem a ser obrigados a irem para os prédios.

Envoltos em incertezas quanto ao desfecho da situação, murmura-se que alguns moradores vão para os novos edifícios do Anangola, mas os restantes poderão ir para o Zango.

Os moradores afligem-se, ainda mais quando souberam ser da autoria da Comissão de Moradores a informação de que só vai para os edifícios novos quem tiver mais de 40 anos de idade, e terem de pagar uma mensalidade de 30 mil kwanzas.

8.15 Angola faz progressos no acesso à habitação

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2014

As Nações Unidas incluem Angola entre os países que conseguiram atingir, antes de 2015, as metas nos domínios da redução da pobreza, acesso à habitação e à água, revelou sexta-feira, em Luanda, a oficial da ONU no país, Amélia Russo.

Falando sobre a "Agenda global pós-2015", na "Conferência sobre desenvolvimento sustentável Angola 2015", Amélia Russo indicou que pela primeira vez a pobreza começou a ser controlada, mostrando que, tanto o número de pessoas vivendo em extrema pobreza quanto os índices de pobreza caíram em todas as regiões em desenvolvimento, incluindo na África subsahariana.

A oficial reconheceu os esforços do Governo angolano no combate à pobreza, referindo que estimativas preliminares indicam que, em 2010, a percentagem de pessoas vivendo com menos de 1,25 dólares por dia caiu para metade do valor registado em 1990.

Sem particularizar os dados, disse que a percentagem de pessoas a viver em musseques nas zonas urbanas baixou de 39 por cento, em 2000, para 22, em 2012. Em função disso, mais de 200 milhões de pessoas tiveram acesso à fontes seguras de abastecimento de água potável, saneamento básico e residências mais condignas.

Sob o lema "mundo que queremos", disse que o Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDG) 'promove consultas nacionais inclusivas em 50 países a nível do Mundo para estimular o debate sobre a Agenda de Desenvolvimento pós 2015, 19 dos quais em Africa, incluindo Angola.

"A consulta é um processo inclusivo e transparente, De 9 qual das universidades, o sector privado, sindicatos, sociedade civil e decisores são ouvidos para que as suas opiniões sejam incluídas na visão de desenvolvimento após ao ano 2015", disse.

Consulta em Angola

Em Angola, acrescentou, deputados, sector privado, sociedade civil e crianças foram ouvidos para que as suas opiniões fossem incluídas na visão de Angola para o desenvolvimento pós-2015.

O processo, de consulta nacional resultou na produção de um relatório que reflectiu as aspirações e contribuições de Angola para a discussão global sobre a Agenda de Desenvolvimento após ao ano 2015. Com prioridade com base na visão ampla e múltipla da sociedade angolana, disse terem sido destacadas acções de reforço de combate à pobreza, redução das desigualdades, educação e formação, segurança alimentar e nutrição, acesso à saúde, parceria global de desenvolvimento e redução da mortalidade materno-infantil.

A Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável: Angola Pós 2015 reuniu membros do governo, directores nacionais, representantes de organismos internacionais, professores universitários e OUITOS especialista.

Ministra do Ambiente

Desde o alcance da paz, em 2002, Angola continua a dar passos significativos na observância dos compromissos da Agenda Global de Desenvolvimento, tendo em conta a melhoria das condições de saúde, habitação e fornecimento de água e energia eléctrica) afirmou sexta-feira, em Luanda, a ministra do Ambiente.

"Temos a destacar que, com o esforço de todos os angolanos, foi possível termos alguns dos nossos objectivos de desenvolvimento apreciados com destaque, mas continuamos a trabalhar para uma transição cada vez mais rigorosa, com a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)"; disse Fátima Jardim, na cerimonia de abertura da Conferencia sobre Desenvolvimento Sustentável: Angola pós-2015.

Para a ministra, o combate ao analfabetismo, a melhoria, das condições de saúde, saneamento, a realização de programas específicos, como as iniciativas de empreendedorismo e o maior desempenho dos órgãos do Estado nas suas mais variadas vertentes são instrumentos que tem contribuído para o alcance do desenvolvimento sustentável no país.

A construção de novas centralidades, infra-estruturas rodoviárias, me lho ria no abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica também foram, dentre outros, os resultados apontados pela ministra Fátima Jardim e que estão a ser alcançados no quadro dos programas e políticas do Executivo ligadas ao desenvolvimento.

A ministra admitiu que os desafios ainda são enormes para o alcance das metas preconizadas, assim como é elevada a vontade do Executivo de resolve-los, em colaboração com os seus parceiros.

A implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, disse, estão a dar bons passos e, no quadro dos sucessos registados, o país tem sido saudado, a nível internacional, pelos esforços empreendidos nos mais variados domínios.

Perante membros do governo e representantes do sistema das Nações Unidas, Fátima Jardim garantiu que esforços continuarão a ser empreendidos para a melhoria da agenda nacional de desenvolvimento, no sentido de elevar a qualidade de vida da população e seu bem-estar.

"Em Angola, os passos dados têm estado a permitir uma maior integração dos mais variados grupos de vários extractos da sociedade, sobretudo mulheres e jovens, como sendo os mais vulneráveis", destacou a ministra.

A Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável: Angola Pós 2015 reuniu membros do governo, directores nacionais, representantes de organismos internacionais, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), professores universitários e outros especialistas.

O evento, com duração de um dia, teve como objectivos desenvolver um diálogo sistematizado e construtivo voltado ao estágio da implementação dos oito Objectivos de Desenvolvimento de do Milénio e obter contribuições para a próxima Assembleia-Geral das Nações Unidas, que se realiza no próximo mês.

8.16 Executivo prova plano sobre extensão do Kilamba

Jornal Economia e Finanças
29 De Agosto de 2014

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou na semana passada, na Cidade do Kilamba, uma reunião alargada que discutiu o Plano de Construção da Cidade do Kilamba e da transferência de responsabilidade da Sonip para a Imogestin, da

gestão da construção e comercialização de habitações, soube-se em Luanda.

A reunião tornou conhecimento do ponto de situação da execução do Plano de Construção da Cidade do Kilamba e aprovou as suas perspectivas de desenvolvimento, tendo recomendado a conformação dos planos directores das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco.

O encontro recomendou também que devem prosseguir os esforços no sentido de dotar-se a Cidade do Kilamba de equipamentos sociais e das demais infra-estruturas, por forma a satisfazer as necessidades da população e fixá-las na sua área de residência.

No que toca à gestão dos projectos habitacionais, a reunião concluiu que os referidos projectos que se encontravam sob gestão da Sonip, continuarão a ser projectos de natureza pública e que o objectivo fundamental será melhorar a sua sustentabilidade económico-financeira, sem perder de vista a sua função social, preconizada no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Com efeito, uma nova empresa pública está a ser formada com a finalidade de ser a titular sobre os direitos dos terrenos na área do projecto da Cidade do Kilamba.

José Eduardo dos Santos fez o anúncio durante o encontro que visou a aprovação de um estudo que permita relançar o projecto de construção da Cidade do Kilamba.

O Presidente acrescentou que a nova empresa concederá o direito de superfície, nos termos da lei, àqueles que para tal obtenham a autorização do recém-criado Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco.

Neste sentido, referiu que as empresas ou indivíduos que queiram realizar, nesta área, investimentos, no domínio imobiliário, terão assim uma nova oportunidade de negócios.

Legalização

Uma comissão multisectorial, presidida pelo Ministério da Justiça, vai proceder à legalização dos apartamentos e vivendas adquiridos ou a adquirir nas centralidades, em conformidade com os respectivos contratos, em todo o território nacional.

Este facto foi dado a conhecer pelo Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, durante o encontro que visou a aprovação de estudos e decisões

para relançar o projecto de construção de habitações na Cidade do Kilamba.

O Estadista acrescentou que se pretende dar início ao trabalho desta comissão na Centralidade do Kilamba.

No que toca à sua administração, o Presidente José Eduardo dos Santos disse que a mesma continuará a ser ainda competência da sua comissão administrativa e do seu presidente, nos termos da legislação em vigor.

A primeira fase de execução do projecto de construção da Cidade do Kilamba permitiu erguer as infra-estruturas fundamentais e edifícios com cerca de 20 mil apartamentos, bem como instalações para diversos serviços.

Actualmente, está em curso a construção de quase cinco mil vivendas e edifícios com aproximadamente cinco mil apartamentos.

O Plano Director da Centralidade do Kilamba prevê a construção de cerca de 90 mil fogos habitacionais, em três fases, daí que, terminada a primeira, as autoridades pretendem iniciar a segunda e mais tarde a terceira fase do projecto.

Neste sentido, para uma melhor gestão destas obras, foi criado o Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Camama e Cacucaco cuja função é promover e conduzir os esforços de todos os sectores, empresas e outros agentes que queiram participar na construção destas cidades.

Ao longo da sua intervenção, José Eduardo dos Santos deu a conhecer que, em breve, fará uma visita ao Governo da Província de Luanda e, nesta altura, serão anunciadas outras decisões e orientações, com vista a melhorar progressivamente a governação desta província.

Estiveram presentes na reunião o vice-presidente da República, Manuel Domingos Vicente, os ministros de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa, e da Casa de Segurança, Helder Vieira Dias "Kopel ipa", da Administração do Território, Bornito de Sousa, da Construção, Waldemar Pires Alexandre, dos Transportes, Augusto Tomás, da Energia, João Baptista Barges, o governador de Luanda,

Bento Bento, além de altos funcionários da Presidência da República e outros.

8.17 Moradores preparam manifestação contra mau estado das ruas

Novo Jornal

15 De Agosto de 2014

FARTOS DE ESPERAR por uma resposta da administração municipal, que continua de braços cruzados, enquanto as vias públicas acumulam buracos tão profundos que nem os carros conseguem passar, os habitantes da comuna do Hoji-ya-Henda planeiam um protesto.

As covas estão por todo o lado, num cenário de degradação onde praticamente não há rua que escape. É o caso de um trecho da via que liga o bairro da Cuca ao mercado dos Kwanzas, um dos troços que diariamente inferniza a vida dos automobilistas e dos moradores.

Maria Domingos, residente na rua Travessa do Funchal, é uma das vozes do desassossego, que aumenta com o aproximar da época chuvosa.

"Não sei se aqui, no município, somos governados por alguém. Não sabemos qual é o trabalho que o administrador municipal e o comunal fazem", protesta a moradora, de crítica apontada para um dos exemplos "seria feita pelos nossos dirigentes", uma firma que, em tempos, fazia o da insatisfação popular.

"Olhe para esta rua, os carros não passam e, neste tempo, ainda não há chuvas. É muito triste, mas estes dirigentes só pensam mesmo nos seus bolsos. Estou muito cansada desta situação", desabafa, responsabilizando também os vizinhos.

"Estão constantemente a deitar água na via. Quando alguns jovens tentam melhorar a estrada, pedindo uma contribuição, nunca têm dinheiro e a resposta é que o governo é que tem a obrigação de arranjar as ruas".

Moradora no Hoji-ya-Henda há mais de 20 anos, Maria garante que a comunidade já apresentou várias reclamações junto do administrador municipal, Tany Narciso, todas sem resposta. O mesmo desfecho teve as tentativas de contacto do NJ, no sentido de esclarecer a situação.

"A única coisa que ele faz são promessas e mais promessas. Resolver o problema, que é bom, nada. Os moradores até têm de deixar as viaturas na via principal por causa dos buracos. Mesmo com quintais

para guardar os carros, somos obrigadas a abandoná-los na rua", reforça Maria.

NÃO SE CONSEGUE ANDAR

A situação tornou-se de tal forma precária que as pessoas mal conseguem circular. "Em dias de chuva, é quase impossível pular os buracos, Já houve algumas coisa seria feita pelos nossos dirigentes", critica outro habitante.

"Somente quando os moradores se juntarem e fizerem uma manifestação é que vão resolver a situação. Já deu para ver que em Angola as coisas só funcionam assim. Apenas com confusão é que irão tomar providências", contesta outro residente da comuna do Hoji-ya-Henda.

O cenário de um ruidoso protesto popular promete concretizar-se em breve, caso o administrador municipal não resolva a situação de algumas ruas da comuna do Hoji-ya-Henda, acrescenta Ana Santana.

"Se mesmo agora, para sair de casa para a via principal é uma dor de cabeça, o que vai ser dos moradores quando começar a chover?", questiona a comerciante e moradora na zona do mercado dos Kwanzas, interrogando-se sobre o destino de uma firma que, em tempos, fazia o trabalho de tapa-buracos.

"Não sabemos por onde anda a tal empresa que solucionava alguns problemas na via. Os remendos também não duravam muito tempo, mas faziam alguma diferença".

Além de exigirem a reabilitação das vias secundárias e terciárias, os moradores reclamam uma clarificação de competências.

"É tanta coisa que as pessoas, às vezes, não entendem se a responsabilidade é do Governo Provincial de Luanda ou da administração municipal. Gostaria que esclarecessem esta situação, porque as coisas não podem continuar assim", nota Pedro Santos, sublinhando que o administrador. já está em funções "há muitos anos, sem que se veja o trabalho que faz".

Apesar de o alvo da contestação ser sobretudo Tany Narciso, que desde 2008 lidera a administração do Cazenga - que gere a comuna do Hoji-ya-Henda =, fontes do Governo Provincial de Luanda (GPL) contactadas pelo Novo Jornal asseguraram que a responsabilidade pela manutenção das ruas secundárias, designadamente nos municípios, pertence ao próprio governo da província ..

PERDER A PACIÊNCIA

Farta de esperar par uma intervenção, a comerciante Tânia Gomes admite que já perdeu a paciência. "Estes buracos estão aqui há muitas anos e nada é feita para resolver Q problema. Não sei que tipo de dirigentes temas neste país, ande a povo sofre e eles não fazem nada Muitas vezes pergunta: Se Luanda, ande eles vivem, está assim, cama estará a resta da país?".

Segunda a também moradora da Hoji-ya-Henda, outra via que está em péssimas condições é a que liga a bairro da Cuca ao bairro da São. Paula, não dando espaço para manobras, "Quem sai da São. Paulo para a Cuca encontra grandes buracos, Todos os dias há água na estrada. Há informações de que essa água sai da fábrica da Cuca e que a administrador municipal da Cazenga tem conhecimento disso. Só não sabemos porque é que não toma medidas. Isto, tem provocado um tremendo engarrafamento. Par causa dos buracos, as pessoas chegam sempre tarde aos seus locais de trabalha e isto, par irresponsabilidade destas pessoas que dirigem mal a país", acusa.

"Não foi para viver assim que a Presidente Agostinha Neta lutou para libertar a povo angolano das brancas. Nós, no tempo colonial, vivíamos bem, não tínhamos este sofrimento que temas hoje", lamenta Paula da Conceição, outra das residentes da Cazenga ouvidas pela NJ.

Há cerca de 15 anos no município, Paula, de 63 anos, conta que há mais de duas décadas não existe ali uma rede de esgotos.

Para Ana Santana, o panorama seria diferente se a país já tivesse aplicada a lei das autarquias, instrumento que permitirá aos moradores elegerem as seus representantes locais, "Se fosse por votos, podem ter a certeza que este administrador não estaria aqui. Cama é que uma pessoa de quem não vemos trabalha feita continua cá? É muita triste", conclui a habitante.

8.18 Obras de requalificação urbana com indicadores animadores

Jornal Economia e Finanças
15 De Agosto de 2014

O projecto de requalificação no município do Cazenga já permitiu a construção de oito edifícios de quatro andares, prevendo a construção de outros que ocuparão um espaço total de 60 hectares naquela localidade. A informação foi avançada recentemente, em Luanda, pelo director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do distrito do Rangel e dos

municípios do Cazenga e do Sambizanga, Bento Soito, quando apresentava o tema "Cidades e vilas", no fórum Nacional dos municípios e cidades, promovido pelo Ministério da Administração do Território.

Segundo a fonte, está em curso a fase de conclusão dos processos da construção, das redes técnicas, abastecimento de água, energia eléctrica, arruamentos com passeios, vias asfaltadas, telecomunicações, drenagem pluvial e residual, que considera estar ligeiramente atrasada.

Projectos

No município do Sambizanga, a primeira fase do projecto, virado à construção das infra-estruturas, está adiantada, mas relativamente atrasada no que diz respeito à construção dos edifícios habitacionais e dos equipamentos sociais redes técnicas de abastecimento de água, energia eléctrica, arruamentos com passeios e vias asfaltadas, telecomunicações, drenagem pluvial e residual.

Bento Soito referiu que a transferência dos moradores para estes novos edifícios será feita somente quando o trabalho das infra-estruturas estiver completo. Independentemente de os edifícios estarem concluídos, se as infra-estruturas não estiverem, não haverá condições para alojar as famílias.

O gestor precisou que "estão a trabalhar também no sentido de proceder à transferência ou realojamento de algumas famílias que estão na área adjacente à primeira fase, para o Zango, num processo que abrange cerca de 500 famílias.

De acordo com a fonte, implantar uma zona verde no Cazenga, Rangel e Sambizanga, contrariando a forma actual dos municípios em referência, e os investimentos trarão mais emprego. Na ocasião, o director do projecto de reconversão destas localidade recordou que a primeira pedra foi lançada em 2010, mas as obras tiveram início em 2011 e o processo de reconversão urbana para o Cazenga, Sambizanga e Rangel, num território de 54 quilómetros quadrados, será executado num período de 15 a 20 anos. O projecto prevê contemplar 2,4 milhões de habitantes.

Primeiros moradores

As primeiras 128 habitações construídas no Cazenga, no quadro da requalificação urbana do município, começam a ser habitadas ainda este ano. O arquitecto Bento Soito explicou que as habitações, que se encontram em fase de acabamento, são apartamentos integrados em oito edifícios de quatro andares, com 16 fogos em cada piso.

Os beneficiários são moradores do Cazenga, cujas casas vão ser demolidas, para dar lugar à construção de novos edifícios, no âmbito da reconversão urbana do município. Metade dos 60 hectares previstos para a primeira fase de requalificação urbana do Cazenga e 90 por cento dos 30 hectares no distrito urbano do Sambizanga já foram dotados de infra-estruturas.

Bento Soito salientou que a zona abrangida pelo projecto perfaz mais de 54 mil quilómetros quadrados e, até à conclusão das obras de requalificação, prevista para 2025, beneficia 2,5 milhões de habitantes.

8.19 Administração de Cacuo promete casa ainda este ano

Semanário Angolense

16 De Agosto de 2014

A informação foi avançada pela administradora adjunta do município de Cacuo, Maria Freire, que salientou estarem a ser feitas diligências para a entrega da referida residência.

«Nós estamos a trabalhar para isso e num curto espaço de tempo vamos dar a resposta a mãe das crianças ou a senhora poderá se pronunciar. Bem, eu não queria dar um horizonte, mas acredito que ainda dentro deste ano nós teremos esta casa», reforçou.

De acordo com a responsável, a administração municipal nunca deixou de apoiar estas crianças doentes. Maria Freire disse, por outro lado, que depois do caso destes pequenos ter chegado à administração de Cacuo, a instituição que dirige contou com apoios do comité de especialidade dos médicos do partido MPLA e da OMA do município de Cacuo.

«A OMA deu uma máquina de costura, cobertores, bacias, panelas, enfim... uma série de coisas.

Já o comité de especialidade dos médicos do MPLA e o Ministério da Saúde moveram esforços para que se diagnosticasse a doença dos pequenos. Ficamos a saber que a enfermidade não tem cura, mas os médicos recomendaram um tipo de medicamento que serve para minimizar o problema da pele. Para o efeito, o MINARS provincial e a administração local têm apoiado», referiu.

«Temos apoiado esta família. Quando tomamos contacto com o caso, a senhora tinha rendas de casa em atraso e a administração pagou. Depois de termos levado para lá uma máquina de costura, arranamos um lugar para que ela pudesse trabalhar no mercado do Kikolo, arranamos também a matéria-prima para

que ela começasse o seu negócio e ela se recusou sem algum problema aparente. A senhora é saudável, não sofre de nenhuma patologia, ela pode trabalhar», disse.

A afirmação da administradora adjunta de Cacuaco foi reforçada pela chefe de secção do MINARS local, Isabel Garcia Monteiro que referiu, por sua vez, que o MINARS tem dado roupas usadas, banheiras, etc. «Nós temos acompanhado a dona Nsunda, só que por motivos desconhecidos, ela desapareceu durante cerca de um ano e só voltou a aparecer na administração na terça-feira, 05/07.

Mesmo assim, demos a ela alguns frescos, designadamente: Uma caixa de frango, costeletas e quatro colchões 'tamanho para casal', uma vez que ela disse que os colchões que havíamos oferecido no ano passado já estavam estragados», referiu.

Afinal porquê que a dona Nsunda deixou de solicitar apoios a administração?

De acordo com ela, em finais do ano passado, quando a representante do MINARS a levou para conhecer o terreno onde dizem que vai ser construída a casa, «ela deu-me dois atados de fardo para vender, alegando ser o último apoio da instituição; quanto a casa tinha que aguardar pelo desfecho», disse dona Nsunda na presença dos representantes da administração e do MINARS.

Continuando, dona Nsunda contou que a situação dos seus filhos continua a ser a de sempre ou seja, sem mudança, desde que foram feitas promessas de melhorar as condições de vida dos rapazes. «Neste momento estão mais ou menos porque o clima é fresco e favorece, mas quando o sol se apresentar mais forte, aí sim, começa a guerra. Tenho que molhá-los constantemente».

A mãe dos pequenos enfermos disse ainda que continuam a viver «naquela casa, nas mesmas condições de sempre. Não tem luz, ar condicionado, nem água. Para conseguir água tenho de enfrentar longas filas no chafariz. Esta semana a vice-administradora apoiou-nos com comida e colchões. O ano passado recebi comida, colchão e uma máquina de costura. Mas o que as crianças precisam neste momento é de uma casa climatizada, só assim é que poderei trabalhar para sustentá-los», reiterou.

Prometeu-se a casa mas...

De acordo com Maria Freire, os apoios da administração não pararam por aí. A responsável salientou que a administração municipal arranhou um espaço onde será erguida uma residência para a

família em causa, na localidade da Caop, comuna da Funda, onde já existem cerca de sete mil lares.

A construção da casa com as condições exigidas será financiada por um empresário que se solidarizou com o drama das crianças.

«Levamos a senhora para ver o espaço, mas infelizmente disse que não queria ficar naquele lugar».

Dado o descontentamento de dona Nsunda, a nossa equipa de reportagem foi conhecer o terreno e constatou-se que é uma área muito pouco habitada e as poucas casas que lá existem são feitas de chapas.

No local não há luz nem água e muito menos indícios de vir a ter estes serviços disponíveis o mais rápido possível. Este foi o motivo da preocupação da progenitora. «Eu vi o terreno e gostei; o problema é que lá não há luz, nem água. Agora eu gostava de saber como é que fica a questão da luz e da água, até porque os meninos precisam de estar numa casa climatizada», questionou.

"Voltando à administradora adjunta de Cacuaco, esta disse não saber qual o terreno que a dona Nsunda mostrou à nossa equipa de reportagem. Porém, adiantou que no espaço cedido pela administração tem mais de sete mil famílias em casebres, ou seja casas de chapas e que estão já em fase de construção casas definitivas. O espaço está integrado num terreno destinado a um reacentamento dirigido pela administração local. «A Sra. Nsunda e os seus filhos estarão num local privilegiado», assegurou a responsável.

«Nós administração local e o governo provincial de Luanda, estamos a ver outras vias de aquisição desta residência para ela. Agora pedimos que a senhora tenha um pouquinho de calma, até porque o filho mais velho da senhora tem 11 anos e ela veio do Uíge, propriamente da Damba, onde é a sua terra natal e durante este tempo todo ela teve outras formas de subsistência. Nós apoiamos na medida do possível, até porque a administração não tem uma verba específica para este tipo de situação. Não tem os meios já preparados para quem tiver problemas e dissermos que está aqui uma casa, está aqui 100 mil dólares, se calhar, para a vida toda, não temos isso. Então nós também pedimos apoios e é preciso que tenham paciência e nós, na medida do possível, vamos ajudar a família», sublinhou.

Administradora vs pastor

Uma outra questão que preocupa a administradora adjunta tem a ver com um alegado pastor que descobriu o caso das crianças doentes e os levou a administração. De acordo com Maria Freire, o

referido pastor, que prefere não identificar a religião a que pertence, tem tirado aproveitamento da situação para fins próprios.

«Há igrejas que dão apoio e não andam com a televisão às costas, ou com a rádio ou jornais a dizer que apoiaram esta ou aquela família. O que o pastor devia fazer é falar com os seus crentes e apoiar-o-nos. Nós precisamos do apoio das igrejas, ONGs, da comunidade e da sociedade civil. Nós administração e o MINARS provincial decidimos não tratar mais nada com este pastor, porque estamos a ver um aproveitamento da parte dele. Ele é que quer receber os apoios, receber os dinheiros, quer que lhe seja entregue a casa quando a senhora até goza de boa saúde. A senhora tem o nosso endereço, sabe como nos contactar, nós temo-la localizada e estamos a trabalhar para que a situação dela seja resolvida», reiterou Maria Freire.

Contactado o pastor José Cassoma, disse que acusação da administradora adjunta de Cacucaco não corresponde com a verdade.

No entanto, desafia a administração local a apresentar provas contra si. «Eu não tenho feito nada que não seja ajudar aquela família a encontrar uma solução para o seu problema. Eu faço tudo em meu nome pessoal e nunca em nome da minha igreja», disse, acrescentando que deixou de manter contacto com aquela família a pedido da própria administração.

8.20 Património

Jornal Acapital
16 De Agosto de 2014

Outro aspecto que preocupa importantes sectores sócio-culturais de Luanda é a sua desqualificação a pretexto da globalização. À propósito, Ângela Mingas defendeu que, embora exista toda uma estrutura de defesa legal do património da cidade, o exercício de preservação do mesmo não tem sido muito ouvido.

"O património que está em risco na cidade de Luanda não é um património monumental ou de

escala. Não é aquele que é propriedade pública. Ninguém sonha demolir a fortaleza de São Miguel para construir um prédio ou o Banco Nacional para fazer um condomínio", pois, elucidou, "são edifícios de escala nacional e propriedade do Estado.

Recorda, por outro lado, que "infelizmente o grande ameaçador do património da cidade e da sua paisagem é o mercado imobiliário, porque tem força suficiente para chegar ao proprietário de uma casa

típica e dizer, por exemplo, tenho cinco milhões de dólares"...

Por isso, defende ainda, "é preciso que exista uma acção real que, para além de afixar placas a dizer que é um património, crie benefícios, formas de planificação e promova as pessoas que vivem na baixa da cidade para que sejam elas as maiores defensoras do património".

Mingas sublinha que único caso que se conhece de um património que esteve em risco e que foi alienado, foi o Largo do Kinaxixe.

"Era propriedade pública e foi alienado para benefício privado. É contra a lei".

"Quem tem que defender os patrimónios são as pessoas e não o Estado. O largo do Pelourinho que já não existe, e que foi transformado em parque de estacionamento era onde se castigavam homens escravizados, onde se vendiam escravos e, muitas vezes, morriam. Consta que muitas vezes foram enterrados naquele local. De repente um sítio que deveria ser um local de memória, é transformado em parque de estacionamento ou discoteca. É um autêntico desrespeito", lamentou.

"As cidades têm que ser democráticas. O Elinga, por exemplo, é um dos sítios mais democráticos da cidade. Todo mundo frequenta-o tranquilamente, desde os mais pobres aos mais ricos, nacionais ou estrangeiros. E o edifício tem utilidade pública", no entanto, prossegue, "se for demolido e for construído um outro fantástico, garanto que, do ponto de vista da democraticidade, aquele espaço vai ser frequentado apenas por uma camada específica da sociedade".

8.21 Entre a preservação e o modernismo

Jornal Acapital
16 De Agosto de 2014

E cada vez crescente a preocupação das autoridades angolanas em conferir melhor ordenamento das cidades, com vista a proporcionar aos seus habitantes melhores condições de vida.

Aliás, não foi por acaso que, recentemente o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou uma reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, (CCEL), tendo avaliado o Plano Director da província de Luanda.

A reunião em causa marcou para Outubro próximo a realização de um Simpósio Internacional que visa

reunir especialistas com gabarito para darem contributos para a gestão e ordenamento do território. Entre outros aspectos, o CCEL tomou conhecimento do projecto do plano de requalificação da Ilha de Luanda, com particular realce para a recuperação da sua floresta.

Enquanto isso, a sociedade civil não cruzou os braços, tendo, igualmente realizado um importante evento atinente ao mesmo assunto no qual foi principal interveniente uma voz autorizada em matéria de arquitectura, ordenamento do território e preservação do património.

É o caso da arquitecta Ângela Branco Lima Mingas, que esteve recentemente em palestra na União dos Escritores Angolanos para se debruçar sobre Luanda ontem, hoje e amanhã. Um das vozes críticas em relação aos rumos descaracterizadores de que a cidade tem sido alvo, considerou que a Luanda de hoje é uma cidade só metropolitana, estratificada em centro, musseque e condomínios. Segundo ela, o Plano Geral Metropolitano de Luanda que tem como objectivo o desenvolvimento da cidade até 2030, tem pouco tempo para execução, se tiver em conta que preconiza a construção de áreas residenciais e urbanismos sociais, bem como regular a organização territorial.

"Existem várias instituições como a Urbaninvest, Broadway Malyan, a Universidade de Nova Lisboa e a Deloyd que têm, até Julho de 2015, para apresentar o plano", informou Ângela Mingas para quem o modernismo enquanto princípio da arquitectura e do desenvolvimento urbano já faliu.

"Estamos no pós-modernismo. É preciso compreender que Luanda é desenhada por Simão Lopes de Carvalho. Quando começa-se a desenhar as estradas de Luanda, estamos a ir buscar aquilo que já foi feito em 1950 como Plano Director. Não há ideias novas".

"É, mais ou menos, como a Assembleia Nacional. Tudo cor-de-rosa, não há nada de novo", ironizou a especialista, que salientou, também, o facto de os condomínios que se vão erguendo, em Luanda, geralmente, não terem condições de vida.

"Podem ter ar condicionado e tudo, mas as condições urbano-sociais que se criam para este tipo de moradias, faz com que, enquanto qualidade de vida, não exista", averiguou.

Musseques

"Depois temos os musseques. Tudo aquilo que vimos como máxima do crescimento está virado para as centralidades", mas o ideal, no pensamento da

arquitecta, devia estar em pensar no espaço de vivência da população que é a esmagadora maioria da cidade de Luanda.

"Centralidades ou condomínios.

Será que só existem estas duas alternativas?", interroga-se, para a seguir detalhar que o musseque, não obstante causar embaraços no trânsito, é uma fonte de informação de um imaginário particular de onde vêm coisas boas e más.

"Surpreendentemente, as coisas boas que vêm do musseque são físicas, enquanto o crime é comum em todas as esferas e estratos sociais. A kizomba e o semba, só existem lá", ilustrou, quando notava que os primeiros musseques, em Luanda, remontam o século XVI, 1576, com as primeiras referências de 1589, pouco depois de ter sido fundada.

"Eram os espaços fora da cidade", explicou, ao clarificar que no tempo colonial, os referidos espaços adquiriram outro estatuto, ficando definidos em decreto como lugares dos pretos e assimilados onde não havia asfalto nem se deveria asfaltar.

Segundo ela, os musseques famosos em Luanda eram as Ingombotas, bairro Operário e o Marçal. Entretanto, no pós independência não há segregação social, mas a forma de ocupar terras acabou por proliferar esses espaços.

A olhar para isso, a palestrante chama atenção para o facto de, além dos condomínios e das centralidades seja importante pensar-se em como é que os musseques se vão transformar em espaços do futuro.

"Aquilo que temos em Luanda como musseque vem de há muito tempo e sempre foi planificado.

Musseque é o direito à diferença morfológica. As coisas não são todas iguais e não têm de ser", sentenciou Ângela Mingas.

8.22 Mais moradias na centralidade

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2014

Um total de 320 casas das três mil previstas estão a ser erguidas na centralidade do Luena, na província do Moxico, no âmbito do Plano Nacional de Urbanização e Habitação, revelou o vice-governador local para a área técnica e infra-estruturas.

Manuel Lituai referiu que a centralidade vai dispor de três tipologias de casas, para concretização dos sonhos de muitas famílias e suprir as dificuldades que a cidade do Luena enfrenta no capítulo habitacional.

A centralidade vai dispor de todas as infra-estruturas, como o abastecimento de energia eléctrica, acessos viários, equipamentos sociais, como jardins infantis, escolas e postos de saúde.

Recentemente, o vice-governador Manuel Lituai participou num encontro, dirigido pelo ministro do Urbanismo e Habitação, Conceição Silva, destinado a analisar a problemática das infra-estruturas das centralidades, cujas obras estão a cargo da construtora Kora-Angola, nas províncias de Luanda, Huambo, Moxico, Uíge, Cuanza Sul e Bié.

8.23 Casas para pessoas sem-tecto

Jornal de Angola
19 De Agosto de 2014

Uma pequena casa prática e funcional para pessoas sem tecto, cujas despesas são financiadas com propagandas enormes em cercas - ainda que essa ideia seja ainda um projecto, já despertou grande interesse entre os anunciantes da Eslováquia, país onde surgiu esta iniciativa destinada a oferecer moradia digna para quem não tem.

Sem luxos excessivos, nos 18 metros quadrados cabem quarto, cozinha, casa de banho e um pequeno escritório, graças ao facto de que a superfície útil aumenta ligeiramente pela distribuição em dois níveis.

As casas seriam instaladas perto a estradas, em formato triangular para aproveitar a visão de ambas as direcções, e fabricadas com madeira, alicerces de concreto e compensado, com um custo total de 5 mil euros.

"Pensamos, primeiro, nas pessoas sem tecto, já que a renda da publicidade deveria cobrir as despesas com energia. Será importante estabelecer a forma de escolher os moradores, fixando os critérios que deverão ser cumpridos e respeitados", explicou à Agência Efe Matej Nedorolik, do estúdio de arquitectos Gregory And Solutions, que lançou a ideia na cidade de Banská Bystrica.

As reacções positivas conseguidas até agora, principalmente na opinião pública internacional, despertaram o interesse dos criadores do projecto em explorar também outro tipo de público, além dos eslovacos sem-tecto.

Lá, o projecto se justifica facilmente já que a renda média de uma cerca publicitária é de 150 euros por mês, valor que cobre a electricidade para a iluminação do cartaz e as despesas com energia da casa.

"Mas é muito provável que o valor desta publicidade ligada a cerca da casa aumente muito pelo enorme interesse que despertou na imprensa", acrescentou Nedorolik.

O escritório de arquitectura concebeu modelos que, com o princípio de absoluta gratuidade, pretende adaptá-los às necessidades de cada lugar, em função de suas infra-estruturas.

Os criadores não os patentearam nem exigirão qualquer comissão pelo uso desses desenhos, que poderão ser modificados por outros arquitectos e designers em regime de código aberto.

Os protótipos actuais possuem acesso a redes de água e electricidade, exigindo, portanto, infra-estruturas básicas.

"Por enquanto, não temos acordo internacional, mas estamos abertos a essa cooperação. Os estrangeiros percebem este projecto de forma muito diferente dos eslovacos. Todos os dias, pessoas ligam para a gente querendo fazer o projecto nos seus países", declarou o arquitecto por e-mail à Efe.

Sobre a localização das casas-cerca, Nedorolik reconheceu que colocá-las perto de estradas pode criar alguns problemas aos inquilinos, não só de ruídos, mas também de segurança.

"Ali será mais complicado, porque há mais riscos devido aos altos limites de velocidade", ao contrário dos bairros, onde a velocidade máxima é de 50 km/h, e das estradas secundárias com 90 km/h.

8.24 Centralidade do Kilamba está sem infra-estruturas

Jornal de Angola
20 De Agosto de 2014

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) alertou, ontem, em Luanda, para a necessidade de criar urgentemente infra-estruturas nas centralidades existentes no país, para facilitar os trabalhos dos bombeiros em casos de emergência.

O responsável Faustino Sebastião informou que este ano, foram registadas na Cidade do Kilamba dez intervenções, por várias razões, estando os incêndios em maior evidência.

O porta-voz do órgão operativo do Ministério do Interior declarou que a falta de infra-estruturas para os Serviços de Bombeiros na Centralidade do Kilamba dificulta a celeridade em caso de emergência.

"Temos sido solicitados para a abertura de portas e encravamento de elevadores por falta de energia eléctrica", acrescentou o responsável da SPCB.

Faustino Sebastião apelou aos moradores para terem cuidado com as crianças neste período de férias. "As crianças estão em período de férias e é importante que os cuidados com elas sejam redobrados para que o mais grave não aconteça", aconselhou o especialista em protecção civil.

O funcionário dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros condenou a atitude irresponsável de moradores da Centralidade do Kilamba que tiraram os equipamentos para a extinção de incêndios colocados em cada andar pela empresa construtora chinesa. Liomar Borges, uma moradora do prédio T13, disse que, no seu prédio, já não existem extintores disponíveis para serem usados em casos de incêndios.

"A Citic colocou em cada andar quatro extintores, mas hoje, com a ocupação dos prédios, quase todos os prédios já não têm esse dispositivo contra incêndio", disse a moradora.

Em sua opinião, a falta de segurança em muitos edifícios e de comissão de moradores permite que qualquer indivíduo entre e retire o que encontrar.

8.25 Centralidade do Kilamba sem infra-estruturas

Jornal Manchete

22 De Agosto de 2014

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) alertou, esta semana, em Luanda, para a necessidade de se criar urgentemente infra-estruturas nas centralidades existentes no país, para facilitar os trabalhos dos bombeiros em casos de emergência.

Faustino Sebastião informou que este ano foram registadas na Cidade do Kilamba dez intervenções, por várias razões, estando os incêndios em maior evidência.

O responsável declarou que a falta de infra-estruturas para os Serviços de Bombeiros na Centralidade do Kilamba dificulta a celeridade em caso de emergência.

"Temos sido solicitados para a abertura de portas e encravamento de elevadores por falta de energia eléctrica", acrescentou o responsável, tendo apelado aos moradores para terem cuidado com as crianças neste período de férias. "As crianças estão em período de férias e é importante que os cuidados com

elas sejam redobrados para que o mais grave não aconteça", aconselhou.

8.26 Centralidade do Kilamba. Começou a degradação, por culpa de vários moradores

Jornal Agora

22 De Agosto de 2014

O Agora esteve, recentemente, na Centralidade do Kilamba e conversou com alguns moradores que se manifestaram preocupados com a degradação da juventude, em virtude do uso de drogas.

Luiana Miranda, 17 anos, disse à nossa reportagem que a delinquência e os acidentes de viação têm sido muito frequentes na nova cidade.

A estudante considerou triste o cenário que se vive na Centralidade, contando que já foi vítima de assaltos, e, por não se sentir segura, anda com o telemóvel à cintura. "Sei que isso pode causar alguns problemas de saúde, por causa da vibração do aparelho, mas não tenho outro recurso", lamentou.

A jovem lembrou ainda que a situação já foi melhor, mas agora o clima de insegurança está praticamente generalizado. "Quase todos temos medo de chegar tarde a casa, por causa dos assaltantes", referiu, apontando, igualmente, que uma das causas que provocam o aumento de assaltos tem a ver com crescimento da população na urbe.

"A situação está a tornar-se mesmo insuportável", declarou Mirene Santos, também moradora e estudante da Escola nº 2005.

"A situação é crítica. A Polícia devia reforçar o patrulhamento nesta zona, aconselhou.

Mirene Santos reconhece que há esforço da corporação para garantir a segurança pública, mas considera que precisa de ser redobrado.

"Não estamos seguros. O risco de sofrer um assalto está sempre à espreita, mesmo à luz do dia, reforça o morador Emanuel Filipe.

O jovem Edson Alexandre disse, por sua vez, que quase que já não há diferença entre o 'gueto' e a cidade, pois os meliantes se sentem muito à vontade na Centralidade.

"A cada dia que passa, surgem novos grupos de bandidos, porque eles sabem como agir longe dos 'holofotes' da Polícia. Ainda, como se não bastasse,

por vezes chegam a afrontar os agentes da ordem. É complicado", complementou Edson Alexandre.

COMEÇAR ESCOLAS. De acordo com a coordenadora para os Serviços de Educação na Centralidade do Kilamba, Maria Ferreira, a situação nas escolas está controlada e não existe delinquência nos estabelecimentos escolares.

"Não temos problemas de delinquência nas escolas, mas fora delas", admitiu a responsável.

A docente garantiu, inclusive, que as direcções das escolas têm realizado palestras com os alunos e encarregados de educação, para sensibilizá-los sobre a necessidade da prática de boa conduta dos educandos, quer no recinto escolar, quer fora deste.

"É necessário que os encarregados se engajem mais na educação dos seus filhos desde tenra idade", apelou o sociólogo João Lukombo.

"Parece simples é demasiado fácil, mas temos de começar por algum lado. Uma criança, habituada no seu dia-a-dia a assistir a situações ilícitas e moralmente condenáveis, não adquirirá esta percepção básica do que é viver em sociedade e os princípios que permitem mais tarde reduzir, drasticamente, a delinquência juvenil", apontou, advertindo que "a escola pode e deve desempenhar papel importante, não só na formação cultural dos alunos, como também do seu próprio comportamento moral e social".

O académico sugeriu ainda a necessidade de todas as escolas do país terem, no seu quadro docente, a figura de um sociólogo.

"Não devemos remeter estes jovens para um estatuto de incapazes, vendo-os como uns coitadinhos. Temos é de compreender o meio que os envolve e o modo como vivem. A maioria

deles reside em locais fechados, onde não há mistura social e onde se concentram referências negativas; jovens que têm, na sua grande maioria, insucesso escolar garantido, que faltam às aulas sistematicamente, mantendo-se matriculados até aos 16 anos (porque é obrigatório) para saírem, depois, sem qualquer preparação para enfrentar a vida real", descreveu.

"Já sei ler e escrever, e isso já é suficiente para viver", dizem muitos deles quando se lhes pergunta por que razão não querem continuar na escola ou porque faltam tanto às aulas, explicou o sociólogo.

No seu entender, as escolas devem sinalizar casos de crianças com comportamento anti-social e para

prevenir o agravamento do que pode vir a ser um verdadeiro distúrbio de conduta.

NÃO HÁ ESPAÇOS VERDES. O verde dos jardins está a desaparecer, em vastas áreas da Centralidade, dando lugar ao capim seco e ao lixo. Tudo isso decorre da falta de manutenção dos espaços que serviam para o lazer dos moradores.

Um morador do prédio B4 lamentou o facto de quase todos os largos da Centralidade estarem em avançado estado de degradação.

"Desde que estamos cá a morar, apenas vimos fazerem manutenção nos jardins por duas vezes. É lastimável", disse.

Muitos jardins apresentam, há muito" uma imagem de abandono, e os moradores não podem permanecer por causa do lixo e do mau cheiro.

ACIDENTES EM ALTA O número de acidentes rodoviários na Centralidade do Kilamba também está a aumentar consideravelmente. De acordo com informações de vários moradores, há dias, um

acidente acabou com a vida de um casal de idoso que vinha de uma igreja e os jovens ocupantes da viatura que atropelou encontravam-se sob efeito de álcool. Para um dos nossos interlocutores, as coisas aqui estão a ficar muito feias, porque, apesar da sinalização luminosa, vertical horizontal, cada um quer conduzir do seu jeito, salientando que isso tem acontecido, muitas vezes, devido à fraca visibilidade de agentes reguladores ou controladores de trânsito.

No entroncamento onde o casal de idosos foi atropelado, os acidentes têm sido muito frequentes. "Este não é o primeiro acidente desta dimensão aqui no Kilamba. Neste cruzamento, ocorrem muitos desastres fatais", referiu a nossa fonte.

Como precaução, os moradores sugerem a colocação de 'quebra-molas' nas principais vias, para que os automobilistas reduzam a velocidade dos carros.

"Tive, neste mesmo local, um acidente. O meu carro ficou machucado, mas, felizmente, saí ileso. Por isso, penso que o melhor é colocar 'quebra-molas', porque os condutores não respeitam as regras de trânsito. Temos acompanhado muitos acidentes, principalmente aos fins-de-semana", confirma.

COMPORTAMENTO PROBLEMÁTICO. Em contrapartida, o porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) alertou, terça-feira, em Luanda, para a necessidade de se criarem urgentemente infra-estruturas nas centralidades

existentes no país, para facilitar os trabalhos dos bombeiros em casos de emergência.

Faustino Sebastião revelou que, este ano, foram registadas no Kilamba 10 intervenções, por várias razões, estando os incêndios em maior evidência.

O responsável do SPCB declarou que a falta de infra-estruturas para os Serviços de Bombeiros na Centralidade do Kilamba dificulta a celeridade em caso de emergência.

"Temos sido solicitados para a abertura de portas e encravamento de elevadores por falta de energia eléctrica", acrescentou.

Faustino Sebastião apelou aos moradores para terem cuidado com as crianças neste período de férias. "É importante que os cuidados com elas sejam redobrados, para que o mais grave não aconteça", aconselhou o especialista em protecção civil.

Faustino Sebastião condenou, igualmente, a atitude irresponsável de moradores que retiram os equipamentos de apoio à extinção de incêndios colocados em cada andar pela empresa construtora dos edifícios.

Leomar Borges, morador do prédio T13, disse que no seu edifício já não existem extintores disponíveis para ser e usados em caso de incêndio.

"A CITIC colocou em cada andar quatro extintores, mas hoje, com a ocupação dos prédios, quase todos já não têm estes dispositivos de combate aos incêndios", disse.

No seu entender, a falta de segurança em muitos edifícios, bem como de uma comissão de moradores, permite que qualquer indivíduo entre e retire o que encontrar.

o PROJECTO NO SEU TODO. Inaugurada a 11 de Julho de 2011 pelo Presidente da República, a nova Centralidade do Kilamba Kiaxi, localizada a cerca de 20 quilómetros a Sul do centro de Luanda, foi projectada para funcionar como sede do recém-criado município de Belas.

De acordo com dados divulgados por esta altura, o projecto foi concebido para a execução em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A pedra de toque de arranque do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008.

A primeira fase deste empreendimento foi prevista para alojar cerca de 19 mil pessoas em 115 edifícios, num total de 3.800 apartamentos, erguidos em padrão

urbano com serviços públicos integrados, como escolas e instituições financeiras. Comporta, igualmente, 48 lojas, parques de estacionamento, paragens para transporte públicos, entre outros.

O escopo inicial do empreendimento compreende 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito secundárias e 150 quilómetros de estradas.

Os prédios estão dispostos em quatro quarteirões, equipados com quatro jardins-de-infância, duas escolas primárias e uma secundária Elementos como suportes e canalização para os aparelhos de ar-condicionado foram incorporados na arquitectura dos edifícios.

Estão concluídas as infra-estruturas sociais, como escolas primárias e secundárias, com espaços desportivos dotados de quadras de jogos multiusos e campos de futebol com pistas de atletismo, mas boa parte já mal conservada. Dispõe também de estações de tratamento de água potável (ETA) e de águas residuais (ETAR) que estão prontas, bem como de duas subestações eléctricas que fornecem energia à cidade.

A cidade foi construída sem barreiras arquitectónicas, de modo a que as pessoas portadoras de deficiência possam circular de forma autónoma e com segurança. Dispõe também de um hospital, clínicas e está prevista a construção de pelo menos 12 centros de saúde no local.

Estava também prevista a instalação de depósitos selectivos de lixo, de maneira a que a recolha de resíduos seja feita com uma pré-selecção ecológica.

Ao lado das zonas residenciais, foram reservados espaços para o investimento privado, com vista à edificação de prédios de escritórios, centros comerciais e outros, obedecendo ao plano director da cidade.

Na Cidade do Kilamba, estão planeadas infra-estruturas destinadas aos serviços municipais, segundo modelo que se propõe ser o embrião de ensaio da criação de autarquias a nível do país, entre elas, a futura Câmara Municipal, o Tribunal Municipal e outros serviços.

8.27 Inquilinos aguardam pelo sol da Aldeia

Jornal O PAÍS

22 De Agosto de 2014

Domingas da Cruz António tem 75 anos de idade e lamenta pelo tempo de espera a que estão submetidos

ela e seus vizinhos de Kasanzo, desconfiando, ao mesmo tempo, que as novas residências sejam atribuídas a outras pessoas.

"Se o camarada Presidente já nos entregou as casas em Fevereiro deste ano e estamos em Agosto, eu não vejo porquê os dirigentes daqui estão a demorar para nos meter aí ou vão colocar lá outra gente", questionou a velha num português com pouco rigor gramatical, reforçado com o seu habitual Quimbundu, prontamente traduzido por sua filha, Teresa Manuel Domingos de 45 anos de idade.

Para explicar as razões da sua desconfiança em relação à tendência de infiltração no processo de atribuição, a anciã baseou-se no facto de o bairro em que disse viver desde que nasceu estar a crescer, devido à entrada em cena de indivíduos cuja origem ela e os vizinhos advinham ser de localidades fora da jurisdição de Icolo e Bengo.

"Nós aqui podemos viver um pouco separados, mas nos conhecemos quase todos, porque as lavras, a praça e outros sítios onde vamos buscar o nosso sustento estão quase sempre na mesma zona. Por isso, esses que estão a encher o bairro não são daqui", disse a septuagenária, assegurando que conhece todas as famílias que habitam o Kasanzo e o Onga-Zanga.

Na ocasião, Domingas da Cruz recordou -se de um cadastro que foi feito no Kasanzo, para facilitar o processo de entrada nas casas sociais do Projecto aldeia Solar, mas ressaltou o facto de os números rubricados por elementos afectos à coordenação, sob a aprovação da administração municipal, já estarem a desaparecer.

"Como podem ver, os números estão aí a gastar cada dia que passa", disse, apontando com o dedo em riste para a parte superior da sua porta, onde ainda se podia ler CN 63 CZ.

Por causa deste registo, segundo avançou a filha, os moradores de Kasanzo foram proibidos pela administração de partirem para construções definitivas. Consequentemente, o bairro é composto por residências erguidas a partir de chapas de zinco e madeira, assumindo a maior parte delas a forma rectangular, com divisões feitas ao jeito de cada proprietário. Para a cozinha está, normalmente, reservado um espaço de fora, onde a lenha e o carvão ganham lugar, algumas vezes dividindo o espaço com pequenos fogões a gás. A existência de quartos de banho parece não constituir uma regra de cumprimento obrigatório na comunidade.

Sede acelera desejo

Um dos desejos da maior parte dos moradores que esperam entrar no Projecto Aldeia Solar é acabar com o sacrifício diário para aquisição de água, pois os bairros onde residem actualmente não possuem canalização.

"Nós sabemos que aí nas casas novas tem tudo, por isso queremos entrar já, para não andarmos mais muita distância à procura de água", disse Ngonga Francisca de 45 anos de idade.

Para ela, a passagem para a Aldeia Solar vai resolver inúmeros problemas das senhoras, uma vez que, por aquilo que pôde verificar, mesmo à distância, o novo centro habitacional possui lavandaria comunitária, área para desenvolver actividade comercial e algum espaço que facilite cada proprietário adaptar o quintal de sua casa.

"Mas toda essa alegria pode falhar, se não formos nós a entrarmos nessas casas, porque o tempo de espera é demais e, até hoje, já ninguém diz mais nada", desabafou Ngonga Francisca, pedindo a quem de direito que determine quanto tempo mais a população terá de esperar.

Questionada se a sua casa já foi cadastrada, Ngonga Francisca acenou com a cabeça, de cima para baixo e vice-versa, para confirmar o registo, mas não foi muito feliz ao tentar mostrar o número na porta, que já andava um pouco confuso.

Ao justificar o desgaste, revelou que cadastro já foi feito no ano passado, muito antes de se inaugurarem as casas. Segundo disse, a administração tinha pedido o cadastro antecipado para se evitar que alguém viesse integrar o bairro depois da anunciada oferta.

Conta que, quando a obra começou, ninguém acreditava que as casas estavam a ser erguidas para os moradores de Onga-Zanga e Kasanzo.

"Por isso mesmo é que estes dois bairros não encheram já no princípio do projecto, as pessoas pensavam que era muita oferta para nós e agora parece começam a ter razão, devido ao tempo e ao silêncio das autoridades", ironizou Ngonga Francisca que, à semelhança da velha Domingas da Cruz, já receia que os moradores das redondezas não sejam os beneficiários da Aldeia Solar.

Feriados controlados

Na falta de qualquer pronunciamento por parte dos dirigentes do município, os supostos inquilinos das novas casas alimentam a sua expectativa, controlando datas de referência, como as dos feriados nacionais, e outras.

"Já passou o 4 de Abril, 1 de Maio, agora vamos esperar o 28 de Agosto, mas há informações de que vai ser no dia 17 de Setembro", desabafou Carlos Adão Paulo, que se identificou como segurança do projecto.

Calili, como também é conhecido no Kasanzo, assegurou que nas novas residências nunca morou ninguém, aguardando-se somente pela autorização dos clirigentes do município.

8.28 Administradora explica

Jornal Acapital

23 De Agosto de 2014

Administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Mara da Silva Baptista Quiosa, explicou em exclusivo ao A Capital que o Sambizanga está num processo de requalificação urbana, envolvendo as três comunas que compõem o município. Mara Quiosa apela para as necessidades de se perceber a transferência das famílias.

"O edifício foi construído no âmbito de requalificação urbana e, a Administração e a Associação dos Amigos e Descendentes do bairro Operário reuniram-se com a comunidade, no sentido de

dar explicações sobre o que está a se fazer", frisou, confirmando que, "realmente serão transferidas algumas famílias para àqueles edifícios".

Quanto aos possíveis litígios entre herdeiros, caso venham a acontecer, a administradora remete a solução dos mesmos aos tribunais, pois, "não podem ser três pessoas a responder pelo mesmo imóvel, ao mesmo tempo".

"Como os processos no Tribunal são morosos, e para que a família não esteja ao relento, decidimos pôr o apartamento em nome do proprietário da casa, morto ou não. Os filhos entram

na mesma, enquanto tratam da documentação", explicou e reforça que "quando

um dos filhos trazer o documento passado pelo Tribunal a dizer que ele é o «cabeça do casal da família» QU o responsável pela herança dos irmãos, aí, o documento deixa de estar em nome do pai.

Passa para essa pessoa".

Os apartamentos são do tipo T2 e T3 e, de acordo com a administradora, os interesses daqueles que porventura tenham uma casa maior, estarão salvaguardados.

"Todo o trabalho que é feito no cadastramento, é para salvaguardar o interesse daquele que tiver uma casa maior na altura em que entrar para o edifício", sublinhou, para depois realçar que os casos de quem eventualmente possui um bar ou um espaço para fazer negócio, ainda não estão completamente aclaradas.

Referindo-se à mensalidade estimada em 30 mil kwanzas a administradora esclareceu que não é definitiva, entretanto sustenta que "as infra-estruturas que agora são criadas, são para às pessoas viverem em comunidade, pelo que, há toda uma necessidade de se pagar uma quota".

"Este edifício tem um gerador de 1000 kz, um sistema contra incêndio e duas caves para estacionamento. Possui um sistema de vídeo vigilância, interfonos e três elevadores.

Para se manter estes serviços a Associação fez um estudo de mercado e achamos que devíamos começar a quotização a partir dos 30 mil kwanzas", avançou.

"Não é competência das administrações municipais ou distritais limpar o interior dos prédios ou fazer manutenção dos elevadores. É dever do morador que, mediante uma quota mensal dará a oportunidade a uma empresa ou administrador do edifício para manutenção", enfatizou.

A questão Zango está em discussão do mesmo modo que a dos pais que têm os filhos nos anexos.

"São questões em discussão, porque não podemos dar, por exemplo, dez apartamentos à uma pessoa que tem 10 filhos nos anexos", descartou Mara Quiosa.

9. SETEMBRO

9.1 Plano metropolitano de Luanda incompatível com estratégia de desenvolvimento da província

Jornal Expansão

04 De Setembro de 2014

Os detalhes que sustentam a Estratégia de Desenvolvimento tranquilizam-nos em relação a coerência do seu estágio, mas, contudo, são reveladores da exigência e das dificuldades que se antevê, sendo necessário que se construa uma plataforma de entendimento entre todas as entidades com responsabilidade neste desafio, que apelidamos de ambicioso e motivante, mas também de elevada complexidade em termos de operacionalização.

Além dos projetos de investimentos que visam construção e a reabilitação das infraestruturas, o Plano de Desenvolvimento Urbanístico assenta sobretudo no Plano Diretor Metropolitano de Luanda. O que se lhe oferece dizer a respeito?

O Plano Diretor Metropolitano é um instrumento crítico para a exequibilidade da Estratégia de Desenvolvimento pelo facto de incidir sobre uma componente que constitui, no meu ponto de vista,

uma área muito sensível para a implementação do Plano de Desenvolvimento, Estamos perante matérias críticas, cujas maiores dificuldades incidem na criação de inevitáveis rupturas com as práticas de gestão urbanística atual e o entendimento da população em relação as mudanças que terão de ser introduzidas em prol do bem-estar comum.

Que impacto este Plano Metropolitano, que considera crítico, devere produzir até 2017?

O impacto das melhorias que resultarem do Plano Diretor Metropolitano, pressupondo a correta operacionalização das medidas traçadas, devere traduzir-se em resultados numa perspectiva temporal de médio/longo prazo que poderá inviabilizar as metas inscritas no Plano de Desenvolvimento de Luanda, que actua numa óptica de curto prazo, atendendo a que os resultados preconizados deverão ser alcançados em 2017.

Além do OGE, o Plano prevê a utilização de receitas provenientes dos serviços comunitários e dos diferentes impostos. Uma vez que o governo se tem queixado da falta de verbas para a Implementação

dos programas, acredita que esta variante pode resultar numa alternativa a altura?

Embora reconheçamos como positiva a criação de alternativas para a captação de receitas, tendo em consideração que os recursos ordinários do Tesouro não serão suficientes para a implementação das recentes estratégias de desenvolvimento provinciais e sectoriais, é importante garantir o equilíbrio e a equidade entre os serviços públicos, que se pretende que sejam comparticipados financeiramente pelos cidadãos, e a efetiva prestação destes serviços em padrões de qualidade, que se equiparem ao valor que se pretende que seja assegurado pela população.

Por outro lado, as pretensões legítimas dos governos provinciais, no sentido de garantirem a referida componente financeira do desenvolvimento, devem ser precedidas de evidências e de resultados positivos na concretização dos projetos, num contexto de maior rigor e monitorização que será inevitavelmente introduzido a partir do presente exercício orçamental.

Em termos orçamentais, qual é a análise que faz do Plano de Desenvolvimento de Luanda?

o documento tem a 'ousadia' e a pertinência de par em causa o princípio tradicional da questão e execução orçamental, segundo o qual todas as receitas integram obrigatoriamente o Orçamento Geral do Estado (OGE). Creio que ainda durante este período económico estará aprovada e a vigorar a Lei das Finanças Locais, que permitira uma utilização descentralizada de um conjunto de receitas provenientes dos diferentes impostos e taxas.

9.2 Uma nova Luanda se anuncia

Jornal Expansão

04 De Setembro de 2014

O Plano de Desenvolvimento Estratégico da cidade de Luanda 2013/2017 a que o Expansão teve acesso em exclusivo, anuncia profundas transformações na arquitectura urbanística da capital angolana, que a vão tornar numa grande metrópole.

O Plano é justificado com a necessidade da regeneração dos "musseques", convencionalmente chamados no documento como áreas de assentamentos informais, e da recuperação e expansão das redes técnicas de água, energia, saneamento, valas de drenagem e dos equipamentos sociais, que são nos dias de hoje visivelmente deficientes. É só vermos as dificuldades que os cidadãos enfrentam para ter acesso ao precioso líquido, para não falar do fornecimento de energia eléctrica irregular.

Em tempos de chuvas, a "casa comum" dos angolanos faz-nos lembrar o imponente rio Kwanza, pois que nesta altura a locomoção, quer para piões, quer para automobilistas ou motociclista sem transforma numa verdadeira aventura.

Se executado na sua plenitude, é certo que o plano vai transformar estas e outras tantas dificuldades em qualidade de vida para os cerca de 6 milhões de habitantes espalhados pelos mais de 13 mil quilómetros quadrados que comportam a província.

Infelizmente, somos bons a desenhar as coisas no papel. O grande problema mesmo é transferir do papel para o terreno e, quase sempre quando o fizemos, fizemo-lo mal. Em alguns casos até chegamos a executar bem, mas a questão da manutenção tem sido a grande dor de cabeça. Bem haja Plano de Desenvolvimento da Cidade de Luanda e vamos torcer para que não se fique pela inauguração da primeira fase, como de resto também já nos habituaram, continuando a implementação das fases subsequentes 'engavetadas'.

9.3 Crédito bancário para a construção dirigida no Bocoio

Jornal Continente

05 De Setembro 2014

Alguns dos 60 beneficiários de lotes apontaram que a falta de dinheiro para a compra de material de construção, como cimento, pedras e varões de ferro, se torna um obstáculo para arranque dos trabalhos de autoconstrução dirigida.

Luísa Domingos e José António, ambos funcionários públicos do sector da Educação, admitiram que o salário que auferem é insuficiente, o que os obriga a recorrer ao crédito bancário para tornar realidade o sonho da casa própria.

Cecília Paulo e Joaquim Culembe enaltecem o facto de o governo da província de Benguela e a administração municipal do Bocoio terem distribuído mil metros quadrados de lotes de terrenos e ainda 3.500 tijolos para cada beneficiário naquela região.

Enquanto isto, Domingas Chindembe contou que não começou ainda as obras da sua residência por insuficiência de verbas, razão pela qual pensa num crédito de salário adiantado para reverter essa tendência. Os interlocutores foram unânimes em apontar o empréstimo junto dos balcões do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e Internacional de Crédito (BIC) como a solução alternativa para fazer face as exigências que a edificação de uma casa impõe.

Em Agosto ultimo, 60 residências do tipo T3, das 200 previstas no Bocoio, foram distribuídas a funcionários públicos, agentes da Polícia Nacional (PN), oficiais da Forças Armadas Angolanas (FAA) e entidades religiosas daquele município, no âmbito do programa do Executivo angolano de fomento habitacional e redução da pobreza.

Os beneficiários terão de pagar durante 25 anos um total de quatro milhões de kwanzas por cada residência, com descontos mensais dos salários que auferem.

Escola de condução auto em Caimbambo Uma escola de condução, com capacidade para albergar 30 instruídos, foi inaugurada na sede do município de Caimbambo, província de Benguela, no âmbito das comemorações alusivas ao 43º aniversário daquela região. Localizada no centro da vila de Caimbambo, a nova escola de formação de condutores empregou oito funcionários e, entre outras dependências, possui uma secretaria, sala técnica de condução de aulas de formadores, sala de informática equipada com vinte computadores, assim como área de lazer.

As obras de construção da escola de condução denominada "One-Line Services Word" tiveram a duração de 120 dias.

De acordo com o proprietário do estabelecimento, Isaiás Candeeiro, uma viatura ligeira e outra pesada estão disponíveis para garantir a instrução aos formandos interessados em habilitar-se a condução. Salientou que, no quadro do projecto de aproximar os serviços do cidadão, a escola One-Live Services Word projecta disponibilizar uma sala de instrução especialmente para os moto-taxistas na comuna da Canhamela, ainda no município de Caimbambo.

Por sua vez, o administrador municipal de Caimbambo, Jacinto Tomé Amaro, considerou oportuno a abertura do referido empreendimento para a vida dos munícipes, tendo por isso louvado a iniciativa privada.

9.4 PR visita primeiro prédio construído no quadro da requalificação do sambizanga

Jornal Continente

05 De Setembro de 2014

À chegada ao local, onde já se encontrava o vice-presidente da República, Manuel Domingos Vicente, o estadista angolano foi recebido pelo presidente da Comissão Administrativa de Cidade de Luanda, José

Tavares Ferreira, que em seguida fez a apresentação do projecto.

O edifício, de 15 pisos, ira albergar, nos próximos dias, as primeiras 150 famílias que serão desapossadas das suas casas erguidas nas áreas contempladas no projecto, para que de forma faseada, as mais de 15 mil famílias do Sambizanga sejam albergadas em apartamentos condignos.

José Tavares lembrou que o plano de urbanização e requalificação do Sambizanga e do bairro Operário foi feito com base nas orientações baixadas pelo Presidente José Eduardo dos Santos, relativamente a este processo, tendo citado um trecho contido numa das suas intervenções feitas em 2001.

"Agora que a vida nacional começa a dar passos firmes para a normalidade, é dever de todos colaborarem e contribuírem para a reorganização, desenvolvimento e o embelezamento das nossas cidades, muitas das quais terão de estabelecer planos de reordenamento e de

desenvolvimento urbano que tenham em conta todos os interesses que possam ser executados sem conflitos", citou.

Nesta jornada, que o levou ao Campo de Futebol Mário Santiago, na circunscrição do Sambizanga, José Eduardo dos Santos fez-se acompanhar da primeira-dama da Republica, Ana Paula dos Santos.

9.5 Milhares de casas prontas

Jornal de Angola
13 De Setembro de 2014

O Programa do Executivo de Fomento Habitacional tem nove mil casas sociais prontas a habitar no Lossambo, arredores da cidade do Huambo, e nas centralidades da Caala e Bailundo, anunciou a diretora provincial do Urbanismo e Ambiente.

Ana Paula de Carvalho disse que os interessados podem obter informações nas Administrações Municipais, fazendo-se acompanhar de fotocópia do Bilhete de Identidade, declaração de serviço, atestado de residência, número de conta bancaria e manifestar ao organismo da tutela o interesse em adquirir casa.

As centralidades tem apartamentos com três quartos em edifícios de três pisos e as rendas são resolúveis. O programa de urbanização e construção de fogos habitacionais no Huambo concluiu 200 casas sociais

No Lossambo, que ainda não dispõe de saneamento básico, eletricidade e agua, foram já entregues 200

casas sociais, no âmbito do programa "Angola Jovem". Localizada a 11 quilómetros da cidade do Huambo, a localidade do Lossambo deve receber 500 casas sociais, de acordo com a empreitada que envolve cinco empresas, cada uma encarregada de construir 100 casas do tipo T3 em 18 meses.

9.6 O descalabro da politica Habitacional

Jornal A Capital
13 De Setembro de 2014

Os terrenos para a autoconstrução dirigida, adquiridos a troco de 27.000.00 Kwanzas por mil metros quadrados, representam, indiscutivelmente, uma das imagens de marca da governação de Isaac Francisco Maria dos Anjos, mas, em sentido contrário, são elucidativos de uma política sem perspectivas para o fim dos problemas habitacionais, uma vez que as acções nelas inscritas parecem alheias à pressão demográfica. Luísa Domingos e José António, dois funcionários ao serviço da Educação, vivem um drama que, não significando o que se pode chamar de palavra final, ajuda a descortinar as lacunas da estratégia do Governo. Foram agraciados, há já alguns meses, com parcelas de terra para a autoconstrução, fazendo parte de um grupo de sessenta beneficiários do município do Bocoio, a 112 quilómetros da cidade de Benguela, mas não conseguem colocar mãos à obra por falta de dinheiro.

Em declarações à ANGOP, disseram que o início do percurso para o sonho da casa própria passa por um financiamento bancário, capaz de fazer face a despesas inerentes à aquisição de cimento, pedras e varões de ferro. A ronda efectuada pela Agência Angolana de Notícias, para a qual foram chamados dos três outros detentores de lotes, também de mãos atadas, produziu

resultados que fizeram eco no litoral da província, conformando, como é óbvio, um sério aviso à navegação. Teme-se que os cidadãos, sem dinheiro, construam à sua maneira, abrindo portas ao surgimento de moradias desprovidas dos serviços que as autoridades descrevem como condições básicas para uma vida condigna.

O arquitecto Felisberto Amado, conhecido pelas análises que faz sobre questões urbanísticas e ambientais, revela, categórico, que situações como estas são favoráveis a zonas com habitações sem o padrão que se exige. São realidades que, segundo a mesma fonte, podem fomentar o surgimento de moradias equiparadas às que o Governo, em nome de uma melhor organização, tenciona demolir.

Num País com salário médio de 37 mil Kwanzas, conforme apontam estudos da Universidade Católica, parece impossível obter uma residência condigna nestas circunstâncias. Imbuído nesse espírito, Felisberto Amado, professor universitário, estima que a construção de uma casa com todas as condições chegue a custar USD 80 mil, valor para o pagamento da mão-de-obra e aquisição do material de construção.

Em exclusivo ao semanário A Capital, fonte de uma empresa envolvida na elaboração dos Planos Directores Municipais os famosos PDM's, marcadas ressaltou que não basta distribuir terrenos, argumentando que tão ou mais importante, é que a banca abra os cordões á bolsa. "Caso contrário, continuaremos a ter casas como as que vemos sobretudo na periferia.

Com insuficiência de compartimento, alertou, para mais adiante defender a necessidade de um mecanismo que facilite o crédito bonificado.

O nosso interlocutor olha para os Planos Directores Municipais, por intermédio dos quais se pretende encontrar fórmulas para uma melhor gestão territorial, e adianta que não existem sinais que apontem para o fim do problema. "Desta forma, teremos a carência de habitações como um eterno problema", reforçou.

Dos Anjos sonha com o Impossível?

A pensar num "crédito de salário adiantado", à semelhança dos seus companheiros, a cidadã Domingas Chindembe acena para o BIC e o BPC, numa investida que pode lançar as bases para a inversão do cenário de «insuficiência de verbas». Isto acontece numa altura em que o Banco de Poupança e Crédito, onde se encontra alojada a esmagadora maioria dos funcionários públicos, não está a conceder empréstimos.

9.7 Milhares de habitações em construção

Jornal: Jornal de Angola
14 De Setembro de 2014

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse ontem em Luanda que até 2016 ficam concluídas 150 mil habitações em todo o país, no âmbito dos projectos em curso.

José Silva falava a imprensa, no final de uma jornada de campo que serviu para constatar o andamento das obras de construção de 20 mil habitações no Zango 4, que vão servir para o realojamento das populações

retiradas das zonas de risco e a viver em condições precárias.

O projecto conta com uma área de expansão e vai servir também para atender a franja da população que não tem recursos financeiros nem condições para aderir aos projectos habitacionais existentes.

Nos próximos tempos, frisou ministro, e realizado um encontro entre os operadores imobiliários intervenientes no projecto e o Ministério do Urbanismo" e Construção, para discutir as novas tipologias de construção que se pretendem para o futuro, a conservação do ambiente, os preços, quantidade de habitações disponíveis e os critérios de acesso as habitações por parte das pessoas interessadas.

José Silva garantiu que vão ser alteradas as tipologias de habitação a serem construídas futuramente, para melhor racionalização dos espaços, com a construção de habitações de quatro pisos, em vez da construção extensiva.

O ministro considerou positiva a construção de habitações do tipo pré-fabricado, -por meio de usa de aço-galvanizado. "Com este projecto, vamos construir habitações mais rapidamente e com custos mais reduzidos, sem perder a qualidade", salientou.

Das 20 mil habitações em construção no Zango 4, 16 mil já estão concluídas e habitadas, enquanto as outras quatro mil ainda estão em obras.

Durante quase quatro horas, José Silva, acompanhado por técnicos do Ministério, percorreu quase toda a extensão do Zango 4, visitou as casas já concluídas e inacabadas e orientou o empreiteiro para que tudo seja cumprido de acordo com os prazos firmados.

9.8 Moradores do Kilamba estão a desperdiçar água

Jornal de Angola
20 De Setembro de 2014

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) está preocupada com o "desperdício de grandes quantidades de água" na Cidade do Kilamba, o que pode levar à restrição no fornecimento se o comportamento dos moradores não se alterar.

O alerta foi feito pelo presidente do conselho de administração da empresa pública, Leonídio Ceitas, quando falava na quinta-feira no final de uma visita de campo às obras em curso nos centros de captação, tratamento e distribuição de água.

O gestor da EP AL disse haver indícios de mau uso da água na Cidade do Kilamba, por os moradores deixarem supostamente torneiras abertas.

Devido ao desperdício de grandes quantidades de água nesta centralidade, salientou o gestor, estão a registar-se níveis mais altos de enchente no sistema de tratamento de águas residuais do que o previsto para toda a população local.

Leonídio Ceitas garantiu melhorias significativas no abastecimento de água ao município de Viana até ao mês de Dezembro, na sequência da entrada em funcionamento, na quinta-feira, do Centro de Distribuição do Pólo Industrial de Viana, que vai reforçar o abastecimento de água aos prédios do Zango e à Zona Económica Especial (ZEE). O arranque das bombas de água do centro foi feito pelo repórter do Jornal de Angola, a pedido do presidente do conselho de administração da EP AL.

Na segunda fase, o centro vai transportar água para o Projecto Morar e a vila de Viana, informou Leonídio Ceitas, que explicou haver uma terceira fase que vai abranger o Zango, depois da entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Água do Calumbo. "A nossa intenção é que esta estação possa produzir água suficiente para abastecer o Zango 24 horas ao dia, pelo que pretendemos aumentar a sua capacidade com mais 400 litros por segundo, uma vez que também vai abastecer o novo aeroporto internacional", acrescentou o gestor da Empresa Pública de Água de Luanda.

Leonídio Ceitas anunciou a construção, no próximo ano, de um centro de formação destinado a pessoas interessadas em trabalhar no ramo das águas, desde técnicos básicos a licenciados. Durante a jornada de campo, de quase cinco horas, Leonídio Ceitas, acompanhado por membros da direcção da empresa, percorreu parte da zona de Luanda sul e sudeste.

Congresso internacional

A EPAL vão estar presente no oitavo Congresso e Exposição Mundial da Água, que decorre entre amanhã e sexta-feira próxima, em Portugal.

O presidente Leonídio Ceitas considerou este encontro, organizado pela Associação Internacional de Água, de "grande valia" para a EP AL e para o país, por ser uma oportunidade de apresentar ao mundo os passos dados até hoje no processo de produção, tratamento e distribuição de água à população em Angola.

"Neste processo queremos apresentar as mais-valias de Angola e o que já fez ao longo desses anos, daí que vamos apresentar os novos projecto aprovados,

como o do Bita Quilonga, prestes a arrancar, para dar uma autonomia de abastecimento de água à província de Luanda 24 horas ao dia", explicou.

O Congresso Mundial da Água é bienal e reúne, habitualmente, cinco mil profissionais do sector provenientes de mais de 90 países, com o objectivo de fornecer soluções equitativas e sustentáveis para a água no mundo.

9.9 Ex-combatentes receberam casas

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2014

O vice-governador do Cunene para o sector Político e Social, José Veyalenge, entregou ontem 11 habitações de tipo T3 a igual número de antigos combatentes e veteranos da pátria, no bairro da Caxila III, arredores de Ondjiva.

As moradias, construídas no prazo de 11 meses pela construtora angolana EFH, fazem parte de um lote de 200, a serem erguidas na província para os antigos combatentes e veteranos da pátria.

Ao intervir na cerimónia de entrega das moradias, o vice-governador disse que a edificação das casas vai continuar para apoiar os antigos combatentes, que merecem muito carinho, atenção e reconhecimento, pelo contributo e sacrifício demonstrados no alcance da Independência Nacional e da paz.

Com esta entrega, perfaz um total de 20 casas dadas aos antigos combates e veteranos da pátria na província do Cunene.

O ministro dos Antigos Combatentes, Cândido Van-Dúnem, que está no cargo desde Maio, prometeu, na altura da tomada de posse, dar o seu contributo para a melhoria das condições de vida dos antigos combatentes e veteranos da Pátria. Na cerimónia de apresentação aos funcionários, Cândido Pereira Van-Dúnem garantiu que vai dar o seu melhor para materializar as orientações do Presidente da República.

"Em cumprimento da nobre missão que nos foi incumbida, vamos transformar em prática as orientações do Chefe do Executivo, Presidente José Eduardo dos Santos, e criar as condições necessárias para que os antigos combatentes e veteranos da pátria se sintam honrados e dignificados", disse o ministro Cândido Van-Dúnem.

9.10 Metro vai começar a circular em Luanda

Novo jornal

26 De Setembro de 2014

NO PROXIMO MES de Outubro, o governo angolano vai aprovar um programa de expansão da rede viária e ferroviária da província de Luanda, que introduz um novo modelo de transporte urbano, designado Metro de Superfície, destinado a melhorar a mobilidade dos cidadãos.

O anúncio foi feito pelo Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, na segunda-feira (22), durante um encontro que manteve com os novos membros do governo provincial de Luanda, no conhecido Palácio da Mutamba.

José Eduardo dos Santos anunciou a construção, na zona sul de Luanda, de duas avenidas, sendo uma delas na marginal da Corimba, com um metro de superfície, que vai melhorar a mobilidade urbana.

O mais alto mandatário do país informou que na zona sul, por exemplo, além da marginal da Corimba, serão criadas mais duas avenidas, uma das quais será a avenida da Corimba, que será uma via moderna, com um Metro de superfície e mais de cinco quilómetros de praias a frente.

Há quatro anos, o engenheiro civil Henrique Capaca apresentou um projeto semelhante, destacando então a necessidade da entrada em circulação de um transporte de metro em Luanda.

VANTAGENS DA REDE

Em entrevista ao Novo Jornal, publicada na edição 129, em Julho de 2010, o especialista apresentou o projeto que se substanciava na construção de uma rede ferroviária, metropolitana e suburbana da cidade.

O interlocutor explicou na ocasião. Que o projeto foi estruturado do ponto de vista académico e que a sua concepção contou com a contribuição do Ministério dos Transportes e do Instituto Nacional dos Caminhos-de-Ferro, Mereceu também uma abordagem e discussões em diferentes universidades.

O engenheiro Capaca deu ainda a conhecer que o seu plano tinha como objetivo fazer o enquadramento da rede ferroviária existente e proceder ao alargamento de mais três linhas centrais, ligando também três pontos principais da cidade, nomeadamente: a sul, o Benfica, passando pela zona do Futungo; a leste, Viana, passando pelo atual centro universitário, o estádio 11 de Novembro, a cidade do Kilamba e o

Zango e, para norte, o projeto faria a ligação direta de Viana a Cacuaco.

Outro aspeto, de acordo com o interlocutor, seria a utilização da rede já existente, enquadrando o futuro aeroporto de Luanda.

O interlocutor explicou que as linhas traçadas trariam, como vantagens, o acompanhamento demográfico da cidade de Luanda nos próximos dez anos. "Isso iria aumentar a mobilidade das pessoas, ao mesmo tempo, reduziria os custos em vários aspetos, como carros, com efeito positivo para meio ambiente, pois iria reduzir a poluição sonora e do ar. O projeto fará com que Luanda ganhe uma melhor apresentação ao nível do que é hoje considerado uma capital em qualquer parte do mundo", sublinhou. .

O TRAJECTO DO METRO

Henrique Capaca apontava ainda como vias estruturantes do projeto, a criação de uma linha que sairia de Viana, passando pelo centro da cidade, no caso, do 1º de Maio, até ao Aeroporto 4 de Fevereiro, ligando o Futungo e terminando no Benfica.

"Esta via, por exemplo, teria um grande efeito pois reduziria bastante o engarrafamento neste troço que é atualmente bastante frequentado por turistas. Depois, teríamos a segunda linha, que partiria igualmente de Viana a Cacuaco, mas passando igualmente pelo 1º de Maio e que seria, fundamentalmente, frequentada por comerciantes e industriais da zona agroindustrial de Cacuaco", descreveu o sonhador do Metro para Luanda.

O engenheiro Capaca defendeu ainda a construção do traçado, definindo uma linha do Metro que faria o referido troço até ao 1º de Maio, terminando na zona do Baleizão, "Esta linha ligaria a cidade velha aos centros em crescimento. Podemos ainda avançar com uma quarta linha para ligar os polos universitários de Capalanga, passando pela Universidade Católica, Golfe, Camama e As linhas trariam como vantagem, o acompanhamento demográfico de Luanda nos próximos dez anos que terminaria na cidade universitária. Estes troços seriam construídos em paralelo com as vias expressas da cidade de Luanda", concluiu o entrevistado do NJ que, há quatro anos, desenhava um projeto académico para a circulação de metro com vista a desanuviar o "pesado" trânsito de Luanda.

Refira-se que a necessidade de investir em transportes públicos como forma de "desafogar" o trânsito na capital angolana, nos próximos anos, tem sido a tônica dominante nas discussões do executivo central e de Luanda. A ser cumprida, a aprovação do

programa de expansão da rede viária e ferroviária no próximo mês de Outubro, tal como anunciou o presidente José Eduardo dos Santos, os cidadãos poderão finalmente dizer "adeus" ao engarrafamento", tal como já previa, o engenheiro civil Henrique Capaca.

9.11 Transportes. Metro poderá desafogar trânsito complicado

Jornal Agora

26 De Setembro de 2014

Apesar de ter anunciado para Outubro a reunião do Executivo para apreciar e aprovar uma programa de expansão da rede viária e ferroviária da província de Luanda, cuja execução começará, imediatamente, a seguir e vai permitir melhorar a mobilidade significativamente na zona Sul, o Conselho de Ministros já reuniu na passada quarta-feira e aprovou os contratos para a aquisição de 10 automotoras.

Trata-se de um conjunto de 10 composições com capacidade para transportar até 12 mil passageiros por viagem.

Em declarações à imprensa, no final da 8ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, Augusto Tomás, ministro dos Transportes, declarou o projecto estar integrado no Plano Director de Transporte e Logística da cidade capital e que visa fazer face à procura que se regista na transportação de passageiros.

O plano, disse também o ministro, prevê integrar vários sistemas de transportes, entre os quais o marítimo, ferroviário, rodoviário e aéreo e que é neste quadro em que se insere a construção da segunda linha ferroviária Bungo/Baía, até ao novo Aeroporto Internacional de Luanda.

O ministro dos Transportes prevê, já para o primeiro semestre de 2017, a entrada em operação de Unidades Múltiplas de Diesel, no percurso ferroviário Bungo/Baía, em Luanda.

O projecto prevê, inclusive, a construção de quatro passagens superiores nos cruzamentos ferroviários, com a Ngola Kiluanje, Quarta Avenida, Quinta Avenida e da Sétima Avenida.

Augusto Tomás informou que as passagens superiores em referência vão mitigar o congestionamento do trânsito e acautelar os acidentes entre as composições ferroviárias e os veículos automóveis.

Para a manutenção das composições, que deverão ser adquiridas, foi aprovada a construção de uma oficina adstrita aos Caminhos-de-ferro de Luanda, para garantir a vida útil e económica destes bens.

Com a implementação deste projecto, a construção de uma segunda via ferroviária Bundo/Baía enquadra-se no conjunto de medidas que visam satisfazer a procura existente no eixo entre o Cazenga, Viana, Bundo e Baixa de Luanda.

Augusto Tomás fez saber, igualmente, que a ideia é de atacar o problema do congestionamento do trânsito e também os acidentes, principalmente entre locomotivas e viaturas nas vias rodoviárias.

IMPACTO AMBIENTAL "Com o advento da paz, o país tornou-se num canteiro de obras. Há construções em tudo quanto é canto, projectos de vias de comunicação terrestre, portos, aeroportos, urbanizações e empreendimento hidráulicos, acções que devem ser sujeitas à avaliação de impactes ambientais", alertou o biólogo Filipe Kodo, técnico afecto ao Ministério do Ambiente, em entrevista concedida a Angop.

Filipe Kodo alerta que as empresas devem efectuar tal estudo, porque são vários os danos que têm causado, apontando, no caso da fauna, a morte directa e indirectamente dos animais, afugentamento espécies, alterações fisiológicas e comportamentais dos mesmos, destruição dos habitats, efeito barreira (falta de passagem) e armadilhas.

No caso da flora, o biólogo destaca o 'desmatamento' de importantes comunidades florísticas que, pelo seu valor cultural, ecológico e medicinal, deveriam ser protegidas, como os embondeiros, que têm sofrido grandes impactos negativos durante a construção de projectos habitacionais.

A libertação de poeiras, aerossóis (pequenas partículas em suspensão no ar), queima de combustíveis que lançam para a atmosfera gases como dióxido de enxofre e dióxido de carbono são outros danos atmosféricos causados pelas construtoras, assim como a alteração da paisagem do património arqueológico e natural.

O biólogo defendeu a necessidade de os empreiteiros continuarem a ser obrigados a aplicar um plano de gestão e monitoramento ambiental.

"É no plano de gestão ambiental donde devem constar as acções da empresa para mitigar os efeitos lesivos ao ambiente", disse Filipe Kodo, manifestando a preocupação dos danos que as empresas vão causando ao ecossistema e ao meio ambiente.

A fonte concluiu que as autoridades responsáveis devem prosseguir com a realização de inspecções, auditorias ambientais de conformidade e exigir das empresas o cumprimento da legislação, sob pena de serem sancionadas.

De acordo com a legislação, as infracções são puníveis com multas em Kzs, entre um mínimo equivalente a mil dólares americanos e um máximo de um milhão, consoante a gravidade do caso.

As sanções podem ainda envolver a apreensão de máquinas, encerramento de instalações, privação do direito de participar em arrematações e concursos promovidos por entidades ou serviços públicos como consta do regulamento do Ministério do Ambiente.

SINISTRALIDADE ALTA. Informação veiculada pelo site da VOA dá conta que "os acidentes rodoviários em Angola são a segunda causa de morte depois da malária, e as autoridades receiam que os números da sinistralidade ultrapassem os das doenças".

De acordo com este site, Angola apresenta a terceira mais elevada taxa de sinistralidade rodoviária, tendo atrás de si apenas a Serra Leoa e o Irão. No primeiro trimestre deste ano, o país registou 275 mortos e 866 feridos, vítimas de 1.045 acidentes de viação, tendo havido uma redução da sinistralidade, comparativamente ao mesmo período de 2012, segundo dados oficiais.

No mesmo período, tinham sido registados 800 mortos, 3.103 feridos, segundo dados recentes revelados à imprensa pelo chefe de Departamento Nacional de Prevenção Rodoviária da Direcção Nacional de Viação e Trânsito, superintendente-chefe Edgardo da Silva.

Para aquela patente, os atropelamentos continuam a ser a principal causa de morte nos acidentes rodoviários, devido ao desrespeito das regras de trânsito, quer por peões, quer por automobilistas.

"A violação sistemática das normas e regras do Código de Estrada, motivados pela condução em estado de embriaguez e o excesso de velocidade, estão na base dos acidentes em todo o país", sublinhou o chefe do Departamento Nacional de Prevenção Rodoviária.

O site ressalta também que as autoridades angolanas lançaram uma campanha quinzenal denominada 'Paz nas Estradas de Angola', com o objectivo de mobilizar a sociedade para a redução do alto índice de sinistralidade.

A Campanha Nacional de Prevenção e Sensibilização Rodoviária, que vem na sequência de outra lançada em Outubro passado, visando a sensibilização dos automobilistas, contra o consumo de álcool, para reduzir os acidentes de viação, continuará a vigorar por mais seis meses.

9.12 Exclusão de gastos sobre infra-estruturas habitacionais foi passo á retaguarda

Semanário Expansão

26 de Setembro de 2014

O que diz a lei sobre o papel do FSDEA?

A lei estipula que uma parte (equivalente a 50 mil barris de petróleo por dia) das receitas do petróleo deve ser transferida anualmente para o FSDEA, independente mente de o orçamento anual ser superavitario ou deficitário. Se o orçamento estiver em défice, isto implica que o Governo precisa de fazer empréstamos a mais e, de seguida, depositar as receitas do produto na conta de poupada, Isto pode não ser o meio mais eficaz de gestão de activos e passivos angolanos, e seria aconselhável transferir fundos adicionais para o FSDEA apenas se o orçamento anual for excedentário. Por outro lado, o FSDEA não tem um mandato de estabilização, logo os fundos não seriam prontamente alocados ao Tesouro se forem requeridos.

E é bom que assim seja?

Isso é bom, na medida em que o FSDEA deve ser um veículo de poupança de parte da riqueza do petróleo angolano para as gerações futuras. No entanto, nos temos aconselhado o Governo a criar um separado "Fundo de Estabilização Fiscal", com regras claras sobre depósitos e retirada para suavizar a volatilidade das receitas do petróleo no orçamento anual. De forma mais ampla, acreditamos que existem oportunidades para fortalecer a estrutura de gestão de activos e passivos de Angola para melhor alinhar a poupança e os objectivos de estabilização com os resultados fiscais.

Em 2011, o FMI constatou que houve 32 mil milhões USD de fundos inexplicados, que figuravam como "residuais", nas contas fiscais durante 2007-2010. Isso já foi esclarecido?

As autoridades forneceram uma explicação preliminar ao Conselho do FMI em Novembro de 2011 e de pois uma actualização em Março de 2012. as resíduos eram grande mente despesas para fiscais efectuadas pela Sonangol e que não tinham sido devidamente

registadas nas contas de execução fiscal. Em Marco de 2014, as autoridades explicaram que um grupo técnico liderado pelo Ministério das Finanças estava a verificar todas as despesas para-fiscais reportadas pela Sonangol. Este trabalho analítico foi concluído em 2013, mas o seu relatório final ainda não foi divulgado.

o FMI havia dito que o "duplo" papel da Sonangol na economia, como empresa petrolífera e agente fiscal, criava compleições para a economia. Essa questão já foi resolvida?

Houve uma considerável melhoria na gestão das relações fiscais entre a Sonangol e o orçamento anual. Agora existe um comité intergovernamental que compila relatórios mensais reconciliando o fluxo de receitas, embora muito ainda possa ser melhorado no tocante ao cumprimento dos prazos. E a exclusão de gastos significativos sobre infra-estruturas habitacionais em 2014 foi um passo a retaguarda, embora tenha já sido revogada a autorização para esse tipo de gastos.

9.13 O primeiro prédio erguido no 'Sambila' no âmbito da requalificação urbana

Semanário Agora

05 De Setembro de 2014

No quadro do plano de urbanização e requalificação do Distrito Urbano do Sambizanga, já esta pronto para morar o primeiro prédio de 15 andares que mereceu a visita do Presidente José Eduardo dos Santos.

A sua chegada ao local, onde já se encontrava o vice-presidente da República, Manuel Vicente, o Chefe de Estado Angolano foi recebido pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares, que, em seguida, fez a apresentação do projecto.

O edifício, de 15 andares, irá albergar, nos próximos dias, as primeiras 150 famílias que serão desapossadas das suas casas erguidas nas áreas contempladas no projecto, para que, de forma faseada, as mais de 15 mil (do Sambizanga) sejam alojadas em apartamentos condignos.

José Tavares lembrou que o plano de urbanização e requalificação do Sambizanga e do bairro Operário foi feito com base nas orientações baixadas pelo Mandatário da Nação, quanta a este processo, tendo citado um trecho contido numa das suas anteriores intervenções.

"Agora que a vida nacional começa a dar passos firmes para a normalidade, e dever de todos colaborarem e contribuírem para a reorganização, desenvolvimento e embelezamento das nossas cidades, muitas das quais terão de estabelecer planos de reordenamento e de desenvolvimento urbano que tenham em conta todos os interesses que possam ser executados sem conflitos", citou José Tavares, nesta que foi mais uma das jornadas de campo do PH, que o levou ainda ao estádio de futebol Mário Santiago, na circunscrição de Sambizanga.

ESTÁ TUDO NOS EIXOS? Sim, se atendermos ao facto de que, com a requalificação de varios bairros de Luanda, particularmente, o Sambizanga tende a mudar o precário modo de vida da população no que tange a habitação e ao saneamento básico.

Mas, para Já dos aplausos, não se pode aferir já que, com isso, se acabaram os problemas da gente do 'Sambila', um dos maiores aglomerados populacionais da metrópole, depois do município satélites de Viana e Cazenga Já houve um município desta Luanda das mil e uma 'makas' que, num debate na TPA, sugeriu que, na transferência das pessoas de um lugar para outro, fossem acautelados os hábitos e os costumes.

"Nem todos deveremos viver no prédio alto, ou num condomínio, quando nos os angolanos temos o feitio de acolher na nossa casa familiares e amigos, mormente aos fins-de-semana para degustar uma 'lambula' grelhada na brasa, beber um 'catembe' e jogar uma boa partida de sueca.

Para isso, precisamos de espaço, um vasto quintal cheio de arvores e se passível fruteiras", disse então o velho habitante da cidade.

Na verdade, e obrigação do Estado conferir uma vida condigna ao cidadão. E, sendo que a habitação esta entre urna das primeiras necessidades do homem, cabe as autoridades acelerar mais, erguendo mais, para que sejam abrangidos todos em função dos seus gostos, da sua cultura, capacidade financeira e, sobretudo, da sua forma de encarar a vida. "Forçar um pescador ou um camponês a viver num prédio de varios andares e condena-lo ao suicídio", notou ainda o mesmo luandense que deixou mesmo escapar que não se sentiria conformado se um dia fosse obrigado a abandonar a sua velha vivenda, com os seus varios compartimentos, incluindo garagem para os carros para residir num pequeno apartamento.

10. OUTUBRO

10.1 Arranque dos trabalhos continua sem data

Jornal de Angola

02 De Outubro de 2014

As obras de construção da nova centralidade de Menongue, província do Cuando Cubango, projectada pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SO NIP) continuam sem data para o seu arranque, revelou o director-geral da Imogestim, a nova gestora do projecto.

Rui Cruz falava no termo de uma visita de trabalho, que visou acertar pormenores técnicos sobre a construção da centralidade de Menongue com o Governo Provincial do Cuando Cubango e avaliar detalhes do estado físico dos cerca de 5.600 fogos habitacionais atribuídos a província.

Embora seja projectada pela SO NIP haja algum tempo, por razões administrativas, o projecto nunca saiu do papel, tendo em atenção os elevados custos que este tipo de empreitadas acarreta.

o director da Imogestim defendeu que o novo modelo de construção das novas centralidades pelo país deve ter em conta as características de cada região, para se evitar casos de negocio mal parado, ou seja, situações em que as casas construídas com fundos públicos permaneçam muito tempo sem potenciais compradores.

A gestora esta a trabalhar para que se revejam alguns projectos já em curso e daí antever outras soluções para o arranque da construção da nova centralidade de Menongue, assim como melhorar outros programas habitacionais.

o director-geral da Imogestim, empresa que substituiu a SONIP na gestão das novas centralidades do país, anunciou que são introduzidas algumas alterações técnicas nos projectos imobiliários futuros, incluindo o do Cuando Cubango.

Na cidade de Menongue, adiantou o director da Imogestim, estão já concluídos 111 fogos habitacionais, nas municipalidades do Cuchi, Cuito Cuanavale, Rivungo, Mavinga, Dirico, Nancova e Cuangar, mas ainda não arrancaram as obras de construção das primeiras 76 residências do município do Calai, por razões desconhecidas.

Higino Carneiro defendeu que a nova centralidade de Menongue deve ser erguida nos espaços onde o

Governo realiza o processo de requalificação, iniciado nas zonas ribeirinhas e que se estende pelos bairros periféricos construídos de forma desordenada.

Alem da cidade de Menongue, governador provincial pretende que a Imogestim estenda o seu projecto imobiliário para os municípios de Cuangar, Calai, Dirico e Rivungo, que faz fronteira com a Namíbia e Zâmbia.

Disse que a região vive sérios problemas de falta de habitação, com algumas sedes municipais e, sobretudo comunais, que se confundem com aldeias, devido a destruição que viveram no passado e as poucas infra-estruturas ali colocadas.

10.2 Centralidade do Cuito (Bié) disponibiliza 3000 apartamentos

Jornal De Economia e Finanças

03 De Outubro de 2014

Centralidade do Cuito, capital da província do Bié, conta actualmente com 3000 apartamentos de tipologia T3, com capacidade para albergar 6.000 habitantes já inscritos no projecto "Horizonte", promovido pela imobiliária Kora-Angola. No perímetro, estão a ser concluídas as infra-estruturas complementares, com realce para a iluminação publica e postos médicos, entre outras.

De acordo com o vice-governador do Bié para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Jose Fernando Tchaturvela, que recentemente radiografou o projecto, aguarda-se pelo processo de venda dos apartamentos, a cargo da imobiliária Imogestim, num projecto habitacional que prevê a construção de 6.000 apartamentos de parede de betão pré-fabricada.

"As casas estão ajustadas por construção colante, o que permite, em pouco tempo, erguer números consideráveis de moradias", recordou o vice-governador do Bié.

Na ocasião, Jose Fernando Tchaturvela tranquilizou a população do Bié, informando que não existe ainda qualquer processo de comercialização de residências na centralidade.

"o governo da província esta a procurar organizar-se para melhor acomodar os quadros locais e funcionários públicos", disse em entrevista ao JE.

Reserva fundiária

o vice-governador do Bié para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas explicou, ainda, que o Governo

propôs uma reserva cifrada em 4000 casas. Dessa cifra, acrescentou, 2.000 são para adesão livre, um processo que, como disse, corre os tramites de negociação com as entidades competentes. Jose Tchatuvela fez saber, por outro lado, que nesta altura todos os organismos públicos e privados interessados no projecto devem endereçar uma circular a direcção provincial do Bié das Obras Publica e Urbanismo.

Acrescentou que na lista deve constar os nomes dos funcionários, função e numero de telefone de cada um dos organismos interessados no acesso ao projecto habitacional "Horizonte", da Kora-Angola. Jose Fernando Tchatuvela não revelou os custos de cada residência, mas assegurou que as rendas vão ser efectuadas no modelo resolúvel a cargo da emogestin.

Bons indicadores

A nossa equipa de reportagem apurou, igualmente, que a execução física e financeira das acções desenvolvidas pelos empreiteiros no concernente a construção dos 200 fogos habitacionais por município, caminha a bom ritmo. A construção das residências, em sete dos nove municípios que compõem a província do Bié, encontra-se na sua fase conclusiva. Há previsões de que grande parte das residências seja entregue aos beneficiários no decurso do ultimo trimestre do ano.

as 200 fogos habitacionais estão a ser erguidos nos municípios do Chinguar, Chitembo, Cunhinga, Catabola, Camacupa, Cuemba e Nharea, estando nesse momento 90 por cento da sua execução física realizados, segundo o director provincial das Obras Publicas e Urbanismo, André Kaquarta. Segundo a fonte, nos municípios em referencia, as residências estão orçadas em cerca de 4 milhões para os seleccionados, com prioridade de 3.0 por cento para a juventude da província ligada a função publica. A selecto das empresas construtoras foi feita segundo a capacidade técnica, financeira e humana dos empreiteiros apurados nos concursos públicos.

Centralidade do Andulo

No município do Andulo (Bié), estão concluídos 172 apartamentos de tipologia T2, T3 e T4, dos 1.000 previstos. A semelhança do que acontece nos 200 fogos habitacionais por municípios, nas centralidades estão a ser construídas infra-estruturas sociais, como hospitais, escolas, creches e postos policiaes. Do ponto de vista de execução, o projecto que abrange também o município do Andulo conta com edificios de ate três pisos, compostos por apartamentos T3 e duplex, todos construídos numa área de 100 metros quadrados.

Ate ao final do corrente ano, o Governo da Província do Bié prevê a construção de 420 salas de aula em todos os municípios, tendo em conta a explosão demográfica que se regista nos últimos tempos.

Para esse efeito, estão a ser erguidas em todas as sedes municipais escolas com 12 salas de aula para o II ciclo do ensino secundário, a projecto "Horizonte" da Kora-Angola esta inserido no programa nacional de habitação "Meu sonho, minha casa", tutelado pelo Executivo angolano.

10.3 Centralidade do Andulo em conclusão

Jornal de Angola

05 De Outubro de 2014

Omeri Shechar disse que os primeiros apartamentos são entregues no próximo mes de Dezembro, tendo em conta o bom andamento dos trabalhos. Neste momento, estão já concluídas as estruturas de todos os edificios e alguns já tem acabamentos.

Omeri Shechar garantiu que são cumpridos os prazos para a entrega da obra, estando a decorrer igualmente a fase de asfaltagem das estradas.

o empreiteiro disse que o processo de arruamentos, pavimentação, instalação da rede de saneamento básico, sistemas de abastecimento de agua potável e de energia eléctrica domiciliar e publica esta em andamento.

A nova centralidade e um projecto que se enquadra no Programa Nacional de Habitação, traçado pelo Executivo, para diminuir o problema da falta de casas, principalmente no seio da juventude e de funcionários públicos.

Os prédios da centralidade são de cinco pisos e os seus apartamentos do tipo T3. A segunda fase da centralidade do Andulo vai dispor de edificios habitacionais "modernos, hospitais, escolas, quadras desportivas multiusos e lima rede viária com cinco quilómetros, mercados, centros comerciais e outras estruturas.

o projecto da nova cidade, construída numa reserva de 72.235 hectares, onde foram destinados 164 hectares, consta igualmente do Programa de Investimentos Públicos (PW)¹ com vista ao desenvolvimento social e económico da província do Bié.

o município do Andulo possui cinco reservas fundiárias, nas quais a área reservada para a construção de casas e de pastores, sem distinção de

raça e de 183.534 hectares. o município religiosa, Pedro de Boaventura do Andulo, que fica a 130 quilómetros do Cuito, capital da província do Bié, tem uma superfície de 10.700 quilómetros quadrados e população estimada em 311.544 habitantes.

10.4 Processo de venda de casas retoma em Novembro

Jornal de Angola
08 De Outubro 2014

A segunda fase de comercialização das habitações nas novas urbanizações, na capital do país, deve ocorrer dentro de um mes, depois da conclusão do processo de transferência da "Sonip" para a "Imogestim", garantiu ministro do Urbanismo e Habitação.

"Dentro de um mês vai se retomar o processo de comercialização. Neste momento, o processo esta suspenso por força da transferência de responsabilidades da entidade que antes o liderava, a Sonip, para a empresa Imogestim", confirmou José Silva, que garantiu que a transferência esta em fase de conclusão,

Em relação aos preços das habitações, o ministro afirmou que os custos baixaram, o que vai permitir que mais pessoas tenham acesso a casa própria. Com o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, houve um outro impacto no custo do imobiliário no país de urna forma geral, esclareceu. "No passado, os custos praticados no sector da habitação eram exorbitantes, mas com o surgimento das novas urbanizações, que acontecem um pouco em todo o país, aumentou-se a oferta e os custos são mais suportáveis", disse o ministro do Urbanismo e Habitação.

José Silva informou que a construção de 200 fogos a nível de todos os municípios ja e uma realidade e decorre normalmente. O projecto também conhece o seu curso normal. O maior problema, ate ao momento, prende-se com a implantação das infra estruturas. Ainda assim, paulatinamente, começam a ser executados esses trabalhos, em simultâneo com a sua comercialização. O ministro do Urbanismo e Habitação informou que já foram estabelecidos os custos das referidas casas e foram dadas ordens superiores a todas as entidades e governos provinciais no sentido de as habitações serem comercializadas nos termos inicialmente previstos. A concretização do processo de requalificação dos municípios do Cazenga e Sambizanga deve contar com a participação da população, defendeu o arquitecto José Umba.

10.5 Transferência concluída em mês e meio

Jornal de Angola
09 De Outubro 2014

A segunda fase para a comercialização das habitações nas novas centralidades deve ocorrer depois da conclusão do processo de transferência da gestão da SONIP para a IMOGESTIN, que termina dentro de mes e meio, anunciou o ministro do Urbanismo e Habitação em declarações a Rádio Nacional de Angola.

O ministro nunca se referiu a data de Novembro, ao contrario do que anunciou ontem o Jornal de Angola, para a retomada do processo de comercialização das habitações das novas centralidades, mas apenas a conclusão da transferência da gestão, que deve estar concluída dentro de mes e meio. "Como e do conhecimento publico, neste momento, este processo esta suspenso por força de um processo de transferência da responsabilidade da entidade que antes liderava", sublinhou, acrescentando que logo que os trabalhos forem concluídos faz-se a retoma do processo de comercialização.

Os preços das habitações baixaram. Com a aplicação do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação houve outro impacto no custo do imobiliário no país de urna forma geral.

"No passado, os custos praticados no sector da habitação eram exorbitantes, mas com o surgimento das novas urbanizações que tem lugar um pouco pelo país aumentou a oferta e os custos são mais suportáveis", disse.

A construção de 200 fogos a nível de todos os municípios já e uma realidade e decorre normalmente. O projecto conhece o seu curso normal e o maior constrangimento ate ao momento e a implantação das infra-estruturas.

Os trabalhos começam paulatinamente a ser executados, em simultâneo com a sua comercialização. Já foram estabelecidos os custos das casas e foi orientado superiormente a todas entidades e Governos Provinciais no sentido da comercialização das habitações nos termos inicialmente previstos.

10.6 Localidade de Ochimolo com sinais de progresso

Jornal de Angola
11 De Outubro de 2014

A comuna de Ochimolo, no município do Cuanhama, Cunene, tem mostrado sinais de progresso nos últimos tempos, nos domínios social e económico, com a construção de varias infra-estruturas, disse o administrador da circunscrição, Ilídio João Shihepo.

As infra-estruturas são de ordem administrativa, escolar, sanitária e habitacional.

O sector da Educação é o que mais cresceu, com a construção de escolas, no âmbito do Programa de Expansão da Rede Escolar.

A região passou a contar com 34 escolas, 33 das quais do ensino primário e uma do primeiro ciclo do ensino secundário. As aulas são asseguradas por 67 professores.

O sector da Saúde também teve grandes avanços, com a construção de dois Centros e quatro Postos de Saúde, distribuídos nas seis povoações, para atenderem uma população estimada em 16.402 habitantes. Os Postos e Centros de Saúde estão devidamente apetrechados com equipamentos, recursos humanos e medicamentos.

O Programa Nacional de Habitação tem em vista a construção de cinco residenciais para os funcionários públicos. A falta de água continua a ser um dos principais problemas na região.

Para se inverter o actual quadro foram reabilitados recentemente cinco furos e outros dois estão em fase de recuperação na sede comunal de Ochimolo e noutras zonas para atenuar os efeitos da seca na região, As localidades de Ocapunduca e Ocatale são as áreas mais críticas, uma vez que os seus habitantes estão a consumir água imprópria para consumo humano. Estão a ser feitos esforços para mitigar os efeitos da seca.

"Este ano a fome está fora das preocupações das autoridades, já que foram tomadas antecipadamente medidas de prevenção sobre esta questão, por causa da seca, além de se terem registado melhorias nas colheitas referentes ao ano agrícola de 2014", disse o administrador.

10.7 Milhares de casa no Zango

Jornal de Angola
08 De Outubro de 2014

O coordenador interino do Programa Provincial de Habitação Social, Marcos Pinho, anunciou ontem, em Luanda, a conclusão de 20 mil residências na zona do Zango para o realojamento de cidadãos em zonas de risco.

Marcos Pinho anunciou o facto à imprensa no final de um encontro com o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, durante o qual foi analisado o plano de desenvolvimento do Zango. O encontro serviu também para avaliar os espaços livres para construção de mais infra-estruturas.

Marcos Pinho explicou que a existência de milhares de famílias em zonas de risco ou em bairros planificados para reconversão urbana condiciona o desenvolvimento de muitos projectos de construção na província de Luanda, onde as obras ficam paradas durante muito tempo devido as dificuldades para realojar essas famílias.

Reconheceu que ainda existe muita gente a viver em tendas, zonas de risco e em casebres, por isso o encontro serviu para, de forma mais célere, atender a essas pessoas e preparar outras áreas de construção.

Aquele responsável disse que, apesar da vontade do Governo de Luanda em atender com rapidez e eficiência as populações retiradas das zonas da Chicala, Boavista, Zango e Sambizanga, ainda é prematuro definir o prazo final de realojamento dessas famílias.

10.8 Moradores ilegais são despejados

Jornal de Angola
11 De Outubro de 2014

Mais de cem famílias acusadas de residir ilegalmente, há um ano, na Centralidade do Kilamba, em Luanda, começaram, quinta-feira, a ser despejadas pela Policia Nacional por ordem judicial.

Uma fonte policial disse a Angop que a corporação esta a cumprir um mandado do Ministério da Justiça, pelo facto de os infractores terem sido notificados a abandonar os apartamentos num período de 24 horas, a contar de quarta-feira.

Quinta-feira, foram desalojadas famílias que ocupavam apartamentos que estão em edifícios de dez andares do quarteirão W.

A decisão judicial e resultado do facto de essas famílias terem ocupado os apartamentos depois de romperem as fechaduras ou através de uma outra forma fraudulenta, pelo que não estavam registados nos ficheiros informatizados da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), a antiga responsável pela venda dos apartamentos das centralidades.

O presidente da Centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, informou que a ordem de despejo e da responsabilidade do tribunal, daí que a administração não tem qualquer envolvimento na retirada dos moradores. "A administração não foi responsável pela comercialização das casas, mas sim a Sonip, que, haja um tempo, estava a tratar, de forma judicial, da retirada dos infractores", salientou o administrador Joaquim Israel.

Reacção da Sonangol

O porta-voz da Sonangol, Mateus Cristóvão, disse que começou a ser reposta a legalidade e revelou que um número elevado de apartamentos das centralidades do Kilamba, Zango e Cacucaco foram ocupados ilegalmente durante o período de transferência para a Imogestim do processo de comercialização dos apartamentos das centralidades.

O alto funcionário da Sonangol sublinhou que "muitas pessoas foram impedidas de entrar nos seus apartamentos, por terem sido ocupadas ilegalmente.

Naturalmente, o processo demorou algum tempo e o que esta a decorrer e só o resultado desta acção de reposição da legalidade".

O princípio do ano, a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da Sonip acusados de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba. A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, em 2012, a venda de apartamentos nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Quilometro 44 e Zango.

As vendas das moradias das centralidades de Luanda foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, por um período de 15 a 20 anos. As habitações estiveram a disposição da população também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

10.9 Silencio nas centralidades

Jornal A Capital

11 De Outubro de 2014

Ainda triste, a espera que os cidadãos detentores de parcelas de terras e alguns tijolos comecem a erguer as suas casas, Isaac Francisco Maria dos Anjos procedeu na Baía Farta, quarta-feira, 08, a distribuição de lotes para a autoconstrução dirigida, naquele que foi o arranque do projecto "Vila Nova", nas imediações da centralidade, uma das que geram inúmeros comentários desencontrados.

Com os municípios a procura de informações, mormente em relação ao início das vendas nas três centralidades e o rosto da entidade gestora, surge o programa de autoconstrução numa aparente cruzada contra um vazio que deixa milhares de jovens a beira de um ataque de nervos.

o pouco que se sabe, varias vezes incorporado no discurso politicamente correcto, e que "os apartamentos vão ajudar a resolver os problemas habitacionais". Até hoje, diga-se em abono da verdade, não se conhece qualquer pronunciamento de um membro do Governo a este respeito, capaz de por fim as especulações, todas convergentes num processo sem transparência.

Nem mesmo o governador provincial, para não mencionar os administradores municipais, tece considerações que satisfaçam os anseios de quem se encontra a espreita. E dentro

deste contexto, elucidativo de uma iniciativa amarrada em demasia as estruturas centrais, que o Eng. Isaac Maria dos Anjos avança para a autoconstrução dirigida, ainda que sem o retorno que aguardava.

No município da Ganda, perante centenas de jovens, o governador exteriorizou a sua tristeza, lamentando o atraso dos municípios que já possuem parcelas de terras. Muitos, sobretudo no Bocoio, referem que não tem condições financeiras para colocar mãos a obra, mesmo com os tijolos recebidos, e revelam que o recurso a créditos bancários pode ser uma solução a ter em conta.

Numa breve declaração ao jornal A Capital, o arquitecto Felisberto Amado, conhecido pelas análises que faz sobre aspectos urbanísticos e ambientais, afirma que a mão-de-obra e os materiais de construção serão as principais inquietações. Conhecedor da realidade, estima que a construção de uma casa condigna, como é a meta do Executivo, venha a custar mais de sessenta mil dólares, valor muito a quem das capacidades dos cidadãos. "Temo

que surjam casas fora do perfil urbanísticos delineado pelas autoridades", avança o professor universitário.

Por seu turno, o consultor imobiliário Luís Silva começa por louvar a distribuição de parcelas de terras, mas adverte que, não havendo acções complementares, esta medida pode redundar em fracasso. "Cabe ao Estado aproximar o cidadão das instituições bancárias. Há, por outro lado, a possibilidade de colocar as casas a disposição, com mecanismos que o obriguem a liquidar, em 30 ou 40 anos", sustenta o empresário.

Luís Silva pouco ou nada sabe sobre as centralidades, a imagem de toda a opinião pública, mas não tem dúvidas de que será imperiosa a criação de uma estrutura capaz de manter funcional os seus serviços.

Importa sublinhar que projecto "Vila Nova", com 150 hectares de dimensão territorial, foi lançado com a entrega formal de mil lotes, num ambiente de muita satisfação entre os beneficiários. Haverá espaços para escolas, campos polivalentes, esquadras policiais e outras dependências. Sem pretender "bajular", a administradora municipal, Maria João, endereçou felicitações ao governador Isaac dos Anjos, convicta de que o seu empenho tem servido de alento para o ataque a insuficiência de habitações, "A prova disto e a alegria desta gente, assim conseguimos desenvolver o nosso município", finalizou.

10.10 Sonip recupera vários apartamentos

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2014

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) recuperou nos últimos dias 87 apartamentos que tinham sido ocupados ilegalmente, na Centralidade do Kilamba, numa operação de despejo judicial compulsivo.

Fonte policial, citada pela Angop, disse que do grosso de apartamentos recuperados, oito encontravam-se habitados e os demais, dois dos quais com documentos falsos e seis sem qualquer documentação, continham apenas alguns pertences, sem os ocupantes.

A acção iniciada na última quinta-feira abrangeu os quarteirões "W, X; Z, U, T, G e A". O Porta-voz da Sonip, Mateus Cristóvão, afirmou que a operação vai prosseguir até a retirada total dos moradores ilegais e vai estender-se às Centralidades do Zango e Cacuaco.

No princípio deste ano, a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da Sonip sob acusação de

terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba. A Sonangol Imobiliária e Propriedades iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacuaco, Capari, km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica). As vendas foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos.

As habitações estiveram a disposição do público também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

Por orientação do Executivo, a comercialização de residências nas novas centralidades passou para a responsabilidade da IMOGESTIN, outra imobiliária que neste momento finaliza detalhes técnicos de transferência da gestão com a SO NIP.

A "IMOGESTIN", que também actuara em nome do Estado, ainda não avançou a data do reinício das vendas de residências nem as modalidades de comercialização. As novas centralidades permitiram a milhares de angolanos realizar o sonho da casa própria e levaram a queda os preços exorbitantes que eram praticados no mercado imobiliário.

10.11 Lotes entregues na Canjala

Jornal de Angola

16 De Outubro de 2014

Um grupo de 22 famílias que vivia no espaço que pertence a reserva fundiária da Administração do Sumbe, na área da Canjala II, recebeu ontem lotes de terreno para a construção dirigida de casas sociais.

o administrador municipal Américo Sardinha, que presidiu a cerimónia de entrega dos terrenos, disse que o referido espaço se encontra na zona sul do Sumbe e tem uma área aproximada de 400 metros quadrados. Agora, vai ser elaborada uma planta (padrão) do tipo de casas a serem edificadas no local e, de acordo com as disponibilidades financeiras, os beneficiados escolhem uma única tipologia a construir no bairro.

Américo Sardinha explicou que o principal objectivo da administração é garantir a organização das novas zonas, de acordo com o crescimento da cidade, para que as populações vivam em locais seguros, aceitáveis e urbanizados, com bairros que tenham as condições essenciais de habitabilidade e infra-estruturas sociais, como escolas, estradas, energia eléctrica, esgotos.

A Administração do Sumbe pretende acabar com a ocupação ilegal de terrenos e retirar aquelas famílias

que se encontram em zonas de risco, um fenómeno que tem sido uma constante, nos últimos tempos. Para tal, pediu aos moradores para evitarem a prática de usurpação ilegal de terrenos, porque desse modo estão a cometer um acto criminal.

10.12 Governo prepara venda de novas residências

Jornal de Angola
20 De Outubro de 2014

Higino Carneiro, que falava recentemente na abertura da conferência do comité provincial do MPLA, informou que se encontram em construção mais de 700 residências, no quadro do mesmo programa, estando ainda previsto, para breve, o início da construção de quatro mil moradias, no âmbito do projecto das novas centralidades.

Higino Carneiro disse ser notória a melhoria significativa na vida das populações, como resultado do trabalho do governo, que esta a proporcionar mais serviços sociais como escolas, postos e centros de saúde na periferia da cidade, sedes municipais, comunais e em algumas aldeias.

"Estão ainda em construção o hospital geral e o hospital sanatório de Menongue, bem como os hospitais municipais de Mavinga, Dirico, Calai, Cuchi, Cuito Cuanavale e Rivungo", afirmou.

Para os próximos dias, frisou, está previsto o início das obras de construção do hospital municipal, pediatria e a maternidade do Cuangar.

o governador recordou que a região ganhou, recentemente, uma universidade denominada Cuito Cuanavale, com sede em Menongue, e faculdades no Cuito Cuanavale e Calai, cobrindo também, partes significativas da província do Cunene.

Aeroporto

Higino Carneiro anunciou a inauguração, ainda este mês, do aeroporto Comandante Kwenha, devidamente apetrechado e modernizado, a construção dos aeródromos do Rivungo, Cuangar e Calai, este último já asfaltado e operacional. o governador disse que esta em construção o canal fluvial do município do Rivungo e o respectivo porto e a ponte flutuante que vai permitir a ligação entre o município do Calai e a localidade namibiana do Rundu.

"Apesar das boas novas, continuamos ainda preocupados com o atraso no começo das

empreitadas para a construção e reabilitação das estradas nacionais, secundárias e terciárias", lamentou, salientando que dentro de alguns dias começa as chuvas, com as consequentes dificuldades no acesso aos municípios e comunas.

Água potável

Higino Carneiro destacou a melhoria no fornecimento, em qualidade e quantidade, da água potável aos cidadãos, no âmbito do programa "Água para todos". Referiu que a nova rede da cidade de Menongue vai permitir a instalação de 12 mil ligações domiciliárias, a partir do próximo mês o sistemas específicos, para o fornecimento de água potável, foram já aprovados para as sedes municipais, comunais e aldeias.

O governador anunciou a conclusão das obras de expansão da rede de baixa e média tensão da cidade de Menongue, que permitira a ligação a 12 mil residências, estão em curso, neste momento, acções para a instalação de um sistema de referência de energia eléctrica e iluminado pública na sede do Cuito Cuanavale, Cuchi e na comuna do Longa .

O governador recordou a assinatura, a 1 de Agosto deste ano, de um protocolo de entendimento entre a Empresa Nacional de Energia (ENE) e a NAMPOWER (Namíbia), para a aumento do fornecimento de energia eléctrica aos municípios do Cuangar, Calai, Dirico e a comuna do Mucosso, e estender o fornecimento para as localidades do Bondo-Caila, Buabuata, Jamba e Bico de Angola.

o governador referiu que apesar das crescentes iniciativas no âmbito do turismo, agricultura, pecuária empresarial e recursos minerais, ainda existem preocupações no que concerne a oferta de emprego.

Se estes projectos forem bem sucedidos, poder-se-á, gradualmente, ver satisfeitos os pedidos de emprego, como resposta as preocupações da juventude.

10.13 Chicombo Juventude tem novas casas sociais

Jornal de Angola
22 De Outubro 2014

A administradora municipal de Chicomba, na província da Huíla, Lúcia Francisca, anunciou que mais de 60 casas sociais do tipo T2 e T3, dos 200 fogos habitacionais previstos, foram construídas desde 2013, no âmbito do programa de desenvolvimento habitacional no município e são

entregues em Novembro próximo a funcionários do sector publico e privado.

As residências estão devidamente mobiladas e foram erguidas em áreas de 600 metros quadrados cada.

As infra-estruturas sociais foram construídas, 40 na sede municipal e 20 na comuna do Que, com o objectivo de oferecer maior comodidade aos beneficiários, cuja prioridade, numa primeira fase, recai para a juventude, antigos combatentes e veteranos da Pátria e, posteriormente, para os funcionários da Educação, Saúde e Agricultura e Desenvolvimento Rural.

A sua distribuição esta dependente da orientação do Governo Provincial, cujo concurso público para a selecção dos beneficiários decorre a bom ritmo.

O projecto continua, numa altura em que estão por se construir mais 140 residências em toda a extensão da municipalidade, no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP), de desenvolvimento rural e de combate a pobreza.

Famílias são transferidas

A administradora municipal de Mbanza Congo, na província do Zaire, anunciou na segunda-feira que a administração vai dar inicio, em breve, a transferência de famílias residentes em zonas consideradas de alto risco, para locais mais seguros.

Isabel landu Morena disse a Angop que a medida abrange as residências precárias construídas nas passagens de água, encostas e outros locais de risco, de modo a prevenirem-se acidentes e desabamentos durante a presente época chuvosa.

A secção de fiscalização já identificou as casas sob risco de desabamento nos arredores da cidade e cujas famílias vão ser encaminhadas para áreas mais seguras.

A medida inclui a distribuição de lotes de terreno para a autoconstrução dirigida. "Temos sensibilizado a população a dirigir-se as autoridades competentes, no sentido de solicitar 10tes de terreno em locais seguros, mas muitos preferem desobedecer e construir em zonas precárias", lamentou a administradora de Mbanza Congo.

Em relação ao saneamento básico, considerou ainda débil o serviço prestado por uma empresa privada, por excluir parte considerável dos bairros suburbanos na recolha de lixo e outros resíduos sólidos, assim como no tratamento de jardins.

Mbanza Congo

O município de Mbanza Congo, sede provincial do Zaire, tem cinco bairros: Sagrada Esperança, Álvaro Buta, Martins Kidito, 11 de Novembro e 4 de Fevereiro.

O município abrange as comunas sede, Luvo, Caluca, Calambata, Madimba e Nquiende, com uma população de 173. 850 Habitantes.

10.14 Menongue tem mais casas

Jornal de Angola

23 De Outubro de 2014

Mais de 200 casas de tipologia T3 estão a ser comercializadas, desde segunda-feira, no Bairro Tucuve, arredores de Menongue, no quadro do projecto de construção de fogos habitacionais nos municípios, em curso nas províncias do país.

As habitações, construídas numa área de 640 metros quadrados, foram inauguradas pelo governador do Cuando Cubango, Higinio Carneiro, que anunciou que cada casa vai ser vendida a um preço global de quatro milhões de kwanzas, pago um período de 30'anos, com um desembolso mensal de 11.0:i 1 kwanzas.

Higinio Carneiro disse que o Governo pretende, com este projecto, a melhoria das condições habitacionais das populações em toda a província.

Nos próximos dias, o Governo vai por a venda outras 75 casas no Cuchi, Nancova (60), Rivungo (50), Cuito Cuanavale (48), Cuangar (30), Dirico (20) e seis em Mavinga. Higinio Carneiro realçou que, em relacao a capital da província, Menongue, o Executivo aprovou a construção de quatro mil casas, que vai coincidir com a requalificação da zona urbana, prevendo-se, na primeira etapa, a edificação de 450 apartamentos, alem de outras infra-estruturas sociais.

O Cuando Cubango vive séries problemas de falta de habitação, principalmente nas sedes municipais e comunais, onde estão concentradas a administracao pública do Estado, salientou Q governador. Estas zonas não têm infraestruturas suficientes para albergar quadros do Governo e população em geral. Quanto aos requisitos para a obtenção de casas, o director provincial do Urbanismo e ambiente, Afonso Calei, disse existirem duas modalidades de acesso dentro do programa habitacional: através de pronto pagamento e em renda resolúvel.

As pessoas interessadas devem dirigir-se as instalações da direcção provincial do Urbanismo e Ambiente, levando consigo uma declaração de serviço, uma Fotocopia do Bilhete de Identidade e, posteriormente, a assinatura do contrato.

Afonso Calei acrescentou que as pessoas que não são funcionárias publicas devem contactar a sua instituição, para obter uma informação sobre as casas.

10.15 Concluídas dezenas de casas

Jornal de Angola
24 De Outubro de 2014

Um total de 244 residências, das 7.798 em construção na centralidade da Quilemba, arredores do Lubango já estão concluídas, garantiu ontem o director provincial do Urbanismo e Habitação da Huíla.

António Abílio referiu que o nível de execução global esta na ordem dos 53 por cento e as casas T3 e T4 foram concluídas com todos os serviços e estão prontas a ser habitadas. Actualmente, há um défice de quase 3.300 habitações, que ainda não foram construídas, razão pela qual considera fundamental determinar já o prazo da entrega das infra-estruturas em curso na centralidade.

Também esta em curso o processo de ligação dos principais serviços, com destaque para as condutas principais de distribuição de água potável.

10.16 Obras arrancam no próximo ano

Jornal: Jornal de Angola
25 De Outubro 2014

As autoridades do Zaire criaram as condições para o arranque, no próximo ano, da construção das novas urbanizações na província, que vão possuir edifícios de dez, cinco e três andares, além de vivendas e outros serviços sociais, como escolas, creches, hospitais, tribunal, policia, centros administrativos e quadras polidesportivas.

Uma equipa técnica chefiada pelo presidente do conselho de administração da Imogestin, empresa gestora das centralidades do país, Rui Cruz, avaliou quarta-feira as condições nos municípios de Mbanza Congo e Soyo, onde são erguidos mil e quatro mil edifícios.

"A exemplo das outras províncias onde os projectos ainda não se iniciaram, viemos dialogar com o Governo Provincial do Zaire, para conhecer as suas

preocupações e ideias sobre o inicio da edificação do projecto habitacional de Mbanza Congo e Soyo", frisou Rui Cruz, que expressou o desejo de concluir as questões burocráticas nos próximos meses, para poder come cara construção no inicio de 2015.

"Queremos começar o mais breve possível. Auguramos que nos próximos meses tenhamos indicações financeiras para o arranque das empreitadas", disse o gestor, que indicou que as informações recolhidas do governador Joanes André são analisadas por uma equipa técnica, para a concepção do programa de desenvolvimento habitacional, a ser apresentado ao Executivo.

O governador da província do Zaire disse que a população esta ansiosa quanto ao inicio da construção das novas centralidades."A centralidade do Zaire e uma das grandes preocupações da juventude. Trabalhamos com forca para chegar a conclusão, tendo em conta que o povo quer obter residência própria ", disse Joanes André a imprensa.

A administradora municipal de Mbanza Congo, Isabel Landu Morena, referiu-se as dificuldades habitacionais, tendo em conta a localização geográfica bastante acidentada. "A ideia e alargarmos a cidade para a com una do kiende e tenho a certeza de que, com os projectos em carteira das Obras Publicas e Urbanismo e os da Imogestin, temos o problema habitacional minimizado", referiu a administradora municipal de Mbanza Congo.

II. NOVEMBRO

II.1 Plano director aberto a contribuentes

Jornal de Angola
03 De Novembro de 2014

O projecto final do Plano Director deve ser entregue ate ao primeiro semestre de 2015.

A coordenadora do projecto, Neusa Ingles, disse que o projecto tem como base solucoes estrategicas para o desenvolvimento da provincia de Luanda. "Estamos a trabalhar com cinco consultoras que vao, cad a uma, dar o seu contributo para o exito do projecto", frisou.

Neusa Ingles disse que o seminario teve como base um conjunto de varios workshops que tem de ser feitos no ambito do Plano Director, para dar a populacao a oportunidade de contribuir com as suas ideias.

"Temos uma politica de engajamento para continuar a recolher contribuicoes e experiencias nas varias vertentes do desenvolvimento e congregarmos todas as informacoes para comecarmos a criar o Plano de Desenvolvimento para a Provincia de Luanda", disse.

A coordenadora do projecto do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda acrescentou que foram apontadas tres estrategias para o desenvolvimento de Luanda e todas sao preferenciais, porque e um conjunto de agregacao de informacoes das necessidades a nivel da populacao, economia e infra-estruturas urbanisticas.

Estrategias

o director do Gabinete Tecnico de Reconversao urbana do Cazenga e Sambizanga, Bento Soito, disse ser importante analisar qual das tres estrategias de construcao da metropole de Luanda e a melhor. "E prematuro dizer qual e a melhor opcao de construcao. Para o Cazenga e Sambizanga, a estrategia esta tracada. Pretendemos, numa primeira fase, fazer o realojamento deslocado para implantar as primeiras infra-estruturas e equipamentos sociais, mas sempre com a possibilidade dos cidadaos retornarem aos seus lugares de origem." Bento Soito disse que nesta fase de concepcao do plano o importante e saber as definicoes estrategicas do desenvolvimento da cidade, a sua integracao com as zonas circundantes e as provincias mais proximas, os seus eixos, a sua mobilidade, o seu uso e a integracao dos varios sectores da vida economica.

II.2 Mercado imobiliário regista período de expansão

Jornal de Angola
4 De Novembro de 2014

O mercado imobiliário angolano regista um novo período de expansão, com os segmentos de habitação e escritórios a dominarem a atenção dos investidores e clientes, afirmou em Luanda Francisco Barros, director executivo da Proprime.

Ao falar sobre a "Evolução do mercado imobiliário em Angola e perspectivas a médio prazo", na 12ª edição da Projekta Angola, Francisco Barros acrescentou que existem oportunidades de investimento transversais a todos os segmentos, com realce para o retalho e o imobiliário industrial.

O estudo, que este ano incidiu apenas sobre Luanda, com o foco virado para as novas construções, conclui que o mercado imobiliário na capital do país ganhou novo dinamismo com o projecto de requalificação da Baía de Luanda e o surgimento de uma classe media.

Além do aumento do poder de compra, concorre para esta procura mais alargada a crescente profissionalização da indústria imobiliária. O estudo refere que a criação de mecanismos e programas que impulsionam o desenvolvimento económico e social e que permitem satisfazer as necessidades da população no que diz respeito ao acesso à habitação, estão na base da elevação do sector.

Francisco Barros fez um retrato das fases pelas quais passou o mercado imobiliário em Angola e lembrou que, como em qualquer parte do mundo, o sector tem forte relação com a economia.

"Angola foi dos países que mais cresceu economicamente na última década, apesar de os últimos anos terem sido marcados pela incerteza, em virtude da crise económica internacional", sublinhou.

Angola teve dois momentos distintos. Um logo a seguir à conquista da paz, em que o Estado teve necessidade de investir em infra-estruturas. Com a crise financeira, o paradigma foi alterado e o sector privado, face à ausência de oferta, viu absorvido tudo quanto produzia.

Após a crise financeira, o mercado começou a absorver o produto imobiliário de modo mais lento e com maior cuidado, na procura da qualidade. "Este tem sido o caminho do sector imobiliário em Angola", notou Francisco Barros. O estudo prevê para o mercado uma evolução que deve continuar a basear-se na busca de qualidade e de valores mais

competitivos. O estudo esta dividido em duas fases. Uma a que se chamou "hardware" e outra "software".

Na primeira, o foco recaiu para o sector público, que promoveu a reabilitação e Criação de infra-estruturas face as alterações demográficas, que levaram Luanda a um crescimento galopante.

"Todas as cidades cresceram muito no final da última década. No sector privado, fruto do 'boom' económico que aconteceu nesses dez anos e a carência de produto imobiliário novo e com qualidade, toda a produção era rapidamente absorvida pelo mercado. Muitas das vendas eram feitas ainda com o projecto em planta", frisou Francisco Barros.

Após esse período, com auge em 2008 e 2009, entrou-se na fase, em que as necessidades de construção em massa passaram a ser menores e se privilegia a qualidade do produto.

No sector publico, a Criação do Fundo de Fomento Habitacional, a renda resolúvel e, dentro do Programa Nacional de Habitação, a importância que tem as novas centralidades, o programa das 200 moradias por município e os lotes para o autoconstrução dirigida são instrumentos fundamentais no actual contexto. "São ferramentas que o Estado esta a implementar e que vão proporcionar habitação e tornar o mercado mais abrangente, numa altura em que foram criados fundos de investimento imobiliário e sociedades gestoras, e se tem vindo a verificar uma crescente profissionalização do sector", referiu Francisco Barros.

Novas zonas residenciais

O estudo divide a cidade de Luanda em sete zonas: Baixa, Ingombota, Maianga, Luanda SuI, Benfica, Viana e Camama. "Em qualquer capital mundial, o centro da cidade e sempre o mais caro. O estudo, que começou no início de 2014 e ficou concluído no final do primeiro semestre, mostra que a tendência do mercado de Luanda e valorizar Camama face a Viana".

O estudo refere ainda que a zona de Camama tem-se afirmado como urna nova zona residencial. "A medida que nos aproxima-mos do centro da cidade, o valor por metro quadrado sobe, sendo a legalização dos terrenos um factor primordial no estabelecimento do seu preço e valor", referiu Francisco Barros.

O mercado de escritórios tem zonas bem distintas. No centro da cidade, o valor de um escritório novo ronda os 9.750 dólares por metro quadrado, havendo

um grande desfasamento para o produto isolado. Em Luanda SuI, p valor aproximado e de 6.700 dólares.

O mercado de escritórios tem registado bons níveis de procura, em especial por parte de empresas das áreas de finanças e petróleos.

"Se olharmos para a evolução dos preços dos escritórios, a tendência tem sido de descida, mas não muito acentuada. Por isso, ainda não atingiu níveis sustentáveis para maior parte da procura, salientou. No que respeita ao turismo, a evolução da actividade foi positiva, sendo considerada estratégica para a economia nacional. Por essência ancorada em hotel, a oferta imobiliária nesta área e ainda marcada por preços altos. Os valores não mudaram muito. Uma diária num hotel de três estrelas anda na casa dos 280 dólares e 500 nos de cinco estrelas, que só existem em Luanda.

Expectativas do retalho

O estudo refere que o retalho tem crescido, sobretudo com o aparecimento de novos empreendimentos na zona de Viana e Kilamba Kiaxi, o que gera expectativas em relação ao que vai acontecer com os preços, que continuam muito altos em Luanda, pois a procura e grande, mas existem poucos espaços com qualidade.

Os estabelecimentos em fase de construção, como é o caso de quatro centros comerciais em Luanda, vão suprir os grandes níveis de procura que se tem verificado nos últimos tempos.

Ao nível da indústria, o estudo considera três zonas em Luanda: Cacuaco, Sambizanga e Cazenga. A reconversão das duas ultimas vai fazer com que toda a industria ai existente deva ser retirada. Viana é apontada como aquela em que vai nascer uma nova oferta de empreendimentos logísticos, que vão dar suporte aos operadores do Cazenga e Sambizanga.

O fomento da industria de materiais de construção e a sua produção local vai garantir material mais barato para a construção, o que. Gera emprego e, em consequência, rendimentos para a população, que dessa forma cria condições para aceder a habitação.

A Proprime e uma empresa especializada em estudo do mercado e avaliação de activos e consultoria imobiliária. Todos os anos publicam estudos de mercado. Neste momento, acompanha 22 empreendimentos imobiliários, desde o estudo de viabilidade ate a sua concessão.

11.3 Cidades Modernas

Jornal Economia e Finanças
07 De Novembro de 2014

Governador de Luanda destaca a importância do diálogo na promoção de cidades harmoniosas.

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, defendeu, na passada sexta-feira, em Luanda, que a cidade deve tornar-se num motor de desenvolvimento económico, espaço de inclusão, diálogo e prosperidade.

Discursando no encerramento da conferência "Liderando as transformações urbanas", no quadro do dia mundial das cidades, referiu que as premissas do desenvolvimento económico e os promotores da vitalidade cultural e inclusão social passam por práticas que envolvem todos os cidadãos.

Gestão Urbana

Segundo a Angop, o governador de Luanda afirmou que a questão rural deve ser abordada com mais profundidade, recordando que grande parte da população, particularmente em África, vive em zonas degradadas a volta das cidades.

Fez saber que Luanda foi a província que durante o período de guerra mais cresceu e de igual modo mais sofreu com a problemática da invasão da população.

Segundo o governante, para que as cidades e os seus habitantes alcancem o desenvolvimento e a prosperidade almejados "é necessário um novo paradigma urbano que reconheça os contextos locais e esteja baseado no respeito pelas regras de convivência comum.

11.4 Novas urbanizações diminuem défice habitacional em Angola

Jornal: Economia e Finanças
07 De Novembro de 2014

O ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição Silva, disse que o Executivo angolano está empenhado no surgimento de novas urbanizações, fruto da implementação do programa nacional de urbanismo e habitação, para debelar o défice habitacional.

Ao discursar na conferência sobre "Liderando as transformações urbanas", realizada em Luanda, o ministro avançou que foi também traçado um amplo programa de urbanização e infra-estruturas de

reservas fundiárias, que resultaram na constituição de mais de 50.000 lotes.

Segundo revelou, estas infra-estruturas vão servir para o segmento da autoconstrução dirigida, um subprograma de requalificação e renovação dos bairros de génese informal.

No meio rural, o Executivo está a promover a construção de aldeamentos rurais auto-sustentáveis, no sentido de fixar as populações e reduzir o êxodo para as cidades de pequeno e médio porte e destas para as grandes cidades, sobretudo nas zonas do litoral.

Parcerias

Um esforço conjugado com as ações de parceria público-privada, cooperativas e outras instituições ligadas ao processo de construção de infra-estruturas, equipamentos públicos, serviços sociais visa ter cidades modernas, inteligentes, inclusivas e sustentáveis, frisou.

O ministro apontou que liderar a transformação urbana tem a ver com a redefinição do paradigma urbano para as gerações futuras, assim como inovar ideias para concretizar a cidade que precisamos.

Para atingir esses objetivos, afirmou o dirigente, deve continuar-se a envolver e capacitar todos os intervenientes no sentido de contribuírem com soluções criativas que possam melhorar o futuro compartilhado.

Cidades com segurança Pretende-se, a curto prazo, ter cidades mais seguras e limpas, com segurança incrementada, inclusive, a introdução de um policiamento ostensivo que pode em alguns casos reduzir a privacidade, com permanente vigia de lugares públicos com câmaras de TV.

Pretende-se no futuro criar cidades melhoradas que proporcionem uma vida melhor sem vandalismo, sem drogas, poluição ambiental e outras agressões urbanas para ajudar as pessoas a fazerem mudanças drásticas na maneira de pensar e agir uma forma de tornar as cidades motores de desenvolvimento económico e espaços de liberdade, inovação e prosperidade dado o crescimento urbano que coloca notável pressão sobre a necessidade de habitação, infra-estruturas, equipamentos e serviços básicos.

Segundo o ministro, para que se consiga que as cidades e os seus habitantes alcancem o desenvolvimento e a prosperidade almejada, é necessário um novo paradigma urbano, que reconheça os contextos locais e esteja baseado na relação de usos públicos e privados da terra, com

respeito pelas regras de conveniência comum e um sistema bem coordenado dos bens e equipamentos sociais.

Estas são as premissas do desenvolvimento económico e os promotores da vitalidade cultural e inclusão social. Na visão das Nações Unidas, espera-se que, em 2030, cerca de 3 mil milhões de pessoas, ou seja 40 por cento da população, venham a ter moradias adequadas, infra-estruturas e serviços tais como sistema de água e saneamento básico.

Cunene

Falando a imprensa, o vice-governador da província do Cunene, para as Infra-estruturas, Cristino Marido, disse que esta em curso naquela região a construção de 2.500 casas para sinistrados, das quais 500 estão já prontas e 90 serão destinadas para os antigos combatentes.

Entre os vários projectos habitacionais, esta igualmente em curso a construção de uma centralidade que terá 4.010 apartamentos, além do processo de distribuição de 1.107 lotes de terreno, destinados a auto-construção dirigida.

Cidades em crescimento

A representante das Nações Unidas para África, Mathias Spativiero, frisou que as cidades do continente africano estão em crescimento; contudo, aponta para a necessidade de melhor urbanização e saneamento básico.

A melhoria substancial da distribuição de água potável, distribuição de energia eléctrica e a redução paulatina dos Musseques são tidas como prioridades para uma vida melhor. Louvou os esforços que o Executivo angolano está a empreender com o surgimento de centralidades, auto-construção dirigida, assim como outros programas virados a melhoria da habitação.

11.5 Milhares de casas são postas a venda

Jornal de Angola

08 De Novembro de 2014

O Ministério do Urbanismo e Habitação vai autorizar em breve o processo de comercialização de 9.500 habitações construídas no âmbito dos 200 fogos por cada município do país, anunciou em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional da Habitação, João Pedro.

Falando a imprensa a margem do acto de abertura do primeiro conselho directivo alargado daquela instituição, João Pedro anunciou que cada habitação vai ter um custo total de compra de quatro milhões de kwanzas, a serem pagos em 30 anos, num sistema de renda resolúvel. O director geral do Instituto Nacional da Habitação lembrou que Presidente da República, José Eduardo dos Santos, deu instruções para a comercialização imediata das habitações que possuam todas as infra-estruturas concluídas.

As pessoas interessadas na compra de habitação podem dirigir-se aos Governos Provinciais, desde que tenham 18 anos e provem ter emprego fixo para suportar os custos. O Instituto Nacional da Habitação, afirmou, está a negociar com instituições imobiliárias para acompanhar o processo de comercialização das habitações. "Os jovens, agentes da Polícia Nacional, militares das Forças Armadas Angolanas, professores e profissionais da saúde vão receber uma atenção especial na altura da aquisição das habitações", disse. O programa de 200 fogos habitacionais por município, abrange 130 municípios de 17 províncias, tendo um grupo de técnicos do Instituto Nacional de Habitação visitado algumas localidades onde constatou a conclusão das infra-estruturas.

"O programa de 200 fogos por município não abrange a província de Luanda, por esta ter beneficiado de construção de grandes centralidades", esclareceu.

João Pedro garantiu que o Ministério do Urbanismo e Habitação está a trabalhar para o início do processo de comercialização e vai apresentar aos representantes provinciais, que participam no conselho consultivo, um instrutivo sobre as modalidades de aquisição de habitação e outras informações complementares.

11.6 Residências Do Condomínio Vila Vitória De 60 A 150 Mil Usd Sem Água E Luz Eléctrica

Folha 8

8 De Novembro de 2014

Os militares, viúvas de guerra e civis residentes no condomínio Vila Vitória, no município do Belas, em Luanda, dizem estar sem água potável e luz eléctrica desde que receberam as chaves das residências compradas a construtora grupo Tamar, no valor de 60 mil dólares. "É uma vergonha, uns pagaram USD 60.000 e outros 150.000,00 e afinal não têm condições de água e luz", lamenta uma moradora.

A presidente do Conselho de Administracao (PCA) da Tamar, Celeste de Brito, nega ter recebido os valores evocados, considerando as causas da reclarnacao, da exclusiva responsabilidade da Administracao local, por, alegadamente, nao constar nos contratos celebrados entre a Tamar e a empresa Perola-Verde, gerida por Generais das Forcas Armadas Angolanas (FAA), a obrigatoriedade de agua e luz, mas agora com a obra feita os contratantes exigem que seja a construtora, ao inves da Administracao de Belas.

"Ninguem pagou na totalidade as residencias, mesmo porque este nao e um condominio aberto, tem alguns associados da Perola-Verde que sao civis, desde que sejam associados do nosso contratante, nos acabamos cedendo a casa porque existem as modalidades de pagamentos, mas nao ha ninguem que tenha pago a totalidade das casas a Tamar, ao menos que o fizeram a Perola-Verde".

"o condominio Vila Vitoria esta com a maioria das casas fechadas ha mais de um ano e tem no maximo dez moradores, que estao la por questoes socia is. I-Ia uma viuva, o marido foi militar e quando faleceu nao tinha nem sequer onde fazer o obito, Cedemos-lhe a casa e acabou por ficar, as outras senhoras sao associadas da Perola-Verde, ha mais de dois ou tres anos, antes desta empresa do exercito ter celebrado contrato connosco, no entanto, oficialmente nao entregamos casa a ninguem porque nem sequer inauguramos o condominio", lembrou.

Na sequencia, Celeste de Brito explicou que a sua ernpresa constroi os condominios, segundo o contrato com a empresa "militar", que pagara a Tamar descontando nos salarios dos trabalhadores, "mas ate ao momenta que vos falo, nao recebemos nenhum financiamento, nenhum credito bancario, no condominio Persistencia temos 500 casas, e nenhuma T4 foi paga, na Vila Vitoria so recebemos um financiamento menor aos 50%, e nas provincias, tirando o Huambo nenhum condominio foi pago. Nos compramos os terrenos e construimos as casas com nosso dinheiro, e com alguns pequenos empreiteiros, que no final temos de os pagar", garantiu.

Quanto a luz electrica, agua potavel e saneamento basico, a PCA da Tamar alegou terem ja um plano urbanistico dos condominios, mas a carta de garantia contratual nao os autoriza realizar as tarefas clamadas pelos moradores, "o contrato ciarifica que os militares pagarao a construaao das casas, mas nao os asfaltos, hospitais, escolas e a colocacao dos PTs de energia ou agua potavel, dai a administracao de Belas ja ter cornecado a fazer alguns trabalhos neste sentido no interior do condorninio Vila Vitoria",

enumerou, este episodio promete e F8 continuara a acompanhar ate o seu desfecho.

"Muitas senhoras tiveram de vender herancas nas cidades, para comprar casas naquele que seria um dos mais luxuosos condominios de Luanda e agora vivemos como camelos, sem agua, luz electrica, asfaltos e passeios no interior do mesmo, isso e lamentavel para um condominio em que as casas T3 custam 60 mil dolares e as T4 150 mil respectivamente", desabafou uma moradora.

A ancia Eduarda Morais diz que para saciar a sede temos de adquirir agua mineral nas ruas e para lavar e limpar compramos aguas

das cisternas", disse, "Ja fui ter com a Tamar e a Perola-Verde, as duas empresas dizem estar a resolver, deram-me cinco meses que passaram ha muito", frisou. Elisa Barro e a mais antiga "e sempre senti-me bem porque ca tenho sossego, podia ir onde fosse, mas tenho sempre um local para estacionar a viatura, isso da-me uma paz de espirito extraordinaria, e realmente longe de tudo e de todos, mas sinto-me bem. Mas o importante agora e resolverem a pessima situacao de saneamento basico", disse.

11.7 Aldeia rural de Canaulo recebe primeiras casas

Jornal De Angola

09 De Novembro de 2014

As primeiras casas da primeira fase do projecto habitacional da aldeia rural de Canaulo, no municipio de Golungo Alto, SaD entregues no proximo mes, anunciou ontem o responsavel da empresa que executa as obras.

Mario Silva referiu ontem o projecto contempla a construaao de 256 casas tipo T3 e decorrem os trabalhos de acabamento das primeiras 130 casas, com a colocacao de portas,janelas, instalacoes electricas e sanitarias. De inicio estava prevista a construaao de residencias tipo T2 e T3 em areas de 45 e 50 metros quadrados, mas o plano foi todo moldado para T3.

A construaao de aldeias rurais e uma iniciativa para melhorar o nivel de vida das comunidades rurais. Projectos similares foram edificados na provincia de Luanda (em Caxicane e no Cacucaco), sob tutela do Ministerio da Familia e Promocao da Mulher.

A aldeia e uma de Canaulo e uma localidade habitada pormais de 500 pessoas, populacao que tem a agricultura como principal fonte de subsistencia.

11.8 Realçadas conquistas da Independência Nacional

Jornal De Angola

9 De Novembro de 2014

A Independência Nacional permitiu a execução de novas centralidades de diferentes modelos e características em distintas províncias do país, destacou o arquitecto Bento Soito, director do Gabinete Técnico de Reversão Urbana do Cazenga e Sambizanga.

Em declarações a Angop, a propósito do 39.º aniversário da Independência Nacional, que se assinala terça-feira, Bento Soito referiu que, fruto desta conquista do Executivo, o território angolano tem sido alvo de várias intervenções urbanísticas.

A aplicação do Programa nacional do Urbanismo e Habitação tem garantido o direito a habitação para todos, promovendo a construção de habitações para os agregados de renda baixa e média. Algumas das infra-estruturas nas distintas localidades contam já com parte do projecto finalizado e começaram a servir a população.

Os projectos habitacionais compreendem a construção de creches, escolas primárias e secundárias, estação de tratamento de água, central de captação, redes eléctricas, assim como áreas reservadas aos serviços sociais básicos.

Actualmente existem infra-estruturas já habitadas em Luanda, nas centralidades do Kilamba, Zango e Cacuaco, sendo implantados outros projectos habitacionais em vários municípios, como Caála (Huambo), Lossambo (Huambo), Sumbe (Cuanza Sul), Cuito (Bie), Dundo (Lunda Norte) e Quilomoco (Uige).

O Programa Nacional do Urbanismo e Habitação tem como objectivo promover a requalificação urbana, integrando a regularização fundiária, habitação, água, saneamento básico, energia eléctrica e ambiente.

Outro ganho foi o início do processo de reversão e qualificação das cidades no país. O projecto de reversão urbana do Cazenga e Sambizanga foi lançado em 2010, numa iniciativa do Presidente da República José Eduardo Dos Santos.

Bento Soito informou que requalificar, reabilitar e valorizar os centros urbanos e os assentamentos populacionais rurais, promovendo a fixação das populações com vista ao esbatimento das assimetrias regionais, constituem igualmente um dos objectivos do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação,

No quadro da requalificação na cidade de Luanda foram criados alguns gabinetes, citando como exemplo o Gabinete Técnico de Reversão Urbana do Cazenga e Sambizanga, Gabinete do Perímetro Turístico do Futungo e Gabinete Técnico da Orla Costeira. A centralidade do Kilamba foi concebida para se desenvolver em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados.

A de Cacuaco (mais de 20 mil habitações), Mussequê Kapari (mais de mil vivendas e 16 edifícios do tipo T2 e T3, com cerca de 400 apartamentos) e Zango (mais de cinco mil apartamentos e mais de cem prédios).

O Ministério do Urbanismo e Habitação prevê que até 2016 vão ficar construídos 150 mil novos fogos em todo o país, no âmbito dos vários projectos de reconstrução nacional em curso.

11.9 Existem projectos sem estudos ambientais

Jornal de Angola

12 De Novembro de 2014

O ambientalista Vladimir Russo disse que o Estudo de Impactes Ambientais (EIA) no sector da construção e habitação tem aumentado em Angola, como resultado da execução de projectos e programas de desenvolvimento mobiliário, entre os quais condomínios, prédios e obras públicas.

Vladimir Russo revelou que cem empresas sob controlo do Ministério do Ambiente se dedicam à consultoria ambiental que inclui "estudos de impactes ambientais muito bons" e auditorias ambientais.

Tendo em conta esta situação, o ambientalista alertou que a inexistência desses estudos pode resultar na degradação do Ambiente, incluindo a flora, fauna, qualidade de vida das populações e construções em áreas impróprias.

Os estudos de impactes ambientais existem não para proibir o desenvolvimento, mas para definir medidas e mecanismos que permitam atenuar e mitigar os potenciais impactes negativos e maximizar os positivos.

Vladimir Russo lamentou que existem ainda projectos desenvolvidos sem que sejam sujeitos a estes estudos, particularmente em províncias onde a prática da sua avaliação não está bem implantada em consequência, também, de uma fiscalização deficiente. "Em algumas províncias como Luanda, existe já um entrosamento entre o Ministério do Ambiente e o

Instituto de Planeamento e Gestão Urbana que exigem e fiscalizam o cumprimento da lei".

Com o evoluir da legislação, começam a surgir outros instrumentos legais que vão obrigar a desenvolver outros procedimentos, como os planos de gestão de resíduos, os planos de recuperação paisagística ou ainda os planos de monitorização ambiental.

"Os estudos mais complicados que envolvem técnicas de modelação, estudos de especialidade específicos ou que abrangem a adopção de linhas de orientação da Corporação Financeira Internacional são geralmente feitos em parceria entre empresas nacionais e estrangeiras" disse o ambientalista.

O mercado vai ajudar a criar regras mais claras para a qualidade dos trabalhos e a servir como modelo de avaliação da capacidade nacional de dar respostas aos projectos mais complexos, disse o ambientalista. E lembrou que os estudos de impactes ambientais servem para ajudar a definir um equilíbrio entre as necessidades de desenvolvimento e a protecção do Ambiente: "Apesar de haver um aumento na elaboração desses estudos nos últimos quatro anos, há ainda um entendimento de que são apenas feitos para a obtenção de uma licença ambiental".

Fiscalização do Governo

Vladimir Russo defendeu que cabe as autoridades governamentais, nomeadamente ao Ministério do Ambiente e aos Governos Provinciais, fiscalizarem a execução das medidas de mitigação, garantindo o cumprimento da legislação e a protecção do Ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

"A sociedade civil e as partes interessadas e afectadas pelos projectos têm também que ser mais interventivas e acompanhar a aplicação das medidas de mitigação", defendeu.

"Há cada vez mais interesse e compreensão por parte de algumas empresas que actuam em Angola na necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental, antes da execução de qualquer projecto", concluiu.

11.10 2014 É o pior ano

Novo Jornal

14 De Novembro de 2014

EXISTEM muitos sinais de preocupações em Angola, como a onda de criminalidade, a problemática do ensino e o atendimento nos hospitais, que deixam os angolanos e, em particular, os luandenses com os nervos à flor da pele. Mas

existe uma tragédia, que parece invisível, e que mata o dobro. São os acidentes que todos os dias se registam nas estradas do país e que espalham o luto pelas várias províncias. Só de Janeiro a Outubro deste ano, a Direcção Nacional de Viação e Trânsito registou 15.039 acidentes no país, que causaram a morte a 3.783 pessoas. Mais de duas mil ficaram feridas, muitas delas irremediavelmente afectadas para toda a vida.

Na maior parte dos acidentes, as vítimas são jovens. Vidas que se perdem sem qualquer sentido.

Segundo dados do ministro do Interior, Ângelo Veigas, em 2013, morreram mais de quatro mil pessoas, à razão de 12 mortos por dia nas estradas nacionais. Os números interpelam-nos e obrigam-nos a reflectir sobre o comportamento na estrada.

O Dia Mundial em Memória das vítimas das Estradas é lembrado todos os anos no terceiro domingo do mês de Novembro. A comemoração visa recordar as vítimas da sinistralidade rodoviária para que governos e cidadãos encarem de frente um problema global. Em Angola, a organização cabe à Direcção Nacional de Viação e Trânsito, que realiza um conjunto de acções em todo o país sobre esta temática, para despertar consciências e mudar comportamentos. A data, instituída pela Organização das Nações Unidas, serve pois para alertar todos, principalmente, as poucas pessoas que têm sorte e que ainda não foram atingidas por esta "doença social" e um tipo de violência que é absolutamente previsível e que pode ser evitado se todos colaborarem e respeitarem os conselhos deixados pela polícia e usarem a própria consciência, pensando que é preciso protegerem-se e protegerem o próximo.

Em Angola, tal como acontece no mundo, muitas são as famílias que já sofreram ou sofrem a perda de um familiar, de uma filha, marido, esposa, mãe, ou de um amigo, vítima de acidente rodoviário.

Incúria e Despreocupação

O Novo Jornal, neste final de semana prolongado, saiu à rua para ver como é que os angolanos comemoraram o 11 de Novembro, dia em que se assinalaram os 39 anos da independência, e chegou à conclusão de que a incúria e a despreocupação andam de mão dada com a condução.

Nas estradas de Luanda, durante os dias 8 e 11 foram registados 53 acidentes, de acordo com dados fornecidos pelo Comando Provincial de Luanda. A equipa de reportagem do Novo Jornal nas vias por onde passou deparou-se com vários acidentes, alguns com vítimas mortais.

A nossa jornada começou no município do Cazenga, por volta das 15h00. Logo chegados à zona da Frescanqol, deparámo-nos com um acidente, envolvendo duas viaturas Toyota, modelo 'hiace' que faziam serviço de táxi. Não houve vítimas mortais, mas duas jovens saíram feridas do embate, uma com 25 anos de idade e a outra com 31 anos.

Na zona da Cuca, também encontrámos um acidente sem vítimas. A mesma sorte não teve um dos intervenientes de um acidente no distrito do Sambizanga, na zona da Boa Vista. Um choque envolveu um camião e um veículo que fazia serviço de táxi! Um homem não resistiu aos ferimentos e morreu.

Já no município de Cacuaco, Novo Jornal passou por três acidentes e quatro atropelamentos, no momento em que muitos jovens da praia. Alguns deles apresentavam um indisfarçável quadro de embriaguez, mas mesmo assim pegaram nas viaturas e iniciaram viagem: esquecendo-se que conduzir naquele estado é como ter uma arma nas mãos.

Às 18h00, altura em que a reportagem chegou à via expresso, começou a escurecer e a situação na estrada torna-se ainda mais preocupante, com a falta de energia eléctrica, muita areia nas faixas de rodagem e os camiões a circularem pela direita.

Da zona da centralidade de Cacuaco até ao estádio 11 de Novembro, local onde terminou a reportagem, observaram-se mais três acidentes e cinco atropelamentos, dois deles com vítimas mortais.

Nos dois primeiros acidentes, os efectivos da Brigada Especial de Trânsito (BET) encontravam-se no local. Já na zona dos dois atropelamentos, dos quais resultaram

mortos, não se qualquer efectivo da polícia durante o período de tempo em que a reportagem esteve no local e isto apesar de vários contactos efectuados por algumas pessoas presentes junto da polícia da divisão do município de Belas e da centralidade do Kilamba.

Dados do gabinete de informação do Comando Geral da Polícia Nacional revelam que, de Janeiro a Outubro deste ano, registaram-se em todo o país 15.039 acidentes, mais 2.326 do que em igual período do ano anterior. A província de Luanda lidera, com 2.481 acidentes, seguindo-se Benguela, com 1.577 ocorrências, Huíla, com 1.481, Huambo, com 916, Lunda-Sul, 860 e Moxico com 824.

De acordo ainda com os dados da polícia, os acidentes registados provocaram 3.783 mortos, mais 597 do que em 2013 e 14.384 feridos, que também

correspondem a um aumento de 2.583, relativamente a todo o ano anterior.

O documento a que o NJ teve acesso revela ainda que os atropelamentos representaram 32% do total dos acidentes registados, seguindo-se os choques entre automóveis, 26% casos, choques entre velocípedes e motociclos, 18%, choque contra obstáculos fixos, 9% despistes, 9% e capotamentos, 6%.

Para assinalar o Dia em Memória das Vítimas da Estrada, a Direcção Nacional de Viação e Trânsito vai realizar, em todo o país, de hoje até ao próximo domingo, uma exposição de acidentes, que este ano estará instalada no marco histórico 4 de Fevereiro, no município de Cazenga, porque era desejo da DNVT que a actividade se estendesse à periferia da cidade, de acordo com o porta-voz da instituição.

Angelino Serrote disse ainda que para este domingo, 16, está agendada uma marcha de solidariedade com as vítimas da estrada, que vai partir da empresa da Frescanqol e vai terminar no marco histórico 4 de Fevereiro. A partir das 12h00 serão homenageadas as vítimas com um minuto de silêncio.

"Domingo vamos realizar uma marcha de solidariedade com todos aqueles que, mesmo não sendo vítimas mortais de acidentes, perderam um braço ou uma perna e estão diminuídos fisicamente. Vamos prestar solidariedade, bem como reflectir sobre aqueles que já partiram e que merecem o nosso respeito. E, às 12h00, vai observar-se a paragem do trânsito em todo o país, porque a actividade é em todo o território nacional", afirmou, acrescentando que, mesmo com as campanhas desenvolvidas pelo Estado angolano, ainda se registam muitos acidentes.

11.11 Funcionários da sonip burlam mais de 2 milhões de dólares na venda de casas

Jornal A Republica

14 De Novembro de 2014

O jornal "A REPÚBLICA" sabe que foram os funcionários da SONIP (SONANGOL Imobiliária) que venderam ilegalmente ou não os apartamentos da Cidade do Kilamba.

Tudo começou com abertura da atribuição dos apartamentos com um sistema visivelmente arcaico, começando com preços altíssimos, até a intervenção de Sua Excelência Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Seguidamente arquitectaram outra estratégia: chamavam "contemplação de

apartamentos", atingindo funcionários públicos com renda superior a 200 mil kwanzas. De seguida, começou a balbúrdia propositada para auferir dividendos na venda ilegal ou não dos apartamentos. Propositadamente abriu-se inscrições directas. Na altura, a SONIP, dizia que era a única forma encontrada de melhor vender os apartamentos, gerando enormes filas de pessoas, chegando a ter pessoas a dormir dias e dias no local da imobiliária no Kilamba. Tudo foi arquitectado de maneira a facilitar a traficância.

Foram 3 mil apartamentos vendidos ilegal ou não, mas a verdade é uma: nenhum apartamento foi arrombado, as chaves eram entregues pelos próprios funcionários da SONIP, com as seguintes tipologias: T 3 – 18 mil dólares, T 3 + 1 – 20 mil dólares, T 5 - 26 mil dólares.

Todos os funcionários da SONIP que comercializavam os apartamentos são sobejamente conhecidos e identificados, os intermediários também, indivíduos que manuseiavam muito dinheiro, usam carros de gama alta com as seguintes descrições: Nissan Jipe Chinês cinzento, Mercedes Top de Gama branco e muitos outros.

Tudo despontou quando a polícia descobriu a rede, fazendo que muitos deixassem de cumprir os pagamentos dos apartamentos vendidos com a incumbência dos seus chefes da imobiliária SONIP.

Os chefes, para não dar a entender, que estavam por detrás da situação perante a polícia e devido à reivindicação por parte de muitos indivíduos que já tinham o compromisso da atribuição das casas por parte da SONIP sacudindo o capote, começam um processo de despejo, com critérios altruístas para tentar resolver um problema que eles próprios criaram: venderam os apartamentos, comendo o dinheiro de milhares de indivíduos. Posteriormente, desalojam as pessoas, inventado o facto de não terem sido contemplados ou atribuídos os referidos apartamentos. Pergunta-se:

Quem negociou e vendeu os apartamentos aos ditos indivíduos ilegais, agora desalojados? Claramente que foram os mesmos indivíduos da SONIP ganhando milhões de dólares. O jornal "A REPÚBLICA" sabe que mais de 50% das casas foram vendidas nestas condições, principalmente os T 5, já no final de todo o processo de atribuição dos apartamentos.

Existem muitos apartamentos reservados, que só podem ser atribuídos com ordens superiores como se diz. Estes funcionários da SONIP não mexeram; os outros foram especulados, outros entregues a namoradas, muitas delas sem actividade laboral; por

isso é que existe fome no Kilamba, muita boa gente que não trabalha, têm imensas dificuldades alimentares.

Ainda assim, todo o processo de despejo é ilegal. As famílias acusadas de estar a residir ilegalmente devem responder em tribunal e ser permitida que se defendam como a lei exige, um processo e procedimento judicial sério e justo.

Despejadas mais de 100 famílias da centralidade do Kilamba

Mais de cem famílias acusadas de estarem a residir ilegalmente na Central idade do Kilamba, há um ano, começaram a ser despejadas a partir de hoje, quinta-feira, pela Polícia Nacional, por ordem judicial. De acordo com fonte policial citada pela Agência de Notícias de Angola, os agentes da corpo ração estão a cumprir com uma ordem do Ministério da Justiça, já que os supostos infractores foram notificados, no sentido de abandonarem os apartamentos num período de 24 horas, a contar do dia 08 do corrente mês.

Entretanto, estão a ser desalojadas as famílias residentes nos edifícios com a letra "W", com dez andares, onde os ocupantes são acusados de entrarem rompendo as fechaduras ou de outra forma fraudulenta, sem qualquer registo, nos ficheiros computadorizados da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), antiga responsável pela venda dos apartamentos das centralidades.

O presidente da centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, afirmou que a ordem de despejo é de responsabilidade do tribunal, por isso a administração não tem qualquer envolvimento na retirada destes moradores.

A administração não foi responsável pela comercialização das casas, então este tipo de acção foi responsabilidade da Sonip. Tomamos conhecimento que esta empresa há já um tempo estava a tratar de forma judicial de como retirar os infractores dos imóveis e chegou o momento", disse Joaquim Israel.

Por sua vez, o porta-voz da Sonip, Mateus Cristóvão, afirmou que esta a ser reposta a legalidades, pois um número elevado de apartamentos das centralidades do Kilamba, Zango e Cacucaco foram ocupados ilegalmente na passagem transferência para Imogestin.

Explicou que " muitas pessoas foram impedidas de entrar nos seus apartamentos porque foram ocupados ilegalmente, naturalmente o processo demorou algum

tempo e o que esta a decorrer é só o resultado desta acção de reposição da legalidade"

Alguns moradores abrangido no processo disseram terem pago, por via banco o contrato, numa quantia de oito a 14 milhões de kwanzas.

No princípio do corrente ano a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da Sonip sob acusação de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas não foram reveladas.

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacuo, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica).

As vendas foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos.

As habitações estiveram a disposição do público também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

11.12 Mau estado das vias provoca transtornos á população

Jornal Manchete

14 De Novembro e 2014

Ruas obstruídas ao trânsito automóvel devido a degradação avançada do saneamento básico, falta de iluminação, obras intermináveis ou abandonadas, são entre outros, os cenários que se verificam no dia a dia em muitas estradas de Luanda.

Todavia os cidadãos têm se queixado pelo estado crítico em que se apresentam as vias.

A situação se agrava com a chegada da época chuvosa, sobretudo naquelas que beneficiam de obras, o que torna impossível a circulação normal do trânsito.

Na rua Machado Saldanha, ao distrito do Kilamba Kíaxi, continua uma lástima, dizem os munícipes daquela circunscrição. Apesar dos vários apelos para quem de direito, no sentido de intervir para o melhoramento dela, mas a situação se mantém.

Nas mesmas condições se encontra a rua Ngola Kiluanje, a começar pelo bairro São Paulo, mas é na zona da Cípal, junto a passagem de nível até a rotunda da Cuca que a mesma está completamente esburacada. Os seus utentes consideram este

perímetro como a mais crítica ao longo do referido troço, pois não tem hora em que o trânsito não fica congestionado.

Na estrada de Cacuo, mais concretamente na zona da Refinaria de Luanda à Comarca Central de Luanda, as obras decorrem a passos de camaleão a cerca de dois anos e meio. Desde que os trabalhos começaram a ser executada, até ao momento não há vestígios que apontem para a conclusão para breve da mesma.

Outras situações que também tem contribuído bastante para a degradação das estradas em Luanda são os problemas do saneamento básico. Muitas vias não beneficiam dos serviços de limpezas periódicas. Dai que se notam acumulação de lixo e grandes quantidades de areia nas bermas, para além das águas residuais que invadem os asfaltos provenientes de esgotos obstruídos de residências. A falta de manutenção das vias, bem como a ausência de iluminação são outros factores, os quais os interlocutores à reportagem do *Manchete* apontaram como sendo uma das principais causas dos acidentes. Por último, manifestaram a necessidade de verem as novas políticas do Executivo de descentralização, sejam viáveis na resolução dos problemas das vias secundárias e terciárias.

Falando à margem da reunião que juntou esta semana o Ministério da Construção, o Governo Provincial de Luanda e os administradores municipais, o ministro da Construção, Waldemar Pires, fez saber que a execução de obras das vias terciárias passam a partir de agora, sob a responsabilidade das administrações municipais.

Segundo o governante, a intenção visa implementar novas estratégias no sentido de se criar um plano de acção imediato e resolver a questão da imobilidade rodoviária na cidade de Luanda, passando desta forma, a descentralização dos órgãos do poder local.

Neste momento já foram estudadas as principais vias que causam constrangimentos no trânsito automóvel na cidade de Luanda, disse Waldemar Pires, acrescentando que as mesmas serão imediatamente inseridos no programa de desconcentração onde se destacam as estradas das zonas periféricas nomeadamente os troços Benfica, Viana, Cacuo, as vias expressas Luanda/Viana e Luanda/Kifangondo, Estrada de Catete, a via que dá acesso ao Lar do Patriota, a Estrada Ngola Kiluanje, a Avenida Brasil que neste momento se encontra em obras e outras vias estruturantes já reabilitadas como as da Samba e 21 de Janeiro, mas que mesmas carecem de alguma intervenção visando a sua manutenção e conservação.

O encontro teve como pano de fundo, definir e atribuir limites de competências para as administrações municipais, no que diz respeito a execução de obras das vias terciárias.

11.13 Grupo empresarial investe nos móveis

Jornal de Angola
17 De Novembro de 2014

O governador de Malange, Norberto dos Santos, salientou sábado, em Luanda, a importância de se investir na exploração, produção e transformação da madeira no país.

Norberto dos Santos, que falava na inauguração da sede do Cipro Group pela Primeira-Dama, Ana Paula dos Santos, recordou que a província de Malange tem muita madeira e que a sua exploração é oportuna, pois o Governo gasta avultadas somas na aquisição de carteiras escolares.

O governador referiu que a produção de carteiras escolares é uma prioridade na província e que por isso é importante investir na produção e transformação da madeira e pensar na formação de quadros e criação de empregos.

"A província avança, a fábrica de açúcar já arrancou e em termos agrícolas, existem grandes empresas", afirmou.

O país, prosseguiu, continua a crescer e é hora de pensar na instalação de fábricas de móveis, o que é importante por permitir deixar de importar.

O presidente do Cipro Group disse que grande parte do mobiliário da empresa já é produzida em Angola e que a empresa tem já uma fábrica de serração, na qual trabalham mais de 150 angolanos.

Rui Ribeiro revelou que a intenção do grupo é produzir no país com a matéria-prima nacional e criar emprego. E que há quadros nacionais que em Portugal frequentam acções de formação. Na cerimónia de inauguração da sede do Cipro Group, no Pólo Industrial de Viana, estiveram presentes os ministros da Construção, Waldemar Pires, do Ambiente, Fátima Jardim, e das Pescas, Vitoria de Barros Neto.

Segundo dados a que o Jornal de Angola teve acesso junto de associações económicas, o país chega a gastar anualmente centenas de milhões de dólares na importação de mobiliário de países como a China, Dubai, Itália e Portugal. Com o potencial madeireiro

existente, o país devia produzir para abastecer o mercado e exportar móveis de grande qualidade, disseram as fontes do Jornal de Angola.

Os artesãos nacionais são constantemente ameaçados e sufocados pela obra proveniente da indústria estrangeira.

Angola e a Ilha da Madeira vão ser parceiros de Cabo Verde na sociedade de gestão do Centro Internacional de Negócios (CIN) que o Governo da Praia está a criar em São Vicente.

O presidente da Cabo Verde Investimentos (CV Invest) disse que o CIN, que deve ser operacionalizado no princípio do próximo ano, constitui "um importante instrumento de diversificação económica" e vai permitir também diversificar a própria procura e atracção de investidores para as zonas francas em São Vicente.

José Duarte afirmou que o CIN, em "fase final de operacionalização", vai ser instalado no Mindelo, capital da ilha de São Vicente, ultrapassados "alguns reveses", o principal dos quais ligado a falta de entendimento com a Sociedade de Gestão do Lazareto, arredores da cidade, onde havia um grande parque industrial.

"A Câmara Municipal de São Vicente, as câmaras de comércio e o próprio Estado obtiveram um excelente entendimento no sentido de superarmos a questão da concessão de terrenos no Lazareto", referiu. Vamos recuperar, declarou, a zona industrial e os accionistas ser incluídos num veículo nacional que vai com participar na estrutura de capital da nova sociedade gestora do CIN.

O presidente da CV Invest disse que o CIN conta com dois parceiros internacionais, "a Madeira, com o seu veículo madeirense, e Angola, também com o seu veículo de investimento".

O CIN, sublinhou, tem três pilares, duas zonas francas, uma comercial e outra industrial.

11.14 Casas sociais em construção

Jornal de Angola
15 De Novembro de 2014

O governador da província de Malanje, Norberto dos Santos procedeu no bairro da Quizanga, arredores da cidade de Malanje, ao lançamento da primeira pedra para a construção de 500 casas.

De acordo com o responsável da empresa construtora "Metrillin", Rogeiro Joaquim, numa

primeira fase são erguidos apenas 200 fogos habitacionais, num espaço de 25 hectares e posteriormente as outras 300 casas.

O governador Norberto dos Santos referiu que as primeiras 200 casas foram ofertadas pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

O governo da província de Malanje já tem disponíveis os fundos para dar sequência à construção dos restantes fogos habitacionais.

Garimpo de diamantes

Autoridades administrativas do município de Cahombo (135 quilómetros a norte da cidade de Malanje) estão preocupadas com a exploração ilícita de diamantes que se regista actualmente no sector de Cambo Camana.

A informação foi dada pelo administrador Francisco José, durante um encontro com as autoridades tradicionais, Polícia Nacional e membros da sociedade, que visou analisar a vida do município.

Francisco José afirmou que os munícipes devem cumprir o estabelecido na lei.

11.15 Requalificação dos arruamentos no Bairro Popular

Jornal de Angola
20 De Novembro de 2014

Maria Cambulo vive no bairro Popular há 17 anos, na Rua do Andulo. As obras criam muitos problemas mas ela diz que "o sofrimento vai acabar porque desde que vim morar nesta zona sempre tivemos problemas com a rede de esgotos".

O tempo da chuva "é de muito sofrimento porque as águas se acumulam na nossa rua e por não existir escoamento, invadem as casas", lamentou a moradora. Muitos moradores da zona são obrigados abandonar as suas casas inundadas e os estudantes do Instituto Médio de Economia do Kilamba-Kiayi também são obrigados a interromper as aulas.

"A falta de manutenção da vala de drenagem é outro problema, porque ela transborda e o lixo e as águas sujas invadem as casas e as ruas", acrescentou a moradora Maria Cambulo.

Imagem melhorada

Luís André também morador no bairro Popular, na Rua de Almada, salientou que a melhoria das vias secundárias e terciárias é benéfica porque vão acabar os problemas de saneamento básico: "vamos ter ruas e passeios em boas condições".

A iluminação pública também vai deixar de ser uma preocupação para os moradores do também conhecido por bairro neves Bendinha. A escuridão é amiga dos marginais e muitos moradores do antigo bairro de Luanda já foram vítimas de assaltos.

11.16 A espinhosa missão de urbanizar Luanda

Jornal: Novo Jornal
21 De Novembro de 2014

Fundada a 25 de Janeiro de 1575, a cidade de Luanda completa no próximo ano o seu 439º aniversário. Conta com uma população de 6.542.944 habitantes, de acordo com os dados preliminares do censo 2014, recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (00).

Alias, este último dado, segundo especialistas na matéria, devesse constituir-se no principal handicap da equipa técnica que trabalha no Plano Director de Luanda. Ou seja, o plano que esta a ser concebido terá de ter em linha de conta a explosão demográfica de que Luanda tem sido alvo, nos últimos tempos.

De acordo ainda com os dados do censo 2014, a cidade de Luanda concentra neste momento 26,8% por cento da população angolana. A capital do país apresenta uma densidade populacional de 34,4 pessoas por quilometro quadrado e também aqui onde se verifica a proporção mais alta da população em áreas urbanas (97,5%).

A questão do crescimento da população urbana tem sido motivo de preocupação das autoridades, que respondem pelo sector. Recentemente, por altura das comemorações do Dia Mundial das Cidades, assinalado a 31 de Outubro, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição e Silva, reflectem isso mesmo.

"Há cem anos, os moradores das cidades eram uma minoria da população global, mas hoje, em consequência do rápido crescimento e desenvolvimento urbano, nas próximas décadas, a população urbana vai dobrar em numero, representando quase três quartos da população do mundo", disse então o governante.

. URBANIZAÇÃO EM AFRICA. .;

As maiores áreas urbanas da África já apresentam tais problemas. Segundo dados da ONU referentes a 2010, as maiores aglomerações urbanas do continente africano são, respectivamente as seguintes cidades: Cairo (Egipto), com mais de 11 milhões de pessoas; Lagos (Nigéria), com 10,5 milhões e com perspectivas de assumir o primeiro lugar em breve; Kinshasa (República Democrática do Congo), com 8,7 milhões; e Joanesburgo (África do Sul), com 7,2 milhões de habitantes.

Todas essas cidades apresentam, ainda segundo a ONU, mais de 70% de suas populações urbanas concentradas em subúrbios, favelas e áreas irregulares ou marginalizadas.

Dados divulgados pela revista *The Economist* prevêem que, entre 2010 e 2025, as cidades que mais aumentarão em populações serão:

Dar es Salaam (Tanzânia), Nairobi (Quênia), Kinshasa (R. D. Congo) e Luanda (Angola).

Portanto, as perspectivas de problemas sócio-espaciais e até mesmo de convulsões sociais nessas cidades são muito grandes, a não ser que intervenções humanitárias, governamentais e internacionais actuem no sentido de amenizar os efeitos de uma urbanização acelerada nessas e em outras localidades do continente africano.

E NO MUNDO

O mais recente relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) indica que a população mundial e cada vez mais urbana, sendo que mais de metade vive em zonas urbanizadas, as quais se pode juntar mais 2,5 mil milhões, em 2050.

Actualmente, 54% da população mundial vive em áreas urbanas, uma proporção que se espera venha a aumentar para 66% em 2050. As projecções mostram que a urbanização associada ao crescimento da população mundial poderá trazer mais 2,5 mil milhões de pessoas, para as populações urbanizadas em 2050, com quase 90 por cento do crescimento centrado na Ásia e África, de acordo com o último relatório da ONU sobre o assunto.

A edição de 2014, do relatório "Perspectivas da Urbanização Mundial" (World Urbanization Prospects) produzida pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais (DESA), concluiu que o maior crescimento urbano terá lugar na Índia, na China e na Nigéria.

Esses três países contarão com 37 por cento do crescimento urbano, projectado a nível da população mundial entre 2014 e 2050. Para 2050, espera-se que a Índia acrescente 404 milhões de habitantes nas cidades, a China 292 milhões e a Nigéria 212 milhões.

A população urbana a nível mundial tem crescido rapidamente, passando de 746 milhões em 1950, para 3,9 mil milhões em 2014. A Ásia, apesar do baixo nível de urbanização. Integra 53% da população urbana a nível mundial, seguida da Europa com 14% e a América Latina e nas Caraíbas com 13%.

Espera-se que em 2045, a população urbana a nível mundial ultrapasse os 6 mil milhões.

Muito do esperado crescimento urbano terá lugar nos países das regiões em desenvolvimento, particularmente África. Consequentemente, esses países enfrentarão inúmeros desafios para atender as necessidades do crescimento da população urbana, inclusive, para a habitação, para as infra-estruturas, transportes, energia e emprego, assim como para os serviços básicos como a educação e os serviços de saúde.

Plano Director de Luanda está a ser coordenado pela empresa angolana Urbinveste. Inclui três planos de desenvolvimento da província de Luanda: o "Plano actual", "Luanda Este" e "Cidade Integrada", cada uma com as suas especificidades, tendo os responsáveis feito uma avaliação comparativa entre si.

A coordenadora do projecto, Neusa Inglês, considerou que as três opções tem múltiplas vantagens, tendo destacado "Luanda Este" e que de entre outras valências prevê expandir a cidade para Icole e Bengo, até ao Bengo e tornar a interligação mais rápida com um sistema de comunicação e de transporte moderno e diversificado.

"Queremos, antes mesmo de terminarmos a primeira parte do plano, receber de todos o maior número possível de contribuições, para se encontrar as melhores soluções que venham satisfazer em pleno os cidadãos". Assinalou recentemente a responsável durante um evento, que visou a apresentação do projecto à imprensa.

De acordo com Neusa Inglês, todos os serviços necessários da vida normal do cidadão estão a ser acautelados nesse projecto, nomeadamente a construção de novas escolas, hospitais, serviços de saneamento, transportes públicos centros de comércio, captação. Tratamento e distribuição de água, produção de energia, bem como a promoção de empregos próximo das zonas de residências.

A arquitecta e de opinião que se proteja o vale do Rio Cuanza e a Ilha do Mussulo, por se tratar de pontos atractivos para turistas, assim como desaconselha a atribuição de apartamentos em edifícios de mais de 12 andares, devido ao alargamento das famílias angolanas.

Na ocasião Neusa Inglês reiterou que a primeira fase do Plano Metropolitano da Província de Luanda será concluída no primeiro semestre de 2015.

A elaboração do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda começou em Dezembro de 2013, de acordo com a sua coordenadora, esta a decorrer como o previsto. Na primeira fase foram recolhidas informações e planos estratégicos em todas as vertentes do desenvolvimento de Luanda, como a parte urbanística, infra-estruturas, equipamentos sociais e económicos, de forma a dar-se uma solução orientadora e estratégica para uma visão até 2030.

Neusa Inglês fez saber, que tudo está a ser feito para que o projecto seja auto sustentável para suportar as suas despesas, entre as quais, ir em busca de meios financeiros no exterior do país ou a nível local.

Informou que para o êxito desta tarefa, estão empenhados todos os organismos privados, ministeriais, gabinetes de reconversão urbana e empresas contratadas para elaboração de planos municipais. "O projecto é composto entre outros, por pólos de centros históricos, corredor de desenvolvimento, áreas residenciais, industriais, educativas, culturais, de saúde, hotelaria, turismo e administrativas", indicou.

Sobre a rede viária e transportes públicos, apontou que constam do plano director a construção de estradas primárias, secundárias e terciárias, bem como estações principais (paragens de transportes), vias de alta velocidade, redes ferroviárias locais, vias rápidas de autocarros e marítima.

Na ocasião, o director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga, Bento Soito, também falou à imprensa, tendo ressaltado ser importante analisar qual das três estratégias de construção da metrópole de Luanda é a melhor,

"É prematuro, dizer qual é a melhor opção de construção. Para o Cazenga e Sambizanga, a estratégia está traçada, Pretendemos numa primeira fase, fazer o realojamento deslocado para implantar as primeiras infra-estruturas e equipamentos sociais, mas sempre com a possibilidade dos cidadãos retornarem aos seus lugares de origem", disse na ocasião.

O responsável adiantou ainda que nesta fase de concepção do plano, o importante é saber as definições estratégicas do desenvolvimento da cidade, a integração com as zonas circundantes e as províncias mais próximas, os eixos, a mobilidade, o uso e a integração dos vários sectores da vida económica.

11.17 Compradores continuam à espera das suas habitações na centralidade do Kilamba

Semanário Angolense

22 De Novembro de 2014

Cinco meses depois de o Despacho Presidencial n.º 131/14, de 11 de Junho, ter ordenado a Imogestim para suceder a Sonip na gestão das Novas Centralidades e Projectos Habitacionais do Estado, milhares de pessoas continuam à espera das suas habitações na nova Centralidade do Kilamba.

Dados disponíveis dão conta que o processo de transferência de pastas entre as duas instituições ainda não foi concluído, uma situação que tem vindo a causar um certo clima de mal-estar entre os inquilinos-compradores das referidas moradias.

«Dentre os milhares de inquilinos, muitos estão desesperados com o receio de não receberem as suas casas. Há suspeitas de que as mesmas venham a ser entregues a outras pessoas como, aliás, já aconteceu em situações anteriores», queixa-se um candidato a compra de uma casa naquela centralidade, que já efectuou o pagamento de um ano de rendas, mas que prefere falar na condição de não ser identificado.

O *Semanário Angolense* tem conhecimento da existência de uma Comissão de moradores denominada «2888», que surgiu em tempos para defender os interesses dos compradores-inquilinos, bem como servir de elo de ligação entre estes e a Imogestim.

O número «2888» é bastante sugestivo, já que se refere à quantidade de indivíduos que, apesar de terem honrado com o pagamento das suas rendas por um período de um ano, não foram contemplados na venda de habitações.

Mas soube-se que este número está longe de corresponder à realidade, já que existem mais inquilinos-compradores que não figuram entre os 2888 da primeira fase de vendas.

Uma fonte da referida Comissão revelou ao *Semanário Angolense* que estas cifras referem-se

apenas as pessoas cujos nomes foram publicados no Jornal de Angola, mas que não contemplava os demais que apresentaram as suas reclamações directamente a Sonip, após a divulgação das referidas listas.

Ha cerca de um ano, quando ainda o processo que se encontrava sob gestão da Sonip, esta empresa do ramo imobiliário da Sonangol, havia solicitado aos inquilinos que tinham sido preteridos para apresentarem as suas reclamações junto da empresa Delta, sua subcontratada. De lá para cá, não se tem informado do que foi feito com as reclamações apresentadas pelos inquilinos.

11.18 Banco concede crédito para imobiliária

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2014

O Banco Industrial e Comercial da China concedeu um empréstimo de 120 milhões de dólares (12 mil milhões de kwanzas) a Angola para ser aplicado no financiamento de um projecto imobiliário nos arredores de Luanda.

O crédito, refere um despacho presidencial, destina-se "à execução do projecto relativo ao contrato de empreitada de construção das infra-estruturas do perímetro desanexado do Futungo de Belas - Fase I".

Trata-se de uma área de 537 hectares, a 11 quilómetros de Luanda, em três fases de desenvolvimento, que foi objecto de um plano de ordenamento urbano a concretizar em dez anos, sobretudo assente no aproveitamento turístico.

No lançamento público, em 201 o custo do projecto foi estimado em 150 milhões de dólares (15 mil milhões de kwanzas). Além de habitação, equipamentos desportivos e turísticos e de comércio, o projecto prevê a reparação e construção de infra-estruturas de apoio, como abastecimento de água potável, electricidade e rede de saneamento básico.

11.19 Mercado ganha mais residências

Jornal de Angola

28 De Novembro de 2014

Cerca de 9.500 residências construídas no âmbito do subprograma de 200 fogos por município serão comercializadas em todo o território nacional, nos próximos meses.

A informação foi avançada pelo director do Instituto Nacional da Habitação (INH), João Paulo, quando discursava no I conselho directivo alargado da instituição, que a cidade de Luanda acolheu recentemente.

De acordo com o director, o processo de comercialização do subprograma terá início nos próximos dias, com a disponibilização de residências que possuem todas as infra-estruturas, tais como água, energia eléctrica e rede de saneamento básico.

Acrescentou que as casas serão comercializadas no sistema de renda a resolver, no valor de 4 milhões de kwanzas, a serem pagas durante 30 anos. Entre os beneficiários, os quadros da polícia, saúde, educação e das Forças Armadas Angolanas destacam-se.

"A orientação é para iniciarmos já com as vendas, estamos neste encontro com os chefes dos departamentos provinciais para analisar e criar condições para a operacionalização do processo de comercialização", disse.

O responsável referiu ainda, que a construção de 200 fogos em cada município do país, excepto a província de Luanda, surge do défice verificado das circunscrições longínquas das estruturas habitacionais.

O projecto é uma iniciativa do Executivo angolano no quadro do programa nacional de urbanismo e habitação, e constem igualmente do programa a construção das novas centralidades nas 18 províncias.

Progressos

No quadro deste subprograma, um total de 13.600 casas estão a ser erguidas na província do Huambo, sendo 1.600 nos municípios do Ucuma, Chinjenje, Longonjo, Cachiungo, Chical Choholonga, Mungo, Ecuinha e Londumbali.

Cerca de 3.000 estão a ser construídas no município do Bailundo, 4.000 na Caála, Na província do Zaire, perto de 35 casas sociais foram entregues, este ano, aos jovens do município do Nóqui. As referidas residências fazem parte do projecto de construção de 200 fogos habitacionais em cada município.

11.20 Futura cidade Praia de Santiago

Novo Jornal

28 De Novembro de 2014

Angola continua a registar o florescimento de projectos e iniciativas públicas e privadas

demonstrativas da dinamica de um país em franco desenvolvimento. Aparentemente em contra drculo economico, quando se faz ainda um balance da grave crise que ainda afecta a economia global, e enquanto países da Europa com grande historia procuram solucoes para fazer renascer quase das cinzas as suas economias, Angola continua a desenhar os trances do futuro, e cada vez mais atraves da iniciativa privada, levando que estes agentes se alinhem nas fileiras da politica governamental para o desenvolvimento, materia lizando projectos que visam a concretizacao de politicas sectoriais, nomeadamente os pianos de desenvolvimento sustentado, e desenham uma nova era. Angola ja nao se limita a politica da reconstrucao nacional, mas projects-se cada vez mais no futuro, atraves do dorninio do conhecimento e da tecnica, dando lugar ao aparecimento de projectos de grande envergadura como este que surpreendentemente vos damos hoje a conhecer.

A "Cidade da Praia de Santiago" apresenta-se como e um amplo projecto urbano orientado segundo prindpios de reservacao ambiental, que integra as vertentes de habitacao, comercio e services, varios complexos turfsticos de grandes dirnensoes, campo de golf de 18 buracos com capacidade para acolher provas do circuito internacional, modernos edificios administrativos e corporativos. A este manancial junta-se a area multifuncional que agrega varies complexos de ensino, centros empresariais, incubadora de empresas, parque de exposicoes, duas marinas atlanticas, heliportos, centro hospitalar, espacos culturais e desportivos, casinos, tudo integrado numa malha urbana que privilegia as espacos verdes e mais de 5 kms de zona balnear, e ainda a maior parque de diversoes de Africa.

As areas residenciais junta-se um programa turistico bastante complexo, transformando-se num grande polo turlstico, composto pela crlacao de unidades hoteleiras de referenda, uma trilogia unica, que congrega turismo de massas, internacional e nacional, com a criacao do maior parque de diversoes de Africa, um campo de golfe com 18 buracos, desta forma criando milhares de pastas de trabalho directos e indirectos.

A estas valencias juntam-se ainda, uma plataforma multifuncional projectada para constituir um "cluster" empresarial, tecnologico e logfstico, preparado para as desafios das novas eras, procurando colocar Angola no mapa do desenvolvimento tecnologico africa no.

Tudo isto se desenvolve numa area urbana que perrnita a coabitacao destas diferentes actividades com a total respeito das preocupacoes ambientais, e proporcionando um ordenamento territorial

organizado, onde a relacao com a mar culmina com criacao de duas marinas, totalmente inseridas na logica de uma cidade atlantica, que conta com cerca de 5 kms de praia.

Numa frente marítima que da lugar a uma imagem urbana surreal ista, onde se destaca a relacao entre dificios corporativos, residenciais, a praia e as "resorts", numa imagem de conjunto que nos tras a memoria exemplos como a Dubai ...

Este conjunto urbano contempla ainda a crlacao de um centro de negocios, proporcionando uma plataforma de fixacao de grandes empresas nas areas financeira e serviços globais, catalisando e projectando as actividades economicas e financeiras.

A cerca de 16 km's de Luanda, as solucoes de transportes desempenham um papel fundamental, permitindo uma liga~ao marítima englobada no mapa de transportes de Luanda, a ligacao por via aérea através de hellportos, complementando o papel das infra-estruturas terrestres ja existentes, dada a sua localizacao privilegiada. Factor preponderante na circulacao de pessoas e bens.

Contribui para isto, o facto de se localizer no ponto intermedio entre o actual porto de Luanda, o futuro porto de aguas profundas do Dande, e a ligacao directa ao futuro aeroporto internacional, fazendo desta uma localizacao por excelencia para os variados fins.

Parece desta forma, que cada vez mais se legitima a exequibilidade do plano de desenvolvimento e sustentabilidade de Luanda, na sua vertente de expansao a norte da Capital, dando lugar a um núcleo urbano que prima pela sua singularidade e prestígio.

A execucao deste projecto deve-se ao talento e ao empenho de uma equipa multidisciplinar, que leva a cabo a planificacao deste empreendimento, cuja inicio tem lugar na visao de um empresário Angola no que se apresenta como um empreendedor, que inicia o processo em 2007, cuja fase de estudo ja conhecemos.

O engenheiro Joaquim Fernandes, detentor dos direitos superficiarios da area envolvida, pelo Ministerlo do Urbanismo e Habitacao, e no ambito da sua actividade empresarial que desenvolve no capitulo da construcao e obras publicas, reúne uma equipa de projectistas, aqui liderada pelo arquitecto Adelino Barreiros, que vem desenvolvendo os estudos inerentes a este projecto. Surpreende que neste caso exista capacidade instalada numa empresa angolana para a execucao de um projecto desta envergadura.

Ao caracter visionario reconhecidas, junta-se o dinamismo da empresa Aluperfil, que a partir da sua sede no Cacuaco, desenvolve varios projectos, tambem dos quais podemos destacar o Centro Empresarial do Cacuaco - Cacuaco Business Park - e dentro do capitulo das obras publicas temos o exemplo dos mercados como o Mercado do Artesanato do Cacuaco, Mercado do Kifangondo, entre outras

Programa de Controlo Ambiental

Em plena Costa Atlantica, a linha de costa compreende a Praia, Marina, Avenida Atlantica, Espacos de fruição e lazer, Edificios Corporativos, Comercio, Habitacao e Heliporto, A Baixa, organizada segundo uma Praca Pedonal, engloba Hotels, Comercio/Servicos e Habitacao, GOLF RESIDENCE - inserido num campo de golfe oficial de 18 buracos, surge o nucleo habitacional, conciliando: Desporto, Lazer, Qualidade de Vida.

A sua localizacao permite desfrutar da proximidade do mar, aliando a vivencia privada as caracteristicas de um campo de golfe com capacidade para acolher provas do circuito internacional.

A oferta habitacional multiplica-se por solucoes de habitacao coletiva, condominios tematicos e habitacao unifamiliar.

A cada solucao corresponde uma morfologia propria de acordo com o tecido urbano e paisagem natural. Sao exemplo disso os nucleos: Casas do Rio, Casas de Golfe, Patios de Santiago, Condominio Marina, Varandas de Santiago.

a potencial turistico do empreendimento, baseado no privilegio da sua frente maritima singular, favorece a implantacao de unidades hoteleiras e servicos satelites de elevado nivel.

A ligacao maritima e helitransporte, fazem desta frente oceanica um destino unico na area metropolitana de Luanda.

A proximidade do futuro porto de aguas profundas e a rede viaria existente e prevista, sao facto respreponderantes na estrategia de criacao de um polo logstico, comercial e industrial.

A coabitacao com os servicos e a mancha habitacional, permitem a sinergia entre a cidade e os polos de desenvolvimento cientffico, logstico, comercial e industrial.

12. DEZEMBRO

12.1 Cabinda tem nova urbanização

Jornal de Angola
02 De Dezembro de 2014

A urbanização de Chibodo, arredores da cidade de Cabinda, tem já disponíveis mil e dois apartamentos do tipo T3 e T 4, anunciou o presidente do conselho de administração da Imogestín, Rui Cruz. A venda das habitações esta para breve.

Rui Cruz esteve em Cabinda para constar a real situação dos projectos habitacionais na província, sob gestão da SONIP e do Gabinete de Reconstrução Nacional, transferidos por decisão do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, para a gestão da Imogestín.

Os apartamentos da urbanização de Chibodo começar a ser comercializados logo que sejam ultrapassados alguns problemas ligados a energia eléctrica, água e aos sistema de drenagem de águas pluviais. Rui Cruz anunciou que os preços vão ser fixados pelo Executivo depois de apreciar o relatório que foi produzido pela Imogestín.

Na companhia da governadora Aldina da Lomba, os responsáveis da Imogestín, além da urbanização de Chibodo, visitaram também o espaço onde vai nascer a centralidade de Cabinda, com quatro mil moradias.

12.2 Clientes continuam sem casas dois anos depois

Jornal de Angola
06 De Dezembro de 2014

Os 2.888 clientes inscritos para a aquisição de habitações nas centralidades do Kilamba e do Zango, que sobraram da primeira fase, estão desgastados com a falta de Solução para o seu problema quase dois anos depois do pagamento da primeira prestação e exigem a entrega imediata das casas.

As reclamações surgem depois dos representantes deste grupo de lesados terem reunido com as direcções da Sonip e da Imogestín para se inteirarem da sua situação e saberem para quando a entrega das casas. Estas movimentações dos representantes da "Comissão dos 2.888" surgiram depois de saberem que o Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, criou, a 10 de Junho de 2014, por Despacho Presidencial, uma comissão para proceder a transferência para a esfera do Estado e fazer o

balanço da situação operacional e patrimonial dos projectos habitacionais do Programa Nacional do urbanismo e Habitação, que se encontram sob a gestão da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) em todo o país.

Esta posição do Chefe de Estado foi reforçada a 22 de Agosto de 2014, quando, numa visita a Centralidade do Kilamba, revelou que a Sonip ia transferir todas as suas responsabilidades para a empresa Imogestín que, terminado o processo de transferência, ia anunciar as regras para o recomeço das vendas dos apartamentos e vivendas que estão em fase de conclusão, o coordenador adjunto da "Comissão dos 2.888", Jean Paul, explicou que os clientes lesados decidiram organizar-se e enviar uma carta ao secretario de Estado do Tesouro, com conhecimento aos secretaries de Estado da Administração do Território e da Justiça, ao presidente do conselho de administração da Imogestín presidente da Comissão Executiva da Sonip, a Casa Civil da Presidência da Republica e a directora do INADEC, na qual pediam um esclarecimento sobre "o tratamento que mereciam estes 2.888 clientes, de mãos atadas face a falta de respostas",

Jean Paul disse a este jornal que "a nossa comissão reuniu-se com a directora comercial da Sonip, Deolinda Senna. Fomos informados de que a Sonip já não tem qualquer responsabilidade no processo, pelo que devíamos aguardar por uma comunicação do presidente da Comissão Executiva da instituição", o presidente da Comissão Executiva da Sonip, Orlando Veloso, enviou uma carta a "Comissão dos 2.888", remetendo para a Imogestín as responsabilidades e assume a disponibilidade em proceder ao reembolso dos valores aos clientes que assim o pretendam.

"A Comissão criada pelo Presidente da Republica tinha 90 dias, a contar de 9 de Junho, para concluir o processo de recepção dos projectos habitacionais e respectivas responsabilidades, estando, ate ao momento, com um atraso de meio ano, sem, em momento algum, ter comunicado as pessoas que pagaram e não receberam ate hoje as suas habitações", acrescentou Jean Paul.

A "Comissão dos 2.888", reuniu-se com o presidente do conselho de administração da Imogestín, Rui Cruz, tendo este explicado que estava a trabalhar para confrontar a informação recebida da Sonip com a dos beneficiários. "Por isso, Rui Cruz propôs a comissão que recebesse os documentos dos seus membros e os remetesse para Imogestín", disse Jean Paul.

A comissão conseguiu organizar 2.010 processos, dos quais 1.379 da lista dos 2.888 e 631, cujo nomes nunca chegaram a ser actualizados pela Sonip.

"Tentamos, a 6 de Novembro, uma audiência com o presidente do conselho de administração da Imogestin, mas fomos informados de que não tinha disponibilidade para receber-nos. A 13 de Novembro, enviamos um relatório ao secretário de Estado do Tesouro, mas mantêm-se o silêncio", disse Jean Paul.

A situação vai de mal a pior, pois as rendas das casas onde habitam actualmente estão no fim e não estão disponíveis para pagar novos arrendamentos. "o ano escolar das crianças esta a terminar, pelo que precisamos de saber se vamos inscreve-las nas escolas do Kilamba ou não, Continuam a fazer-nos descontos porque, para aderirmos ao processo de compra das casas, recorreremos a créditos bancários. Acima de tudo, estamos ha dois anos a espera das nossas habitações, um direito que nos assiste", disse Jean Paul, que representa os outros clientes.

A "Comissão dos 2.888" considera que tem direito as restantes casas da primeira fase do Kilamba e do Zango e não as da segunda fase, uma vez não corresponder aquilo que os beneficiários pagaram para receber. Os beneficiários dizem estar "num estado de extrema frustração", uma vez que, depois de dois anos de espera, não foram ate hoje cumpridas as promessas de entrega ate ao último trimestre do corrente ano. Ate ao momento, não existe uma informação concreta sobre como e quando as entregas vão começar a ser feitas.

O Jornal de Angola procurou, mas em vão, ouvir a Sonip e a Imogestin, para levar a informação ao publico sobre em que pé se encontra o processo de transferência, relativo a comercialização das casas das centralidades em Luanda, da Sonip para a Imogestin.

Depois de ter feito varies telefonemas, a nossa reportagem remeteu um questionário para a Sonip e a Imogestin. Uma das questões e saber quando e quem vai - a Imogestin ou a Sonip - resolver o problema das pessoas que continuam a espera das suas casas. o silencio continua.

12.3 Casas no Cuando Cubango

Jornal de Angola
07 De Dezembro de 2014

Consultores da Casa Civil da Presidência da República inteiraram-se em Menongue, capital do Cuando Cubango, do projecto para a construção de moradias com quatro pisos, na zona ribeirinha do bairro Vitória, junto ao rio Kwebe.

A equipa de consultores, que visitou a região no final de semana, é composta por Sandra Miranda e José Manuel, que trabalharam com o vice-governador para área técnica e infra-estruturas, Joaquim Malitchi. Os consultores, que fazem o acompanhamento do projecto estruturante das obras, trabalham trimestralmente com a empresa executora da empreitada, Andrade Guterrez, e a fiscalizadora Soenco.

João Dinheiro, coordenador do projecto da zona ribeirinha, disse que a visita consistiu na avaliação do andamento das obras, tendo adiantado que a aplicação do projecto decorre de forma satisfatória. Na área de implantação do projecto são construídas 12 moradias com quatro pisos cada, que correspondem a 32 apartamentos de tipologia T2, para o realojamento de famílias que se encontram

junto da zona ribeirinha. Depois da conclusão de 32 apartamentos, garantiu o responsável, são construídas 150 moradias na localidade do Kwenha, arredores da cidade de Menongue, entre as quais 20 da tipologia T3, acabadas, e 120 evolutivas, para as famílias realojadas.

Esta zona do Kwenha mereceu igualmente a visita dos consultores das empresas envolvi das e do vice-governador do Cuando Cubango para os serviços técnicos e infra-estruturas.

12.4 Edifício ANAGOLA é habitado a partir deste mes

Jornal de Angola
09 De Dezembro de 2014

A Administração do Distrito Urbano do Sambizanga já identificou as famílias que, no dia 20 deste mes, vão ocupar os apartamentos do prédio Anangola, que marca, na prática, o inicio do processo de requalificação do Bairro Operário.

Em comunicado, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que gere os distritos urbanos do município de Luanda, informou que as famílias que vão ocupar o novo edifício são as que vivem entre o perímetro que liga a Alameda Manuel Van-Dúnem, nos Combatentes, e a Rua Príncipe Real, no Miramar.

A transferência, lê-se no comunicado, vai acontecer no dia 20 de Dezembro, pelo que já esta em curso o processo de entrega de notificações porta a porta, no período da manha.

A administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Mara Baptista, informou, na manha de ontem, a Rádio Luanda, que os primeiros que vão ocupar o

edifício são moradores que vivem há muitos anos no Bairro Operário, Já começaram a ser notificação ' dos por funcionários da Administração do Distrito Urbano do Sambizanga, que se apresentam com o cartão de identificação da instituição pública.

"Os apartamentos estão prontos e estamos em condições de fazer a transferência de moradores para o novo edifício", garantiu a administradora do Distrito Urbano do Sambizanga.

Mara Baptista salientou que os moradores que vão ocupar o novo edifício são os titulares da casa principal, enquanto os que vivem nos anexos vão para o Zango, a partir de Janeiro do próximo ano.

"Sabemos que, com o andar do tempo, os nossos filhos constituem famílias e algumas dessas famílias vão para os anexos, que nos construímos nos nossos quintais", disse a administradora, quando falava das razões da transferência para o Zango dos agregados familiares dos titulares das casas principais.

Requalificação do bairro

o processo de Requalificação do Bairro Operário saiu do papel há mais de quatro anos quando, oficialmente, começou o processo de registo dos moradores do bairro. Durante o processo, as autoridades locais garantiram, em algumas reuniões com a Associação dos Amigos e Naturais do Bairro Operário, que ficava acautelada a situação reinante nas famílias tradicionais do bairro que, resultante do deficit habitacional que o país viveu durante anos por força a guerra, construíram anexos, ocupados por membros dos agregados familiares.

o registo foi realizado duas vezes, a segunda das quais, feita no ano passado já por funcionários do Governo Provincial de Luanda, serviu para certificar o trabalho realizado por uma empresa privada que havia sido contratada para iniciar o processo de registo, que foi acompanhado pela Associação dos Amigos e Naturais do Bairro Operário.

Visita do Presidente

No penúltimo dia de Agosto, o Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, visitou o primeiro edifício do projecto de requalificação do emblemática Bairro Operário, o Chefe de Estado foi recebido pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares, que se encarregou de dar explicações sobre as fases do projecto de Requalificação do Bairro Operário e das funcionalidades do edifício, que deve receber 150 famílias.

O edifício, com apartamentos do tipo T3 e T4, dispõe de dois parques de estacionamento, cada um com uma capacidade para 32 viaturas, e pelo menos sete lojas. O Empreendimento, de 16 andares, ocupa uma área de 20 hectares. Elaborado em 2004, o projecto de Requalificação do Bairro Operário tem como objectivo melhorar as condições de habitação, com espaços planeados para densidades apropriadas, obedecendo aos padrões urbanos internacionais.

o projecto de requalificação do antigo bairro de Luanda inclui a criação de postos policiais, serviços médicos, equipamentos desportivos e recreativos, arruamentos, redes eléctricas, de abastecimento de agua e drenagem de aguas residuais. o Executivo espera concluir em 2015 um vasto programa de requalificação dos bairros Cazenga, Rocha Pinto, Sambizanga, Rangel e Marçal, de acordo com o Ministério do Urbanismo e Habitação, A melhoria da rede rodoviária, do fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de agua e de equipamentos sociais são as metas da requalificação urbana.

12.5 Antigos militares receberam lotes

Jornal de Angola
10 De Dezembro de 2014

Militares com deficiência visual receberam terrenos para a autoconstrução dirigida no bairro da Vila Matilde, arredores da cidade de Malanje. Os espaços foram cedidos pela Administração Municipal de Malanje estão loteados facilitando, assim, edificação das habitações para os deficientes. A iniciativa insere-se no âmbito de um protocolo assinado entre a Administração Municipal de Malanje e a Direcção Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que prevê ajuda aos seus assistidos no domínio habitacional.

Na ocasião, a administradora municipal adjunta de Malanje para a área técnica, Ernestina Miguel, considerou oportuna a entrega dos lotes aos deficientes visuais, porque vai permitir que tenham uma casa própria para viverem com as suas famílias. A Administração Municipal vai continuar, segundo Ernestina Miguel, com o processo de entregar lotes para construção a pessoas que não tenham ainda habitação própria.

A entrega de terrenos é um processo que está em marcha há algum tempo e que vai prosseguir, porque muitos cidadãos ainda carecem de espaços para a edificação de casas e outras infra-estruturas sociais.

Emílio Domingos, representante dos antigos combatentes e veteranos da pátria, manifestou em declarações ao Jornal de Angola a sua satisfação pela distribuição de lotes aos antigos militares com deficiência visual e prometeu fazer tudo para a preservar as futuras habitações.

Defendeu, igualmente, a construção de mais escolas e centros de saúde, bem como a disponibilização de serviços de fornecimento de água potável e energia a todos os bairros onde vivem deficientes.

12.6 Comissão coordena projectos habitacionais

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2014

O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, criou por despacho uma comissão para o acompanhamento, coordenação e integração das acções dos diversos departamentos ministeriais nos projectos habitacionais.

A comissão é coordenada pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, e integra os ministros do Urbanismo e Habitação, José da Silva, das Finanças, Armando Manuel, da Administração do Território, Bornito de Sousa, da Energia e Águas, João Baptista Borges, assim como o presidente do conselho de administração da Empresa Imogestín, Rui Cruz.

O coordenador da comissão de acompanhamento pode convidar responsáveis de outros organismos públicos para participarem nas reuniões sempre que se justifique. A comissão é assistida por um secretariado técnico, a indicar pela entidade gestora. O Coordenador da comissão deve trimestralmente submeter ao Titular do Poder Executivo o relatório sobre as acções realizadas pelos departamentos ministeriais. No despacho, o Presidente da República extingue a comissão criada ao abrigo do Despacho Presidencial número 131/14, de 11 de Junho, que deve remeter toda a documentação recebida ou a receber da consultoria a nova entidade gestora. Revoga toda a legislação que contraria o disposto neste diploma, que entra imediatamente em vigor.

12.7 Imogestín indica em Janeiro os locais de atendimento

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2014

Falando em conferência de imprensa, Rui Cruz garantiu que os cidadãos e organismos nesta situação "são os primeiros a serem atendidos", desde que comprovem que os processos de candidatura junto da Sonip e da Delta Imobiliária foram regularmente constituídos.

As reclamações, disse Rui Cruz, caso não tenham sido já submetidas a Imogestín, devem ser apresentadas através de comissões, entidades laborais ou outras formas de representação que agrupem os interessados em função dos projectos habitacionais para os quais apresentaram as suas candidaturas.

"A Imogestín atempadamente vai divulgar as condições de acesso e os preços de venda ou arrendamento das habitações, lojas e terrenos após aprovação pelo Executivo", disse Rui Cruz, acrescentando que as candidaturas a compra ou arrendamento são abertas a medida que for concluída a construção das habitações, lojas e as infra-estruturas.

Actividades da Sonip

o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, assinou um Decreto que põe fim às actividades da empresa Sonip nos domínios da gestão, construção, vendas e outras formas de transmissão de habitações, espaços comerciais e activos imobiliários de projectos que integram o Plano Nacional de Urbanismo e Habitação.

No decreto, o Titular do Poder Executivo indica a Imogestín para, em representação do Estado, proceder à gestão da construção e das vendas ou outras formas de transmissão das habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários que venham a ser integrados no Plano de Desenvolvimento Construtivo e Comercial dos Projectos Habitacionais. A Sonip tem oito dias para entregar à empresa Imogestín toda a documentação e informações em sua posse, relativamente aos projectos habitacionais. Posteriormente, a Imogestín vai submeter à apreciação do Executivo o Plano de Desenvolvimento Construtivo e Comercial dos Projectos Habitacionais, "sem prejuízo do disposto no Despacho Presidencial nº 131/14, de 11 de Junho, relativamente às centralidades do Kilamba e de Cacuaço".

No Decreto, o Ministério do Urbanismo e Habitação é autorizado a assinar o contrato de prestação de serviços com a empresa Imogestín, tendo em conta factores como o montante do investimento a gerir, como base para a determinação de um valor fixo mensal, o grau de sustentabilidade dos projectos alcançados de modo a assegurar a redução da

exposicao financeira do Estado, como elemento para a fixacao de um valor variavel a titulo de premio de desempenho ou de taxa de sucesso a fixar numa base anual. O Ministerio das Financas,

atraves da Direccao Nacional do Patrimonio do Estado, vai proceder ao registo como patrimonio do Estado, de dominio publico, os equipamentos sociais e os edificios publicos construidos ou a edificar nos projectos habitacionais.

o Ministerio do Urbanismo e Habitacao regista como patrimonio do Estado, os imoveis que sejam destinados ao arrendamento do dominio privado, que depois da sua transmissao aos futuros inquilinos, ficam sob gestao do Instituto Nacional de Habitacao. No Decreto Presidencial, os Governos Provinciais onde estao a ser desenvolvidos projectos habitacionais, 3 sao incumbidos de apresentar o processo de registo e posterior regulacao juridica dos imoveis que foram ou venham a ser construidos em cada uma das provincias, para efeito de alienacao ou futuros adquirentes como bens patrimoniais que integram o dominio privado do Estado. O Diploma define o prazo em que a Imogestin sub mete ao Executivo o programa e cronograma de trabalhos para o relancamento da construo dos projectos habitacionais, o plano de venda e arrendamento das habitacoes e demais activos imobiliarios nas divers as provincias.

Da um prazo de 20 dias a empresa para elaborar o plano financeiro de 2015, para a execuC;io dos projectos habitacionais, tendo em conta as receitas das vendas dos activos imobiliarios efectuadas pela Sonip e os que venham a ser obtidos pela nova entidade gestora. o Ministerio das Financas submete it apreciação do Executivo o plano financeiro. Os contratos de empreitadas, fiscalizacao, consultoria e de outros prestadores de serviços nas obras devem ser submetidos, pela entidade gestora, a aprovacao do Executivo.

Os contratos de empreitadas e m de fiscalizacao, em vigor nas obras ja iniciadas, devem ser adaptados aos principios e normas juridicas que regulam a materia de contratacao publica ate 30 dias, após a publicacao do di ploma. O Decreto Presidencial delega competências a entidade gestora para, em representacao do Executivo, assinar os contra tos, apos a sua aprovacao pelo Titular do Poder Executivo.

12.8 Centralidade do Kilamba constitui preocupação da polícia nacional

Jornal Manchete
19 De Dezembro de 2014

De acordo com o porta-voz da Corporação, Mateus Rodrigues os moradores da Central idade do Kilamba, têm sido os principais alvos dos marginais devido ao aumento de roubos nas residências e assaltos as viaturas com mão armada.

Apresentando o balanço à imprensa nesta segunda-feira, de um micro operação apelidada "Festas Seguras", que prevê o plano preventivo da quadra festiva, o inspector-chefe Mateus Rodrigues informou que no âmbito das reclamações dos habitantes da centralidade do Kilamba, as forças da ordem foram obrigadas a criar um plano de patrulhamento intensivo no sentido de impedir que acções do género aconteçam.

"Nos últimos dias tem vindo a se registar um aumento de roubos consideráveis nas viaturas dos moradores, sobretudo de pneus, situação que está a merecer uma atenção especial por parte das autoridades policiais".

Ainda de acordo com o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, em Luanda, esclareceu que, durante a operação realizada foram registados 54 crimes ainda sob investigação, entre os quais homicídios, ofensas corporais, violações, ameaças de morte, furtos de viaturas, motorizadas, burlas bem como posse e uso de estupefacientes por parte de cidadãos.

Configuram também da operação a detenção preventiva de 113 cidadãos envolvidos nos delitos acima mencionado e de igual modo foram apreendidas 20 armas de fogo, sete viaturas, 17 quilograma de estupefaciente (liamba) e 60 gramas de libanga Mateus Rodrigues sublinhou ainda que a referida operação liga-se no contexto diferente da "Kutululuta", pois a mesma tem como objectivo primordial o combate e prevenção da criminal idade para garantir uma quadra festiva tranquila e ordeira a nível da província de Luanda.

"A Polícia Nacional, colocou um número considerável dos efectivos nas diversas regiões da província no intuito dos casos cometidos durante as comemorações que sejam cada vez mais determinados o mais rápido possível", disse.

Por outro lado, alertou aos cidadãos a não oferecerem resistência quando interpelados por meliantes, no sentido salvaguardar a sua integridade física. "Qualquer cidadão quando estiver sob alçada dos delinquentes não deve reagir contra pelo contrário é devem obedecer sob pena de não

acontecer casos de dissabores diante da sociedade", assegurou.

12.9 Criminalidade em alta na centralidade do Kilamba e no bairro Kifika

Jornal Angolense

20 De Dezembro de 2014

A semana passada, a centralidade do Kilamba foi bastante fértil em matéria de furtos, que incidiram sobre viaturas, tendo pelo menos quatro veículos ficado sem os seus pneus. Os crimes foram praticados na calada da noite, tendo apenas como testemunha o silêncio...

Devido ao novo «modus operandi» dos meliantes que, pelos vistos, «especializaram-se» em descalçar carros, muitos automobilistas residentes nesta zona receiam acordar no dia seguinte sem os pneus dos seus carros, ou, como se diz na gíria, com as viaturas «no chão». Ou, no pior dos cenários, sem os respectivos meios rolantes.

Com o aproximar da quadra festiva, medram os receios de que os marginais intensifiquem as suas acções delituosas, embora haja garantias por parte da polícia de que serão aumentados os patrulhamentos nas ruas desta nova área residencial localizada a sul de Luanda.

O inspector-chefe da polícia Mateus Rodrigues reconheceu na segunda-feira, 15, um aumento de queixas dos moradores, tendo garantido que as atenções da sua corporação iriam incidir também sobre as viaturas, um dos alvos preferidos dos marginais.

o anuncio deste plano enquadrado no âmbito da operação «Festas Seguras» esta, no entanto, a ser encarado com reservas, já que alguns residentes contactados pelo Semanário Angolense consideram ser «humanamente impossível a policia cobrir vastas áreas do Kilamba».

«Além das limitações em termos humanos, a polícia enfrenta também dificuldades em meios rolantes», disseram as fontes do SA.

Sem descartar a importância dos patrulhamentos, dizem que já era sem tempo a policia colocar naquela zona câmaras de videovigilância, que permitissem a captação e gravação de imagens, sobretudo no período nocturno em que ocorrem o maior número de crimes.

Na óptica dos residentes, a videovigilância não só actuaria como um meio auxiliar as investigações policiais, como também funcionaria como elemento dissuasor as acções criminosas, de forma a inibir as de práticas delituosas.

A ausência de instrumentos de vigilância naquela zona, a semelhança do que acontece em vastas zonas de Luanda, terá sido há muito reclamada pelos munícipes, cada vez mais preocupados com os índices de criminalidade.

Há anos, a polícia anunciou a criação de uma Brigada Electrónica, mas ate hoje, pelo que se sabe, a mesma não funciona, pelo que não terá passado de um nado-morto.

Assaltos a mão armada

Relatos de moradores do Kifika, um bairro paralelo ao Lar do Patriota, dão conta que o número de crimes tem estado a aumentar, em particular os de natureza violenta.

Um dos motivos para o aumento da criminalidade tem a ver com o crescimento urbano, populacional e comercial que o Kifika tem estado a registar nestes últimos anos, com a abertura de novas agências bancárias.

Há dias, uma senhora foi assaltada, sob ameaça de arma de fogo, quando saia de uma agência banca ria localizada na estrada do Lar do Patriota, tendo sido «aliviada» em 50 mil Kwanzas.

Segundo a vítima, os meliantes apontaram-lhe uma arma a cabeça exigindo que lhes entregasse a pasta que levava consigo. Satisfeito o pedido, eles meterem-se, de seguida, em fuga numa mota «rápida».

Ha pouco mais de um mes, uma moradora do mesmo bairro, assim como a sua filha menor foram feitas reféns na rua da D. Xepa, depois de terem estacionado a sua viatura, e se dirigido a uma das padarias locais. De regresso a viatura, foram abordadas por meliantes, que a coberto da noite, obrigaram a condutora que colocasse a viatura em marcha e se dirigisse em direcção a estrada do Lar do Patriota,

Postos no local, eles exigiram, sob coacção, que a vítima se deslocasse a uma das dependências de um banco local e levantasse a quantia de 40 mil Kwanzas, enquanto mantinham a sua filha refém na viatura.

Satisfeito o pedido, eles ordenaram que seguissem em frente tendo a entrada de uma das ruas de acesso ao Kifika, exigido que as vitimas abandonassem a

viatura, um Hyundai i-10, De seguida, partiram em grande velocidade.

Segundo os moradores, estes dois episódios estão muito longe de retratar a realidade criminal que se vive na zona, já que muitos assaltos sequer chegam ao conhecimento das autoridades.

12.10 Casas sociais são vendidas em breve

Jornal de Angola
22 De Dezembro de 2014

Os primeiros 100 fogos habitacionais, dos 200 previstos para cada município da província do Cuanza Norte, começam a ser vendidos nos primeiros meses de 2015, anunciou o vice-governador para o sector Político e Social. José Alberto Kipungo disse que 30 por cento das casas vão ser comercializado aos jovens, por serem os mais carenciados, e outras aos médicos, professores, militares, antigos combatentes, portadores de deficiência e funcionários públicos. Os valores de cada casa estão fixados em quatro milhões de kwanzas e mais um acréscimo de três por cento, devido aos trabalhos adicionais, como a legalização do espaço e outros serviços. O período de a amortização das casas e de 30 anos, em sistema de renda resolúvel, tendo sublinhado que os que tiverem a possibilidade de pagar antes podem faze-Insem problemas.

Segundo o vice-governador, para o acesso as casas, os candidatos devem ter mais de 18 anos, rendimento familiar ou individual não inferior a 24 meses do salário mínimo nacional, estar empregado ou exercer uma actividade por conta própria há mais de três anos, não ter beneficiado de habitação social no quadro de um programa do Executivo e ter conta num dos bancos comerciais. Os documentos exigidos são: Bilhete de Identidade, Cartão de Contribuinte, documento emitido pela entidade empregadora, recibo de vencimento dos últimos três meses ou extracto de conta bancária dos últimos três meses e declaração de instruções do banco onde tem a conta domiciliar a autorizar o débito directo do valor necessário a pagar. Neste momento, segundo o vice-governador, esta a ser feito um trabalho conjunto com as administrações municipais no sentido de levarem água e energia aos projectos residenciais, antes do início do processo de venda,

Cada residência foi construída numa área de aproximadamente 106 metros quadrados. Além de água e luz, os novos bairros tem infra-estruturas como escolas, hospitais, lojas, hotéis, arruamentos,

esgotos e jardim. Todas as casas são do tipo T-3, entre as quais unifamiliares e geminadas, com quartos preparados para a colocação de armareis embutidos, cozinha, casa de banho e sala de estar.

12.11 Distribuídos milhares de lotes na Lunda Sul

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2014

A governadora provincial anunciou que foram distribuídos durante o ano 5.358 lotes na província da Lunda Sul, no âmbito do programa de autoconstrução dirigida.

Cândida Narciso, que falava na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, sublinhou que a acção visa melhorar as condições de habitabilidade dos municípios, assim como criar novas centralidades.

No tocante ao programa de construção das 200 casas por município, a governadora Canda Narciso informou estarem concluídas 127 habitações, sendo 50 em Cacolo, 15 no Dala e 62 na localidade do Muconda, estando em execução 173 outras.

Durante o ano prestes a terminar foram terraplenadas e asfaltadas cerca de 30 quilómetros das principais ruas dos bairros Terra Nova, Santo António, Txizaínga e Luavur, no município de Saurimo, e consignada a reabilitação de todas as vias secundárias que ligam as sedes municipais as comunais.

A província da Lunda Sul conta com 516.77 habitantes e é constituída por quatro municípios, Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo.

12.12 Engarrafamento com dias contados

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2014

Todos os dia úteis são observadas enormes filas de carros nas horas de ponta, nas vias principais, como as que ligam Viana aos Congoleses, Kicolo a Cuca e São Paulo, a rotunda de Camama ao Golfe, do bairro Rocha Pinto a Mutamba e do Mundo Verde a Muliperfil.

Para os moradores das zonas periféricas que tem emprego na Baixa da cidade, a solução e madrugar. Morador em Viana, João Adão, há sete anos que tem a mesma rotina: parte de casa as quatro da manha para chegar ao emprego a tempo e horas: "Saio a esta

hora para evitar os engarrafamentos e conseguir lugar para estacionar o carro", disse.

A técnica de contabilidade Domingas Madalena vive na Centralidade do Kilamba e trabalha numa empresa pública na Maianga: "Por norma, chego ao trabalho por volta das 5h40. Estaciono bem o carro e ainda aproveito para dormir um pouco no carro".

Para Madalena, vale o esforço de acordar muito cedo e chegar sossegada ao local de trabalho, porque evita o stress dos congestionamentos do trânsito. "É um grande sacrifício e não sei se vou conseguir chegar aos 60 anos", brincou a jovem.

Para transitar de um ponto para outro de qualquer parte da província de Luanda, os automobilistas perdem muito tempo. As vias atingiram o nível máximo da capacidade de escoamento. Luanda não tem estradas suficientes para tantas viaturas, disse ao Jornal de Angola o engenheiro Paulo Gai, do Ministério da Construção.

Corredores exclusivos

A situação preocupa o Executivo, que decidiu avançar com um sistema rápido de transportes públicos, também conhecido por "BRT" e cuja conclusão está prevista para 2016. Esta solução passa pela criação de corredores exclusivos para os táxis e autocarros.

o "BRT" é um sistema de alta capacidade de transporte sobre rodas, com viagens mais rápidas e funciona em vários países do mundo, que procedem a adaptações de acordo com a realidade objectiva de cada um. São vias exclusivas para circulação de transportes públicos e os passageiros ao entrarem numa estação de acesso aos autocarros, têm já o bilhete nas mãos, "As pessoas devem obter o bilhete antes de entrar na estação. Os bilhetes vão ser adquiridos em locais assinalados, para facilitar o movimento rápido que se pretende na circulação dos autocarros", explicou a engenheira Laura Alfredo.

Com este sistema, "vamos nos polos habitacionais de Camama e Viana. Vamos atender também a cidade universitária, porque criamos estações próximas, para facilitar a deslocação dos estudantes", concluiu o engenheiro Paulo Gai. A par do "BRT", existem projectos para a construção de 410 quilómetros de vias principais e 621 quilómetros de vias secundárias, para permitir maior fluidez ao trânsito na cidade. Para a realização das obras, é necessário remover as bombas de combustíveis da Sapú e alguns armazéns localizados no percurso das vias. O Ministério da Construção já está em contacto com o Ministério do Comércio para se encontrar uma solução. O "BRT"

prevê a construção de vias com duas faixas de rodagem para transportes rápidos de passageiros, passagens de nível superiores e corredores de acesso a diferentes zonas da cidade, de modo a permitir o transporte de 45 mil passageiros por hora e criar uma ligação entre o Sul e Norte da cidade.

Vários sectores envolvidos

As vias a ser construídas estão divididas por lotes. o Lote 1 liga o Lar do Patriota a estrada do Golfe, com passagem pela Rua Comandante Dangareux. O Lote 2 sai do Golfe, atravessa o bairro Catinton e chega a Corimba. o Lote 3 vai de Camama a Viana, via Sapu, até a zona da Estalagem.

O início das obras do Lote 3 foi adiado devido as famílias que vivem no traçado da via e que aguardam por realojamento nas zonas do Zango, Quicama ou no Bengo. No âmbito do projecto de construção dirigida, o Ministério da Construção tem contactos com o Ministério do Urbanismo e Habitação para aquisição de terrenos nas reservas fundiárias do Estado, destinados a construção de habitações.

Para sensibilizar a população a colaborar no processo, estão previstas acções de informação e divulgação, estão envolvidos no projecto os ministérios da Construção, dos Transportes e da Energia e Aguas.

O Ministério da Construção assume a responsabilidade de construir todas as infra-estruturas rodoviárias. o Ministério dos Transportes tem a responsabilidade da construção dos estações de acesso aos autocarros e do posto central de comando, que vai dirigir as operações de circulação dos veículos longos.

O Ministério dos Transportes também faz a aquisição dos meios de transporte. O Ministério da Energia e Aguas vai garantir a prestação dos services de abastecimento.

Dezenas de autocarros

o ministro da Construção, FRANCISCO BERNARDO Waldemar Pires, visitou as obras em curso, acompanhado do ministro dos Transportes, Augusto Tomas, e do governador da província de Luanda, Graciano Domingos, engenheiros e técnicos dos três sectores.

No final da visita, o ministro Augusto Tomas revelou que vão ser construídas 28 estações. E nos corredores exclusivos para os transportes públicos vão circular 240 autocarros.

o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre, garantiu que o projecto vai melhorar a

mobilidade rodoviária em Luanda, na medida em que, "com os transportes colectivos em funcionamento, o numero de veículos privados em circulação na cidade vai diminuir". O levantamento topográfico, a investigação geotécnica, a limpeza dos terrenos já foram efectuados. Neste momento as maquinas estão a fazer escavações. Ifamentos são criados em todas as vias corredores exclusivos para táxis e autocarros e terraplanagens.

12.13 Centenas de habitações estão construídas no Uíge

Jornal de Angola

30 De Dezembro de 2014

As obras de construção das primeiras 1100 casas da centralidade do Quilomosso, na província do Uíge estão praticamente concluídas, faltando apenas a edificação e Instalação de equipamento sociais.

O gestor do projecto habitacional, Pedro Morais, disse ao *Jornal de Angola* que a edificação dos equipamentos vai permitir que os futuros moradores tenham acesso aos principais

serviços sociais básicos.

Pedro Morais anunciou ainda que actualmente os trabalhos incidem na construção de quatro centros infantis, jardins, recreio e lazer, seis escolas, um centro de saúde e um complexo desportivo.

O coordenador do projecto habitacional da centralidade do Quilomosso disse que a construção do sistema de captação e abastecimento de água, sistema de tratamento de águas residuais e o fornecimento de energia eléctrica aguardam pela aprovação do Ministério da Energia e Águas.

Em relação aos trabalhos dos acessos à centralidade e pavimentação de todas as ruas estão em fase de conclusão. Pedro Morais referiu ainda que estão a ser realizados ensaios na rede de distribuição de água e a malha de distribuição de energia eléctrica de média e baixa-tensão, nas primeiras 1.010 casas erguidas nesta primeira fase. Quanto à construção da rede de colectores para as águas residuais e a pavimentação dos arruamentos estão em final de execução. As infra-estruturas sociais na centralidade do Quilomosso estão a ser feitas na base do número de moradias projectadas e na estimativa de que venham a ser habitadas por pelo menos sete pessoas cada. O projecto da rede de água submetido ao Executivo prevê que a captação no rio Loge, nas proximidades da aldeia Quilevo. A fonte para o fornecimento de energia eléctrica à centralidade do Quilomosso vai

depende da rede pública proveniente da barragem hidroeléctrica de Capanda.

"Projecta-se a construção de uma linha de transporte de energia que vai sair da Subestação da ENE até a subestação a ser construída na nova urbanização. Mas a centralidade vai beneficiar, também, de uma central térmica de boa capacidade para que os futuros moradores não fiquem privados de energia", disse.

Os trabalhos da segunda fase do projecto da centralidade do Quilomosso, que começaram em Novembro passado compreendem a construção de 2.500 novos apartamentos, incluindo lojas e outras infra-estruturas sociais. O coordenador do projecto disse que dos trabalhos já realizado destacam-se a desmatação numa área de 38 hectares, além de terem sido já feitos os arruamentos e loteamentos.

Pedro Morais recordou igualmente que estão em curso as acções de criação das plataformas de trabalho onde vão ser erguidos edifícios de três, dois e um piso, com apartamentos com três quartos. Pedro Morais anunciou que os 2.500 novos apartamentos são construídos numa área de 3.800 metros quadrados com todas as infra-estruturas de apoio.

